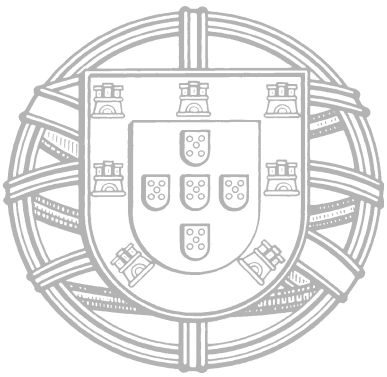
Segunda-feira, 5 de Dezembro de 2005

Número 232

II

SÉRIE



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## SUMÁRIO


### Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública

Despacho conjunto ..... 16 895

### Ministério da Administração Interna

Direcção-Geral de Viação ..... 16 895
Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública ..... 16 895
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras ..... 16 896

### Ministério das Finanças e da Administração Pública

Gabinete do Ministro ..... 16 896
Direcção-Geral do Orçamento ..... 16 897
Inspecção-Geral da Administração Pública ..... 16 982

### Ministério da Defesa Nacional

**Portaria n.º 1226/2005 (2.ª série):**

Participação militar portuguesa na missão de assistência humanitária organizada pela NATO para auxílio às vítimas do terramoto ocorrido no Paquistão ..... 16 982

Estado-Maior-General das Forças Armadas ..... 16 982
Marinha ..... 16 982

### Ministério da Justiça

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça 16 984
Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência ..... 16 984
Direcção-Geral dos Registos e do Notariado ..... 16 984
Instituto de Reinserção Social ..... 16 985

### Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo ..... 16 985

### Ministérios da Economia e da Inovação e da Saúde

Aviso ..... 16 986

### Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Gabinete do Ministro ..... 16 986
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas ..... 16 986
Direcção Regional de Agricultura do Alentejo ..... 16 987
Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral ..... 16 987
Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar ... 16 987
Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P. 16 987

## Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Casa Pia de Lisboa, I. P. . . . . 16 987
Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. . . . . 16 988

## Ministério da Saúde

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo . . . . . 16 988
Centro Hospitalar de Coimbra . . . . . 16 988
Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento . . . . . 16 989

## Ministério da Educação

Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação . . . 16 989
Direcção Regional de Educação do Alentejo . . . . . 16 991
Direcção Regional de Educação do Algarve . . . . . 16 991
Direcção Regional de Educação do Centro . . . . . 16 991
Direcção Regional de Educação de Lisboa . . . . . 16 992
Direcção Regional de Educação do Norte . . . . . 16 993
**Tribunal Constitucional** . . . . . 16 993
**Conselho Superior da Magistratura** . . . . . 17 006
**Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé** . . . . . 17 006
**Universidade do Algarve** . . . . . 17 007
**Universidade de Aveiro** . . . . . 17 008
**Universidade da Beira Interior** . . . . . 17 008
**Universidade de Coimbra** . . . . . 17 008
**Universidade de Lisboa** . . . . . 17 008
**Universidade do Minho** . . . . . 17 009
**Universidade Nova de Lisboa** . . . . . 17 012
**Universidade do Porto** . . . . . 17 013
**Universidade Técnica de Lisboa** . . . . . 17 013
**Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro** . . . . . 17 015
**Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa** 17 015
**Instituto Politécnico de Bragança** . . . . . 17 016
**Instituto Politécnico de Coimbra** . . . . . 17 016
**Instituto Politécnico de Leiria** . . . . . 17 016
**Instituto Politécnico de Lisboa** . . . . . 17 016
**Instituto Politécnico de Setúbal** . . . . . 17 019

# PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

**Despacho conjunto n.º 1042/2005.** — A crescente importância do papel de Portugal na cena internacional arrasta consigo relevantes compromissos para a sua política externa, implicando um reforço constante da actividade das missões diplomáticas, gerador de necessidades de pessoal especializado que não podem ser satisfeitas através dos instrumentos de mobilidade previstos na lei e que justificam a adopção de uma medida de descongelamento excepcional, desbloqueando os lugares indispensáveis.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e atento o disposto no n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio:

Determina-se que, a título excepcional:

1 — Seja descongelada, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal especializado, a admissão para o lugar previsto no mapa anexo ao presente despacho.

2 — A utilização da quota de descongelamento fica dependente da existência de cobertura orçamental.

7 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.*

MAPA ANEXO

**Descongelamento excepcional para o Ministério dos Negócios Estrangeiros**

| Grupo de pessoal | Número de lugares |
|---|---|
| Pessoal especializado (categoria — adido de imprensa) ..... | 1 |
| *Total* ..... | 1 |

# MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

## Direcção-Geral de Viação

**Despacho n.º 24 931/2005 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral de Viação e do vice-presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., de 10 e 11 de Outubro de 2005, respectivamente:

Cristina Isabel Pereira Serras Vicente, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P. — transferida para a mesma categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, considerando-se exonerada do seu anterior lugar. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Novembro de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes.*

**Despacho n.º 24 932/2005 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral de Viação e do vice-presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., de 10 e 11 de Outubro de 2005, respectivamente:

Susana dos Santos Ferreira da Silva, assistente administrativa do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P. — transferida para a mesma categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, considerando-se exonerada do seu anterior lugar. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Novembro de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes.*

## Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

## Comando de Polícia da Guarda

**Despacho n.º 24 933/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 60.º da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, e nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, delego e subdelego nos oficiais referidos no n.º 3, sem prejuízo das demais tarefas que lhes venham a ser atribuídas, as seguintes competências próprias e as delegadas a coberto do despacho n.º 17 087/2005 (2.ª série), de 9 de Agosto, do director nacional da Polícia de Segurança Pública, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 152, de 9 de Agosto de 2005:

1.1 — Presidir à junta de saúde do Comando de Polícia da Guarda;

1.2 — Controlar a assiduidade, promover a verificação domiciliária da doença e justificar e injustificar faltas do pessoal com funções policiais até ao posto de chefe, inclusive, e do pessoal com funções não policiais;

1.3 — Aprovar o plano de férias e respectivas alterações por interesse do serviço, bem como a sua acumulação parcial, de acordo com orientações superiormente definidas;

1.4 — Autorizar o início das férias;

1.5 — Autorizar deslocações normais em território nacional, de acordo com orientações superiormente definidas;

1.6 — A assinatura de correspondência e expediente necessário à mera instrução dos processos, excluindo-se nestes as comunicações aos governadores civis, presidentes das câmaras municipais e director nacional, directores nacionais-adjuntos, inspector-geral, comandantes dos comandos, unidades especiais e estabelecimentos de ensino da Polícia de Segurança Pública, quando dirigidos directamente a estas entidades ou tais documentos contenham matérias classificadas;

1.7 — Autorizar a passagem de certidões a que se refere o artigo 64.º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo, de documentos arquivados nas esquadras e serviços, com ressalva daqueles que contenham matérias classificadas, ou oficiar quando não houver lugar à sua passagem;

1.8 — Conceder autorizações para a compra e emprego de produtos explosivos e para o lançamento de fogo de artifício;

1.9 — Conceder licenças de detenção no domicílio para armas de caça e defesa;

1.10 — Autorizar o empréstimo, a troca e a venda de armas de caça;

1.11 — Instruir, informar e dar parecer devidamente fundamentado sobre quaisquer exposições, petições e reclamações para minha apreciação ou entidades superiores;

1.12 — Fazer executar toda a actividade do Comando de Polícia respeitante aos serviços administrativos, financeiros, logísticos e de apoio geral;

1.13 — Inspeccionar e proceder ao controlo legal técnico e de eficiência de todas as actividades relacionadas com os serviços administrativos, financeiros, logísticos e de apoio geral;

1.14 — Superintender na utilização racional das instalações e equipamentos, bem como na sua manutenção e conservação;

1.15 — Coordenar e controlar a execução dos serviços periódicos, bem como a elaboração de relações, tabelas, mapas ou outros, de modo a ser assegurada a sua remessa dentro dos prazos fixados;

1.16 — Decidir os pedidos de concessão e renovação de licenças de uso e porte de armas de caça aos indivíduos residentes na área do distrito da Guarda;

1.17 — Despachar o expediente e assinar a correspondência de gestão corrente necessários à instrução e desenvolvimento dos processos criminais e contra-ordenacionais que correm pelas subunidades operacionais colocadas sob a sua dependência, de forma a manter o seu regular funcionamento, de acordo com as orientações superiormente definidas;

1.18 — Elaborar, implementar e dinamizar os planos de segurança e de contingência referentes às instalações e equipamentos do Comando de Polícia.

2 — Ratifico, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pelos referidos oficiais no âmbito das competências previstas nos números anteriores até à publicação do presente despacho.

3 — Oficiais a que se refere o presente despacho:

3.1 — Competência para a prática dos actos previstos nos n.os 1.1 a 1.15 — subintendente José do Nascimento Salvado Lopes, 2.º comandante do Comando de Polícia da Guarda;

3.2 — Competência para a prática dos actos previstos no n.º 1.16 — subintendente José Manuel Dente Fernandes, responsável das áreas de administração e finanças e logística e apoio geral;

3.3 — Competência para a prática dos actos previstos nos n.os 1.17 e 1.18:

*a*) Comissário Nélson Henrique Barbeira Cardoso, responsável pela Área de Operações e Segurança;
*b*) Comissário Artur Miguel Mareio Massa, comandante da Secção de Investigação Criminal.

4 — As competências previstas nos n.os 1.6, 1.8 a 1.12, 1.15 e 1.16 poderão ser exercidas nas ausências e impedimentos dos delegados pelo responsável pela Área de Operações e Segurança, comissário Nélson Henrique Barbeira Cardoso.

5 — As competências ora delegadas são susceptíveis de subdelegação.

17 de Novembro de 2005. — O Comandante, *Paulo Jorge Gonçalves Sampaio.*

## Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**Aviso n.º 11 015/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2005:

Solange Romaine Pereira, natural de Dakar, República do Senegal, de nacionalidade guineense, nascida em 28 de Fevereiro de 1967 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

16 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

**Aviso n.º 11 016/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Outubro de 2005:

Maria Isabel Lopes da Rocha, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 26 de Fevereiro de 1972 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

16 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

**Aviso n.º 11 017/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro 2005:

Afonso Mário, natural de Uíge, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 10 de Setembro de 1966 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

16 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

**Aviso n.º 11 018/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Outubro de 2005:

Carlos Ansumane Camará, natural de Santa Isabel, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 6 de Junho de 1962 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

16 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

**Aviso n.º 11 019/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2005:

Rosendo Nazaré Pereira da Mata, natural da freguesia das Neves, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascido em 16 de Janeiro de 1969 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

16 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

**Aviso n.º 11 020/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2005:

Angelina Celícia Dias Nascimento, natural de Malange, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 19 de Março de 1953 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

16 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

**Aviso n.º 11 021/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Setembro de 2005:

Ana Jamila Dias do Nascimento, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 15 de Outubro de 1976 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

16 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

**Aviso n.º 11 022/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Outubro de 2005:

Leila Fernanda da Fonseca Alexandre, natural de Maputo, República de Moçambique, de nacionalidade moçambicana, nascida em 7 de Junho de 1980 — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

16 de Novembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

**Despacho (extracto) n.º 24 934/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 2 de Novembro de 2005 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ao abrigo da competência referida no artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Horácio Antunes Mateus — nomeado, em regime de comissão de serviço extraordinária, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, para a frequência do estágio probatório para ingresso na categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, da carreira técnica de informática do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com início a partir de 2 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Novembro de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho.*

# MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 24 935/2005 (2.ª série).** — Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 185.º da Constituição da República Portuguesa, serei substituído na minha ausência, nos dias 14 e 15 de Novembro de 2005, pelo Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, mestre Emanuel Augusto dos Santos.

14 de Novembro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.*

## Direcção-Geral do Orçamento

**Declaração n.º 248/2005 (2.ª série).** — *Ano económico de 2005 — conta provisória de Janeiro a Setembro de 2005 (artigo 81.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto):*

**Movimento em dinheiro nas Caixas, Banco de Portugal, como Caixa Geral do Tesouro, e outros bancos no período decorrido de 1 de Janeiro a 30 de Setembro de 2005**

| Entrada | | | Saída | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Saldo do ano anterior: | | | Fundos saídos: | | |
| No Banco de Portugal | 5,95 | | Para despesas públicas orçamentais (c) | | 60.902.733.418,42 |
| Nas caixas e outros bancos (a) | 2.279.684.284,22 | 2.279.684.290,17 | Operações específicas do Tesouro | | 184.636.053.370,54 |
| Receitas orçamentais arrecadadas (b) | | 23.874.288.749,15 | Saldo que passa ao mês seguinte: | | |
| Operações específicas do Tesouro | | 222.243.112.711,1 | No Banco de Portugal | 5,15 | |
| | | | Nas caixas e outros bancos (a) | 2.858.298.956,31 | 2.858.298.961,46 |
| | | 248.397.085.750,42 | | | 248.397.085.750,42 |

(a) Inclui aplicações, depósitos em instituições de crédito dos serviços e fundos autónomos e cheques a cobrar.
(b) As receitas orçamentais arrecadadas estão a ser objecto de conciliação, entre a Direcção-Geral do Tesouro e as entidades administradoras e/ou contabilizadoras.
(c) Os fundos saídos para pagamento de despesas públicas orçamentais, estão a ser objecto de conciliação entre a Direcção-Geral do Tesouro e a Direcção-Geral do Orçamento.

Excesso das despesas sobre as receitas orçamentais: 37.028.444.669,27

11 de Novembro de 2005. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento.*

**ANO ECONÓMICO DE 2005**

**Meses de Janeiro a Setembro**

Mapa das Receitas do Estado por cobrar em 1 de Janeiro de 2005, das liquidações, anulações de liquidação, cobranças bruta e líquida, pagamentos de reembolsos e de restituições no ano e meses supra-indicados, conforme os elementos existentes nesta Direcção-Geral, e previsão orçamental para o mesmo ano de 2005

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | **RECEITAS CORRENTES** | | | | |
| 01 | | | **IMPOSTOS DIRECTOS** | | | | |
| | 01 | | Sobre o Rendimento | | | | |
| | | 01 | Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) | 732.331.157,25 | 7.706.893.508,54 | 194.915.178,48 | 6.889.684.952,58 |
| | | 02 | Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) | 969.351.795,26 | 4.484.702.597,86 | 598.803.635,85 | 3.341.393.443,63 |
| | | | Total do Grupo | 1.701.682.952,51 | 12.191.596.106,40 | 793.718.814,33 | 10.231.078.396,21 |
| | 02 | | Outros | | | | |
| | | 01 | Imposto sobre as sucessões e doações | 0,00 | 19.772.643,52 | 0,00 | 19.772.643,52 |
| | | 06 | Imposto do uso, porte e detenção de armas | 0,00 | 12.320,21 | 0,00 | 12.320,21 |
| | | 07 | Impostos abolidos | 0,00 | 11.087,82 | 0,00 | 11.087,82 |
| | | 99 | Impostos directos diversos | 0,00 | 4.958.211,50 | 0,00 | 4.958.211,50 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 24.754.263,05 | 0,00 | 24.754.263,05 |
| | | | Total do Capítulo | 1.701.682.952,51 | 12.216.350.369,45 | 793.718.814,33 | 10.255.832.659,26 |
| 02 | | | **IMPOSTOS INDIRECTOS** | | | | |
| | 01 | | Sobre o Consumo | | | | |
| | | 01 | Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) | 9.989.492,29 | 2.285.774.360,95 | 11.240.633,74 | 2.277.757.108,74 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | **RECEITAS CORRENTES** | | | |
| 01 | | | **IMPOSTOS DIRECTOS** | | | |
| | 01 | | Sobre o Rendimento | | | |
| | | 01 | Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) | 1.821.425.463,92 | 5.068.259.488,66 | 7.750.000.000 |
| | | 02 | Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) | 430.320.010,43 | 2.911.073.433,20 | 3.440.000.000 |
| | | | Total do Grupo | 2.251.745.474,35 | 7.979.332.921,86 | 11.190.000.000 |
| | 02 | | Outros | | | |
| | | 01 | Imposto sobre as sucessões e doações | 1.922.759,72 | 17.849.883,80 | 10.000.000 |
| | | 06 | Imposto do uso, porte e detenção de armas | 0,00 | 12.320,21 | 400.000 |
| | | 07 | Impostos abolidos | 251.442,55 | -240.354,73 | 0 |
| | | 99 | Impostos directos diversos | 13.888.754,64 | -8.930.543,14 | 210.600.000 |
| | | | Total do Grupo | 16.062.956,91 | 8.691.306,14 | 221.000.000 |
| | | | Total do Capítulo | 2.267.808.431,26 | 7.988.024.228,00 | 11.411.000.000 |
| 02 | | | **IMPOSTOS INDIRECTOS** | | | |
| | 01 | | Sobre o Consumo | | | |
| | | 01 | Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) | 7.761.444,53 | 2.269.995.664,21 | 3.078.000.000 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 | 01 | 02 | Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | 2.390.123.621,72 | 11.669.746.309,21 | 68.849.202,35 | 11.026.021.612,57 |
| | | 03 | Imposto automóvel (IA) | 89.048.323,97 | 902.986.199,71 | 3.387.084,38 | 907.695.711,07 |
| | | 04 | Imposto de consumo sobre o tabaco (IT) | 96.121,79 | 965.407.667,68 | 41.039,69 | 965.411.523,55 |
| | | 05 | Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas (IABA) | 35.076.659,44 | 132.396.208,65 | 10.327.977,69 | 132.294.504,41 |
| | | 99 | Impostos diversos sobre o consumo | 55.023,90 | 10,50 | 0,00 | 10,50 |
| | | | Total do Grupo | 2.524.389.243,11 | 15.956.310.756,70 | 93.845.937,85 | 15.309.180.470,84 |
| | 02 | | Outros | | | | |
| | | 01 | Lotarias | 0,00 | 3.967.994,31 | 0,00 | 3.967.994,31 |
| | | 02 | Imposto do selo | 33.800,41 | 1.100.976.269,26 | 164.850,12 | 1.094.814.361,78 |
| | | 03 | Imposto do jogo | 0,00 | 16.958.713,95 | 0,00 | 16.958.713,95 |
| | | 04 | Impostos rodoviários | 0,00 | 116.049.977,86 | 0,00 | 116.049.977,86 |
| | | 05 | Resultados da exploração de apostas mútuas | 0,00 | 4.588.952,97 | 0,00 | 4.588.952,97 |
| | | 99 | Impostos indirectos diversos | 570.868,46 | 18.333.643,34 | 73.921,94 | 18.325.367,25 |
| | | | Total do Grupo | 604.668,87 | 1.260.875.551,69 | 238.772,06 | 1.254.705.368,12 |
| | | | Total do Capítulo | 2.524.993.911,98 | 17.217.186.308,39 | 94.084.709,91 | 16.563.885.838,96 |
| 03 | | | CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | | | | |
| | 03 | | Caixa Geral de Aposentações e ADSE | | | | |
| | | 02 | Comparticipações para a ADSE | -1.644,12 | 74.758.787,48 | 0,00 | 74.758.804,67 |
| | | | Total do Grupo | -1.644,12 | 74.758.787,48 | 0,00 | 74.758.804,67 |
| | | | Total do Capítulo | -1.644,12 | 74.758.787,48 | 0,00 | 74.758.804,67 |
| 04 | | | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | | | | |
| | 01 | | Taxas | | | | |
| | | 01 | Taxas de justiça | 0,00 | 7.856.747,76 | 0,00 | 7.856.747,76 |
| | | 02 | Taxas de registo de notariado | 0,00 | 48,48 | 0,00 | 48,48 |
| | | 03 | Taxas de registo predial | 0,00 | 271,00 | 0,00 | 271,00 |
| | | 04 | Taxas de registo civil | 0,00 | 2.897.086,84 | 0,00 | 2.897.086,84 |
| | | 05 | Taxas de registo comercial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Taxas florestais | 0,00 | 5.377.566,10 | 0,00 | 5.377.566,10 |
| | | 07 | Taxas vinícolas | 0,00 | 18.146,90 | 0,00 | 18.146,90 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 02 | Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | 2.496.775.918,68 | 8.529.245.693,89 | 11.550.000.000 |
| | | 03 | Imposto automóvel (IA) | 1.487.227,02 | 906.208.484,05 | 1.164.000.000 |
| | | 04 | Imposto de consumo sobre o tabaco (IT) | 1.975.589,83 | 963.435.933,72 | 1.250.000.000 |
| | | 05 | Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas (IABA) | 176.712,42 | 132.117.791,99 | 202.300.000 |
| | | 99 | Impostos diversos sobre o consumo | 0,00 | 10,50 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 2.508.176.892,48 | 12.801.003.578,36 | 17.244.300.000 |
| | 02 | | Outros | | | |
| | | 01 | Lotarias | 1.404.470,46 | 2.563.523,85 | 21.666.761 |
| | | 02 | Imposto do selo | 766.873,14 | 1.094.047.488,64 | 1.495.000.000 |
| | | 03 | Imposto do jogo | 0,00 | 16.958.713,95 | 28.580.967 |
| | | 04 | Impostos rodoviários | 51.650,01 | 115.998.327,85 | 73.600.000 |
| | | 05 | Resultados da exploração de apostas mútuas | 1.708.857,40 | 2.880.095,57 | 5.129.817 |
| | | 99 | Impostos indirectos diversos | 9.090.905,12 | 9.234.462,13 | 3.853.451 |
| | | | Total do Grupo | 13.022.756,13 | 1.241.682.611,99 | 1.627.830.996 |
| | | | Total do Capítulo | 2.521.199.648,61 | 14.042.686.190,35 | 18.872.130.996 |
| 03 | | | CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | | | |
| | 03 | | Caixa Geral de Aposentações e ADSE | | | |
| | | 02 | Comparticipações para a ADSE | 1.359,70 | 74.757.444,97 | 100.000.000 |
| | | | Total do Grupo | 1.359,70 | 74.757.444,97 | 100.000.000 |
| | | | Total do Capítulo | 1.359,70 | 74.757.444,97 | 100.000.000 |
| 04 | | | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | | | |
| | 01 | | Taxas | | | |
| | | 01 | Taxas de justiça | 3.832.264,04 | 4.024.483,72 | 7.196.994 |
| | | 02 | Taxas de registo de notariado | 2.354,33 | -2.305,85 | 0 |
| | | 03 | Taxas de registo predial | 0,00 | 271,00 | 0 |
| | | 04 | Taxas de registo civil | 3.959.840,50 | -1.062.753,66 | 3.900.000 |
| | | 05 | Taxas de registo comercial | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Taxas florestais | 1.106.995,86 | 4.270.570,24 | 8.610.533 |
| | | 07 | Taxas vinícolas | 0,00 | 18.146,90 | 19.270 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 | 01 | 08 | Taxas moderadoras | 0,00 | 1.807,08 | 0,00 | 1.807,08 |
| | | 09 | Taxas sobre espectáculos e divertimentos | 0,00 | 495.315,67 | 0,00 | 495.315,67 |
| | | 10 | Taxas sobre energia | 0,00 | 8.667.038,98 | 0,00 | 8.667.038,98 |
| | | 11 | Taxas sobre geologia e minas | 0,00 | 150.152,35 | 0,00 | 150.152,35 |
| | | 12 | Taxas sobre comercialização e abate de gado | 0,00 | 126.383,45 | 0,00 | 126.383,45 |
| | | 13 | Taxas de portos | 0,00 | 34.219,85 | 0,00 | 34.219,85 |
| | | 14 | Taxas sobre operações de bolsa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 15 | Taxas sobre controlo metrológico e de qualidade | 0,00 | 2.595.657,51 | 0,00 | 2.595.657,51 |
| | | 16 | Taxas s/ fiscalizaç. de actividades comerc. e industriais | 0,00 | 33.761,74 | 0,00 | 33.761,74 |
| | | 17 | Taxas sobre licenciamentos diversos concedidos a empresas | 0,00 | 5.520.157,11 | 0,00 | 5.520.157,11 |
| | | 18 | Taxas sobre o valor de adjudicação de obras públicas | 0,00 | 295,20 | 0,00 | 295,20 |
| | | 19 | Adicionais | 0,00 | 15.217,74 | 0,00 | 15.217,74 |
| | | 20 | Emolumentos consulares | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 21 | Portagens | 0,00 | 0,45 | 0,00 | 0,45 |
| | | 22 | Propinas | 0,00 | 1.359.289,20 | 0,00 | 1.359.289,20 |
| | | 99 | Taxas diversas | 0,00 | 91.414.158,64 | 0,00 | 91.414.158,64 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 126.563.322,05 | 0,00 | 126.563.322,05 |
| | 02 | | Multas e Outras Penalidades | | | | |
| | | 01 | Juros de mora | 28.359.972,42 | 102.156.500,58 | 34.649.393,94 | 61.168.204,76 |
| | | 02 | Juros compensatórios | 202.119.126,30 | 135.876.985,85 | 38.976.906,38 | 33.589.388,48 |
| | | 03 | Multas coimas p/infracç. Código Estrada restante legislaç. | 0,00 | 36.044.074,33 | 0,00 | 36.044.074,33 |
| | | 04 | Coimas e penalidades por contra-ordenações | 0,00 | 53.481.803,09 | 0,00 | 53.478.893,32 |
| | | 99 | Multas e penalidades diversas | 272.340,19 | 8.623.587,95 | 1,50 | 8.623.586,45 |
| | | | Total do Grupo | 230.751.438,91 | 336.182.951,80 | 73.626.301,82 | 192.904.147,34 |
| | | | Total do Capítulo | 230.751.438,91 | 462.746.273,85 | 73.626.301,82 | 319.467.469,39 |
| 05 | | | RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | | | | |
| | 01 | | Juros - Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras | | | | |
| | | 01 | Públicas | 0,00 | 2.947,08 | 0,00 | 2.947,08 |
| | | 02 | Privadas | 0,00 | 236.897,75 | 0,00 | 236.897,75 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 239.844,83 | 0,00 | 239.844,83 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 08 | Taxas moderadoras | 0,00 | 1.807,08 | 0 |
| | | 09 | Taxas sobre espectáculos e divertimentos | 300.178,19 | 195.137,48 | 1.251.050 |
| | | 10 | Taxas sobre energia | 385.668,37 | 8.281.370,61 | 4.951.507 |
| | | 11 | Taxas sobre geologia e minas | 80,18 | 150.072,17 | 179.190 |
| | | 12 | Taxas sobre comercialização e abate de gado | 0,00 | 126.383,45 | 122.380 |
| | | 13 | Taxas de portos | 0,00 | 34.219,85 | 0 |
| | | 14 | Taxas sobre operações de bolsa | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 15 | Taxas sobre controlo metrológico e de qualidade | 487.070,58 | 2.108.586,93 | 3.012.512 |
| | | 16 | Taxas s/ fiscalizaç. de actividades comerc. e industriais | 0,00 | 33.761,74 | 73.329 |
| | | 17 | Taxas sobre licenciamentos diversos concedidos a empresas | 2.014.346,52 | 3.505.810,59 | 2.607.007 |
| | | 18 | Taxas sobre o valor de adjudicação de obras públicas | 0,00 | 295,20 | 0 |
| | | 19 | Adicionais | 0,00 | 15.217,74 | 0 |
| | | 20 | Emolumentos consulares | 110,24 | -110,24 | 0 |
| | | 21 | Portagens | 0,00 | 0,45 | 0 |
| | | 22 | Propinas | 362.653,00 | 996.636,20 | 272.439 |
| | | 99 | Taxas diversas | 27.745.940,03 | 63.668.218,61 | 194.249.979 |
| | | | Total do Grupo | 40.197.501,84 | 86.365.820,21 | 226.446.190 |
| | 02 | | Multas e Outras Penalidades | | | |
| | | 01 | Juros de mora | 2.263.622,89 | 58.904.581,87 | 45.622.795 |
| | | 02 | Juros compensatórios | 2.705.998,69 | 30.883.389,79 | 20.000.000 |
| | | 03 | Multas coimas p/infracç. Código Estrada restante legislaç. | 5.708.178,77 | 30.335.895,56 | 75.308.821 |
| | | 04 | Coimas e penalidades por contra-ordenações | 19.550.692,60 | 33.928.200,72 | 63.086.916 |
| | | 99 | Multas e penalidades diversas | 147.818,65 | 8.475.767,80 | 11.176.303 |
| | | | Total do Grupo | 30.376.311,60 | 162.527.835,74 | 215.194.835 |
| | | | Total do Capítulo | 70.573.813,44 | 248.893.655,95 | 441.641.025 |
| 05 | | | RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | | | |
| | 01 | | Juros - Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras | | | |
| | | 01 | Públicas | 399,25 | 2.547,83 | 0 |
| | | 02 | Privadas | 0,00 | 236.897,75 | 540.000 |
| | | | Total do Grupo | 399,25 | 239.445,58 | 540.000 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 | 02 | | Juros - Sociedades Financeiras | | | | |
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 0,00 | 27.506.687,61 | 0,00 | 27.506.687,61 |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 27.506.687,61 | 0,00 | 27.506.687,61 |
| | 03 | | Juros - Administrações Públicas | | | | |
| | | 01 | Administração central - Estado | 0,00 | 462.187,21 | 0,00 | 461.256,03 |
| | | 02 | Administração central - Serviços e fundos autónomos | 0,00 | 7.354.394,99 | 0,00 | 7.354.394,99 |
| | | 03 | Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administração local - Continente | 0,00 | 1.509,31 | 0,00 | 1.509,31 |
| | | 05 | Administração local - Regiões Autónomas | 0,00 | 55,10 | 0,00 | 55,10 |
| | | 06 | Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 7.818.146,61 | 0,00 | 7.817.215,43 |
| | 04 | | Juros - Instituições Sem Fins Lucrativos | | | | |
| | | 01 | Juros - Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Juros - Famílias | | | | |
| | | 01 | Juros - Famílias | 0,00 | 583.708,58 | 0,00 | 583.708,58 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 583.708,58 | 0,00 | 583.708,58 |
| | 06 | | Juros - Resto do Mundo | | | | |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 0,00 | 2.444,50 | 0,00 | 2.444,50 |
| | | 02 | União Europeia - Países membros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Países terceiros e organizações internacionais | 0,00 | 18.433.851,68 | 0,00 | 18.433.851,68 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 18.436.296,18 | 0,00 | 18.436.296,18 |
| | 07 | | Dividend. e Partic. nos Lucros Soc. e Quase-Soc. Não Financ. | | | | |
| | | 01 | Dividend. e partic. nos lucros soc. e quase-soc. não financ. | | | | |
| | | | EPs - Remunerações dos capitais estatutários | 0,00 | 310.234,00 | 0,00 | 310.234,00 |
| | | | Estabelecimentos fabris militares | 0,00 | 4.426,95 | 0,00 | 4.426,95 |
| | | | Outras empresas públicas | 0,00 | 48.212.453,08 | 0,00 | 48.212.453,08 |
| | | | Empresas privadas | 0,00 | 36.360.326,51 | 0,00 | 36.360.326,51 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 84.887.440,54 | 0,00 | 84.887.440,54 |
| | 08 | | Dividend. e Participaç. nos Lucros de Socied. Financeiras | | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 02 | | Juros - Sociedades Financeiras | | | |
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 10.747,39 | 27.495.940,22 | 32.083.791 |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 10.747,39 | 27.495.940,22 | 32.083.791 |
| | 03 | | Juros - Administrações Públicas | | | |
| | | 01 | Administração central - Estado | 1.075,18 | 460.180,85 | 401.741 |
| | | 02 | Administração central - Serviços e fundos autónomos | 0,00 | 7.354.394,99 | 2.500.000 |
| | | 03 | Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Administração local - Continente | 0,00 | 1.509,31 | 0 |
| | | 05 | Administração local - Regiões Autónomas | 0,00 | 55,10 | 0 |
| | | 06 | Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 1.075,18 | 7.816.140,25 | 2.901.741 |
| | 04 | | Juros - Instituições Sem Fins Lucrativos | | | |
| | | 01 | Juros - Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | 05 | | Juros - Famílias | | | |
| | | 01 | Juros - Famílias | 0,00 | 583.708,58 | 1.302.000 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 583.708,58 | 1.302.000 |
| | 06 | | Juros - Resto do Mundo | | | |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 0,00 | 2.444,50 | 20.000 |
| | | 02 | União Europeia - Países membros | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Países terceiros e organizações internacionais | 0,00 | 18.433.851,68 | 7.218.534 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 18.436.296,18 | 7.238.534 |
| | 07 | | Dividend. e Partic. nos Lucros Soc. e Quase-Soc. Não Financ. | | | |
| | | 01 | Dividend. e partic. nos lucros soc. e quase-soc. não financ. | | | |
| | | | EPs - Remunerações dos capitais estatutários | 0,00 | 310.234,00 | 490.000 |
| | | | Estabelecimentos fabris militares | 0,00 | 4.426,95 | 0 |
| | | | Outras empresas públicas | 0,00 | 48.212.453,08 | 83.496.000 |
| | | | Empresas privadas | 0,00 | 36.360.326,51 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 84.887.440,54 | 83.986.000 |
| | 08 | | Dividend. e Participaç. nos Lucros de Socied. Financeiras | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 | 08 | 01 | Dividend. e participaç. nos lucros de socied. financeiras | | | | |
| | | | Bancos e outras instituições financeiras | 0,00 | 35.016.669,19 | 0,00 | 35.016.669,19 |
| | | | Companhias de seguros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 35.016.669,19 | 0,00 | 35.016.669,19 |
| | 09 | | Participações nos Lucros de Administrações Públicas | | | | |
| | | 01 | Participações nos lucros de administrações públicas | 0,00 | 2.916.018,00 | 0,00 | 2.916.018,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 2.916.018,00 | 0,00 | 2.916.018,00 |
| | 10 | | Rendas | | | | |
| | | 01 | Terrenos | | | | |
| | | | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 46.735,76 | 0,00 | 46.735,76 |
| | | | Administrações públicas | 0,00 | 694.561,12 | 0,00 | 694.561,12 |
| | | | Administrações privadas - Empresas petrolíferas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Outros sectores | 0,00 | 29.078,32 | 0,00 | 29.078,32 |
| | | 02 | Activos no subsolo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Habitações | 0,00 | 38.813,13 | 0,00 | 38.813,13 |
| | | 04 | Edifícios | 0,00 | 30.913,93 | 0,00 | 30.913,93 |
| | | 05 | Bens de domínio público | 0,00 | 64.074,46 | 0,00 | 64.074,46 |
| | | 99 | Outros | 0,00 | 257.951,97 | 0,00 | 257.951,97 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 1.162.128,69 | 0,00 | 1.162.128,69 |
| | 11 | | Activos Incorpóreos | | | | |
| | | 01 | Activos incorpóreos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 178.566.940,23 | 0,00 | 178.566.009,05 |
| 06 | | | **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** | | | | |
| | 01 | | Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras | | | | |
| | | 01 | Públicas | 0,00 | 26.653,56 | 0,00 | 26.653,56 |
| | | 02 | Privadas | 0,00 | 4.729.040,70 | 0,00 | 4.729.040,70 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 4.755.694,26 | 0,00 | 4.755.694,26 |
| | 02 | | Sociedades Financeiras | | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 01 | Dividend. e participaç. nos lucros de socied. financeiras | | | |
| | | | Bancos e outras instituições financeiras | 0,00 | 35.016.669,19 | 35.000.000 |
| | | | Companhias de seguros | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 35.016.669,19 | 35.000.000 |
| | 09 | | Participações nos Lucros de Administrações Públicas | | | |
| | | 01 | Participações nos lucros de administrações públicas | 0,00 | 2.916.018,00 | 460.825 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 2.916.018,00 | 460.825 |
| | 10 | | Rendas | | | |
| | | 01 | Terrenos | | | |
| | | | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 73.778,14 | -27.042,38 | 1.384.990 |
| | | | Administrações públicas | 29.223,22 | 665.337,90 | 953.711 |
| | | | Administrações privadas - Empresas petrolíferas | 0,00 | 0,00 | 147.497 |
| | | | Exterior | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Outros sectores | 0,00 | 29.078,32 | 34.800 |
| | | 02 | Activos no subsolo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Habitações | 0,00 | 38.813,13 | 2.006 |
| | | 04 | Edifícios | 0,00 | 30.913,93 | 0 |
| | | 05 | Bens de domínio público | 0,00 | 64.074,46 | 200.000 |
| | | 99 | Outros | 241.802,42 | 16.149,55 | 2.082.043 |
| | | | Total do Grupo | 344.803,78 | 817.324,91 | 4.805.047 |
| | 11 | | Activos Incorpóreos | | | |
| | | 01 | Activos incorpóreos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Capítulo | 357.025,60 | 178.208.983,45 | 168.317.938 |
| 06 | | | **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** | | | |
| | 01 | | Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras | | | |
| | | 01 | Públicas | 246.236,64 | -219.583,08 | 337.939 |
| | | 02 | Privadas | 73.970,39 | 4.655.070,31 | 5.278.318 |
| | | | Total do Grupo | 320.207,03 | 4.435.487,23 | 5.616.257 |
| | 02 | | Sociedades Financeiras | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06 | 02 | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 0,00 | 405.012,38 | 0,00 | 405.012,38 |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 0,00 | 10.052,15 | 0,00 | 10.052,15 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 415.064,53 | 0,00 | 415.064,53 |
| | 03 | | Administração Central | | | | |
| | | 01 | Estado | 0,00 | 2.079.503,18 | 0,00 | 2.079.503,18 |
| | | 02 | Estado-Subsist. protecç. social cidadania-Regime solidaried. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Estado-Subsist. protecç. social de cidadania-Acção social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Estado-Subs. protec à família polít. act. empreg. form. prof | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Estado-Particip. portuguesa em projec. co-financiados | 0,00 | 61.971,56 | 0,00 | 61.971,56 |
| | | 06 | Estado-Participaç. comunitária em projectos co-financiados | 0,00 | 792.156,55 | 0,00 | 792.156,55 |
| | | 07 | Serviços e fundos autónomos | 0,00 | 384.316.085,54 | 0,00 | 384.316.085,54 |
| | | 08 | SFAs-Subs. protec. social de cidadania - Acção social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | SFAs-Subs protec à família e polít activ emprego form prof. | 0,00 | 96.995,53 | 0,00 | 96.995,53 |
| | | 10 | SFAs-Participaç. portuguesa em project. co-financiados | 0,00 | 5.971.071,44 | 0,00 | 5.971.071,44 |
| | | 11 | SFAs-Participaç. comunitária em project. co-financiados | 0,00 | 6.490.632,60 | 0,00 | 6.490.632,60 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 399.808.416,40 | 0,00 | 399.808.416,40 |
| | 04 | | Administração Regional | | | | |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Administração Local | | | | |
| | | 01 | Continente | 0,00 | 14.836.429,80 | 0,00 | 14.836.429,80 |
| | | 02 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 14.836.429,80 | 0,00 | 14.836.429,80 |
| | 06 | | Segurança social | | | | |
| | | 01 | Sistema de solidariedade e segurança social | 0,00 | 2.605.393,00 | 0,00 | 2.605.393,00 |
| | | 02 | Participação portuguesa em projectos co-financiados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Financiamento comunitário em projectos co-financiados | 0,00 | 14.876.450,63 | 0,00 | 14.876.450,63 |
| | | 04 | Outras transferências | 0,00 | 16.567.642,11 | 0,00 | 16.567.642,11 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 34.049.485,74 | 0,00 | 34.049.485,74 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 2.848,00 | 402.164,38 | 345.315 |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 0,00 | 10.052,15 | 13.295 |
| | | | Total do Grupo | 2.848,00 | 412.216,53 | 358.610 |
| | 03 | | Administração Central | | | |
| | | 01 | Estado | 211.446,91 | 1.868.056,27 | 1.429.258 |
| | | 02 | Estado-Subsist. protecç. social cidadania-Regime solidaried. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Estado-Subsist. protecç. social de cidadania-Acção social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Estado-Subs. protec à família polít. act. empreg. form. prof | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Estado-Particip. portuguesa em projec. co-financiados | 0,00 | 61.971,56 | 357.206 |
| | | 06 | Estado-Participaç. comunitária em projectos co-financiados | 5.948.787,94 | -5.156.631,39 | 1.961.879 |
| | | 07 | Serviços e fundos autónomos | 18.418.696,30 | 365.897.389,24 | 468.653.142 |
| | | 08 | SFAs-Subs. protec. social de cidadania - Acção social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | SFAs-Subs protec à família e polít activ emprego form prof. | 127.500,00 | -30.504,47 | 27.150 |
| | | 10 | SFAs-Participaç. portuguesa em project. co-financiados | 2.469.286,23 | 3.501.785,21 | 6.097.126 |
| | | 11 | SFAs-Participaç. comunitária em project. co-financiados | 1.055.421,09 | 5.435.211,51 | 8.802.831 |
| | | | Total do Grupo | 28.231.138,47 | 371.577.277,93 | 487.328.592 |
| | 04 | | Administração Regional | | | |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | 05 | | Administração Local | | | |
| | | 01 | Continente | 369.200,48 | 14.467.229,32 | 31.821.675 |
| | | 02 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 369.200,48 | 14.467.229,32 | 31.821.675 |
| | 06 | | Segurança social | | | |
| | | 01 | Sistema de solidariedade e segurança social | 3.235.408,50 | -630.015,50 | 0 |
| | | 02 | Participação portuguesa em projectos co-financiados | 0,00 | 0,00 | 257.756 |
| | | 03 | Financiamento comunitário em projectos co-financiados | 841.229,92 | 14.035.220,71 | 40.463.198 |
| | | 04 | Outras transferências | 949.249,63 | 15.618.392,48 | 9.676.606 |
| | | | Total do Grupo | 5.025.888,05 | 29.023.597,69 | 50.397.560 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06 | 07 | | Instituições Sem Fins Lucrativos | | | | |
| | | 01 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 4.946.536,01 | 0,00 | 4.946.536,01 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 4.946.536,01 | 0,00 | 4.946.536,01 |
| | 08 | | Famílias | | | | |
| | | 01 | Famílias | 0,00 | 5.765.870,76 | 0,00 | 5.765.870,76 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 5.765.870,76 | 0,00 | 5.765.870,76 |
| | 09 | | Resto do Mundo | | | | |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 0,00 | 25.337.619,82 | 0,00 | 25.337.619,82 |
| | | 02 | U.E.-Instituições-Subs. de protecç. soc. de cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | U.E.-Inst-Subs proteç à famíl polít activ emprego form prof. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | União Europeia - Países-Membros | 0,00 | 212.639,65 | 0,00 | 212.639,65 |
| | | 05 | Países terceiros e organizações internacionais | 0,00 | 841.585,08 | 0,00 | 841.585,08 |
| | | 06 | Países terceiros e org. intern.-Subs. proteç. soc. cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 26.391.844,55 | 0,00 | 26.391.844,55 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 490.969.342,05 | 0,00 | 490.969.342,05 |
| 07 | | | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | | | | |
| | 01 | | Venda de Bens | | | | |
| | | 01 | Material de escritório | 0,00 | 1.326.033,15 | 0,00 | 1.326.033,15 |
| | | 02 | Livros e documentação técnica | 0,00 | 978.605,74 | 0,00 | 978.605,74 |
| | | 03 | Publicações e impressos | 38.086,61 | 12.178.386,96 | 4.474,42 | 12.177.396,12 |
| | | 04 | Fardamentos e artigos pessoais | 0,00 | 1.525.066,11 | 0,00 | 1.525.066,11 |
| | | 05 | Bens inutilizados | 0,00 | 216.173,03 | 0,00 | 216.173,03 |
| | | 06 | Produtos agrícolas e pecuários | 0,00 | 7.028.547,67 | 0,00 | 7.028.547,67 |
| | | 07 | Produtos alimentares e bebidas | 0,00 | 1.308.645,67 | 0,00 | 1.308.645,67 |
| | | 08 | Mercadorias | 0,00 | 2.839.491,76 | 0,00 | 2.839.491,76 |
| | | 09 | Matérias de consumo | 0,00 | 4.745.636,99 | 0,00 | 4.745.636,99 |
| | | 10 | Desperdícios, resíduos e refugos | 0,00 | 48.414,72 | 0,00 | 48.414,72 |
| | | 11 | Produtos acabados e intermédios | 0,00 | 631.859,03 | 0,00 | 631.859,03 |
| | | 99 | Outros | 0,00 | 17.397.673,12 | 0,00 | 17.397.673,12 |
| | | | Total do Grupo | 38.086,61 | 50.224.533,95 | 4.474,42 | 50.223.543,11 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 07 | | Instituições Sem Fins Lucrativos | | | |
| | | 01 | Instituições sem fins lucrativos | 8.889,04 | 4.937.646,97 | 5.779.085 |
| | | | Total do Grupo | 8.889,04 | 4.937.646,97 | 5.779.085 |
| | 08 | | Famílias | | | |
| | | 01 | Famílias | 435.827,47 | 5.330.043,29 | 7.550.661 |
| | | | Total do Grupo | 435.827,47 | 5.330.043,29 | 7.550.661 |
| | 09 | | Resto do Mundo | | | |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 3.447.098,84 | 21.890.520,98 | 109.792.112 |
| | | 02 | U.E.-Instituições-Subs. de protecç. soc. de cidadania | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | U.E.-Inst-Subs proteç à famíl polít activ emprego form prof. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | União Europeia - Países-Membros | 27.047,90 | 185.591,75 | 903.025 |
| | | 05 | Países terceiros e organizações internacionais | 402.000,90 | 439.584,18 | 31.938.554 |
| | | 06 | Países terceiros e org. intern.-Subs. proteç. soc. cidadania | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 3.876.147,64 | 22.515.696,91 | 142.633.691 |
| | | | Total do Capítulo | 38.270.146,18 | 452.699.195,87 | 731.486.131 |
| 07 | | | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | | | |
| | 01 | | Venda de Bens | | | |
| | | 01 | Material de escritório | 206,70 | 1.325.826,45 | 6.295 |
| | | 02 | Livros e documentação técnica | 65.830,21 | 912.775,53 | 997.050 |
| | | 03 | Publicações e impressos | 3.062.578,00 | 9.114.818,12 | 19.480.000 |
| | | 04 | Fardamentos e artigos pessoais | 313,09 | 1.524.753,02 | 2.242.684 |
| | | 05 | Bens inutilizados | 0,00 | 216.173,03 | 270.340 |
| | | 06 | Produtos agrícolas e pecuários | 391.967,59 | 6.636.580,08 | 12.981.697 |
| | | 07 | Produtos alimentares e bebidas | 154.729,04 | 1.153.916,63 | 2.293.898 |
| | | 08 | Mercadorias | 264.266,89 | 2.575.224,87 | 2.181.443 |
| | | 09 | Matérias de consumo | 211.789,66 | 4.533.847,33 | 4.759.712 |
| | | 10 | Desperdícios, resíduos e refugos | 0,00 | 48.414,72 | 49.375 |
| | | 11 | Produtos acabados e intermédios | 84.280,76 | 547.578,27 | 1.221.253 |
| | | 99 | Outros | 255.413,29 | 17.142.259,83 | 79.951.521 |
| | | | Total do Grupo | 4.491.375,23 | 45.732.167,88 | 126.435.268 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 07 | 02 | | Serviços | | | | |
| | | 01 | Aluguer de espaços e equipamentos | 0,00 | 3.623.920,23 | 0,00 | 3.623.920,23 |
| | | 02 | Estudos, pareceres, projectos e consultadoria | 0,00 | 10.556.346,65 | 0,00 | 10.556.346,65 |
| | | 03 | Vistorias e ensaios | 0,00 | 1.567.783,51 | 0,00 | 1.567.783,51 |
| | | 04 | Serviços de laboratórios | 0,00 | 5.199.241,04 | 4,00 | 5.199.237,04 |
| | | 05 | Actividades de saúde | 0,00 | 98.317.891,47 | 0,00 | 98.317.891,47 |
| | | 06 | Reparações | 0,00 | 325.775,23 | 0,00 | 325.775,23 |
| | | 07 | Alimentação e alojamento | 0,00 | 10.936.065,50 | 0,00 | 10.936.065,50 |
| | | 08 | Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto | 0,00 | 2.050.686,03 | 0,00 | 2.050.686,03 |
| | | 99 | Outros | 51.415,18 | 117.506.708,43 | 2.394,30 | 117.498.346,17 |
| | | | Total do Grupo | 51.415,18 | 250.084.418,09 | 2.398,30 | 250.076.051,83 |
| | 03 | | Rendas | | | | |
| | | 01 | Habitações | 0,00 | 443.212,11 | 0,00 | 443.212,11 |
| | | 02 | Edifícios | 0,00 | 636.002,75 | 0,00 | 636.002,75 |
| | | 99 | Outras | 0,00 | 903.645,78 | 0,00 | 903.645,78 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 1.982.860,64 | 0,00 | 1.982.860,64 |
| | | | Total do Capítulo | 89.501,79 | 302.291.812,68 | 6.872,72 | 302.282.455,58 |
| 08 | | | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | | | | |
| | 01 | | Outras | | | | |
| | | 01 | Prémios, taxas p/ garantias de riscos e diferenç. de câmbio | 0,00 | 16.498.072,66 | 0,00 | 16.498.072,66 |
| | | 02 | Produto da venda de valores desamoedados | 0,00 | 30,00 | 0,00 | 30,00 |
| | | 03 | Lucros de amoedação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 99 | Outras | 0,00 | 36.955.404,17 | 0,00 | 36.955.404,17 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 53.453.506,83 | 0,00 | 53.453.506,83 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 53.453.506,83 | 0,00 | 53.453.506,83 |
| | | | Total das receitas correntes | 4.457.516.161,07 | 30.996.323.340,96 | 961.436.698,78 | 28.239.216.085,79 |
| | | | RECEITAS DE CAPITAL | | | | |
| 09 | | | VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 02 | | Serviços | | | |
| | | 01 | Aluguer de espaços e equipamentos | 278.621,61 | 3.345.298,62 | 4.521.476 |
| | | 02 | Estudos, pareceres, projectos e consultadoria | 918.926,12 | 9.637.420,53 | 18.037.480 |
| | | 03 | Vistorias e ensaios | 232.097,13 | 1.335.686,38 | 3.314.804 |
| | | 04 | Serviços de laboratórios | 2.113.109,57 | 3.086.127,47 | 8.116.966 |
| | | 05 | Actividades de saúde | 161.871,41 | 98.156.020,06 | 72.522.562 |
| | | 06 | Reparações | 46.854,41 | 278.920,82 | 610.190 |
| | | 07 | Alimentação e alojamento | 1.168.744,51 | 9.767.320,99 | 21.288.649 |
| | | 08 | Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto | 51.718,81 | 1.998.967,22 | 2.270.618 |
| | | 99 | Outros | 9.719.616,94 | 107.778.729,23 | 161.236.657 |
| | | | Total do Grupo | 14.691.560,51 | 235.384.491,32 | 291.919.402 |
| | 03 | | Rendas | | | |
| | | 01 | Habitações | 73.567,65 | 369.644,46 | 1.629.309 |
| | | 02 | Edifícios | 42.910,61 | 593.092,14 | 322.758 |
| | | 99 | Outras | 10.041,19 | 893.604,59 | 829.568 |
| | | | Total do Grupo | 126.519,45 | 1.856.341,19 | 2.781.635 |
| | | | Total do Capítulo | 19.309.455,19 | 282.973.000,39 | 421.136.305 |
| 08 | | | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | | | |
| | 01 | | Outras | | | |
| | | 01 | Prémios, taxas p/ garantias de riscos e diferenç. de câmbio | 2.978,47 | 16.495.094,19 | 21.058.561 |
| | | 02 | Produto da venda de valores desamoedados | 0,00 | 30,00 | 0 |
| | | 03 | Lucros de amoedação | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 99 | Outras | 6.782.904,09 | 30.172.500,08 | 13.937.397 |
| | | | Total do Grupo | 6.785.882,56 | 46.667.624,27 | 34.995.958 |
| | | | Total do Capítulo | 6.785.882,56 | 46.667.624,27 | 34.995.958 |
| | | | Total das receitas correntes | 4.924.305.762,54 | 23.314.910.323,25 | 32.180.708.353 |
| | | | RECEITAS DE CAPITAL | | | |
| 09 | | | VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 | | | | | | | |
| | 01 | | Terrenos | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 2.389.497,21 | 0,00 | 2.389.497,21 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administração central-Estado | 0,00 | -902.207,40 | 0,00 | -902.207,40 |
| | | 04 | Adm. Pública - Adm. central-Serviços e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 1.705.597,91 | 0,00 | 1.705.597,91 |
| | | 07 | Administ. Pública - Adm. local-Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 108.229,78 | 0,00 | 108.229,78 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 3.301.117,50 | 0,00 | 3.301.117,50 |
| | 02 | | Habitações | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central-Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Adm. Pública - Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local-Continente | 0,00 | 26.304,00 | 0,00 | 26.304,00 |
| | | 07 | Administ. Pública - Adm. local-Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 361.871,28 | 0,00 | 361.871,28 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 388.175,28 | 0,00 | 388.175,28 |
| | 03 | | Edifícios | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 5.539.455,07 | 0,00 | 5.539.455,07 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 01 | | Terrenos | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 1.252.434,82 | 1.137.062,39 | 28.010.700 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 25.000.000 |
| | | 03 | Administração Pública - Administração central-Estado | 23.693,40 | -925.900,80 | 194.350 |
| | | 04 | Adm. Pública - Adm. central-Serviços e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 22.549,73 | 1.683.048,18 | 20.600 |
| | | 07 | Administ. Pública - Adm. local-Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 85.781,11 | 22.448,67 | 856.500 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 1.384.459,06 | 1.916.658,44 | 54.082.150 |
| | 02 | | Habitações | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 4.342,50 | -4.342,50 | 3.700 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central-Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Adm. Pública - Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local-Continente | 0,00 | 26.304,00 | 0 |
| | | 07 | Administ. Pública - Adm. local-Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 57.809,44 | 304.061,84 | 47.600 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 62.151,94 | 326.023,34 | 51.300 |
| | 03 | | Edifícios | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 2.822,32 | 5.536.632,75 | 75.004.200 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 75.000.000 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 | 03 | 03 | Administ. Pública - Administração central-Estado | 0,00 | 104.390,99 | 0,00 | 104.390,99 |
| | | 04 | Administ. Pública-Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administ. Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 5.434.518,85 | 0,00 | 5.434.518,85 |
| | | 07 | Administ. Pública - Adm. local - Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 57.930,87 | 0,00 | 57.930,87 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 526.767,14 | 0,00 | 526.767,14 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internacionais | 0,00 | 278.671,32 | 0,00 | 278.671,32 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 11.941.734,24 | 0,00 | 11.941.734,24 |
| | 04 | | Outros Bens de Investimento | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 23.337,12 | 0,00 | 23.337,12 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administ. Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 6.586.003,76 | 0,00 | 6.586.003,76 |
| | | 04 | Adm. Pública - Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Administ. Pública - Administ. local - Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 68.918,17 | 0,00 | 68.918,17 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e org. internac. | 0,00 | 28.888,64 | 0,00 | 28.888,64 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 6.707.147,69 | 0,00 | 6.707.147,69 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 22.338.174,71 | 0,00 | 22.338.174,71 |
| 10 | | | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | | | |
| | 01 | | Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras | | | | |
| | | 01 | Públicas | 0,00 | 13.341,02 | 0,00 | 13.341,02 |
| | | 02 | Privadas | 1.920,62 | 107.089,59 | 538,74 | 106.187,68 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 03 | Administ. Pública - Administração central-Estado | 6.484,37 | 97.906,62 | 6.400 |
| | | 04 | Administ. Pública-Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administ. Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 5.434.518,85 | 4.500.000 |
| | | 07 | Administ. Pública - Adm. local - Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 57.930,87 | 5.000 |
| | | 10 | Famílias | 2.895,43 | 523.871,71 | 6.300 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internacionais | 0,00 | 278.671,32 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 12.202,12 | 11.929.532,12 | 154.521.900 |
| | 04 | | Outros Bens de Investimento | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 23.337,12 | 151.200 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 1.000 |
| | | 03 | Administ. Pública - Administ. central - Estado | 966.426,37 | 5.619.577,39 | 1.120.444 |
| | | 04 | Adm. Pública - Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Administ. Pública - Administ. local - Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 68.918,17 | 52.000 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e org. internac. | 0,00 | 28.888,64 | 34.300 |
| | | | Total do Grupo | 966.426,37 | 5.740.721,32 | 1.358.944 |
| | | | Total do Capítulo | 2.425.239,49 | 19.912.935,22 | 210.014.294 |
| 10 | | | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | | |
| | 01 | | Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras | | | |
| | | 01 | Públicas | 0,00 | 13.341,02 | 0 |
| | | 02 | Privadas | 0,00 | 106.187,68 | 0 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 | 01 | | Total do Grupo | 1.920,62 | 120.430,61 | 538,74 | 119.528,70 |
| | 02 | | Sociedades Financeiras | | | | |
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 0,00 | 20.314,54 | 0,00 | 20.314,54 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 20.314,54 | 0,00 | 20.314,54 |
| | 03 | | Administração Central | | | | |
| | | 01 | Estado | 0,00 | 57.810,61 | 0,00 | 57.810,61 |
| | | 02 | Estado-Subs. proteç. soc. cidadania-Reg. solidariedade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Estado - Subs. de proteç. soc. de cidadania-Acção social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Estado-Consig. dos rendim. Estado p/reservas capitaliz. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Estado - Excedentes de exec. Orçamento do Estado | 0,00 | 1.102,81 | 0,00 | 1.102,81 |
| | | 06 | Estado - Particip. portuguesa em projec. co-financiados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Estado - Particip. comunitária em projec. co-financiados | 0,00 | 246.823,45 | 0,00 | 246.823,45 |
| | | 08 | Serviços e fundos autónomos | 0,00 | 2.001.654,58 | 0,00 | 2.001.654,58 |
| | | 09 | SFAs - Particip. portuguesa em projec. co-financiados | 0,00 | 135.545,52 | 0,00 | 135.545,52 |
| | | 10 | SFAs - Particip. comunitária em projec. co-financiados | 0,00 | 138.033,76 | 0,00 | 138.033,76 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 2.580.970,73 | 0,00 | 2.580.970,73 |
| | 04 | | Administração Regional | | | | |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Administração Local | | | | |
| | | 01 | Continente | 0,00 | 8.017,60 | 0,00 | 8.017,60 |
| | | 02 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 8.017,60 | 0,00 | 8.017,60 |
| | 06 | | Segurança social | | | | |
| | | 01 | Sistema de solidariedade e segurança social | 0,00 | 72.559,92 | 0,00 | 72.559,92 |
| | | 02 | Participação portuguesa em projectos co-financiados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Financiamento comunitário em projectos co-financiados | 0,00 | 7.811.379,82 | 0,00 | 7.811.379,82 |
| | | 04 | Capitalização pública de estabilização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 119.528,70 | 0 |
| | 02 | | Sociedades Financeiras | | | |
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 0,00 | 20.314,54 | 2.000 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 20.314,54 | 2.000 |
| | 03 | | Administração Central | | | |
| | | 01 | Estado | 173,73 | 57.636,88 | 0 |
| | | 02 | Estado-Subs. proteç. soc. cidadania-Reg. solidariedade | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Estado - Subs. de proteç. soc. de cidadania-Acção social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Estado-Consig. dos rendim. Estado p/reservas capitaliz. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Estado - Excedentes de exec. Orçamento do Estado | 0,00 | 1.102,81 | 0 |
| | | 06 | Estado - Particip. portuguesa em projec. co-financiados | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Estado - Particip. comunitária em projec. co-financiados | 196.678,26 | 50.145,19 | 176.591 |
| | | 08 | Serviços e fundos autónomos | 3.859.570,92 | -1.857.916,34 | 5.165.923 |
| | | 09 | SFAs - Particip. portuguesa em projec. co-financiados | 0,00 | 135.545,52 | 351.870 |
| | | 10 | SFAs - Particip. comunitária em projec. co-financiados | 0,00 | 138.033,76 | 61.714 |
| | | | Total do Grupo | 4.056.422,91 | -1.475.452,18 | 5.756.098 |
| | 04 | | Administração Regional | | | |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | 05 | | Administração Local | | | |
| | | 01 | Continente | 0,00 | 8.017,60 | 0 |
| | | 02 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 8.017,60 | 0 |
| | 06 | | Segurança social | | | |
| | | 01 | Sistema de solidariedade e segurança social | 0,00 | 72.559,92 | 0 |
| | | 02 | Participação portuguesa em projectos co-financiados | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Financiamento comunitário em projectos co-financiados | 447.322,85 | 7.364.056,97 | 0 |
| | | 04 | Capitalização pública de estabilização | 0,00 | 0,00 | 0 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 | 06 | 05 | Outras transferências | 0,00 | 272,51 | 0,00 | 272,51 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 7.884.212,25 | 0,00 | 7.884.212,25 |
| | 07 | | Instituições Sem Fins Lucrativos | | | | |
| | | 01 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 08 | | Famílias | | | | |
| | | 01 | Famílias | 0,00 | 431.361,17 | 0,00 | 431.361,17 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 431.361,17 | 0,00 | 431.361,17 |
| | 09 | | Resto do Mundo | | | | |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 0,00 | 31.461.818,67 | 0,00 | 31.461.818,67 |
| | | 02 | U.E. - Instituções-Subs. de proteç. soc. de cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | União Europeia - Países membros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Países terceiros e organizações internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Países terceiros e org. intern.-Subs. proteç. soc. cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 31.461.818,67 | 0,00 | 31.461.818,67 |
| | | | Total do Capítulo | 1.920,62 | 42.507.125,57 | 538,74 | 42.506.223,66 |
| 11 | | | ACTIVOS FINANCEIROS | | | | |
| | 01 | | Depósitos, Certificados de Depósito e Poupança | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Adm. Pública-Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administ. Pública-Administ. local- Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Administ. Pública-Adm. local-Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo-Países terceiros e org. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 05 | Outras transferências | 0,00 | 272,51 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 447.322,85 | 7.436.889,40 | 0 |
| | 07 | | Instituições Sem Fins Lucrativos | | | |
| | | 01 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | 08 | | Famílias | | | |
| | | 01 | Famílias | 0,00 | 431.361,17 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 431.361,17 | 0 |
| | 09 | | Resto do Mundo | | | |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 608.080,74 | 30.853.737,93 | 161.959.624 |
| | | 02 | U.E. - Instituções-Subs. de proteç. soc. de cidadania | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | União Europeia - Países membros | 0,00 | 0,00 | 3.000 |
| | | 04 | Países terceiros e organizações internacionais | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Países terceiros e org. intern.-Subs. proteç. soc. cidadania | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 608.080,74 | 30.853.737,93 | 161.962.624 |
| | | | Total do Capítulo | 5.111.826,50 | 37.394.397,16 | 167.720.722 |
| 11 | | | ACTIVOS FINANCEIROS | | | |
| | 01 | | Depósitos, Certificados de Depósito e Poupança | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Adm. Pública-Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administ. Pública-Administ. local- Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Administ. Pública-Adm. local-Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo-Países terceiros e org. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 | 01 | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 02 | | Títulos a Curto Prazo | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 10,68 | 0,00 | 10,68 |
| | | 03 | Administ. Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Adm.central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administ. Pública - Administ. local-Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local-Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo-Países terceiros e org. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 10,68 | 0,00 | 10,68 |
| | 03 | | Títulos a Médio e Longo Prazos | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administ. Pública - Administ. local -Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local-Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 04 | | Derivados Financeiros | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | 02 | | Títulos a Curto Prazo | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 10,68 | 0 |
| | | 03 | Administ. Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Admin. Pública - Adm.central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administ. Pública - Administ. local-Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local-Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo-Países terceiros e org. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 10,68 | 0 |
| | 03 | | Títulos a Médio e Longo Prazos | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administ. Pública - Administ. local -Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local-Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | 04 | | Derivados Financeiros | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 | 04 | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administração local -Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Administ. Pública - Admin. local -Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo-Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Empréstimos a Curto Prazo | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 10.067,59 | 0,00 | 10.067,59 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e org. internac. | 0,00 | 997.595,80 | 0,00 | 997.595,80 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 1.009.663,39 | 0,00 | 1.009.663,39 |
| | 06 | | Empréstimos a Médio e Longo Prazos | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 4.542.231,13 | 0,00 | 4.542.231,13 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administração local -Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Administ. Pública - Admin. local -Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo-Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | 05 | | Empréstimos a Curto Prazo | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 2.000,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 7.200,63 | 2.866,96 | 17.000 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e org. internac. | 0,00 | 997.595,80 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 7.200,63 | 1.002.462,76 | 17.000 |
| | 06 | | Empréstimos a Médio e Longo Prazos | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 753,62 | 4.541.477,51 | 3.200.500 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 9.870 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 | 06 | 07 | Administ. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 7.481,97 | 0,00 | 7.481,97 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 1.742.339,30 | 0,00 | 1.742.339,30 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 216.867,74 | 0,00 | 216.267,71 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 6.508.920,14 | 0,00 | 6.508.320,11 |
| | 07 | | Recuperação de Créditos Garantidos | | | | |
| | | 01 | Recuperação de créditos garantidos | 0,00 | 463.311,68 | 0,00 | 463.311,68 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 463.311,68 | 0,00 | 463.311,68 |
| | 08 | | Acções e Outras Participações | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 85.985,23 | 0,00 | 85.985,23 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 85.985,23 | 0,00 | 85.985,23 |
| | 09 | | Unidades de Participação | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 685,00 | 0,00 | 685,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 07 | Administ. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 7.481,97 | 15.000 |
| | | 10 | Famílias | 179.844,69 | 1.562.494,61 | 3.467.389 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 216.267,71 | 431.299 |
| | | | Total do Grupo | 180.598,31 | 6.327.721,80 | 7.124.058 |
| | 07 | | Recuperação de Créditos Garantidos | | | |
| | | 01 | Recuperação de créditos garantidos | 101.559,66 | 361.752,02 | 1.454.979 |
| | | | Total do Grupo | 101.559,66 | 361.752,02 | 1.454.979 |
| | 08 | | Acções e Outras Participações | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 85.985,23 | 0 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 85.985,23 | 0 |
| | 09 | | Unidades de Participação | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 685,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 | 09 | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 685,00 | 0,00 | 685,00 |
| | 10 | | Alienação de Partes Sociais de Empresas | | | | |
| | | 01 | Alienação de partes sociais de empresas | 0,00 | 19.255,12 | 0,00 | 19.255,12 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 19.255,12 | 0,00 | 19.255,12 |
| | 11 | | Outros Activos Financeiros | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 8.087.831,24 | 0,00 | 8.087.231,21 |
| 12 | | | PASSIVOS FINANCEIROS | | | | |
| | 01 | | Depósitos, Certificados de Depósito e Poupança | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 685,00 | 0 |
| | 10 | | Alienação de Partes Sociais de Empresas | | | |
| | | 01 | Alienação de partes sociais de empresas | 19.253,61 | 1,51 | 400.000.000 |
| | | | Total do Grupo | 19.253,61 | 1,51 | 400.000.000 |
| | 11 | | Outros Activos Financeiros | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 1.000.000 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 1.000.000 |
| | | | Total do Capítulo | 308.612,21 | 7.778.619,00 | 409.596.037 |
| 12 | | | PASSIVOS FINANCEIROS | | | |
| | 01 | | Depósitos, Certificados de Depósito e Poupança | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 | 01 | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 02 | | Títulos a Curto Prazo | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 244,93 | 0,00 | 244,93 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 244,93 | 0,00 | 244,93 |
| | 03 | | Títulos a Médio e Longo Prazos | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | 02 | | Títulos a Curto Prazo | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 244,93 | 0 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 244,93 | 0 |
| | 03 | | Títulos a Médio e Longo Prazos | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 47.685.253.482 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 | 03 | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 04 | | Derivados Financeiros | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Empréstimos a Curto Prazo | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 4.000.000.000 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 500.000.000 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 52.185.253.482 |
| | 04 | | Derivados Financeiros | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | 05 | | Empréstimos a Curto Prazo | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 | 05 | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 06 | | Empréstimos a Médio e Longo Prazos | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 07 | | Outros Passivos Financeiros | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 244,93 | 0,00 | 244,93 |
| 13 | | | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | 06 | | Empréstimos a Médio e Longo Prazos | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | 07 | | Outros Passivos Financeiros | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 244,93 | 52.185.253.482 |
| 13 | | | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 13 | | | | | | | |
| | 01 | | Outras | | | | |
| | | 01 | Indemnizações | 0,00 | 926.343,08 | 0,00 | 926.343,08 |
| | | 02 | Activos incorpóreos | 0,00 | 8,78 | 0,00 | 8,78 |
| | | 99 | Outras | 0,00 | 165.590,61 | 0,00 | 165.590,61 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 1.091.942,47 | 0,00 | 1.091.942,47 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 1.091.942,47 | 0,00 | 1.091.942,47 |
| | | | Total das receitas de capital | 1.920,62 | 74.025.318,92 | 538,74 | 74.023.816,98 |
| | | | ********** | | | | |
| 14 | | | RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | | | | |
| | 01 | | Recursos Próprios Comunitários | | | | |
| | | 01 | Direitos aduaneiros de importação | 7.645.370,53 | 90.594.351,96 | 2.625.242,44 | 86.772.622,07 |
| | | 02 | Direitos niveladores agrícolas | 1.416.270,25 | 22.976.745,42 | 1.236.550,08 | 22.356.519,73 |
| | | 03 | Quotização sobre açúcar e isoglucose | 0,00 | 1.228.240,30 | 0,00 | 1.228.240,30 |
| | | 99 | Outros | 0,00 | 4.080,39 | 0,00 | 4.080,39 |
| | | | Total do Grupo | 9.061.640,78 | 114.803.418,07 | 3.861.792,52 | 110.361.462,49 |
| | | | Total do Capítulo | 9.061.640,78 | 114.803.418,07 | 3.861.792,52 | 110.361.462,49 |
| 15 | | | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | | | | |
| | 01 | | Reposições Não Abatidas nos Pagamentos | | | | |
| | | 01 | Reposições não abatidas nos pagamentos | 0,00 | 158.149.169,45 | 0,00 | 158.149.169,45 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 158.149.169,45 | 0,00 | 158.149.169,45 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 158.149.169,45 | 0,00 | 158.149.169,45 |
| 16 | | | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | | | | |
| | 01 | | Saldo Orçamental | | | | |
| | | 01 | Na posse do serviço | 0,00 | 22.634.828,45 | 0,00 | 22.634.828,45 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 01 | | Outras | | | |
| | | 01 | Indemnizações | 886,55 | 925.456,53 | 18.134 |
| | | 02 | Activos incorpóreos | 0,00 | 8,78 | 0 |
| | | 99 | Outras | 41.406,60 | 124.184,01 | 205.005 |
| | | | Total do Grupo | 42.293,15 | 1.049.649,32 | 223.139 |
| | | | Total do Capítulo | 42.293,15 | 1.049.649,32 | 223.139 |
| | | | Total das receitas de capital | 7.887.971,35 | 66.135.845,63 | 52.972.807.674 |
| | | | ********** | | | |
| 14 | | | RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | | | |
| | 01 | | Recursos Próprios Comunitários | | | |
| | | 01 | Direitos aduaneiros de importação | 569.471,15 | 86.203.150,92 | 107.000.000 |
| | | 02 | Direitos niveladores agrícolas | 668,95 | 22.355.850,78 | 39.000.000 |
| | | 03 | Quotização sobre açúcar e isoglucose | 0,00 | 1.228.240,30 | 1.800.000 |
| | | 99 | Outros | 0,00 | 4.080,39 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 570.140,10 | 109.791.322,39 | 147.800.000 |
| | | | Total do Capítulo | 570.140,10 | 109.791.322,39 | 147.800.000 |
| 15 | | | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | | | |
| | 01 | | Reposições Não Abatidas nos Pagamentos | | | |
| | | 01 | Reposições não abatidas nos pagamentos | 16.171.840,99 | 141.977.328,46 | 149.716.432 |
| | | | Total do Grupo | 16.171.840,99 | 141.977.328,46 | 149.716.432 |
| | | | Total do Capítulo | 16.171.840,99 | 141.977.328,46 | 149.716.432 |
| 16 | | | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | | | |
| | 01 | | Saldo Orçamental | | | |
| | | 01 | Na posse do serviço | 7.280.188,26 | 15.354.640,19 | 942 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 16 | 01 | 03 | Na posse do serviço - Consignado | 0,00 | 15.650.277,81 | 0,00 | 15.650.277,81 |
| | | 04 | Na posse do Tesouro | 0,00 | 5.274.260,31 | 0,00 | 5.274.260,31 |
| | | 05 | Na posse do Tesouro - Consignado | 0,00 | 161.544.663,81 | 0,00 | 161.544.663,81 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 205.104.030,38 | 0,00 | 205.104.030,38 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 205.104.030,38 | 0,00 | 205.104.030,38 |
| | | | Total da Receita | 4.466.579.722,47 | 31.548.405.277,78 | 965.299.030,04 | 28.786.854.565,09 |
| 17 | | | OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | | | | |
| | 02 | | Outras operações de Tesouraria | | | | |
| | | 02 | Receita multi-imposto (Excessos) | 0,00 | 5.204.115,21 | 0,00 | 5.204.115,21 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 5.204.115,21 | 0,00 | 5.204.115,21 |
| | 03 | | Reposições abatidas nos pagamentos | | | | |
| | | 01 | Reposições abatidas nos pagamentos | 0,00 | 47.852.360,35 | 0,00 | 47.852.360,35 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 47.852.360,35 | 0,00 | 47.852.360,35 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 53.056.475,56 | 0,00 | 53.056.475,56 |
| | | | Total Geral | 4.466.579.722,47 | 31.601.461.753,34 | 965.299.030,04 | 28.839.911.040,65 |

Direcção-Geral do Orçamento, 11 de Novembro de 2005
O Director-Geral, Luís Morais Sarmento

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 03 | Na posse do serviço - Consignado | 129.275,26 | 15.521.002,55 | 20.348.927 |
| | | 04 | Na posse do Tesouro | 4.294.795,27 | 979.465,04 | 6.667.477 |
| | | 05 | Na posse do Tesouro - Consignado | 44.327.062,89 | 117.217.600,92 | 121.387.170 |
| | | | Total do Grupo | 56.031.321,68 | 149.072.708,70 | 148.404.516 |
| | | | Total do Capítulo | 56.031.321,68 | 149.072.708,70 | 148.404.516 |
| | | | Total da Receita | 5.004.967.036,66 | 23.781.887.528,43 | 85.599.436.975 |
| 17 | | | OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | | | |
| | 02 | | Outras operações de Tesouraria | | | |
| | | 02 | Receita multi-imposto (Excessos) | 498.919,38 | 4.705.195,83 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 498.919,38 | 4.705.195,83 | 0 |
| | 03 | | Reposições abatidas nos pagamentos | | | |
| | | 01 | Reposições abatidas nos pagamentos | 0,00 | 47.852.360,35 | 0 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 47.852.360,35 | 0 |
| | | | Total do Capítulo | 498.919,38 | 52.557.556,18 | 0 |
| | | | Total Geral | 5.005.465.956,04 | 23.834.445.084,61 | 85.599.436.975 |

**ANO ECONÓMICO DE 2005**

**Meses de Janeiro a Setembro**

Mapa das Receitas do Estado por cobrar em 1 de Janeiro de 2005, das liquidações, anulações de liquidação, cobranças bruta e líquida, pagamentos de reembolsos e de restituições no ano e meses supra-indicados, conforme os elementos existentes nesta Direcção-Geral, e previsão orçamental para o mesmo ano de 2005

**(RESUMO)**

| Designação das receitas | Liquidações ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas abatidas das transferências | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | | | |
| IMPOSTOS DIRECTOS | 1.701.682.952,51 | 12.216.350.369,45 | 793.718.814,33 | 10.255.832.659,26 |
| IMPOSTOS INDIRECTOS | 2.524.993.911,98 | 17.217.186.308,39 | 94.084.709,91 | 16.563.885.838,96 |
| CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | -1.644,12 | 74.758.787,48 | 0,00 | 74.758.804,67 |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 230.751.438,91 | 462.746.273,85 | 73.626.301,82 | 319.467.469,39 |
| RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | 0,00 | 178.566.940,23 | 0,00 | 178.566.009,05 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 490.969.342,05 | 0,00 | 490.969.342,05 |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 89.501,79 | 302.291.812,68 | 6.872,72 | 302.282.455,58 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 53.453.506,83 | 0,00 | 53.453.506,83 |
| SOMAM AS RECEITAS CORRENTES | 4.457.516.161,07 | 30.996.323.340,96 | 961.436.698,78 | 28.239.216.085,79 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | |
| VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | 0,00 | 22.338.174,71 | 0,00 | 22.338.174,71 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 1.920,62 | 42.507.125,57 | 538,74 | 42.506.223,66 |
| ACTIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 8.087.831,24 | 0,00 | 8.087.231,21 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 244,93 | 0,00 | 244,93 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 1.091.942,47 | 0,00 | 1.091.942,47 |
| SOMAM AS RECEITAS DE CAPITAL | 1.920,62 | 74.025.318,92 | 538,74 | 74.023.816,98 |
| RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | 9.061.640,78 | 114.803.418,07 | 3.861.792,52 | 110.361.462,49 |
| REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 0,00 | 158.149.169,45 | 0,00 | 158.149.169,45 |
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 0,00 | 205.104.030,38 | 0,00 | 205.104.030,38 |
| TOTAL DA RECEITA | 4.466.579.722,47 | 31.548.405.277,78 | 965.299.030,04 | 28.786.854.565,09 |
| OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | 0,00 | 53.056.475,56 | 0,00 | 53.056.475,56 |
| TOTAL GERAL | 4.466.579.722,47 | 31.601.461.753,34 | 965.299.030,04 | 28.839.911.040,65 |

| Designação das receitas | Reembolsos/ restituições pagos e pagamentos escriturais abatidos dos transferidos | Cobrança líquida | Previsão orçamental Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro, e alterações posteriores |
|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | | |
| IMPOSTOS DIRECTOS | 2.267.808.431,26 | 7.988.024.228,00 | 11.411.000.000 |
| IMPOSTOS INDIRECTOS | 2.521.199.648,61 | 14.042.686.190,35 | 18.872.130.996 |
| CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | 1.359,70 | 74.757.444,97 | 100.000.000 |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 70.573.813,44 | 248.893.655,95 | 441.641.025 |
| RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | 357.025,60 | 178.208.983,45 | 168.317.938 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 38.270.146,18 | 452.699.195,87 | 731.486.131 |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 19.309.455,19 | 282.973.000,39 | 421.136.305 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 6.785.882,56 | 46.667.624,27 | 34.995.958 |
| SOMAM AS RECEITAS CORRENTES | 4.924.305.762,54 | 23.314.910.323,25 | 32.180.708.353 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | |
| VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | 2.425.239,49 | 19.912.935,22 | 210.014.294 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 5.111.826,50 | 37.394.397,16 | 167.720.722 |
| ACTIVOS FINANCEIROS | 308.612,21 | 7.778.619,00 | 409.596.037 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 244,93 | 52.185.253.482 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 42.293,15 | 1.049.649,32 | 223.139 |
| SOMAM AS RECEITAS DE CAPITAL | 7.887.971,35 | 66.135.845,63 | 52.972.807.674 |
| RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | 570.140,10 | 109.791.322,39 | 147.800.000 |
| REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 16.171.840,99 | 141.977.328,46 | 149.716.432 |
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 56.031.321,68 | 149.072.708,70 | 148.404.516 |
| TOTAL DA RECEITA | 5.004.967.036,66 | 23.781.887.528,43 | 85.599.436.975 |
| OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | 498.919,38 | 52.557.556,18 | 0 |
| TOTAL GERAL | 5.005.465.956,04 | 23.834.445.084,61 | 85.599.436.975 |

**NOTA:**

As alterações à previsão orçamental inicial, publicadas em *Diário da República*, foram as seguintes (em euros):

*Capítulo 01 - Grupo 01 - Artigo 01: Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 7.905.000.000 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | -155.000.000 |
| | 7.750.000.000 |

*Capítulo 01 - Grupo 01 - Artigo 02: Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 3.123.000.000 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | 317.000.000 |
| | 3.440.000.000 |

*Capítulo 02 - Grupo 01 - Artigo 01: Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 3.275.000.000 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | -197.000.000 |
| | 3.078.000.000 |

*Capítulo 02 - Grupo 01 - Artigo 02: Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 11.100.000.000 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | 450.000.000 |
| | 11.550.000.000 |

*Capítulo 02 - Grupo 01 - Artigo 04: Imposto de consumo sobre o tabaco*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 1.220.000.000 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | 30.000.000 |
| | 1.250.000.000 |

*Capítulo 02 - Grupo 02 - Artigo 01: Lotarias*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 21.516.761 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 150.000 |
| | 21.666.761 |

*Capítulo 02 - Grupo 02 - Artigo 02: Imposto do selo*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 1.500.000.000 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | -5.000.000 |
| | 1.495.000.000 |

*Capítulo 04 - Grupo 01 - Artigo 17: Taxas sobre licenciamentos diversos concedidas a empresas*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 2.584.888 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 22.119 |
| | 2.607.007 |

*Capítulo 04 - Grupo 01 - Artigo 99: Taxas diversas*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 183.999.979 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 100.000 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | 10.000.000 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 150.000 |
| | 194.249.979 |

*Capítulo 04 - Grupo 02 - Artigo 04: Coimas e penalidades por contra-ordenações*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 63.086.467 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 449 |
| | 63.086.916 |

*Capítulo 05 - Grupo 02 - Artigo 01: Bancos e outras instituições financeiras*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 31.583.791 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 450.000 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 50.000 |
| | 32.083.791 |

*Capítulo 05 - Grupo 07 - Artigo 01: Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase-sociedades não financeiras - Outras empresas públicas*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 792.496.000 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | -709.000.000 |
| | 83.496.000 |

*Capítulo 05 - Grupo 08 - Artigo 01: Dividendos e participações nos lucros de sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 275.500.000 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | -240.500.000 |
| | 35.000.000 |

*Capítulo 06 - Grupo 01 - Artigo 01: Públicas*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 317.000 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 20.939 |
| | 337.939 |

*Capítulo 06 - Grupo 01 - Artigo 02: Privadas*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 4.022.314 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 1.068.504 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 187.500 |
| | 5.278.318 |

*Capítulo 06 - Grupo 03 - Artigo 07: Serviços e fundos autónomos*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 420.020.186 |
| Declaração n.º 8/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 18 de Maio | 1.008.333 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 2.134.519 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 45.490.104 |
| | 468.653.142 |

*Capítulo 06 - Grupo 05 - Artigo 01: Continente*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 14.166.675 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 14.990.000 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 2.665.000 |
| | 31.821.675 |

*Capítulo 06 - Grupo 06 - Artigo 03: Financiamento comunitário em projectos co-financiados*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 32.678.198 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 3.450.000 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 4.335.000 |
| | 40.463.198 |

*Capítulo 06 - Grupo 07 - Artigo 01: Instituições sem fins lucrativos*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 5.707.560 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 6.300 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 65.225 |
| | 5.779.085 |

*Capítulo 06 - Grupo 08 - Artigo 01: Famílias*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 5.450.661 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 2.000.000 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 100.000 |
| | 7.550.661 |

*Capítulo 06 - Grupo 09 - Artigo 01: União Europeia - Instituições*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 107.473.547 |
| Declaração n.º 8/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 18 de Maio | 101.454 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 206.165 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 2.010.946 |
| | 109.792.112 |

*Capítulo 07 - Grupo 01 - Artigo 02: Livros e documentação técnica*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 996.730 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 320 |
| | 997.050 |

*Capítulo 07 - Grupo 01 - Artigo 03: Publicações e impressos*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 18.746.259 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 733.741 |
| | 19.480.000 |

*Capítulo 07 - Grupo 01 - Artigo 06: Produtos agrícolas e pecuários*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 12.511.697 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 470.000 |
| | 12.981.697 |

*Capítulo 07 - Grupo 01 - Artigo 99: Outros*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 72.655.916 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 4.000.000 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 3.295.605 |
| | 79.951.521 |

*Capítulo 07 - Grupo 02 - Artigo 02: Estudos, pareceres, projectos e consultadoria*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 17.820.773 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 216.707 |
| | 18.037.480 |

*Capítulo 07 - Grupo 02 - Artigo 99: Outros*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 156.714.030 |
| Declaração n.º 8/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 18 de Maio | 106.803 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 2.106.803 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 2.309.021 |
| | 161.236.657 |

*Capítulo 08 - Grupo 01 - Artigo 99: Outras*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 13.850.513 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 23.442 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 63.442 |
| | 13.937.397 |

*Capítulo 09 - Grupo 01 - Artigo 01: Sociedades e quase-sociedades não financeiras*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 3.010.700 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | 25.000.000 |
| | 28.010.700 |

*Capítulo 09 - Grupo 01 - Artigo 02: Sociedades financeiras*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 0 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | 25.000.000 |
| | 25.000.000 |

*Capítulo 09 - Grupo 03 - Artigo 01: Sociedades e quase-sociedades não financeiras*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 250.004.200 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | -175.000.000 |
| | 75.004.200 |

*Capítulo 09 - Grupo 03 - Artigo 02: Sociedades financeiras*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 250.000.000 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | -175.000.000 |
| | 75.000.000 |

*Capítulo 09 - Grupo 03 - Artigo 06: Administração Pública - Administração local - Continente*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 0 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 4.500.000 |
| | 4.500.000 |

*Capítulo 09 - Grupo 04 - Artigo 03: Administração Pública - Administração central - Estado*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 1.094.867 |
| Declaração n.º 8/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 18 de Maio | 25.577 |
| | 1.120.444 |

*Capítulo 10 - Grupo 03 - Artigo 07: Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 122.262 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 54.329 |
| | 176.591 |

*Capítulo 10 - Grupo 03 - Artigo 09: Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 60.000 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 291.870 |
| | 351.870 |

*Capítulo 11 - Grupo 10 - Artigo 01: Alienação de parte sociais de empresas*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 925.000.000 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | -525.000.000 |
| | 400.000.000 |

*Capítulo 12 - Grupo 03 - Artigo 02: Sociedades financeiras*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 43.359.926.485 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | 4.325.326.997 |
| | 47.685.253.482 |

*Capítulo 13 - Grupo 01 - Artigo 99: Outras*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 922.805.005 |
| Lei n.º 39-A/2005, de 29 de Julho (primeira alteração à lei orçamental) | -922.600.000 |
| | 205.005 |

*Capítulo 15 - Grupo 01 - Artigo 01: Reposições Não Abatidas nos Pagamentos*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 20.371.084 |
| Declaração n.º 8/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 18 de Maio | 70.661.986 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 33.146.936 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 25.536.426 |
| | 149.716.432 |

*Capítulo 16 - Grupo 01 - Artigo 01: Na posse do serviço*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 0 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 942 |
| | 942 |

*Capítulo 16 - Grupo 01 - Artigo 03: Na posse do serviço - Consignado*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 13.438.510 |
| Declaração n.º 8/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 18 de Maio | 155.417 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 2.280.000 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 4.475.000 |
| | 20.348.927 |

*Capítulo 16 - Grupo 01 - Artigo 04: Na posse do Tesouro*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 0 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 4.685.529 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 1.981.948 |
| | 6.667.477 |

*Capítulo 16 - Grupo 01 - Artigo 05: Na posse do Tesouro - Consignado*

| | |
|---|---|
| Importância inscrita no orçamento | 3.733.702 |
| Declaração n.º 8/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 18 de Maio | 4.002.748 |
| Declaração n.º 11/2005, publicada no DR, 1.ª série-B, de 12 de Agosto | 15.129.099 |
| Alterações a publicar em *Diário da República* (3.º Trim.) | 98.521.621 |
| | 121.387.170 |

Direcção-Geral do Orçamento, 11 de Novembro de 2005. - O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

**ANO ECONÓMICO DE 2005**

**Meses de Janeiro a Setembro**

Mapa de desenvolvimento das liquidações de Receitas do Estado no ano e meses supra-indicados, conforme os elementos existentes nesta Direcção-Geral

**(RESUMO)**

| Designação das receitas | Liquidações ****** Saldo em 1/1 de 2005 | Liquidações emitidas | Transferências de liquidação | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | Anulações de Liquidação |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | | | | |
| IMPOSTOS DIRECTOS | 1.701.682.952,51 | 12.216.350.369,45 | 0,00 | 12.216.350.369,45 | 793.718.814,33 |
| IMPOSTOS INDIRECTOS | 2.524.993.911,98 | 17.217.186.308,39 | 0,00 | 17.217.186.308,39 | 94.084.709,91 |
| CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | -1.644,12 | 74.758.787,48 | 0,00 | 74.758.787,48 | 0,00 |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 230.751.438,91 | 462.746.273,85 | 0,00 | 462.746.273,85 | 73.626.301,82 |
| RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | 0,00 | 178.566.940,23 | 0,00 | 178.566.940,23 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 490.969.342,05 | 0,00 | 490.969.342,05 | 0,00 |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 89.501,79 | 302.291.812,68 | 0,00 | 302.291.812,68 | 6.872,72 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 53.453.506,83 | 0,00 | 53.453.506,83 | 0,00 |
| SOMAM AS RECEITAS CORRENTES | 4.457.516.161,07 | 30.996.323.340,96 | 0,00 | 30.996.323.340,96 | 961.436.698,78 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | |
| VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | 0,00 | 22.338.174,71 | 0,00 | 22.338.174,71 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 1.920,62 | 42.507.125,57 | 0,00 | 42.507.125,57 | 538,74 |
| ACTIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 8.087.831,24 | 0,00 | 8.087.831,24 | 0,00 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 244,93 | 0,00 | 244,93 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 1.091.942,47 | 0,00 | 1.091.942,47 | 0,00 |
| SOMAM AS RECEITAS DE CAPITAL | 1.920,62 | 74.025.318,92 | 0,00 | 74.025.318,92 | 538,74 |
| RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | 9.061.640,78 | 114.803.418,07 | 0,00 | 114.803.418,07 | 3.861.792,52 |
| REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 0,00 | 158.149.169,45 | 0,00 | 158.149.169,45 | 0,00 |
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 0,00 | 205.104.030,38 | 0,00 | 205.104.030,38 | 0,00 |
| TOTAL DA RECEITA | 4.466.579.722,47 | 31.548.405.277,78 | 0,00 | 31.548.405.277,78 | 965.299.030,04 |
| OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | 0,00 | 53.056.475,56 | 0,00 | 53.056.475,56 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | 4.466.579.722,47 | 31.601.461.753,34 | 0,00 | 31.601.461.753,34 | 965.299.030,04 |

| Designação das receitas | Anulações de liquidação em execução fiscal | Extinção por dação | Extinção por confusão | Extinção por conversão de créditos em capital | Transferência de titularidade de créditos |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | | | | |
| IMPOSTOS DIRECTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IMPOSTOS INDIRECTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SOMAM AS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | |
| VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ACTIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SOMAM AS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DA RECEITA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Designação das receitas | Extinção por perdão e amnistia | Extinção por prescrição | Anulações de liquidação e similares em execução fiscal | Anulações de liquidação e similares | Cobrança bruta corrigida |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | | | | |
| IMPOSTOS DIRECTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 793.718.814,33 | 10.255.832.659,26 |
| IMPOSTOS INDIRECTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 94.084.709,91 | 16.563.885.838,96 |
| CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 74.758.804,67 |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 73.626.301,82 | 319.467.469,39 |
| RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 178.566.009,05 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 490.969.342,05 |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.872,72 | 302.282.455,58 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 53.453.506,83 |
| SOMAM AS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 961.436.698,78 | 28.239.216.085,79 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | |
| VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.338.174,71 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 538,74 | 42.506.223,66 |
| ACTIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.087.231,21 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 244,93 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.091.942,47 |
| SOMAM AS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 538,74 | 74.023.816,98 |
| RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.861.792,52 | 110.361.462,49 |
| REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 158.149.169,45 |
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 205.104.030,38 |
| TOTAL DA RECEITA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 965.299.030,04 | 28.786.854.565,09 |
| OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 53.056.475,56 |
| TOTAL GERAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 965.299.030,04 | 28.839.911.040,65 |

**ANO ECONÓMICO DE 2005**

**Meses de Janeiro a Setembro**

Mapa de desenvolvimento das cobranças de Receitas do Estado no ano e meses supra-indicados, conforme os elementos existentes nesta Direcção-Geral

**(RESUMO)**

| Designação das receitas | Cobrança por pagamento voluntário | Cobrança escritural | Cobrança escritural por compensação | Cobrança escritural por compensação em execução fiscal | Cobrança coerciva | Cobrança em execução fiscal |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | | | | | |
| IMPOSTOS DIRECTOS | 10.258.097.754,22 | 280.093,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IMPOSTOS INDIRECTOS | 16.559.069.818,03 | 6.081.405,83 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | 16.258.335,79 | 58.500.468,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 224.044.427,65 | 96.039.364,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | 169.844.109,44 | 8.721.899,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 116.492.583,64 | 374.476.758,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 146.953.227,81 | 155.339.022,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 47.809.101,21 | 5.644.405,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SOMAM AS RECEITAS CORRENTES | 27.538.569.357,79 | 705.083.419,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | |
| VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | 1.156.297,24 | 21.181.877,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 8.986.235,98 | 33.519.987,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ACTIVOS FINANCEIROS | 1.991.080,58 | 6.096.150,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 244,93 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 83.849,22 | 1.008.093,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SOMAM AS RECEITAS DE CAPITAL | 12.217.707,95 | 61.806.109,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | 110.361.462,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 151.595.652,81 | 6.553.516,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 27.717.951,80 | 177.386.078,58 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DA RECEITA | 27.840.462.132,84 | 950.829.123,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | 45.700.085,07 | 7.364.354,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | 27.886.162.217,91 | 958.193.477,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Designação das receitas | Transferência de cobrança | Má cobrança | Cobrança bruta corrigida | Reembolsos/ restituições pagos abatidos dos transferidos | Cobrança líquida |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | | | | |
| IMPOSTOS DIRECTOS | 0,00 | 2.545.188,87 | 10.255.832.659,26 | 2.267.808.431,26 | 7.988.024.228,00 |
| IMPOSTOS INDIRECTOS | 0,00 | 1.265.384,90 | 16.563.885.838,96 | 2.521.199.648,61 | 14.042.686.190,35 |
| CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | 0,00 | 0,00 | 74.758.804,67 | 1.359,70 | 74.757.444,97 |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 0,00 | 616.323,03 | 319.467.469,39 | 70.573.813,44 | 248.893.655,95 |
| RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | 0,00 | 0,00 | 178.566.009,05 | 357.025,60 | 178.208.983,45 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 490.969.342,05 | 38.270.146,18 | 452.699.195,87 |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 0,00 | 9.794,48 | 302.282.455,58 | 19.309.455,19 | 282.973.000,39 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 53.453.506,83 | 6.785.882,56 | 46.667.624,27 |
| SOMAM AS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 4.436.691,28 | 28.239.216.085,79 | 4.924.305.762,54 | 23.314.910.323,25 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | |
| VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | 0,00 | 0,00 | 22.338.174,71 | 2.425.239,49 | 19.912.935,22 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 42.506.223,66 | 5.111.826,50 | 37.394.397,16 |
| ACTIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 8.087.231,21 | 308.612,21 | 7.778.619,00 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 244,93 | 0,00 | 244,93 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 1.091.942,47 | 42.293,15 | 1.049.649,32 |
| SOMAM AS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 74.023.816,98 | 7.887.971,35 | 66.135.845,63 |
| RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 110.361.462,49 | 570.140,10 | 109.791.322,39 |
| REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 0,00 | 0,00 | 158.149.169,45 | 16.171.840,99 | 141.977.328,46 |
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 0,00 | 0,00 | 205.104.030,38 | 56.031.321,68 | 149.072.708,70 |
| TOTAL DA RECEITA | 0,00 | 4.436.691,28 | 28.786.854.565,09 | 5.004.967.036,66 | 23.781.887.528,43 |
| OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | 0,00 | 7.963,55 | 53.056.475,56 | 498.919,38 | 52.557.556,18 |
| TOTAL GERAL | 0,00 | 4.444.654,83 | 28.839.911.040,65 | 5.005.465.956,04 | 23.834.445.084,61 |

**ANO ECONÓMICO DE 2005**

**Meses de Janeiro a Setembro**

Mapa de desenvolvimento dos reembolsos de Receitas do Estado no ano e meses supra-indicados, conforme os elementos existentes nesta Direcção-Geral

**(RESUMO)**

| Designação das receitas | Reembolsos emitidos por pagar ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Reembolsos emitidos | Transferências de reembolsos emitidos | Reembolsos emitidos abatidos dos transferidos | Reembolsos pagos |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | | | | |
| IMPOSTOS DIRECTOS | 19.320.940,30 | 2.462.460.017,92 | 0,00 | 2.462.460.017,92 | 2.262.745.474,35 |
| IMPOSTOS INDIRECTOS | 7.989.791,44 | 2.515.279.820,28 | 0,00 | 2.515.279.820,28 | 2.459.510.886,32 |
| CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | 0,00 | 967,14 | 0,00 | 967,14 | 967,14 |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 220.092,00 | 15.083.923,07 | 0,00 | 15.083.923,07 | 14.678.064,37 |
| RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | 0,00 | 154.693,40 | 0,00 | 154.693,40 | 154.693,40 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 20.418.428,98 | 0,00 | 20.418.428,98 | 20.418.428,98 |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 0,00 | 8.127.165,40 | 0,00 | 8.127.165,40 | 8.127.032,90 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 88.476,82 | 0,00 | 88.476,82 | 88.476,82 |
| SOMAM AS RECEITAS CORRENTES | 27.530.823,74 | 5.021.613.493,01 | 0,00 | 5.021.613.493,01 | 4.765.724.024,28 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | |
| VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | 0,00 | 2.037.596,94 | 0,00 | 2.037.596,94 | 2.037.596,94 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 4.014.403,45 | 0,00 | 4.014.403,45 | 4.014.403,45 |
| ACTIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 308.612,21 | 0,00 | 308.612,21 | 308.612,21 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 41.261,10 | 0,00 | 41.261,10 | 41.261,10 |
| SOMAM AS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 6.401.873,70 | 0,00 | 6.401.873,70 | 6.401.873,70 |
| RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | 0,00 | 623.105,16 | 0,00 | 623.105,16 | 570.140,10 |
| REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 0,00 | 48.750.953,42 | 0,00 | 48.750.953,42 | 48.750.953,42 |
| TOTAL DA RECEITA | 27.530.823,74 | 5.077.389.425,29 | 0,00 | 5.077.389.425,29 | 4.821.446.991,50 |
| OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | 0,00 | 498.835,98 | 0,00 | 498.835,98 | 462.192,70 |
| TOTAL GERAL | 27.530.823,74 | 5.077.888.261,27 | 0,00 | 5.077.888.261,27 | 4.821.909.184,20 |

| Designação das receitas | Reembolsos pagos escrituralmente | Transferências de reembolsos pagos | Reembolsos pagos abatidos dos transferidos | Reembolsos cancelados |
|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | | | |
| IMPOSTOS DIRECTOS | 0,00 | 0,00 | 2.262.745.474,35 | 41.634.494,78 |
| IMPOSTOS INDIRECTOS | 0,00 | 0,00 | 2.459.510.886,32 | 11.770.560,66 |
| CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | 0,00 | 0,00 | 967,14 | 0,00 |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 0,00 | 0,00 | 14.678.064,37 | 93.514,80 |
| RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | 0,00 | 0,00 | 154.693,40 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 20.418.428,98 | 0,00 |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 8.127.032,90 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 88.476,82 | 0,00 |
| SOMAM AS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 4.765.724.024,28 | 53.498.570,24 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | |
| VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | 0,00 | 0,00 | 2.037.596,94 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 4.014.403,45 | 0,00 |
| ACTIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 308.612,21 | 0,00 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 41.261,10 | 0,00 |
| SOMAM AS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 6.401.873,70 | 0,00 |
| RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 570.140,10 | 0,00 |
| REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 0,00 | 0,00 | 48.750.953,42 | 0,00 |
| TOTAL DA RECEITA | 0,00 | 0,00 | 4.821.446.991,50 | 53.498.570,24 |
| OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | 0,00 | 0,00 | 462.192,70 | 17.336,37 |
| TOTAL GERAL | 0,00 | 0,00 | 4.821.909.184,20 | 53.515.906,61 |

**ANO ECONÓMICO DE 2005**

**Meses de Janeiro a Setembro**

Mapa de desenvolvimento das restituições de Receitas do Estado no ano e meses supra-indicados, conforme os elementos existentes nesta Direcção-Geral

**(RESUMO)**

| Designação das receitas | Restituições emitidas por pagar ***** Saldo em 1/1 de 2005 | Restituições emitidas | Transferências de restituições emitidas | Restituições emitidas abatidas das transferidas | Restituições pagas |
|---|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | | | | |
| IMPOSTOS DIRECTOS | 0,00 | 5.062.956,91 | 0,00 | 5.062.956,91 | 5.062.956,91 |
| IMPOSTOS INDIRECTOS | 3.877.378,61 | 62.187.044,30 | 0,00 | 62.187.044,30 | 61.688.762,29 |
| CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | 0,00 | 392,56 | 0,00 | 392,56 | 392,56 |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 158.455,84 | 55.904.473,88 | 0,00 | 55.904.473,88 | 55.895.749,07 |
| RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | 0,00 | 202.332,20 | 0,00 | 202.332,20 | 202.332,20 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 17.851.717,20 | 0,00 | 17.851.717,20 | 17.851.717,20 |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 0,00 | 11.182.422,29 | 0,00 | 11.182.422,29 | 11.182.422,29 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 6.697.405,74 | 0,00 | 6.697.405,74 | 6.697.405,74 |
| SOMAM AS RECEITAS CORRENTES | 4.035.834,45 | 159.088.745,08 | 0,00 | 159.088.745,08 | 158.581.738,26 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | |
| VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | 0,00 | 387.642,55 | 0,00 | 387.642,55 | 387.642,55 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 1.097.423,05 | 0,00 | 1.097.423,05 | 1.097.423,05 |
| ACTIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 1.032,05 | 0,00 | 1.032,05 | 1.032,05 |
| SOMAM AS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 1.486.097,65 | 0,00 | 1.486.097,65 | 1.486.097,65 |
| RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 0,00 | 16.171.840,99 | 0,00 | 16.171.840,99 | 16.171.840,99 |
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 0,00 | 7.280.368,26 | 0,00 | 7.280.368,26 | 7.280.368,26 |
| TOTAL DA RECEITA | 4.035.834,45 | 184.027.051,98 | 0,00 | 184.027.051,98 | 183.520.045,16 |
| OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | 0,00 | 48.884,98 | 0,00 | 48.884,98 | 36.726,68 |
| TOTAL GERAL | 4.035.834,45 | 184.075.936,96 | 0,00 | 184.075.936,96 | 183.556.771,84 |

| Designação das receitas | Restituições pagas escrituralmente | Transferências de restituições pagas | Restituições pagas abatidas das transferidas | Restituições canceladas |
|---|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | | | |
| IMPOSTOS DIRECTOS | 0,00 | 0,00 | 5.062.956,91 | 0,00 |
| IMPOSTOS INDIRECTOS | 0,00 | 0,00 | 61.688.762,29 | 31.535,40 |
| CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | 0,00 | 0,00 | 392,56 | 0,00 |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 0,00 | 0,00 | 55.895.749,07 | 12.478,45 |
| RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | 0,00 | 0,00 | 202.332,20 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 17.851.717,20 | 0,00 |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 11.182.422,29 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 6.697.405,74 | 0,00 |
| SOMAM AS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 158.581.738,26 | 44.013,85 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | |
| VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | 0,00 | 0,00 | 387.642,55 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 1.097.423,05 | 0,00 |
| ACTIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 1.032,05 | 0,00 |
| SOMAM AS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 1.486.097,65 | 0,00 |
| RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 0,00 | 0,00 | 16.171.840,99 | 0,00 |
| SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 0,00 | 0,00 | 7.280.368,26 | 0,00 |
| TOTAL DA RECEITA | 0,00 | 0,00 | 183.520.045,16 | 44.013,85 |
| OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | 0,00 | 0,00 | 36.726,68 | 11.942,30 |
| TOTAL GERAL | 0,00 | 0,00 | 183.556.771,84 | 55.956,15 |

## ANO ECONÓMICO DE 2005

### Meses de Janeiro a Setembro

Mapa das liquidações, cobrança bruta, pagamentos de reembolsos e de restituições e cobrança líquida no ano e meses supra-indicados e a sua comparação com os mesmos valores dos meses do ano anterior

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | | **RECEITAS CORRENTES** | | | | | | |
| 01 | | | **IMPOSTOS DIRECTOS** | | | | | | |
| | 01 | | Sobre o Rendimento | | | | | | |
| | | 01 | Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) | 7.256.048.747,34 | 7.706.893.508,54 | 450.844.761,20 | 6.613.238.852,60 | 6.889.684.952,58 | 276.446.099,98 |
| | | 02 | Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) | 3.493.744.000,86 | 4.484.702.597,86 | 990.958.597,00 | 3.284.713.693,32 | 3.341.393.443,63 | 56.679.750,31 |
| | | | Total do Grupo | 10.749.792.748,20 | 12.191.596.106,40 | 1.441.803.358,20 | 9.897.952.545,92 | 10.231.078.396,21 | 333.125.850,29 |
| | 02 | | Outros | | | | | | |
| | | 01 | Imposto sobre as sucessões e doações | 22.613.254,75 | 19.772.643,52 | -2.840.611,23 | 22.613.254,75 | 19.772.643,52 | -2.840.611,23 |
| | | 06 | Imposto do uso, porte e detenção de armas | 18.020,37 | 12.320,21 | -5.700,16 | 18.020,37 | 12.320,21 | -5.700,16 |
| | | 07 | Impostos abolidos | 271.403,40 | 11.087,82 | -260.315,58 | 271.403,40 | 11.087,82 | -260.315,58 |
| | | 99 | Impostos directos diversos | 4.320.103,05 | 4.958.211,50 | 638.108,45 | 4.320.103,05 | 4.958.211,50 | 638.108,45 |
| | | | Total do Grupo | 27.222.781,57 | 24.754.263,05 | -2.468.518,52 | 27.222.781,57 | 24.754.263,05 | -2.468.518,52 |
| | | | Total do Capítulo | 10.777.015.529,77 | 12.216.350.369,45 | 1.439.334.839,68 | 9.925.175.327,49 | 10.255.832.659,26 | 330.657.331,77 |
| 02 | | | **IMPOSTOS INDIRECTOS** | | | | | | |
| | 01 | | Sobre o Consumo | | | | | | |
| | | 01 | Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) | 2.230.475.642,51 | 2.285.774.360,95 | 55.298.718,44 | 2.224.323.476,32 | 2.277.757.108,74 | 53.433.632,42 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | | **RECEITAS CORRENTES** | | | | | | |
| 01 | | | **IMPOSTOS DIRECTOS** | | | | | | |
| | 01 | | Sobre o Rendimento | | | | | | |
| | | 01 | Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) | 1.829.498.842,15 | 1.821.425.463,92 | -8.073.378,23 | 4.783.740.010,45 | 5.068.259.488,66 | 284.519.478,21 |
| | | 02 | Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) | 433.169.148,10 | 430.320.010,43 | -2.849.137,67 | 2.851.544.545,22 | 2.911.073.433,20 | 59.528.887,98 |
| | | | Total do Grupo | 2.262.667.990,25 | 2.251.745.474,35 | -10.922.515,90 | 7.635.284.555,67 | 7.979.332.921,86 | 344.048.366,19 |
| | 02 | | Outros | | | | | | |
| | | 01 | Imposto sobre as sucessões e doações | 3.753.052,96 | 1.922.759,72 | -1.830.293,24 | 18.860.201,79 | 17.849.883,80 | -1.010.317,99 |
| | | 06 | Imposto do uso, porte e detenção de armas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.020,37 | 12.320,21 | -5.700,16 |
| | | 07 | Impostos abolidos | 478.372,57 | 251.442,55 | -226.930,02 | -206.969,17 | -240.354,73 | -33.385,56 |
| | | 99 | Impostos directos diversos | 13.345.162,42 | 13.888.754,64 | 543.592,22 | -9.025.059,37 | -8.930.543,14 | 94.516,23 |
| | | | Total do Grupo | 17.576.587,95 | 16.062.956,91 | -1.513.631,04 | 9.646.193,62 | 8.691.306,14 | -954.887,48 |
| | | | Total do Capítulo | 2.280.244.578,20 | 2.267.808.431,26 | -12.436.146,94 | 7.644.930.749,29 | 7.988.024.228,00 | 343.093.478,71 |
| 02 | | | **IMPOSTOS INDIRECTOS** | | | | | | |
| | 01 | | Sobre o Consumo | | | | | | |
| | | 01 | Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) | 8.188.049,58 | 7.761.444,53 | -426.605,05 | 2.216.135.426,74 | 2.269.995.664,21 | 53.860.237,47 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 02 | 01 | 02 | Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | 11.595.266.818,65 | 11.669.746.309,21 | 74.479.490,56 | 10.237.280.277,49 | 11.026.021.612,57 | 788.741.335,08 |
| | | 03 | Imposto automóvel (IA) | 847.102.560,70 | 902.986.199,71 | 55.883.639,01 | 856.141.935,25 | 907.695.711,07 | 51.553.775,82 |
| | | 04 | Imposto de consumo sobre o tabaco (IT) | 738.357.800,19 | 965.407.667,68 | 227.049.867,49 | 738.355.628,83 | 965.411.523,55 | 227.055.894,72 |
| | | 05 | Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas (IABA) | 143.152.438,70 | 132.396.208,65 | -10.756.230,05 | 142.690.645,81 | 132.294.504,41 | -10.396.141,40 |
| | | 99 | Impostos diversos sobre o consumo | 6.642,10 | 10,50 | -6.631,60 | 6.642,10 | 10,50 | -6.631,60 |
| | | | Total do Grupo | 15.554.361.902,85 | 15.956.310.756,70 | 401.948.853,85 | 14.198.798.605,80 | 15.309.180.470,84 | 1.110.381.865,04 |
| | 02 | | Outros | | | | | | |
| | | 01 | Lotarias | 4.608.284,40 | 3.967.994,31 | -640.290,09 | 4.608.284,40 | 3.967.994,31 | -640.290,09 |
| | | 02 | Imposto do selo | 1.028.933.067,65 | 1.100.976.269,26 | 72.043.201,61 | 1.028.924.982,85 | 1.094.814.361,78 | 65.889.378,93 |
| | | 03 | Imposto do jogo | 22.592.749,30 | 16.958.713,95 | -5.634.035,35 | 22.592.749,30 | 16.958.713,95 | -5.634.035,35 |
| | | 04 | Impostos rodoviários | 0,00 | 116.049.977,86 | 116.049.977,86 | 0,00 | 116.049.977,86 | 116.049.977,86 |
| | | 05 | Resultados da exploração de apostas mútuas | 9.012.194,08 | 4.588.952,97 | -4.423.241,11 | 9.012.194,08 | 4.588.952,97 | -4.423.241,11 |
| | | 99 | Impostos indirectos diversos | 11.829.657,52 | 18.333.643,34 | 6.503.985,82 | 11.828.503,67 | 18.325.367,25 | 6.496.863,58 |
| | | | Total do Grupo | 1.076.975.952,95 | 1.260.875.551,69 | 183.899.598,74 | 1.076.966.714,30 | 1.254.705.368,12 | 177.738.653,82 |
| | | | Total do Capítulo | 16.631.337.855,80 | 17.217.186.308,39 | 585.848.452,59 | 15.275.765.320,10 | 16.563.885.838,96 | 1.288.120.518,86 |
| 03 | | | **CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE** | | | | | | |
| | 03 | | Caixa Geral de Aposentações e ADSE | | | | | | |
| | | 02 | Comparticipações para a ADSE | 70.039.373,49 | 74.758.787,48 | 4.719.413,99 | 70.039.373,49 | 74.758.804,67 | 4.719.431,18 |
| | | | Total do Grupo | 70.039.373,49 | 74.758.787,48 | 4.719.413,99 | 70.039.373,49 | 74.758.804,67 | 4.719.431,18 |
| | | | Total do Capítulo | 70.039.373,49 | 74.758.787,48 | 4.719.413,99 | 70.039.373,49 | 74.758.804,67 | 4.719.431,18 |
| 04 | | | **TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES** | | | | | | |
| | 01 | | Taxas | | | | | | |
| | | 01 | Taxas de justiça | 6.254.310,26 | 7.856.747,76 | 1.602.437,50 | 6.254.310,26 | 7.856.747,76 | 1.602.437,50 |
| | | 02 | Taxas de registo de notariado | 65,28 | 48,48 | -16,80 | 65,28 | 48,48 | -16,80 |
| | | 03 | Taxas de registo predial | 0,00 | 271,00 | 271,00 | 0,00 | 271,00 | 271,00 |
| | | 04 | Taxas de registo civil | 2.964.946,11 | 2.897.086,84 | -67.859,27 | 2.964.946,11 | 2.897.086,84 | -67.859,27 |
| | | 05 | Taxas de registo comercial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | 02 | Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | 2.675.079.149,84 | 2.496.775.918,68 | -178.303.231,16 | 7.562.201.127,65 | 8.529.245.693,89 | 967.044.566,24 |
| | | 03 | Imposto automóvel (IA) | 4.455.688,13 | 1.487.227,02 | -2.968.461,11 | 851.686.247,12 | 906.208.484,05 | 54.522.236,93 |
| | | 04 | Imposto de consumo sobre o tabaco (IT) | 574.206,34 | 1.975.589,83 | 1.401.383,49 | 737.781.422,49 | 963.435.933,72 | 225.654.511,23 |
| | | 05 | Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas (IABA) | 656.314,24 | 176.712,42 | -479.601,82 | 142.034.331,57 | 132.117.791,99 | -9.916.539,58 |
| | | 99 | Impostos diversos sobre o consumo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.642,10 | 10,50 | -6.631,60 |
| | | | Total do Grupo | 2.688.953.408,13 | 2.508.176.892,48 | -180.776.515,65 | 11.509.845.197,67 | 12.801.003.578,36 | 1.291.158.380,69 |
| | 02 | | Outros | | | | | | |
| | | 01 | Lotarias | 869.422,25 | 1.404.470,46 | 535.048,21 | 3.738.862,15 | 2.563.523,85 | -1.175.338,30 |
| | | 02 | Imposto do selo | 2.009.932,16 | 766.873,14 | -1.243.059,02 | 1.026.915.050,69 | 1.094.047.488,64 | 67.132.437,95 |
| | | 03 | Imposto do jogo | 67.392,59 | 0,00 | -67.392,59 | 22.525.356,71 | 16.958.713,95 | -5.566.642,76 |
| | | 04 | Impostos rodoviários | 0,00 | 51.650,01 | 51.650,01 | 0,00 | 115.998.327,85 | 115.998.327,85 |
| | | 05 | Resultados da exploração de apostas mútuas | 0,00 | 1.708.857,40 | 1.708.857,40 | 9.012.194,08 | 2.880.095,57 | -6.132.098,51 |
| | | 99 | Impostos indirectos diversos | 9.361.103,34 | 9.090.905,12 | -270.198,22 | 2.467.400,33 | 9.234.462,13 | 6.767.061,80 |
| | | | Total do Grupo | 12.307.850,34 | 13.022.756,13 | 714.905,79 | 1.064.658.863,96 | 1.241.682.611,99 | 177.023.748,03 |
| | | | Total do Capítulo | 2.701.261.258,47 | 2.521.199.648,61 | -180.061.609,86 | 12.574.504.061,63 | 14.042.686.190,35 | 1.468.182.128,72 |
| 03 | | | CONTRIB. P/A SEG. SOC., A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇ. E A ADSE | | | | | | |
| | 03 | | Caixa Geral de Aposentações e ADSE | | | | | | |
| | | 02 | Comparticipações para a ADSE | 965.282,14 | 1.359,70 | -963.922,44 | 69.074.091,35 | 74.757.444,97 | 5.683.353,62 |
| | | | Total do Grupo | 965.282,14 | 1.359,70 | -963.922,44 | 69.074.091,35 | 74.757.444,97 | 5.683.353,62 |
| | | | Total do Capítulo | 965.282,14 | 1.359,70 | -963.922,44 | 69.074.091,35 | 74.757.444,97 | 5.683.353,62 |
| 04 | | | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | | | | | | |
| | 01 | | Taxas | | | | | | |
| | | 01 | Taxas de justiça | 4.514.748,57 | 3.832.264,04 | -682.484,53 | 1.739.561,69 | 4.024.483,72 | 2.284.922,03 |
| | | 02 | Taxas de registo de notariado | 0,00 | 2.354,33 | 2.354,33 | 65,28 | -2.305,85 | -2.371,13 |
| | | 03 | Taxas de registo predial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 271,00 | 271,00 |
| | | 04 | Taxas de registo civil | 3.437.479,71 | 3.959.840,50 | 522.360,79 | -472.533,60 | -1.062.753,66 | -590.220,06 |
| | | 05 | Taxas de registo comercial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 04 | 01 | 06 | Taxas florestais | 4.267.316,76 | 5.377.566,10 | 1.110.249,34 | 4.267.316,76 | 5.377.566,10 | 1.110.249,34 |
| | | 07 | Taxas vinícolas | 13.491,86 | 18.146,90 | 4.655,04 | 13.491,86 | 18.146,90 | 4.655,04 |
| | | 08 | Taxas moderadoras | 2.690,25 | 1.807,08 | -883,17 | 2.690,25 | 1.807,08 | -883,17 |
| | | 09 | Taxas sobre espectáculos e divertimentos | 1.032.334,78 | 495.315,67 | -537.019,11 | 1.032.334,78 | 495.315,67 | -537.019,11 |
| | | 10 | Taxas sobre energia | 9.779.323,50 | 8.667.038,98 | -1.112.284,52 | 9.779.323,50 | 8.667.038,98 | -1.112.284,52 |
| | | 11 | Taxas sobre geologia e minas | 64.875,48 | 150.152,35 | 85.276,87 | 64.875,48 | 150.152,35 | 85.276,87 |
| | | 12 | Taxas sobre comercialização e abate de gado | 43.911,01 | 126.383,45 | 82.472,44 | 43.911,01 | 126.383,45 | 82.472,44 |
| | | 13 | Taxas de portos | 32.401,81 | 34.219,85 | 1.818,04 | 32.401,81 | 34.219,85 | 1.818,04 |
| | | 14 | Taxas sobre operações de bolsa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 15 | Taxas sobre controlo metrológico e de qualidade | 2.123.094,45 | 2.595.657,51 | 472.563,06 | 2.123.094,45 | 2.595.657,51 | 472.563,06 |
| | | 16 | Taxas s/ fiscalizaç. de actividades comerc. e industriais | 11.924,17 | 33.761,74 | 21.837,57 | 11.924,17 | 33.761,74 | 21.837,57 |
| | | 17 | Taxas sobre licenciamentos diversos concedidos a empresas | 3.268.057,59 | 5.520.157,11 | 2.252.099,52 | 3.268.057,59 | 5.520.157,11 | 2.252.099,52 |
| | | 18 | Taxas sobre o valor de adjudicação de obras públicas | 0,00 | 295,20 | 295,20 | 0,00 | 295,20 | 295,20 |
| | | 19 | Adicionais | 13.965,06 | 15.217,74 | 1.252,68 | 13.965,06 | 15.217,74 | 1.252,68 |
| | | 20 | Emolumentos consulares | 883,33 | 0,00 | -883,33 | 883,33 | 0,00 | -883,33 |
| | | 21 | Portagens | 0,00 | 0,45 | 0,45 | 0,00 | 0,45 | 0,45 |
| | | 22 | Propinas | 1.010.340,05 | 1.359.289,20 | 348.949,15 | 1.010.340,05 | 1.359.289,20 | 348.949,15 |
| | | 99 | Taxas diversas | 99.663.523,98 | 91.414.158,64 | -8.249.365,34 | 99.663.523,98 | 91.414.158,64 | -8.249.365,34 |
| | | | Total do Grupo | 130.547.455,73 | 126.563.322,05 | -3.984.133,68 | 130.547.455,73 | 126.563.322,05 | -3.984.133,68 |
| | 02 | | Multas e Outras Penalidades | | | | | | |
| | | 01 | Juros de mora | 96.073.981,65 | 102.156.500,58 | 6.082.518,93 | 92.167.793,69 | 61.168.204,76 | -30.999.588,93 |
| | | 02 | Juros compensatórios | 90.990.005,35 | 135.876.985,85 | 44.886.980,50 | 25.662.647,60 | 33.589.388,48 | 7.926.740,88 |
| | | 03 | Multas coimas p/infracç. Código Estrada restante legislaç. | 50.223.265,92 | 36.044.074,33 | -14.179.191,59 | 50.223.265,92 | 36.044.074,33 | -14.179.191,59 |
| | | 04 | Coimas e penalidades por contra-ordenações | 42.666.887,68 | 53.481.803,09 | 10.814.915,41 | 42.664.984,79 | 53.478.893,32 | 10.813.908,53 |
| | | 99 | Multas e penalidades diversas | 1.807.983,44 | 8.623.587,95 | 6.815.604,51 | 1.807.983,44 | 8.623.586,45 | 6.815.603,01 |
| | | | Total do Grupo | 281.762.124,04 | 336.182.951,80 | 54.420.827,76 | 212.526.675,44 | 192.904.147,34 | -19.622.528,10 |
| | | | Total do Capítulo | 412.309.579,77 | 462.746.273,85 | 50.436.694,08 | 343.074.131,17 | 319.467.469,39 | -23.606.661,78 |
| 05 | | | RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | | | | | | |
| | 01 | | Juros - Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras | | | | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | 06 | Taxas florestais | 852.240,45 | 1.106.995,86 | 254.755,41 | 3.415.076,31 | 4.270.570,24 | 855.493,93 |
| | | 07 | Taxas vinícolas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.491,86 | 18.146,90 | 4.655,04 |
| | | 08 | Taxas moderadoras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.690,25 | 1.807,08 | -883,17 |
| | | 09 | Taxas sobre espectáculos e divertimentos | 377.577,96 | 300.178,19 | -77.399,77 | 654.756,82 | 195.137,48 | -459.619,34 |
| | | 10 | Taxas sobre energia | 5.087,76 | 385.668,37 | 380.580,61 | 9.774.235,74 | 8.281.370,61 | -1.492.865,13 |
| | | 11 | Taxas sobre geologia e minas | 0,00 | 80,18 | 80,18 | 64.875,48 | 150.072,17 | 85.196,69 |
| | | 12 | Taxas sobre comercialização e abate de gado | 10.740,66 | 0,00 | -10.740,66 | 33.170,35 | 126.383,45 | 93.213,10 |
| | | 13 | Taxas de portos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 32.401,81 | 34.219,85 | 1.818,04 |
| | | 14 | Taxas sobre operações de bolsa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 15 | Taxas sobre controlo metrológico e de qualidade | 209.122,50 | 487.070,58 | 277.948,08 | 1.913.971,95 | 2.108.586,93 | 194.614,98 |
| | | 16 | Taxas s/ fiscalizaç. de actividades comerc. e industriais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.924,17 | 33.761,74 | 21.837,57 |
| | | 17 | Taxas sobre licenciamentos diversos concedidos a empresas | 90.159,53 | 2.014.346,52 | 1.924.186,99 | 3.177.898,06 | 3.505.810,59 | 327.912,53 |
| | | 18 | Taxas sobre o valor de adjudicação de obras públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 295,20 | 295,20 |
| | | 19 | Adicionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.965,06 | 15.217,74 | 1.252,68 |
| | | 20 | Emolumentos consulares | 0,00 | 110,24 | 110,24 | 883,33 | -110,24 | -993,57 |
| | | 21 | Portagens | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,45 | 0,45 |
| | | 22 | Propinas | 289.702,51 | 362.653,00 | 72.950,49 | 720.637,54 | 996.636,20 | 275.998,66 |
| | | 99 | Taxas diversas | 24.489.788,87 | 27.745.940,03 | 3.256.151,16 | 75.173.735,11 | 63.668.218,61 | -11.505.516,50 |
| | | | Total do Grupo | 34.276.648,52 | 40.197.501,84 | 5.920.853,32 | 96.270.807,21 | 86.365.820,21 | -9.904.987,00 |
| | 02 | | Multas e Outras Penalidades | | | | | | |
| | | 01 | Juros de mora | 1.076.299,19 | 2.263.622,89 | 1.187.323,70 | 91.091.494,50 | 58.904.581,87 | -32.186.912,63 |
| | | 02 | Juros compensatórios | 3.625.722,86 | 2.705.998,69 | -919.724,17 | 22.036.924,74 | 30.883.389,79 | 8.846.465,05 |
| | | 03 | Multas coimas p/infracç. Código Estrada restante legislaç. | 1.649.518,10 | 5.708.178,77 | 4.058.660,67 | 48.573.747,82 | 30.335.895,56 | -18.237.852,26 |
| | | 04 | Coimas e penalidades por contra-ordenações | 11.744.315,04 | 19.550.692,60 | 7.806.377,56 | 30.920.669,75 | 33.928.200,72 | 3.007.530,97 |
| | | 99 | Multas e penalidades diversas | 60.852,17 | 147.818,65 | 86.966,48 | 1.747.131,27 | 8.475.767,80 | 6.728.636,53 |
| | | | Total do Grupo | 18.156.707,36 | 30.376.311,60 | 12.219.604,24 | 194.369.968,08 | 162.527.835,74 | -31.842.132,34 |
| | | | Total do Capítulo | 52.433.355,88 | 70.573.813,44 | 18.140.457,56 | 290.640.775,29 | 248.893.655,95 | -41.747.119,34 |
| 05 | | | RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE | | | | | | |
| | 01 | | Juros - Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras | | | | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 05 | 01 | 01 | Públicas | 17.223,44 | 2.947,08 | -14.276,36 | 17.223,44 | 2.947,08 | -14.276,36 |
| | | 02 | Privadas | 661.078,83 | 236.897,75 | -424.181,08 | 661.078,83 | 236.897,75 | -424.181,08 |
| | | | Total do Grupo | 678.302,27 | 239.844,83 | -438.457,44 | 678.302,27 | 239.844,83 | -438.457,44 |
| | 02 | | Juros - Sociedades Financeiras | | | | | | |
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 34.337.251,03 | 27.506.687,61 | -6.830.563,42 | 34.337.251,03 | 27.506.687,61 | -6.830.563,42 |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 634,79 | 0,00 | -634,79 | 634,79 | 0,00 | -634,79 |
| | | | Total do Grupo | 34.337.885,82 | 27.506.687,61 | -6.831.198,21 | 34.337.885,82 | 27.506.687,61 | -6.831.198,21 |
| | 03 | | Juros - Administrações Públicas | | | | | | |
| | | 01 | Administração central - Estado | 663.673,70 | 462.187,21 | -201.486,49 | 663.673,70 | 461.256,03 | -202.417,67 |
| | | 02 | Administração central - Serviços e fundos autónomos | 3.297.886,64 | 7.354.394,99 | 4.056.508,35 | 3.297.886,64 | 7.354.394,99 | 4.056.508,35 |
| | | 03 | Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administração local - Continente | 21.391,99 | 1.509,31 | -19.882,68 | 21.391,99 | 1.509,31 | -19.882,68 |
| | | 05 | Administração local - Regiões Autónomas | 0,00 | 55,10 | 55,10 | 0,00 | 55,10 | 55,10 |
| | | 06 | Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 3.982.952,33 | 7.818.146,61 | 3.835.194,28 | 3.982.952,33 | 7.817.215,43 | 3.834.263,10 |
| | 04 | | Juros - Instituições Sem Fins Lucrativos | | | | | | |
| | | 01 | Juros - Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Juros - Famílias | | | | | | |
| | | 01 | Juros - Famílias | 748.563,75 | 583.708,58 | -164.855,17 | 748.563,75 | 583.708,58 | -164.855,17 |
| | | | Total do Grupo | 748.563,75 | 583.708,58 | -164.855,17 | 748.563,75 | 583.708,58 | -164.855,17 |
| | 06 | | Juros - Resto do Mundo | | | | | | |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 0,00 | 2.444,50 | 2.444,50 | 0,00 | 2.444,50 | 2.444,50 |
| | | 02 | União Europeia - Países membros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Países terceiros e organizações internacionais | 453.387,29 | 18.433.851,68 | 17.980.464,39 | 453.387,29 | 18.433.851,68 | 17.980.464,39 |
| | | | Total do Grupo | 453.387,29 | 18.436.296,18 | 17.982.908,89 | 453.387,29 | 18.436.296,18 | 17.982.908,89 |
| | 07 | | Dividend. e Partic. nos Lucros Soc. e Quase-Soc. Não Financ. | | | | | | |
| | | 01 | Dividend. e partic. nos lucros soc. e quase-soc. não financ. | | | | | | |
| | | | EPs - Remunerações dos capitais estatutários | 919.470,00 | 310.234,00 | -609.236,00 | 919.470,00 | 310.234,00 | -609.236,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | 01 | Públicas | 0,00 | 399,25 | 399,25 | 17.223,44 | 2.547,83 | -14.675,61 |
| | | 02 | Privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 661.078,83 | 236.897,75 | -424.181,08 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 399,25 | 399,25 | 678.302,27 | 239.445,58 | -438.856,69 |
| | 02 | | Juros - Sociedades Financeiras | | | | | | |
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 141.047,19 | 10.747,39 | -130.299,80 | 34.196.203,84 | 27.495.940,22 | -6.700.263,62 |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 634,79 | 0,00 | -634,79 |
| | | | Total do Grupo | 141.047,19 | 10.747,39 | -130.299,80 | 34.196.838,63 | 27.495.940,22 | -6.700.898,41 |
| | 03 | | Juros - Administrações Públicas | | | | | | |
| | | 01 | Administração central - Estado | 488,93 | 1.075,18 | 586,25 | 663.184,77 | 460.180,85 | -203.003,92 |
| | | 02 | Administração central - Serviços e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.297.886,64 | 7.354.394,99 | 4.056.508,35 |
| | | 03 | Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administração local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.391,99 | 1.509,31 | -19.882,68 |
| | | 05 | Administração local - Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 55,10 | 55,10 |
| | | 06 | Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 488,93 | 1.075,18 | 586,25 | 3.982.463,40 | 7.816.140,25 | 3.833.676,85 |
| | 04 | | Juros - Instituições Sem Fins Lucrativos | | | | | | |
| | | 01 | Juros - Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Juros - Famílias | | | | | | |
| | | 01 | Juros - Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 748.563,75 | 583.708,58 | -164.855,17 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 748.563,75 | 583.708,58 | -164.855,17 |
| | 06 | | Juros - Resto do Mundo | | | | | | |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.444,50 | 2.444,50 |
| | | 02 | União Europeia - Países membros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Países terceiros e organizações internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 453.387,29 | 18.433.851,68 | 17.980.464,39 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 453.387,29 | 18.436.296,18 | 17.982.908,89 |
| | 07 | | Dividend. e Partic. nos Lucros Soc. e Quase-Soc. Não Financ. | | | | | | |
| | | 01 | Dividend. e partic. nos lucros soc. e quase-soc. não financ. | | | | | | |
| | | | EPs - Remunerações dos capitais estatutários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 919.470,00 | 310.234,00 | -609.236,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 05 | 07 | 01 | Estabelecimentos fabris militares | 0,00 | 4.426,95 | 4.426,95 | 0,00 | 4.426,95 | 4.426,95 |
| | | | Outras empresas públicas | 17.664.461,46 | 48.212.453,08 | 30.547.991,62 | 17.664.461,46 | 48.212.453,08 | 30.547.991,62 |
| | | | Empresas privadas | 43.445.060,87 | 36.360.326,51 | -7.084.734,36 | 43.445.060,87 | 36.360.326,51 | -7.084.734,36 |
| | | | Total do Grupo | 62.028.992,33 | 84.887.440,54 | 22.858.448,21 | 62.028.992,33 | 84.887.440,54 | 22.858.448,21 |
| | 08 | | Dividend. e Participaç. nos Lucros de Socied. Financeiras | | | | | | |
| | | 01 | Dividend. e participaç. nos lucros de socied. financeiras | | | | | | |
| | | | Bancos e outras instituições financeiras | 216.067.577,45 | 35.016.669,19 | -181.050.908,26 | 216.067.577,45 | 35.016.669,19 | -181.050.908,26 |
| | | | Companhias de seguros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 216.067.577,45 | 35.016.669,19 | -181.050.908,26 | 216.067.577,45 | 35.016.669,19 | -181.050.908,26 |
| | 09 | | Participações nos Lucros de Administrações Públicas | | | | | | |
| | | 01 | Participações nos lucros de administrações públicas | 962.926,55 | 2.916.018,00 | 1.953.091,45 | 962.926,55 | 2.916.018,00 | 1.953.091,45 |
| | | | Total do Grupo | 962.926,55 | 2.916.018,00 | 1.953.091,45 | 962.926,55 | 2.916.018,00 | 1.953.091,45 |
| | 10 | | Rendas | | | | | | |
| | | 01 | Terrenos | | | | | | |
| | | | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 49.228,05 | 46.735,76 | -2.492,29 | 49.228,05 | 46.735,76 | -2.492,29 |
| | | | Administrações públicas | 761.293,20 | 694.561,12 | -66.732,08 | 761.293,20 | 694.561,12 | -66.732,08 |
| | | | Administrações privadas - Empresas petrolíferas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Outros sectores | 50.232,78 | 29.078,32 | -21.154,46 | 50.232,78 | 29.078,32 | -21.154,46 |
| | | 02 | Activos no subsolo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Habitações | 2.279,12 | 38.813,13 | 36.534,01 | 2.279,12 | 38.813,13 | 36.534,01 |
| | | 04 | Edifícios | 317.002,73 | 30.913,93 | -286.088,80 | 317.002,73 | 30.913,93 | -286.088,80 |
| | | 05 | Bens de domínio público | 0,00 | 64.074,46 | 64.074,46 | 0,00 | 64.074,46 | 64.074,46 |
| | | 99 | Outros | 173.632,27 | 257.951,97 | 84.319,70 | 173.632,27 | 257.951,97 | 84.319,70 |
| | | | Total do Grupo | 1.353.668,15 | 1.162.128,69 | -191.539,46 | 1.353.668,15 | 1.162.128,69 | -191.539,46 |
| | 11 | | Activos Incorpóreos | | | | | | |
| | | 01 | Activos incorpóreos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Capítulo | 320.614.255,94 | 178.566.940,23 | -142.047.315,71 | 320.614.255,94 | 178.566.009,05 | -142.048.246,89 |
| 06 | | | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | | | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | | Estabelecimentos fabris militares | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.426,95 | 4.426,95 |
| | | | Outras empresas públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.664.461,46 | 48.212.453,08 | 30.547.991,62 |
| | | | Empresas privadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 43.445.060,87 | 36.360.326,51 | -7.084.734,36 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 62.028.992,33 | 84.887.440,54 | 22.858.448,21 |
| | 08 | | Dividend. e Participaç. nos Lucros de Socied. Financeiras | | | | | | |
| | | 01 | Dividend. e participaç. nos lucros de socied. financeiras | | | | | | |
| | | | Bancos e outras instituições financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 216.067.577,45 | 35.016.669,19 | -181.050.908,26 |
| | | | Companhias de seguros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 216.067.577,45 | 35.016.669,19 | -181.050.908,26 |
| | 09 | | Participações nos Lucros de Administrações Públicas | | | | | | |
| | | 01 | Participações nos lucros de administrações públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 962.926,55 | 2.916.018,00 | 1.953.091,45 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 962.926,55 | 2.916.018,00 | 1.953.091,45 |
| | 10 | | Rendas | | | | | | |
| | | 01 | Terrenos | | | | | | |
| | | | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 73.778,14 | 73.778,14 | 49.228,05 | -27.042,38 | -76.270,43 |
| | | | Administrações públicas | 436.875,00 | 29.223,22 | -407.651,78 | 324.418,20 | 665.337,90 | 340.919,70 |
| | | | Administrações privadas - Empresas petrolíferas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Outros sectores | 10.423,80 | 0,00 | -10.423,80 | 39.808,98 | 29.078,32 | -10.730,66 |
| | | 02 | Activos no subsolo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Habitações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.279,12 | 38.813,13 | 36.534,01 |
| | | 04 | Edifícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 317.002,73 | 30.913,93 | -286.088,80 |
| | | 05 | Bens de domínio público | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 64.074,46 | 64.074,46 |
| | | 99 | Outros | 0,00 | 241.802,42 | 241.802,42 | 173.632,27 | 16.149,55 | -157.482,72 |
| | | | Total do Grupo | 447.298,80 | 344.803,78 | -102.495,02 | 906.369,35 | 817.324,91 | -89.044,44 |
| | 11 | | Activos Incorpóreos | | | | | | |
| | | 01 | Activos incorpóreos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Capítulo | 588.834,92 | 357.025,60 | -231.809,32 | 320.025.421,02 | 178.208.983,45 | -141.816.437,57 |
| 06 | | | **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** | | | | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 06 | | | | | | | | | |
| | 01 | | Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras | | | | | | |
| | | 01 | Públicas | 1.357.650,19 | 26.653,56 | -1.330.996,63 | 1.357.650,19 | 26.653,56 | -1.330.996,63 |
| | | 02 | Privadas | 4.391.378,86 | 4.729.040,70 | 337.661,84 | 4.391.378,86 | 4.729.040,70 | 337.661,84 |
| | | | Total do Grupo | 5.749.029,05 | 4.755.694,26 | -993.334,79 | 5.749.029,05 | 4.755.694,26 | -993.334,79 |
| | 02 | | Sociedades Financeiras | | | | | | |
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 579.371,54 | 405.012,38 | -174.359,16 | 579.371,54 | 405.012,38 | -174.359,16 |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 39.189,69 | 10.052,15 | -29.137,54 | 39.189,69 | 10.052,15 | -29.137,54 |
| | | | Total do Grupo | 618.561,23 | 415.064,53 | -203.496,70 | 618.561,23 | 415.064,53 | -203.496,70 |
| | 03 | | Administração Central | | | | | | |
| | | 01 | Estado | 922.016,30 | 2.079.503,18 | 1.157.486,88 | 922.016,30 | 2.079.503,18 | 1.157.486,88 |
| | | 02 | Estado-Subsist. protecç. social cidadania-Regime solidariedade. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Estado-Subsist. protecç. social de cidadania-Acção social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Estado-Subs. protec à família polít. act. empreg. form. prof | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Estado-Particip. portuguesa em projec. co-financiados | 473.544,88 | 61.971,56 | -411.573,32 | 473.544,88 | 61.971,56 | -411.573,32 |
| | | 06 | Estado-Participaç. comunitária em projectos co-financiados | 828.776,49 | 792.156,55 | -36.619,94 | 828.776,49 | 792.156,55 | -36.619,94 |
| | | 07 | Serviços e fundos autónomos | 335.613.712,35 | 384.316.085,54 | 48.702.373,19 | 335.613.712,35 | 384.316.085,54 | 48.702.373,19 |
| | | 08 | SFAs-Subs. protec. social de cidadania - Acção social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | SFAs-Subs protec à família e polít activ emprego form prof. | 148.193,99 | 96.995,53 | -51.198,46 | 148.193,99 | 96.995,53 | -51.198,46 |
| | | 10 | SFAs-Participaç. portuguesa em project. co-financiados | 4.652.542,90 | 5.971.071,44 | 1.318.528,54 | 4.652.542,90 | 5.971.071,44 | 1.318.528,54 |
| | | 11 | SFAs-Participaç. comunitária em project. co-financiados | 5.013.281,40 | 6.490.632,60 | 1.477.351,20 | 5.013.281,40 | 6.490.632,60 | 1.477.351,20 |
| | | | Total do Grupo | 347.652.068,31 | 399.808.416,40 | 52.156.348,09 | 347.652.068,31 | 399.808.416,40 | 52.156.348,09 |
| | 04 | | Administração Regional | | | | | | |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Administração Local | | | | | | |
| | | 01 | Continente | 11.053.196,49 | 14.836.429,80 | 3.783.233,31 | 11.053.196,49 | 14.836.429,80 | 3.783.233,31 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | 01 | | Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras | | | | | | |
| | | 01 | Públicas | 17.756,26 | 246.236,64 | 228.480,38 | 1.339.893,93 | -219.583,08 | -1.559.477,01 |
| | | 02 | Privadas | 1.014.958,43 | 73.970,39 | -940.988,04 | 3.376.420,43 | 4.655.070,31 | 1.278.649,88 |
| | | | Total do Grupo | 1.032.714,69 | 320.207,03 | -712.507,66 | 4.716.314,36 | 4.435.487,23 | -280.827,13 |
| | 02 | | Sociedades Financeiras | | | | | | |
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 24.906,26 | 2.848,00 | -22.058,26 | 554.465,28 | 402.164,38 | -152.300,90 |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 39.189,69 | 10.052,15 | -29.137,54 |
| | | | Total do Grupo | 24.906,26 | 2.848,00 | -22.058,26 | 593.654,97 | 412.216,53 | -181.438,44 |
| | 03 | | Administração Central | | | | | | |
| | | 01 | Estado | 6.215,99 | 211.446,91 | 205.230,92 | 915.800,31 | 1.868.056,27 | 952.255,96 |
| | | 02 | Estado-Subsist. protecç. social cidadania-Regime solidariedade. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Estado-Subsist. protecç. social de cidadania-Acção social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Estado-Subs. protec à família polít. act. empreg. form. prof | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Estado-Particip. portuguesa em projec. co-financiados | 209.228,00 | 0,00 | -209.228,00 | 264.316,88 | 61.971,56 | -202.345,32 |
| | | 06 | Estado-Participaç. comunitária em projectos co-financiados | 194.299,37 | 5.948.787,94 | 5.754.488,57 | 634.477,12 | -5.156.631,39 | -5.791.108,51 |
| | | 07 | Serviços e fundos autónomos | 12.434.832,07 | 18.418.696,30 | 5.983.864,23 | 323.178.880,28 | 365.897.389,24 | 42.718.508,96 |
| | | 08 | SFAs-Subs. protec. social de cidadania - Acção social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | SFAs-Subs protec à família e polít activ emprego form prof. | 0,00 | 127.500,00 | 127.500,00 | 148.193,99 | -30.504,47 | -178.698,46 |
| | | 10 | SFAs-Participaç. portuguesa em project. co-financiados | 77.681,67 | 2.469.286,23 | 2.391.604,56 | 4.574.861,23 | 3.501.785,21 | -1.073.076,02 |
| | | 11 | SFAs-Participaç. comunitária em project. co-financiados | 205.649,25 | 1.055.421,09 | 849.771,84 | 4.807.632,15 | 5.435.211,51 | 627.579,36 |
| | | | Total do Grupo | 13.127.906,35 | 28.231.138,47 | 15.103.232,12 | 334.524.161,96 | 371.577.277,93 | 37.053.115,97 |
| | 04 | | Administração Regional | | | | | | |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Administração Local | | | | | | |
| | | 01 | Continente | 12.476,75 | 369.200,48 | 356.723,73 | 11.040.719,74 | 14.467.229,32 | 3.426.509,58 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 06 | 05 | 02 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 11.053.196,49 | 14.836.429,80 | 3.783.233,31 | 11.053.196,49 | 14.836.429,80 | 3.783.233,31 |
| | 06 | | Segurança social | | | | | | |
| | | 01 | Sistema de solidariedade e segurança social | 4.783.551,17 | 2.605.393,00 | -2.178.158,17 | 4.783.551,17 | 2.605.393,00 | -2.178.158,17 |
| | | 02 | Participação portuguesa em projectos co-financiados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Financiamento comunitário em projectos co-financiados | 493.779,90 | 14.876.450,63 | 14.382.670,73 | 493.779,90 | 14.876.450,63 | 14.382.670,73 |
| | | 04 | Outras transferências | 22.781.047,11 | 16.567.642,11 | -6.213.405,00 | 22.781.047,11 | 16.567.642,11 | -6.213.405,00 |
| | | | Total do Grupo | 28.058.378,18 | 34.049.485,74 | 5.991.107,56 | 28.058.378,18 | 34.049.485,74 | 5.991.107,56 |
| | 07 | | Instituições Sem Fins Lucrativos | | | | | | |
| | | 01 | Instituições sem fins lucrativos | 6.087.761,50 | 4.946.536,01 | -1.141.225,49 | 6.087.761,50 | 4.946.536,01 | -1.141.225,49 |
| | | | Total do Grupo | 6.087.761,50 | 4.946.536,01 | -1.141.225,49 | 6.087.761,50 | 4.946.536,01 | -1.141.225,49 |
| | 08 | | Famílias | | | | | | |
| | | 01 | Famílias | 4.283.833,99 | 5.765.870,76 | 1.482.036,77 | 4.283.833,99 | 5.765.870,76 | 1.482.036,77 |
| | | | Total do Grupo | 4.283.833,99 | 5.765.870,76 | 1.482.036,77 | 4.283.833,99 | 5.765.870,76 | 1.482.036,77 |
| | 09 | | Resto do Mundo | | | | | | |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 38.836.935,03 | 25.337.619,82 | -13.499.315,21 | 38.836.935,03 | 25.337.619,82 | -13.499.315,21 |
| | | 02 | U.E.-Instituições-Subs. de protecç. soc. de cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | U.E.-Inst-Subs proteç à famíl polít activ emprego form prof. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | União Europeia - Países-Membros | 548.886,76 | 212.639,65 | -336.247,11 | 548.886,76 | 212.639,65 | -336.247,11 |
| | | 05 | Países terceiros e organizações internacionais | 18.729.353,24 | 841.585,08 | -17.887.768,16 | 18.729.353,24 | 841.585,08 | -17.887.768,16 |
| | | 06 | Países terceiros e org. intern.-Subs. proteç. soc. cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 58.115.175,03 | 26.391.844,55 | -31.723.330,48 | 58.115.175,03 | 26.391.844,55 | -31.723.330,48 |
| | | | Total do Capítulo | 461.618.003,78 | 490.969.342,05 | 29.351.338,27 | 461.618.003,78 | 490.969.342,05 | 29.351.338,27 |
| 07 | | | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | | | | | | |
| | 01 | | Venda de Bens | | | | | | |
| | | 01 | Material de escritório | 51.842,70 | 1.326.033,15 | 1.274.190,45 | 51.842,70 | 1.326.033,15 | 1.274.190,45 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | 02 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 12.476,75 | 369.200,48 | 356.723,73 | 11.040.719,74 | 14.467.229,32 | 3.426.509,58 |
| | 06 | | Segurança social | | | | | | |
| | | 01 | Sistema de solidariedade e segurança social | 5.755,90 | 3.235.408,50 | 3.229.652,60 | 4.777.795,27 | -630.015,50 | -5.407.810,77 |
| | | 02 | Participação portuguesa em projectos co-financiados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Financiamento comunitário em projectos co-financiados | 0,00 | 841.229,92 | 841.229,92 | 493.779,90 | 14.035.220,71 | 13.541.440,81 |
| | | 04 | Outras transferências | 262.387,58 | 949.249,63 | 686.862,05 | 22.518.659,53 | 15.618.392,48 | -6.900.267,05 |
| | | | Total do Grupo | 268.143,48 | 5.025.888,05 | 4.757.744,57 | 27.790.234,70 | 29.023.597,69 | 1.233.362,99 |
| | 07 | | Instituições Sem Fins Lucrativos | | | | | | |
| | | 01 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 8.889,04 | 8.889,04 | 6.087.761,50 | 4.937.646,97 | -1.150.114,53 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 8.889,04 | 8.889,04 | 6.087.761,50 | 4.937.646,97 | -1.150.114,53 |
| | 08 | | Famílias | | | | | | |
| | | 01 | Famílias | 364.129,75 | 435.827,47 | 71.697,72 | 3.919.704,24 | 5.330.043,29 | 1.410.339,05 |
| | | | Total do Grupo | 364.129,75 | 435.827,47 | 71.697,72 | 3.919.704,24 | 5.330.043,29 | 1.410.339,05 |
| | 09 | | Resto do Mundo | | | | | | |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 1.300.558,56 | 3.447.098,84 | 2.146.540,28 | 37.536.376,47 | 21.890.520,98 | -15.645.855,49 |
| | | 02 | U.E.-Instituições-Subs. de protecç. soc. de cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | U.E.-Inst-Subs proteç à famíl polít activ emprego form prof. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | União Europeia - Países-Membros | 162.955,36 | 27.047,90 | -135.907,46 | 385.931,40 | 185.591,75 | -200.339,65 |
| | | 05 | Países terceiros e organizações internacionais | 3.406,22 | 402.000,90 | 398.594,68 | 18.725.947,02 | 439.584,18 | -18.286.362,84 |
| | | 06 | Países terceiros e org. intern.-Subs. proteç. soc. cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 1.466.920,14 | 3.876.147,64 | 2.409.227,50 | 56.648.254,89 | 22.515.696,91 | -34.132.557,98 |
| | | | Total do Capítulo | 16.297.197,42 | 38.270.146,18 | 21.972.948,76 | 445.320.806,36 | 452.699.195,87 | 7.378.389,51 |
| 07 | | | **VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES** | | | | | | |
| | 01 | | Venda de Bens | | | | | | |
| | | 01 | Material de escritório | 328,12 | 206,70 | -121,42 | 51.514,58 | 1.325.826,45 | 1.274.311,87 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 07 | 01 | 02 | Livros e documentação técnica | 2.518.820,56 | 978.605,74 | -1.540.214,82 | 2.518.820,56 | 978.605,74 | -1.540.214,82 |
| | | 03 | Publicações e impressos | 15.194.624,15 | 12.178.386,96 | -3.016.237,19 | 15.170.098,67 | 12.177.396,12 | -2.992.702,55 |
| | | 04 | Fardamentos e artigos pessoais | 1.213.878,17 | 1.525.066,11 | 311.187,94 | 1.213.878,17 | 1.525.066,11 | 311.187,94 |
| | | 05 | Bens inutilizados | 479.891,40 | 216.173,03 | -263.718,37 | 479.890,15 | 216.173,03 | -263.717,12 |
| | | 06 | Produtos agrícolas e pecuários | 7.832.276,61 | 7.028.547,67 | -803.728,94 | 7.832.276,61 | 7.028.547,67 | -803.728,94 |
| | | 07 | Produtos alimentares e bebidas | 2.056.463,88 | 1.308.645,67 | -747.818,21 | 2.056.463,88 | 1.308.645,67 | -747.818,21 |
| | | 08 | Mercadorias | 1.105.631,06 | 2.839.491,76 | 1.733.860,70 | 1.105.631,06 | 2.839.491,76 | 1.733.860,70 |
| | | 09 | Matérias de consumo | 2.287.373,92 | 4.745.636,99 | 2.458.263,07 | 2.287.373,92 | 4.745.636,99 | 2.458.263,07 |
| | | 10 | Desperdícios, resíduos e refugos | 16.945,79 | 48.414,72 | 31.468,93 | 16.945,79 | 48.414,72 | 31.468,93 |
| | | 11 | Produtos acabados e intermédios | 879.258,04 | 631.859,03 | -247.399,01 | 879.258,04 | 631.859,03 | -247.399,01 |
| | | 99 | Outros | 15.773.800,75 | 17.397.673,12 | 1.623.872,37 | 15.773.800,75 | 17.397.673,12 | 1.623.872,37 |
| | | | Total do Grupo | 49.410.807,03 | 50.224.533,95 | 813.726,92 | 49.386.280,30 | 50.223.543,11 | 837.262,81 |
| | 02 | | Serviços | | | | | | |
| | | 01 | Aluguer de espaços e equipamentos | 3.484.548,57 | 3.623.920,23 | 139.371,66 | 3.484.548,57 | 3.623.920,23 | 139.371,66 |
| | | 02 | Estudos, pareceres, projectos e consultadoria | 10.998.863,33 | 10.556.346,65 | -442.516,68 | 10.998.863,33 | 10.556.346,65 | -442.516,68 |
| | | 03 | Vistorias e ensaios | 1.193.524,14 | 1.567.783,51 | 374.259,37 | 1.193.524,14 | 1.567.783,51 | 374.259,37 |
| | | 04 | Serviços de laboratórios | 6.508.163,53 | 5.199.241,04 | -1.308.922,49 | 6.508.163,53 | 5.199.237,04 | -1.308.926,49 |
| | | 05 | Actividades de saúde | 103.732.999,69 | 98.317.891,47 | -5.415.108,22 | 103.732.999,69 | 98.317.891,47 | -5.415.108,22 |
| | | 06 | Reparações | 354.974,40 | 325.775,23 | -29.199,17 | 354.974,40 | 325.775,23 | -29.199,17 |
| | | 07 | Alimentação e alojamento | 10.545.810,65 | 10.936.065,50 | 390.254,85 | 10.545.810,65 | 10.936.065,50 | 390.254,85 |
| | | 08 | Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto | 1.425.248,47 | 2.050.686,03 | 625.437,56 | 1.425.248,47 | 2.050.686,03 | 625.437,56 |
| | | 99 | Outros | 132.689.915,37 | 117.506.708,43 | -15.183.206,94 | 132.667.678,95 | 117.498.346,17 | -15.169.332,78 |
| | | | Total do Grupo | 270.934.048,15 | 250.084.418,09 | -20.849.630,06 | 270.911.811,73 | 250.076.051,83 | -20.835.759,90 |
| | 03 | | Rendas | | | | | | |
| | | 01 | Habitações | 518.355,51 | 443.212,11 | -75.143,40 | 518.355,51 | 443.212,11 | -75.143,40 |
| | | 02 | Edifícios | 498.718,85 | 636.002,75 | 137.283,90 | 498.718,85 | 636.002,75 | 137.283,90 |
| | | 99 | Outras | 1.300.221,27 | 903.645,78 | -396.575,49 | 1.300.221,27 | 903.645,78 | -396.575,49 |
| | | | Total do Grupo | 2.317.295,63 | 1.982.860,64 | -334.434,99 | 2.317.295,63 | 1.982.860,64 | -334.434,99 |
| | | | Total do Capítulo | 322.662.150,81 | 302.291.812,68 | -20.370.338,13 | 322.615.387,66 | 302.282.455,58 | -20.332.932,08 |
| 08 | | | **OUTRAS RECEITAS CORRENTES** | | | | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | 02 | Livros e documentação técnica | 170.230,83 | 65.830,21 | -104.400,62 | 2.348.589,73 | 912.775,53 | -1.435.814,20 |
| | | 03 | Publicações e impressos | 3.522.037,14 | 3.062.578,00 | -459.459,14 | 11.648.061,53 | 9.114.818,12 | -2.533.243,41 |
| | | 04 | Fardamentos e artigos pessoais | 67,80 | 313,09 | 245,29 | 1.213.810,37 | 1.524.753,02 | 310.942,65 |
| | | 05 | Bens inutilizados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 479.890,15 | 216.173,03 | -263.717,12 |
| | | 06 | Produtos agrícolas e pecuários | 99.582,76 | 391.967,59 | 292.384,83 | 7.732.693,85 | 6.636.580,08 | -1.096.113,77 |
| | | 07 | Produtos alimentares e bebidas | 93.866,98 | 154.729,04 | 60.862,06 | 1.962.596,90 | 1.153.916,63 | -808.680,27 |
| | | 08 | Mercadorias | 141.813,10 | 264.266,89 | 122.453,79 | 963.817,96 | 2.575.224,87 | 1.611.406,91 |
| | | 09 | Matérias de consumo | 6.481.586,18 | 211.789,66 | -6.269.796,52 | -4.194.212,26 | 4.533.847,33 | 8.728.059,59 |
| | | 10 | Desperdícios, resíduos e refugos | 263,50 | 0,00 | -263,50 | 16.682,29 | 48.414,72 | 31.732,43 |
| | | 11 | Produtos acabados e intermédios | 50.430,72 | 84.280,76 | 33.850,04 | 828.827,32 | 547.578,27 | -281.249,05 |
| | | 99 | Outros | 303.839,41 | 255.413,29 | -48.426,12 | 15.469.961,34 | 17.142.259,83 | 1.672.298,49 |
| | | | Total do Grupo | 10.864.046,54 | 4.491.375,23 | -6.372.671,31 | 38.522.233,76 | 45.732.167,88 | 7.209.934,12 |
| | 02 | | Serviços | | | | | | |
| | | 01 | Aluguer de espaços e equipamentos | 128.935,73 | 278.621,61 | 149.685,88 | 3.355.612,84 | 3.345.298,62 | -10.314,22 |
| | | 02 | Estudos, pareceres, projectos e consultadoria | 1.968.241,44 | 918.926,12 | -1.049.315,32 | 9.030.621,89 | 9.637.420,53 | 606.798,64 |
| | | 03 | Vistorias e ensaios | 4.383,95 | 232.097,13 | 227.713,18 | 1.189.140,19 | 1.335.686,38 | 146.546,19 |
| | | 04 | Serviços de laboratórios | 930.533,31 | 2.113.109,57 | 1.182.576,26 | 5.577.630,22 | 3.086.127,47 | -2.491.502,75 |
| | | 05 | Actividades de saúde | 0,00 | 161.871,41 | 161.871,41 | 103.732.999,69 | 98.156.020,06 | -5.576.979,63 |
| | | 06 | Reparações | 34.632,09 | 46.854,41 | 12.222,32 | 320.342,31 | 278.920,82 | -41.421,49 |
| | | 07 | Alimentação e alojamento | 333.852,42 | 1.168.744,51 | 834.892,09 | 10.211.958,23 | 9.767.320,99 | -444.637,24 |
| | | 08 | Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto | 57.133,13 | 51.718,81 | -5.414,32 | 1.368.115,34 | 1.998.967,22 | 630.851,88 |
| | | 99 | Outros | 13.118.867,12 | 9.719.616,94 | -3.399.250,18 | 119.548.811,83 | 107.778.729,23 | -11.770.082,60 |
| | | | Total do Grupo | 16.576.579,19 | 14.691.560,51 | -1.885.018,68 | 254.335.232,54 | 235.384.491,32 | -18.950.741,22 |
| | 03 | | Rendas | | | | | | |
| | | 01 | Habitações | 22.501,38 | 73.567,65 | 51.066,27 | 495.854,13 | 369.644,46 | -126.209,67 |
| | | 02 | Edifícios | 202.251,95 | 42.910,61 | -159.341,34 | 296.466,90 | 593.092,14 | 296.625,24 |
| | | 99 | Outras | 10.642,25 | 10.041,19 | -601,06 | 1.289.579,02 | 893.604,59 | -395.974,43 |
| | | | Total do Grupo | 235.395,58 | 126.519,45 | -108.876,13 | 2.081.900,05 | 1.856.341,19 | -225.558,86 |
| | | | Total do Capítulo | 27.676.021,31 | 19.309.455,19 | -8.366.566,12 | 294.939.366,35 | 282.973.000,39 | -11.966.365,96 |
| 08 | | | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | | | | | | |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 08 | 01 | | Outras | | | | | | |
| | | 01 | Prémios, taxas p/ garantias de riscos e diferenç. de câmbio | 13.960.026,46 | 16.498.072,66 | 2.538.046,20 | 13.960.026,46 | 16.498.072,66 | 2.538.046,20 |
| | | 02 | Produto da venda de valores desamoedados | 0,00 | 30,00 | 30,00 | 0,00 | 30,00 | 30,00 |
| | | 03 | Lucros de amoedação | 49.795.000,00 | 0,00 | -49.795.000,00 | 49.795.000,00 | 0,00 | -49.795.000,00 |
| | | 99 | Outras | 31.481.373,92 | 36.955.404,17 | 5.474.030,25 | 31.481.373,92 | 36.955.404,17 | 5.474.030,25 |
| | | | Total do Grupo | 95.236.400,38 | 53.453.506,83 | -41.782.893,55 | 95.236.400,38 | 53.453.506,83 | -41.782.893,55 |
| | | | Total do Capítulo | 95.236.400,38 | 53.453.506,83 | -41.782.893,55 | 95.236.400,38 | 53.453.506,83 | -41.782.893,55 |
| | | | Total das receitas correntes | 29.090.833.149,74 | 30.996.323.340,96 | 1.905.490.191,22 | 26.814.138.200,01 | 28.239.216.085,79 | 1.425.077.885,78 |
| | | | RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | |
| 09 | | | VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | | | | | | |
| | 01 | | Terrenos | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 1.075.531,73 | 2.389.497,21 | 1.313.965,48 | 1.075.531,73 | 2.389.497,21 | 1.313.965,48 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administração central-Estado | 154.093,07 | -902.207,40 | -1.056.300,47 | 154.093,07 | -902.207,40 | -1.056.300,47 |
| | | 04 | Adm. Pública - Adm. central-Serviços e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 457.869,41 | 1.705.597,91 | 1.247.728,50 | 457.869,41 | 1.705.597,91 | 1.247.728,50 |
| | | 07 | Administ. Pública - Adm. local-Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 13.000,00 | 0,00 | -13.000,00 | 13.000,00 | 0,00 | -13.000,00 |
| | | 10 | Famílias | 590.838,17 | 108.229,78 | -482.608,39 | 590.838,17 | 108.229,78 | -482.608,39 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 2.291.332,38 | 3.301.117,50 | 1.009.785,12 | 2.291.332,38 | 3.301.117,50 | 1.009.785,12 |
| | 02 | | Habitações | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 28.974,07 | 0,00 | -28.974,07 | 28.974,07 | 0,00 | -28.974,07 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | 01 | | Outras | | | | | | |
| | | 01 | Prémios, taxas p/ garantias de riscos e diferenç. de câmbio | 0,00 | 2.978,47 | 2.978,47 | 13.960.026,46 | 16.495.094,19 | 2.535.067,73 |
| | | 02 | Produto da venda de valores desamoedados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30,00 | 30,00 |
| | | 03 | Lucros de amoedação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 49.795.000,00 | 0,00 | -49.795.000,00 |
| | | 99 | Outras | 263.895,56 | 6.782.904,09 | 6.519.008,53 | 31.217.478,36 | 30.172.500,08 | -1.044.978,28 |
| | | | Total do Grupo | 263.895,56 | 6.785.882,56 | 6.521.987,00 | 94.972.504,82 | 46.667.624,27 | -48.304.880,55 |
| | | | Total do Capítulo | 263.895,56 | 6.785.882,56 | 6.521.987,00 | 94.972.504,82 | 46.667.624,27 | -48.304.880,55 |
| | | | Total das receitas correntes | 5.079.730.423,90 | 4.924.305.762,54 | -155.424.661,36 | 21.734.407.776,11 | 23.314.910.323,25 | 1.580.502.547,14 |
| | | | **RECEITAS DE CAPITAL** | | | | | | |
| 09 | | | **VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO** | | | | | | |
| | 01 | | Terrenos | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 1.252.434,82 | 1.252.434,82 | 1.075.531,73 | 1.137.062,39 | 61.530,66 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administração central-Estado | 0,00 | 23.693,40 | 23.693,40 | 154.093,07 | -925.900,80 | -1.079.993,87 |
| | | 04 | Adm. Pública - Adm. central-Serviços e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 22.549,73 | 22.549,73 | 457.869,41 | 1.683.048,18 | 1.225.178,77 |
| | | 07 | Administ. Pública - Adm. local-Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 2.555,00 | 0,00 | -2.555,00 | 10.445,00 | 0,00 | -10.445,00 |
| | | 10 | Famílias | 1.580.832,00 | 85.781,11 | -1.495.050,89 | -989.993,83 | 22.448,67 | 1.012.442,50 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 1.583.387,00 | 1.384.459,06 | -198.927,94 | 707.945,38 | 1.916.658,44 | 1.208.713,06 |
| | 02 | | Habitações | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 4.342,50 | 4.342,50 | 28.974,07 | -4.342,50 | -33.316,57 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 09 | 02 | 03 | Administração Pública - Administ. central-Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Adm. Pública - Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local-Continente | 0,00 | 26.304,00 | 26.304,00 | 0,00 | 26.304,00 | 26.304,00 |
| | | 07 | Administ. Pública - Adm. local-Regiões Autónomas | 100,00 | 0,00 | -100,00 | 100,00 | 0,00 | -100,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 240.142,92 | 361.871,28 | 121.728,36 | 240.142,92 | 361.871,28 | 121.728,36 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 269.216,99 | 388.175,28 | 118.958,29 | 269.216,99 | 388.175,28 | 118.958,29 |
| | 03 | | Edifícios | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 74.444,48 | 5.539.455,07 | 5.465.010,59 | 74.444,48 | 5.539.455,07 | 5.465.010,59 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administ. Pública - Administração central-Estado | 129.781,20 | 104.390,99 | -25.390,21 | 129.781,20 | 104.390,99 | -25.390,21 |
| | | 04 | Administ. Pública-Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administ. Pública - Administ. local - Continente | 400.284,29 | 5.434.518,85 | 5.034.234,56 | 400.284,29 | 5.434.518,85 | 5.034.234,56 |
| | | 07 | Administ. Pública - Adm. local - Regiões Autónomas | 65,64 | 0,00 | -65,64 | 65,64 | 0,00 | -65,64 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 232.098,70 | 57.930,87 | -174.167,83 | 232.098,70 | 57.930,87 | -174.167,83 |
| | | 10 | Famílias | 818.112,46 | 526.767,14 | -291.345,32 | 818.112,46 | 526.767,14 | -291.345,32 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 866,25 | 0,00 | -866,25 | 866,25 | 0,00 | -866,25 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internacionais | 0,00 | 278.671,32 | 278.671,32 | 0,00 | 278.671,32 | 278.671,32 |
| | | | Total do Grupo | 1.655.653,02 | 11.941.734,24 | 10.286.081,22 | 1.655.653,02 | 11.941.734,24 | 10.286.081,22 |
| | 04 | | Outros Bens de Investimento | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 106.417,94 | 23.337,12 | -83.080,82 | 106.417,94 | 23.337,12 | -83.080,82 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 399,03 | 0,00 | -399,03 | 399,03 | 0,00 | -399,03 |
| | | 03 | Administ. Pública - Administ. central - Estado | 540.451,60 | 6.586.003,76 | 6.045.552,16 | 540.451,60 | 6.586.003,76 | 6.045.552,16 |
| | | 04 | Adm. Pública - Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 4,45 | 0,00 | -4,45 | 4,45 | 0,00 | -4,45 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central-Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Adm. Pública - Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local-Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.304,00 | 26.304,00 |
| | | 07 | Administ. Pública - Adm. local-Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | -100,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 57.809,44 | 57.809,44 | 240.142,92 | 304.061,84 | 63.918,92 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 62.151,94 | 62.151,94 | 269.216,99 | 326.023,34 | 56.806,35 |
| | 03 | | Edifícios | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 2.822,32 | 2.822,32 | 74.444,48 | 5.536.632,75 | 5.462.188,27 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administ. Pública - Administração central-Estado | 0,00 | 6.484,37 | 6.484,37 | 129.781,20 | 97.906,62 | -31.874,58 |
| | | 04 | Administ. Pública-Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administ. Pública - Administ. local - Continente | 831.429,35 | 0,00 | -831.429,35 | -431.145,06 | 5.434.518,85 | 5.865.663,91 |
| | | 07 | Administ. Pública - Adm. local - Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 65,64 | 0,00 | -65,64 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 232.098,70 | 57.930,87 | -174.167,83 |
| | | 10 | Famílias | 97.851,85 | 2.895,43 | -94.956,42 | 720.260,61 | 523.871,71 | -196.388,90 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 866,25 | 0,00 | -866,25 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 278.671,32 | 278.671,32 |
| | | | Total do Grupo | 929.281,20 | 12.202,12 | -917.079,08 | 726.371,82 | 11.929.532,12 | 11.203.160,30 |
| | 04 | | Outros Bens de Investimento | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 106.417,94 | 23.337,12 | -83.080,82 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 399,03 | 0,00 | -399,03 |
| | | 03 | Administ. Pública - Administ. central - Estado | 500.603,00 | 966.426,37 | 465.823,37 | 39.848,60 | 5.619.577,39 | 5.579.728,79 |
| | | 04 | Adm. Pública - Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4,45 | 0,00 | -4,45 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 09 | 04 | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Administ. Pública - Administ. local - Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 625,00 | 0,00 | -625,00 | 625,00 | 0,00 | -625,00 |
| | | 10 | Famílias | 9.593,05 | 68.918,17 | 59.325,12 | 9.593,05 | 68.918,17 | 59.325,12 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e org. internac. | 26.946,52 | 28.888,64 | 1.942,12 | 26.946,52 | 28.888,64 | 1.942,12 |
| | | | Total do Grupo | 684.437,59 | 6.707.147,69 | 6.022.710,10 | 684.437,59 | 6.707.147,69 | 6.022.710,10 |
| | | | Total do Capítulo | 4.900.639,98 | 22.338.174,71 | 17.437.534,73 | 4.900.639,98 | 22.338.174,71 | 17.437.534,73 |
| 10 | | | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | | | | | | |
| | 01 | | Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras | | | | | | |
| | | 01 | Públicas | 12.072,42 | 13.341,02 | 1.268,60 | 12.072,42 | 13.341,02 | 1.268,60 |
| | | 02 | Privadas | 238.899,12 | 107.089,59 | -131.809,53 | 238.295,32 | 106.187,68 | -132.107,64 |
| | | | Total do Grupo | 250.971,54 | 120.430,61 | -130.540,93 | 250.367,74 | 119.528,70 | -130.839,04 |
| | 02 | | Sociedades Financeiras | | | | | | |
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 0,00 | 20.314,54 | 20.314,54 | 0,00 | 20.314,54 | 20.314,54 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 20.314,54 | 20.314,54 | 0,00 | 20.314,54 | 20.314,54 |
| | 03 | | Administração Central | | | | | | |
| | | 01 | Estado | 51.888,88 | 57.810,61 | 5.921,73 | 51.888,88 | 57.810,61 | 5.921,73 |
| | | 02 | Estado-Subs. proteç. soc. cidadania-Reg. solidariedade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Estado - Subs. de proteç. soc. de cidadania-Acção social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Estado-Consig. dos rendim. Estado p/reservas capitaliz. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Estado - Excedentes de exec. Orçamento do Estado | 0,00 | 1.102,81 | 1.102,81 | 0,00 | 1.102,81 | 1.102,81 |
| | | 06 | Estado - Particip. portuguesa em projec. co-financiados | 24.916,86 | 0,00 | -24.916,86 | 24.916,86 | 0,00 | -24.916,86 |
| | | 07 | Estado - Particip. comunitária em projec. co-financiados | 1.372.223,19 | 246.823,45 | -1.125.399,74 | 1.372.223,19 | 246.823,45 | -1.125.399,74 |
| | | 08 | Serviços e fundos autónomos | 10.787.224,63 | 2.001.654,58 | -8.785.570,05 | 10.787.224,63 | 2.001.654,58 | -8.785.570,05 |
| | | 09 | SFAs - Particip. portuguesa em projec. co-financiados | 257.867,00 | 135.545,52 | -122.321,48 | 257.867,00 | 135.545,52 | -122.321,48 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Administ. Pública - Administ. local - Regiões Autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 5.150,15 | 0,00 | -5.150,15 | -4.525,15 | 0,00 | 4.525,15 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.593,05 | 68.918,17 | 59.325,12 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e org. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.946,52 | 28.888,64 | 1.942,12 |
| | | | Total do Grupo | 505.753,15 | 966.426,37 | 460.673,22 | 178.684,44 | 5.740.721,32 | 5.562.036,88 |
| | | | Total do Capítulo | 3.018.421,35 | 2.425.239,49 | -593.181,86 | 1.882.218,63 | 19.912.935,22 | 18.030.716,59 |
| 10 | | | **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL** | | | | | | |
| | 01 | | Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras | | | | | | |
| | | 01 | Públicas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.072,42 | 13.341,02 | 1.268,60 |
| | | 02 | Privadas | 3.405,41 | 0,00 | -3.405,41 | 234.889,91 | 106.187,68 | -128.702,23 |
| | | | Total do Grupo | 3.405,41 | 0,00 | -3.405,41 | 246.962,33 | 119.528,70 | -127.433,63 |
| | 02 | | Sociedades Financeiras | | | | | | |
| | | 01 | Bancos e outras instituições financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Companhias de seguros e fundos de pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.314,54 | 20.314,54 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.314,54 | 20.314,54 |
| | 03 | | Administração Central | | | | | | |
| | | 01 | Estado | 0,00 | 173,73 | 173,73 | 51.888,88 | 57.636,88 | 5.748,00 |
| | | 02 | Estado-Subs. proteç. soc. cidadania-Reg. solidariedade | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Estado - Subs. de proteç. soc. de cidadania-Acção social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Estado-Consig. dos rendim. Estado p/reservas capitaliz. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Estado - Excedentes de exec. Orçamento do Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.102,81 | 1.102,81 |
| | | 06 | Estado - Particip. portuguesa em projec. co-financiados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.916,86 | 0,00 | -24.916,86 |
| | | 07 | Estado - Particip. comunitária em projec. co-financiados | 6.274,72 | 196.678,26 | 190.403,54 | 1.365.948,47 | 50.145,19 | -1.315.803,28 |
| | | 08 | Serviços e fundos autónomos | 4.476.999,39 | 3.859.570,92 | -617.428,47 | 6.310.225,24 | -1.857.916,34 | -8.168.141,58 |
| | | 09 | SFAs - Particip. portuguesa em projec. co-financiados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 257.867,00 | 135.545,52 | -122.321,48 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 10 | 03 | 10 | SFAs - Particip. comunitária em projec. co-financiados | 12.442,95 | 138.033,76 | 125.590,81 | 12.442,95 | 138.033,76 | 125.590,81 |
| | | | Total do Grupo | 12.506.563,51 | 2.580.970,73 | -9.925.592,78 | 12.506.563,51 | 2.580.970,73 | -9.925.592,78 |
| | 04 | | Administração Regional | | | | | | |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Administração Local | | | | | | |
| | | 01 | Continente | 15.295,73 | 8.017,60 | -7.278,13 | 15.295,73 | 8.017,60 | -7.278,13 |
| | | 02 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Região Autónoma da Madeira | 12.124,71 | 0,00 | -12.124,71 | 12.124,71 | 0,00 | -12.124,71 |
| | | | Total do Grupo | 27.420,44 | 8.017,60 | -19.402,84 | 27.420,44 | 8.017,60 | -19.402,84 |
| | 06 | | Segurança social | | | | | | |
| | | 01 | Sistema de solidariedade e segurança social | 58.629,41 | 72.559,92 | 13.930,51 | 58.629,41 | 72.559,92 | 13.930,51 |
| | | 02 | Participação portuguesa em projectos co-financiados | 93.319,15 | 0,00 | -93.319,15 | 93.319,15 | 0,00 | -93.319,15 |
| | | 03 | Financiamento comunitário em projectos co-financiados | 23.414.814,84 | 7.811.379,82 | -15.603.435,02 | 23.414.814,84 | 7.811.379,82 | -15.603.435,02 |
| | | 04 | Capitalização pública de estabilização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Outras transferências | 0,00 | 272,51 | 272,51 | 0,00 | 272,51 | 272,51 |
| | | | Total do Grupo | 23.566.763,40 | 7.884.212,25 | -15.682.551,15 | 23.566.763,40 | 7.884.212,25 | -15.682.551,15 |
| | 07 | | Instituições Sem Fins Lucrativos | | | | | | |
| | | 01 | Instituições sem fins lucrativos | 5.034,17 | 0,00 | -5.034,17 | 5.034,17 | 0,00 | -5.034,17 |
| | | | Total do Grupo | 5.034,17 | 0,00 | -5.034,17 | 5.034,17 | 0,00 | -5.034,17 |
| | 08 | | Famílias | | | | | | |
| | | 01 | Famílias | 337.735,64 | 431.361,17 | 93.625,53 | 337.735,64 | 431.361,17 | 93.625,53 |
| | | | Total do Grupo | 337.735,64 | 431.361,17 | 93.625,53 | 337.735,64 | 431.361,17 | 93.625,53 |
| | 09 | | Resto do Mundo | | | | | | |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 32.695.249,53 | 31.461.818,67 | -1.233.430,86 | 32.695.249,53 | 31.461.818,67 | -1.233.430,86 |
| | | 02 | U.E. - Instituições-Subs. de proteç. soc. de cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | União Europeia - Países membros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Países terceiros e organizações internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Países terceiros e org. intern.-Subs. proteç. soc. cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | 10 | SFAs - Particip. comunitária em projec. co-financiados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.442,95 | 138.033,76 | 125.590,81 |
| | | | Total do Grupo | 4.483.274,11 | 4.056.422,91 | -426.851,20 | 8.023.289,40 | -1.475.452,18 | -9.498.741,58 |
| | 04 | | Administração Regional | | | | | | |
| | | 01 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Administração Local | | | | | | |
| | | 01 | Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.295,73 | 8.017,60 | -7.278,13 |
| | | 02 | Região Autónoma dos Açores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Região Autónoma da Madeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.124,71 | 0,00 | -12.124,71 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.420,44 | 8.017,60 | -19.402,84 |
| | 06 | | Segurança social | | | | | | |
| | | 01 | Sistema de solidariedade e segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 58.629,41 | 72.559,92 | 13.930,51 |
| | | 02 | Participação portuguesa em projectos co-financiados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 93.319,15 | 0,00 | -93.319,15 |
| | | 03 | Financiamento comunitário em projectos co-financiados | 347.254,00 | 447.322,85 | 100.068,85 | 23.067.560,84 | 7.364.056,97 | -15.703.503,87 |
| | | 04 | Capitalização pública de estabilização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Outras transferências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 272,51 | 272,51 |
| | | | Total do Grupo | 347.254,00 | 447.322,85 | 100.068,85 | 23.219.509,40 | 7.436.889,40 | -15.782.620,00 |
| | 07 | | Instituições Sem Fins Lucrativos | | | | | | |
| | | 01 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.034,17 | 0,00 | -5.034,17 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.034,17 | 0,00 | -5.034,17 |
| | 08 | | Famílias | | | | | | |
| | | 01 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 337.735,64 | 431.361,17 | 93.625,53 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 337.735,64 | 431.361,17 | 93.625,53 |
| | 09 | | Resto do Mundo | | | | | | |
| | | 01 | União Europeia - Instituições | 0,00 | 608.080,74 | 608.080,74 | 32.695.249,53 | 30.853.737,93 | -1.841.511,60 |
| | | 02 | U.E. - Instituições-Subs. de proteç. soc. de cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | União Europeia - Países membros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Países terceiros e organizações internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Países terceiros e org. intern.-Subs. proteç. soc. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 10 | 09 | 05 | | | | | | | |
| | | | Total do Grupo | 32.695.249,53 | 31.461.818,67 | -1.233.430,86 | 32.695.249,53 | 31.461.818,67 | -1.233.430,86 |
| | | | Total do Capítulo | 69.389.738,23 | 42.507.125,57 | -26.882.612,66 | 69.389.134,43 | 42.506.223,66 | -26.882.910,77 |
| 11 | | | **ACTIVOS FINANCEIROS** | | | | | | |
| | 01 | | Depósitos, Certificados de Depósito e Poupança | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Adm. Pública-Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administ. Pública-Administ. local- Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Administ. Pública-Adm. local-Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo-Países terceiros e org. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 02 | | Títulos a Curto Prazo | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 10,68 | 10,68 | 0,00 | 10,68 | 10,68 |
| | | 03 | Administ. Pública - Administ. central - Estado | 8,00 | 0,00 | -8,00 | 8,00 | 0,00 | -8,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Adm.central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administ. Pública - Administ. local-Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local-Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | 05 | cidadania | | | | | | |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 608.080,74 | 608.080,74 | 32.695.249,53 | 30.853.737,93 | -1.841.511,60 |
| | | | Total do Capítulo | 4.833.933,52 | 5.111.826,50 | 277.892,98 | 64.555.200,91 | 37.394.397,16 | -27.160.803,75 |
| 11 | | | **ACTIVOS FINANCEIROS** | | | | | | |
| | 01 | | Depósitos, Certificados de Depósito e Poupança | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Adm. Pública-Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administ. Pública-Administ. local- Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Administ. Pública-Adm. local-Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo-Países terceiros e org. internacionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 02 | | Títulos a Curto Prazo | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10,68 | 10,68 |
| | | 03 | Administ. Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8,00 | 0,00 | -8,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Adm.central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administ. Pública - Administ. local-Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local-Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 11 | 02 | 12 | Resto do mundo-Países terceiros e org. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 8,00 | 10,68 | 2,68 | 8,00 | 10,68 | 2,68 |
| | 03 | | Títulos a Médio e Longo Prazos | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administ. Pública - Administ. local -Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local-Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 4,01 | 0,00 | -4,01 | 4,01 | 0,00 | -4,01 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 270,00 | 0,00 | -270,00 | 270,00 | 0,00 | -270,00 |
| | | 10 | Famílias | 66,72 | 0,00 | -66,72 | 66,72 | 0,00 | -66,72 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 340,73 | 0,00 | -340,73 | 340,73 | 0,00 | -340,73 |
| | 04 | | Derivados Financeiros | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 3,56 | 0,00 | -3,56 | 3,56 | 0,00 | -3,56 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 4,15 | 0,00 | -4,15 | 4,15 | 0,00 | -4,15 |
| | | 06 | Administração Pública - Administração local -Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Administ. Pública - Admin. local -Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo-Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 7,71 | 0,00 | -7,71 | 7,71 | 0,00 | -7,71 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | 12 | Resto do mundo-Países terceiros e org. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8,00 | 10,68 | 2,68 |
| | 03 | | Títulos a Médio e Longo Prazos | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administ. Pública - Administ. local -Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local-Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4,01 | 0,00 | -4,01 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 270,00 | 0,00 | -270,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 66,72 | 0,00 | -66,72 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 340,73 | 0,00 | -340,73 |
| | 04 | | Derivados Financeiros | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3,56 | 0,00 | -3,56 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4,15 | 0,00 | -4,15 |
| | | 06 | Administração Pública - Administração local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Administ. Pública - Admin. local -Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo-Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7,71 | 0,00 | -7,71 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 11 | 05 | | Empréstimos a Curto Prazo | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 | 2.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 14.784,55 | 10.067,59 | -4.716,96 | 14.784,55 | 10.067,59 | -4.716,96 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e org. internac. | 2.064.152,54 | 997.595,80 | -1.066.556,74 | 2.064.152,54 | 997.595,80 | -1.066.556,74 |
| | | | Total do Grupo | 2.078.937,09 | 1.009.663,39 | -1.069.273,70 | 2.078.937,09 | 1.009.663,39 | -1.069.273,70 |
| | 06 | | Empréstimos a Médio e Longo Prazos | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 5.574.205,42 | 4.542.231,13 | -1.031.974,29 | 5.574.205,42 | 4.542.231,13 | -1.031.974,29 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 20.306,77 | 0,00 | -20.306,77 | 20.306,77 | 0,00 | -20.306,77 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Administ. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 7.506,97 | 7.481,97 | -25,00 | 7.506,97 | 7.481,97 | -25,00 |
| | | 10 | Famílias | 2.011.871,73 | 1.742.339,30 | -269.532,43 | 2.011.871,73 | 1.742.339,30 | -269.532,43 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 220.483,01 | 216.867,74 | -3.615,27 | 220.483,01 | 216.267,71 | -4.215,30 |
| | | | Total do Grupo | 7.834.373,90 | 6.508.920,14 | -1.325.453,76 | 7.834.373,90 | 6.508.320,11 | -1.326.053,79 |
| | 07 | | Recuperação de Créditos Garantidos | | | | | | |
| | | 01 | Recuperação de créditos garantidos | 283.899,06 | 463.311,68 | 179.412,62 | 283.899,06 | 463.311,68 | 179.412,62 |
| | | | Total do Grupo | 283.899,06 | 463.311,68 | 179.412,62 | 283.899,06 | 463.311,68 | 179.412,62 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | 05 | | Empréstimos a Curto Prazo | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 2.000,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 7.200,63 | 7.200,63 | 14.784,55 | 2.866,96 | -11.917,59 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e org. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.064.152,54 | 997.595,80 | -1.066.556,74 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 7.200,63 | 7.200,63 | 2.078.937,09 | 1.002.462,76 | -1.076.474,33 |
| | 06 | | Empréstimos a Médio e Longo Prazos | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 753,62 | 753,62 | 5.574.205,42 | 4.541.477,51 | -1.032.727,91 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.306,77 | 0,00 | -20.306,77 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Administ. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.506,97 | 7.481,97 | -25,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 179.844,69 | 179.844,69 | 2.011.871,73 | 1.562.494,61 | -449.377,12 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 220.483,01 | 216.267,71 | -4.215,30 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 180.598,31 | 180.598,31 | 7.834.373,90 | 6.327.721,80 | -1.506.652,10 |
| | 07 | | Recuperação de Créditos Garantidos | | | | | | |
| | | 01 | Recuperação de créditos garantidos | 0,00 | 101.559,66 | 101.559,66 | 283.899,06 | 361.752,02 | 77.852,96 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 101.559,66 | 101.559,66 | 283.899,06 | 361.752,02 | 77.852,96 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 11 | 08 | | Acções e Outras Participações | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 85.985,23 | 85.985,23 | 0,00 | 85.985,23 | 85.985,23 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 85.985,23 | 85.985,23 | 0,00 | 85.985,23 | 85.985,23 |
| | 09 | | Unidades de Participação | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 5,34 | 0,00 | -5,34 | 5,34 | 0,00 | -5,34 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 685,00 | 685,00 | 0,00 | 685,00 | 685,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 5,34 | 685,00 | 679,66 | 5,34 | 685,00 | 679,66 |
| | 10 | | Alienação de Partes Sociais de Empresas | | | | | | |
| | | 01 | Alienação de partes sociais de empresas | 287.361.297,69 | 19.255,12 | -287.342.042,57 | 287.361.297,69 | 19.255,12 | -287.342.042,57 |
| | | | Total do Grupo | 287.361.297,69 | 19.255,12 | -287.342.042,57 | 287.361.297,69 | 19.255,12 | -287.342.042,57 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | 08 | | Acções e Outras Participações | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 85.985,23 | 85.985,23 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 85.985,23 | 85.985,23 |
| | 09 | | Unidades de Participação | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5,34 | 0,00 | -5,34 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central-Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 685,00 | 685,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5,34 | 685,00 | 679,66 |
| | 10 | | Alienação de Partes Sociais de Empresas | | | | | | |
| | | 01 | Alienação de partes sociais de empresas | 0,00 | 19.253,61 | 19.253,61 | 287.361.297,69 | 1,51 | -287.361.296,18 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 19.253,61 | 19.253,61 | 287.361.297,69 | 1,51 | -287.361.296,18 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 11 | 11 | | Outros Activos Financeiros | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Capítulo | 297.558.869,52 | 8.087.831,24 | -289.471.038,28 | 297.558.869,52 | 8.087.231,21 | -289.471.638,31 |
| 12 | | | PASSIVOS FINANCEIROS | | | | | | |
| | 01 | | Depósitos, Certificados de Depósito e Poupança | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | 11 | | Outros Activos Financeiros | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Admin. Pública - Admin. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 308.612,21 | 308.612,21 | 297.558.869,52 | 7.778.619,00 | -289.780.250,52 |
| 12 | | | PASSIVOS FINANCEIROS | | | | | | |
| | 01 | | Depósitos, Certificados de Depósito e Poupança | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 12 | 02 | | Títulos a Curto Prazo | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 244,93 | 244,93 | 0,00 | 244,93 | 244,93 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 244,93 | 244,93 | 0,00 | 244,93 | 244,93 |
| | 03 | | Títulos a Médio e Longo Prazos | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 04 | | Derivados Financeiros | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | 02 | | Títulos a Curto Prazo | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 244,93 | 244,93 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 244,93 | 244,93 |
| | 03 | | Títulos a Médio e Longo Prazos | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 04 | | Derivados Financeiros | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 12 | 04 | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Empréstimos a Curto Prazo | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 06 | | Empréstimos a Médio e Longo Prazos | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 05 | | Empréstimos a Curto Prazo | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 06 | | Empréstimos a Médio e Longo Prazos | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 12 | 06 | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 07 | | Outros Passivos Financeiros | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 244,93 | 244,93 | 0,00 | 244,93 | 244,93 |
| 13 | | | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | |
| | 01 | | Outras | | | | | | |
| | | 01 | Indemnizações | 219.972,69 | 926.343,08 | 706.370,39 | 219.972,69 | 926.343,08 | 706.370,39 |
| | | 02 | Activos incorpóreos | 0,00 | 8,78 | 8,78 | 0,00 | 8,78 | 8,78 |
| | | 99 | Outras | 1.117.327,11 | 165.590,61 | -951.736,50 | 1.117.327,11 | 165.590,61 | -951.736,50 |
| | | | Total do Grupo | 1.337.299,80 | 1.091.942,47 | -245.357,33 | 1.337.299,80 | 1.091.942,47 | -245.357,33 |
| | | | Total do Capítulo | 1.337.299,80 | 1.091.942,47 | -245.357,33 | 1.337.299,80 | 1.091.942,47 | -245.357,33 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 07 | | Outros Passivos Financeiros | | | | | | |
| | | 01 | Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 02 | Sociedades financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 03 | Administração Pública - Administ. central - Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 04 | Administ. Pública - Adm. central - Serv. e fundos autónomos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 05 | Administração Pública - Administração regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 06 | Administração Pública - Administ. local - Continente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 07 | Admin. Pública - Admin. local - Regiões autónomas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 08 | Administração Pública - Segurança social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 09 | Instituições sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 10 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 11 | Resto do mundo - União Europeia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 12 | Resto do mundo - Países terceiros e organiz. internac. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 244,93 | 244,93 |
| 13 | | | **OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL** | | | | | | |
| | 01 | | Outras | | | | | | |
| | | 01 | Indemnizações | 0,00 | 886,55 | 886,55 | 219.972,69 | 925.456,53 | 705.483,84 |
| | | 02 | Activos incorpóreos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8,78 | 8,78 |
| | | 99 | Outras | 142.192,59 | 41.406,60 | -100.785,99 | 975.134,52 | 124.184,01 | -850.950,51 |
| | | | Total do Grupo | 142.192,59 | 42.293,15 | -99.899,44 | 1.195.107,21 | 1.049.649,32 | -145.457,89 |
| | | | Total do Capítulo | 142.192,59 | 42.293,15 | -99.899,44 | 1.195.107,21 | 1.049.649,32 | -145.457,89 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | | Total das receitas de capital | 373.186.547,53 | 74.025.318,92 | -299.161.228,61 | 373.185.943,73 | 74.023.816,98 | -299.162.126,75 |
| | | | ********** | | | | | | |
| 14 | | | **RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS** | | | | | | |
| | 01 | | Recursos Próprios Comunitários | | | | | | |
| | | 01 | Direitos aduaneiros de importação | 87.461.270,73 | 90.594.351,96 | 3.133.081,23 | 85.603.038,67 | 86.772.622,07 | 1.169.583,40 |
| | | 02 | Direitos niveladores agrícolas | 40.064.162,15 | 22.976.745,42 | -17.087.416,73 | 39.249.717,76 | 22.356.519,73 | -16.893.198,03 |
| | | 03 | Quotização sobre açúcar e isoglucose | 1.049.376,25 | 1.228.240,30 | 178.864,05 | 1.049.376,25 | 1.228.240,30 | 178.864,05 |
| | | 99 | Outros | 1,33 | 4.080,39 | 4.079,06 | 1,33 | 4.080,39 | 4.079,06 |
| | | | Total do Grupo | 128.574.810,46 | 114.803.418,07 | -13.771.392,39 | 125.902.134,01 | 110.361.462,49 | -15.540.671,52 |
| | | | Total do Capítulo | 128.574.810,46 | 114.803.418,07 | -13.771.392,39 | 125.902.134,01 | 110.361.462,49 | -15.540.671,52 |
| 15 | | | **REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS** | | | | | | |
| | 01 | | Reposições Não Abatidas nos Pagamentos | | | | | | |
| | | 01 | Reposições não abatidas nos pagamentos | 155.980.584,10 | 158.149.169,45 | 2.168.585,35 | 155.980.584,10 | 158.149.169,45 | 2.168.585,35 |
| | | | Total do Grupo | 155.980.584,10 | 158.149.169,45 | 2.168.585,35 | 155.980.584,10 | 158.149.169,45 | 2.168.585,35 |
| | | | Total do Capítulo | 155.980.584,10 | 158.149.169,45 | 2.168.585,35 | 155.980.584,10 | 158.149.169,45 | 2.168.585,35 |
| 16 | | | **SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR** | | | | | | |
| | 01 | | Saldo Orçamental | | | | | | |
| | | 01 | Na posse do serviço | 7.908.970,67 | 22.634.828,45 | 14.725.857,78 | 7.908.970,67 | 22.634.828,45 | 14.725.857,78 |
| | | 03 | Na posse do serviço - Consignado | 14.827.267,79 | 15.650.277,81 | 823.010,02 | 14.827.267,79 | 15.650.277,81 | 823.010,02 |
| | | 04 | Na posse do Tesouro | 999.456,70 | 5.274.260,31 | 4.274.803,61 | 999.456,70 | 5.274.260,31 | 4.274.803,61 |
| | | 05 | Na posse do Tesouro - Consignado | 103.999.758,61 | 161.544.663,81 | 57.544.905,20 | 103.999.758,61 | 161.544.663,81 | 57.544.905,20 |
| | | | Total do Grupo | 127.735.453,77 | 205.104.030,38 | 77.368.576,61 | 127.735.453,77 | 205.104.030,38 | 77.368.576,61 |
| | | | Total do Capítulo | 127.735.453,77 | 205.104.030,38 | 77.368.576,61 | 127.735.453,77 | 205.104.030,38 | 77.368.576,61 |
| | | | Total da Receita | 29.876.310.545,60 | 31.548.405.277,78 | 1.672.094.732,18 | 27.596.942.315,62 | 28.786.854.565,09 | 1.189.912.249,47 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| | | | Total das receitas de capital | 7.994.547,46 | 7.887.971,35 | -106.576,11 | 365.191.396,27 | 66.135.845,63 | -299.055.550,64 |
| | | | ********** | | | | | | |
| 14 | | | **RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS** | | | | | | |
| | 01 | | Recursos Próprios Comunitários | | | | | | |
| | | 01 | Direitos aduaneiros de importação | 640.639,80 | 569.471,15 | -71.168,65 | 84.962.398,87 | 86.203.150,92 | 1.240.752,05 |
| | | 02 | Direitos niveladores agrícolas | 40.676,60 | 668,95 | -40.007,65 | 39.209.041,16 | 22.355.850,78 | -16.853.190,38 |
| | | 03 | Quotização sobre açúcar e isoglucose | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.049.376,25 | 1.228.240,30 | 178.864,05 |
| | | 99 | Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,33 | 4.080,39 | 4.079,06 |
| | | | Total do Grupo | 681.316,40 | 570.140,10 | -111.176,30 | 125.220.817,61 | 109.791.322,39 | -15.429.495,22 |
| | | | Total do Capítulo | 681.316,40 | 570.140,10 | -111.176,30 | 125.220.817,61 | 109.791.322,39 | -15.429.495,22 |
| 15 | | | **REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS** | | | | | | |
| | 01 | | Reposições Não Abatidas nos Pagamentos | | | | | | |
| | | 01 | Reposições não abatidas nos pagamentos | 1.683.673,87 | 16.171.840,99 | 14.488.167,12 | 154.296.910,23 | 141.977.328,46 | -12.319.581,77 |
| | | | Total do Grupo | 1.683.673,87 | 16.171.840,99 | 14.488.167,12 | 154.296.910,23 | 141.977.328,46 | -12.319.581,77 |
| | | | Total do Capítulo | 1.683.673,87 | 16.171.840,99 | 14.488.167,12 | 154.296.910,23 | 141.977.328,46 | -12.319.581,77 |
| 16 | | | **SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR** | | | | | | |
| | 01 | | Saldo Orçamental | | | | | | |
| | | 01 | Na posse do serviço | 25.963.923,52 | 7.280.188,26 | -18.683.735,26 | -18.054.952,85 | 15.354.640,19 | 33.409.593,04 |
| | | 03 | Na posse do serviço - Consignado | 405.326,72 | 129.275,26 | -276.051,46 | 14.421.941,07 | 15.521.002,55 | 1.099.061,48 |
| | | 04 | Na posse do Tesouro | 23.810,74 | 4.294.795,27 | 4.270.984,53 | 975.645,96 | 979.465,04 | 3.819,08 |
| | | 05 | Na posse do Tesouro - Consignado | 524.400,64 | 44.327.062,89 | 43.802.662,25 | 103.475.357,97 | 117.217.600,92 | 13.742.242,95 |
| | | | Total do Grupo | 26.917.461,62 | 56.031.321,68 | 29.113.860,06 | 100.817.992,15 | 149.072.708,70 | 48.254.716,55 |
| | | | Total do Capítulo | 26.917.461,62 | 56.031.321,68 | 29.113.860,06 | 100.817.992,15 | 149.072.708,70 | 48.254.716,55 |
| | | | Total da Receita | 5.117.007.423,25 | 5.004.967.036,66 | -112.040.386,59 | 22.479.934.892,37 | 23.781.887.528,43 | 1.301.952.636,06 |

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Liquidações emitidas abatidas das transferidas | | | Cobrança bruta corrigida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 17 | | | **OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS** | | | | | | |
| | 02 | | Outras operações de Tesouraria | | | | | | |
| | | 02 | Receita multi-imposto (Excessos) | 1.700.061,74 | 5.204.115,21 | 3.504.053,47 | 1.700.061,74 | 5.204.115,21 | 3.504.053,47 |
| | | | Total do Grupo | 1.700.061,74 | 5.204.115,21 | 3.504.053,47 | 1.700.061,74 | 5.204.115,21 | 3.504.053,47 |
| | 03 | | Reposições abatidas nos pagamentos | | | | | | |
| | | 01 | Reposições abatidas nos pagamentos | 61.835.216,47 | 47.852.360,35 | -13.982.856,12 | 61.835.216,47 | 47.852.360,35 | -13.982.856,12 |
| | | | Total do Grupo | 61.835.216,47 | 47.852.360,35 | -13.982.856,12 | 61.835.216,47 | 47.852.360,35 | -13.982.856,12 |
| | | | Total do Capítulo | 63.535.278,21 | 53.056.475,56 | -10.478.802,65 | 63.535.278,21 | 53.056.475,56 | -10.478.802,65 |
| | | | Total geral | 29.939.845.823,81 | 31.601.461.753,34 | 1.661.615.929,53 | 27.660.477.593,83 | 28.839.911.040,65 | 1.179.433.446,82 |

Direcção-Geral do Orçamento, 11 de Novembro de 2005

O Director-Geral, Luís Morais Sarmento.

| Capítulos | Grupos | Artigos | Designação da receita | Reembolsos / Restituições pagos abatidos dos transferidos | | | Cobrança Líquida | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 | Janeiro a Setembro | | Diferenças em 2005 |
| | | | | 2004 | 2005 | | 2004 | 2005 | |
| 17 | | | OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS | | | | | | |
| | 02 | | Outras operações de Tesouraria | | | | | | |
| | | 02 | Receita multi-imposto (Excessos) | 0,00 | 498.919,38 | 498.919,38 | 1.700.061,74 | 4.705.195,83 | 3.005.134,09 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 498.919,38 | 498.919,38 | 1.700.061,74 | 4.705.195,83 | 3.005.134,09 |
| | 03 | | Reposições abatidas nos pagamentos | | | | | | |
| | | 01 | Reposições abatidas nos pagamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 61.835.216,47 | 47.852.360,35 | -13.982.856,12 |
| | | | Total do Grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 61.835.216,47 | 47.852.360,35 | -13.982.856,12 |
| | | | Total do Capítulo | 0,00 | 498.919,38 | 498.919,38 | 63.535.278,21 | 52.557.556,18 | -10.977.722,03 |
| | | | Total geral | 5.117.007.423,25 | 5.005.465.956,04 | -111.541.467,21 | 22.543.470.170,58 | 23.834.445.084,61 | 1.290.974.914,03 |

## ANO ECONÓMICO DE 2005

### Janeiro a Setembro

Mapa dos **fundos saídos** da tesouraria do Estado
para pagamento de despesas públicas orçamentais nos meses e anos indicados

| Ministérios | Janeiro a Setembro de 2005 | Janeiro a Setembro de 2004 | Diferenças |
|---|---|---|---|
| 01 - Encargos Gerais do Estado | 2.462.119.534,84 | 532.830.368,35 | 1.929.289.166,49 |
| 02 - Ministério da Administração Interna | 1.004.665.690,11 | 1.007.216.696,01 | -2.551.005,90 |
| 03 - Ministério dos Negócios Estrangeiros | 234.617.263,79 | 212.442.851,22 | 22.174.412,57 |
| 04 - Ministério das Finanças e da Administração Pública | 39.145.322.231,89 | 29.176.447.814,59 | 9.968.874.417,30 |
| 05 - Ministério da Defesa Nacional | 1.336.669.890,80 | 1.231.853.407,18 | 104.816.483,62 |
| 06 - Ministério da Justiça | 786.844.369,12 | 608.171.622,96 | 178.672.746,16 |
| 07 - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional | 178.735.739,47 | 0,00 | 178.735.739,47 |
| 08 - Ministério da Economia e da Inovação | 207.954.114,72 | 0,00 | 207.954.114,72 |
| 09 - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas | 370.628.204,98 | 379.047.087,67 | -8.418.882,69 |
| 10 - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações | 437.153.636,00 | 0,00 | 437.153.636,00 |
| 11 - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social | 3.441.858.226,97 | 0,00 | 3.441.858.226,97 |
| 12 - Ministério da Saúde | 5.779.811.632,05 | 4.316.887.338,25 | 1.462.924.293,80 |
| 13 - Ministério da Educação | 4.306.967.503,57 | 4.110.324.708,47 | 196.642.795,10 |
| 14 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior | 1.093.356.903,42 | 0,00 | 1.093.356.903,42 |
| 15 - Ministério da Cultura | 116.033.991,30 | 112.622.254,61 | 3.411.736,69 |
| Ex-Ministério da Economia | 0,00 | 242.374.532,99 | -242.374.532,99 |
| Ex-Ministério da Ciência e do Ensino Superior | 0,00 | 1.035.160.028,79 | -1.035.160.028,79 |
| Ex-Ministério da Segurança Social e do Trabalho | 0,00 | 3.173.033.183,99 | -3.173.033.183,99 |
| Ex-Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação | 0,00 | 638.441.048,51 | -638.441.048,51 |
| Ex-Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente | 0,00 | 1.971.445.209,85 | -1.971.445.209,85 |
| *Soma* | 60.902.738.933,03 | 48.748.298.153,44 | 12.154.440.779,59 |

**NOTA:** Os fundos saídos estão a ser objecto de conciliação com a Direcção-Geral do Tesouro.

Direcção-Geral do Orçamento, 11 de Novembro de 2005 - O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento.*

# ANO ECONÓMICO DE 2005

## Janeiro a Setembro

Mapa, por Ministérios, dos **saldos de autorizações de pagamento,**
relativamente aos **fundos saídos,**
para pagamento das despesas públicas orçamentais nos meses supra-indicados

| Ministérios | Autorizações de pagamento | Fundos saídos | Saldos |
|---|---|---|---|
| 01 - Encargos Gerais do Estado | 2.461.987.340,25 | 2.462.119.534,84 | -132.194,59 |
| 02 - Ministério da Administração Interna | 1.002.870.606,43 | 1.004.665.690,11 | -1.795.083,68 |
| 03 - Ministério dos Negócios Estrangeiros | 234.482.609,67 | 234.617.263,79 | -134.654,12 |
| 04 - Ministério das Finanças e da Administração Pública | 39.141.925.316,21 | 39.145.322.231,89 | -3.396.915,68 |
| 05 - Ministério da Defesa Nacional | 1.311.273.207,28 | 1.336.669.890,80 | -25.396.683,52 |
| 06 - Ministério da Justiça | 786.440.919,20 | 786.844.369,12 | -403.449,92 |
| 07 - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional | 176.845.939,33 | 178.735.739,47 | -1.889.800,14 |
| 08 - Ministério da Economia e da Inovação | 203.824.507,80 | 207.954.114,72 | -4.129.606,92 |
| 09 - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas | 370.136.096,61 | 370.628.204,98 | -492.108,37 |
| 10 - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações | 437.121.403,12 | 437.153.636,00 | -32.232,88 |
| 11 - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social | 3.441.751.882,10 | 3.441.858.226,97 | -106.344,87 |
| 12 - Ministério da Saúde | 5.779.652.072,43 | 5.779.811.632,05 | -159.559,62 |
| 13 - Ministério da Educação | 4.306.719.260,94 | 4.306.967.503,57 | -248.242,63 |
| 14 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior | 1.093.315.954,23 | 1.093.356.903,42 | -40.949,19 |
| 15 - Ministério da Cultura | 115.400.660,04 | 116.033.991,30 | -633.331,26 |
| *Soma* | 60.863.747.775,64 | 60.902.738.933,03 | -38.991.157,39 |

Direcção-Geral do Orçamento, 11 de Novembro de 2005. - O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento.*

# ANO ECONÓMICO DE 2005

## Janeiro a Setembro

Resumo, por Ministérios, das importâncias dos duodécimos dos meses e ano supra-indicados, com as alterações resultantes de créditos especiais e transferências de verbas, comparadas com as respectivas autorizações de pagamento no mesmo período

| Ministérios | Duodécimos | Autorizações de pagamento | | | Diferenças nas autorizações de pagamento |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Despesas correntes | Despesas de capital | Total | |
| 01 - Encargos Gerais do Estado | 2.534.180.997,15 | 1.405.896.054,59 | 1.056.091.285,66 | 2.461.987.340,25 | -72.193.656,90 |
| 02 - Ministério da Administração Interna | 1.198.418.212,35 | 978.863.045,21 | 24.007.561,22 | 1.002.870.606,43 | -195.547.605,92 |
| 03 - Ministério dos Negócios Estrangeiros | 297.916.998,21 | 228.078.583,16 | 6.404.026,51 | 234.482.609,67 | -63.434.388,54 |
| 04 - Ministério das Finanças e da Administração Pública | 40.494.575.663,82 | 8.822.870.847,15 | 30.319.054.469,06 | 39.141.925.316,21 | -1.352.650.347,61 |
| 05 - Ministério da Defesa Nacional | 1.624.820.101,74 | 1.092.853.745,57 | 218.419.461,71 | 1.311.273.207,28 | -313.546.894,46 |
| 06 - Ministério da Justiça | 826.764.706,08 | 762.522.610,89 | 23.918.308,31 | 786.440.919,20 | -40.323.786,88 |
| 07 - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional | 316.820.987,55 | 98.938.318,01 | 77.907.621,32 | 176.845.939,33 | -139.975.048,22 |
| 08 - Ministério da Economia e da Inovação | 212.734.667,25 | 108.591.578,11 | 95.232.929,69 | 203.824.507,80 | -8.910.159,45 |
| 09 - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas | 399.707.770,59 | 280.741.157,11 | 89.394.939,50 | 370.136.096,61 | -29.571.673,98 |
| 10 - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações | 780.818.065,56 | 46.952.031,93 | 390.169.371,19 | 437.121.403,12 | -343.696.662,44 |
| 11 - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social | 3.774.172.874,49 | 3.434.298.922,18 | 7.452.959,92 | 3.441.751.882,10 | -332.420.992,39 |
| 12 - Ministério da Saúde | 5.855.524.575,21 | 5.759.752.607,58 | 19.899.464,85 | 5.779.652.072,43 | -75.872.502,78 |
| 13 - Ministério da Educação | 4.586.542.263,00 | 4.242.144.591,65 | 64.574.669,29 | 4.306.719.260,94 | -279.823.002,06 |
| 14 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior | 1.175.040.258,03 | 995.669.577,48 | 97.646.376,75 | 1.093.315.954,23 | -81.724.303,80 |
| 15 - Ministério da Cultura | 149.545.452,15 | 99.204.911,64 | 16.195.748,40 | 115.400.660,04 | -34.144.792,11 |
| *Soma* | 64.227.583.593,18 | 28.357.378.582,26 | 32.506.369.193,38 | 60.863.747.775,64 | -3.363.835.817,54 |

Direcção-Geral do Orçamento, 11 de Novembro de 2005 - O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento.*

## ANO ECONÓMICO DE 2005

### Janeiro a Setembro

Desenvolvimento, por capítulos, das importâncias dos duodécimos das dotações orçamentais correspondentes aos meses supra-indicados, comparadas com as respectivas autorizações de pagamento expedidas no mesmo período

| Capítulos | Despesas correntes | | | Despesas de capital | | | Total das despesas | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Duodécimos | Autorizações de pagamento expedidas | Diferenças | Duodécimos | Autorizações de pagamento expedidas | Diferenças | Duodécimos | Autorizações de pagamento expedidas | Diferenças |
| **01 - Encargos Gerais do Estado** | | | | | | | | | |
| 01 - Presidência da República | 9.791.249,94 | 9.741.246,00 | -50.003,94 | 202.500,00 | 252.498,00 | 49.998,00 | 9.993.749,94 | 9.993.744,00 | -5,94 |
| 02 - Assembleia da República | 66.507.457,50 | 66.507.457,50 | 0,00 | 4.038.746,94 | 4.038.746,94 | 0,00 | 70.546.204,44 | 70.546.204,44 | 0,00 |
| 03 - Tribunal Constitucional | 4.294.837,35 | 3.576.829,94 | -718.007,41 | 85.424,94 | 29.060,30 | -56.364,64 | 4.380.262,29 | 3.605.890,24 | -774.372,05 |
| 04 - Tribunal de Contas | 13.213.635,30 | 13.196.764,48 | -16.870,82 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 13.213.635,30 | 13.196.764,48 | -16.870,82 |
| 05 - Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira | 800.397,36 | 626.414,09 | -173.983,27 | 153.677.216,70 | 153.670.426,65 | -6.790,05 | 154.477.614,06 | 154.296.840,74 | -180.773,32 |
| 06 - Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores | 882.516,78 | 861.799,31 | -20.717,47 | 157.561.996,14 | 157.555.240,82 | -6.755,32 | 158.444.512,92 | 158.417.040,13 | -27.472,79 |
| 07 - Conselho Económico e Social | 999.011,34 | 897.432,80 | -101.578,54 | 10.199,88 | 10.094,32 | -105,56 | 1.009.211,22 | 907.527,12 | -101.684,10 |
| 08 - Gabinetes dos membros do Governo | 8.923.525,47 | 7.382.462,34 | -1.541.063,13 | 60.276,96 | 11.208,27 | -49.068,69 | 8.983.802,43 | 7.393.670,61 | -1.590.131,82 |
| 09 - Serviços de apoio, estudos e coordenação da Presidência do Conselho de Ministros | 1.320.504.328,35 | 1.282.601.217,93 | -37.903.110,42 | 722.912.987,07 | 712.002.142,05 | -10.910.845,02 | 2.043.417.315,42 | 1.994.603.359,98 | -48.813.955,44 |
| 10 - Órgãos do sistema judiciário | 7.134.652,17 | 6.327.640,45 | -807.011,72 | 106.182,54 | 105.758,33 | -424,21 | 7.240.834,71 | 6.433.398,78 | -807.435,93 |
| 50 - Investimentos do Plano | 19.624.580,01 | 14.176.789,75 | -5.447.790,26 | 42.849.274,41 | 28.416.109,98 | -14.433.164,43 | 62.473.854,42 | 42.592.899,73 | -19.880.954,69 |
| *Total do Ministério* | 1.452.676.191,57 | 1.405.896.054,59 | -46.780.136,98 | 1.081.504.805,58 | 1.056.091.285,66 | -25.413.519,92 | 2.534.180.997,15 | 2.461.987.340,25 | -72.193.656,90 |
| **02 - Ministério da Administração Interna** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 2.776.946,04 | 1.942.087,07 | -834.858,97 | 143.996,04 | 41.741,53 | -102.254,51 | 2.920.942,08 | 1.983.828,60 | -937.113,48 |
| 02 - Serviços gerais de apoio, estudos, coordenação, cooperação e controlo | 26.819.637,21 | 18.513.110,22 | -8.306.526,99 | 1.057.163,22 | 545.367,65 | -511.795,57 | 27.876.800,43 | 19.058.477,87 | -8.818.322,56 |
| 03 - Serviços de protecção civil e segurança rodoviária | 60.898.980,51 | 58.101.272,23 | -2.797.708,28 | 11.687.621,40 | 5.572.707,30 | -6.114.914,10 | 72.586.601,91 | 63.673.979,53 | -8.912.622,38 |
| 04 - Serviços de investigação e forças de segurança e respectivos serviços sociais | 1.032.475.421,79 | 883.718.577,49 | -148.756.844,30 | 9.461.569,68 | 1.619.342,73 | -7.842.226,95 | 1.041.936.991,47 | 885.337.920,22 | -156.599.071,25 |
| 05 - Representação distrital do governo | 20.370.306,87 | 15.293.008,01 | -5.077.298,86 | 1.859.820,57 | 1.116.384,58 | -743.435,99 | 22.230.127,44 | 16.409.392,59 | -5.820.734,85 |
| 50 - Investimentos do Plano | 3.609.757,89 | 1.294.990,19 | -2.314.767,70 | 27.256.991,13 | 15.112.017,43 | -12.144.973,70 | 30.866.749,02 | 16.407.007,62 | -14.459.741,40 |
| *Total do Ministério* | 1.146.951.050,31 | 978.863.045,21 | -168.088.005,10 | 51.467.162,04 | 24.007.561,22 | -27.459.600,82 | 1.198.418.212,35 | 1.002.870.606,43 | -195.547.605,92 |
| **03 - Ministério dos Negócios Estrangeiros** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 3.118.216,41 | 2.766.091,14 | -352.125,27 | 3.599,82 | 0,00 | -3.599,82 | 3.121.816,23 | 2.766.091,14 | -355.725,09 |
| 02 - Serviços gerais de apoio, estudos, coordenação e representação | 144.066.971,61 | 139.360.905,65 | -4.706.065,96 | 17.392,95 | 10.601,20 | -6.791,75 | 144.084.364,56 | 139.371.506,85 | -4.712.857,71 |
| 03 - Cooperação e relações externas | 124.695.342,18 | 83.800.554,99 | -40.894.787,19 | 12.353.799,33 | 2.050.787,20 | -10.303.012,13 | 137.049.141,51 | 85.851.342,19 | -51.197.799,32 |
| 50 - Investimentos do Plano | 6.681.827,79 | 2.151.031,38 | -4.530.796,41 | 6.979.848,12 | 4.342.638,11 | -2.637.210,01 | 13.661.675,91 | 6.493.669,49 | -7.168.006,42 |
| *Total do Ministério* | 278.562.357,99 | 228.078.583,16 | -50.483.774,83 | 19.354.640,22 | 6.404.026,51 | -12.950.613,71 | 297.916.998,21 | 234.482.609,67 | -63.434.388,54 |
| **04 - Ministério das Finanças e da Administração Pública** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 2.878.934,04 | 2.516.526,35 | -362.407,69 | 3.764,16 | 537,90 | -3.226,26 | 2.882.698,20 | 2.517.064,25 | -365.633,95 |
| 02 - Serviços gerais de apoio, estudos, coordenação e cooperação | 12.577.802,04 | 7.640.329,45 | -4.937.472,59 | 256.149,99 | 11.732,99 | -244.417,00 | 12.833.952,03 | 7.652.062,44 | -5.181.889,59 |

| Capítulos | Despesas correntes | | | Despesas de capital | | | Total das despesas | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Duodécimos | Autorizações de pagamento expedidas | Diferenças | Duodécimos | Autorizações de pagamento expedidas | Diferenças | Duodécimos | Autorizações de pagamento expedidas | Diferenças |
| 03 - Administração, controlo e fiscalização orçamental | 28.438.953,93 | 24.497.235,77 | -3.941.718,16 | 1.369.110,69 | 37.921,51 | -1.331.189,18 | 29.808.064,62 | 24.535.157,28 | -5.272.907,34 |
| 04 - Administração, controlo e formação no âmbito da Administração Pública | 14.284.743,30 | 12.189.000,20 | -2.095.743,10 | 222.693,30 | 193.695,71 | -28.997,59 | 14.507.436,60 | 12.382.695,91 | -2.124.740,69 |
| 05 - Protecção social | 3.312.938.524,23 | 3.212.092.061,79 | -100.846.462,44 | 357.646,95 | 374.969,40 | 17.322,45 | 3.313.296.171,18 | 3.212.467.031,19 | -100.829.139,99 |
| 06 - Administração da tesouraria do Estado | 10.960.579,62 | 6.030.071,14 | -4.930.508,48 | 1.184,22 | 1.472,79 | 288,57 | 10.961.763,84 | 6.031.543,93 | -4.930.219,91 |
| 07 - Gestão da dívida pública | 3.035.174.999,94 | 3.592.646.758,00 | 557.471.758,06 | 30.480.899.999,94 | 30.186.948.933,00 | -293.951.066,94 | 33.516.074.999,88 | 33.779.595.691,00 | 263.520.691,12 |
| 08 - Serviços fiscais e alfandegários | 397.635.178,59 | 356.653.410,02 | -40.981.768,57 | 4.417.098,57 | 1.588.722,16 | -2.828.376,41 | 402.052.277,16 | 358.242.132,18 | -43.810.144,98 |
| 50 - Investimentos do Plano | 45.620.017,65 | 5.993.902,85 | -39.626.114,80 | 21.628.812,96 | 11.397.057,85 | -10.231.755,11 | 67.248.830,61 | 17.390.960,70 | -49.857.869,91 |
| 60 - Despesas excepcionais | 915.545.007,36 | 424.609.784,16 | -490.935.223,20 | 1.140.516.932,49 | 118.499.425,75 | -1.022.017.506,74 | 2.056.061.939,85 | 543.109.209,91 | -1.512.952.729,94 |
| 70 - Recursos próprios comunitários | 1.068.847.529,85 | 1.178.001.767,42 | 109.154.237,57 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.068.847.529,85 | 1.178.001.767,42 | 109.154.237,57 |
| *Total do Ministério* | 8.844.902.270,55 | 8.822.870.847,15 | -22.031.423,40 | 31.649.673.393,27 | 30.319.054.469,06 | -1.330.618.924,21 | 40.494.575.663,82 | 39.141.925.316,21 | -1.352.650.347,61 |
| **05 - Ministério da Defesa Nacional** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo, órgãos e serviços centrais | 80.418.796,83 | 32.634.900,46 | -47.783.896,37 | 31.210.672,14 | 12.336.931,51 | -18.873.740,63 | 111.629.468,97 | 44.971.831,97 | -66.657.637,00 |
| 02 - Estado-Maior-General das Forças Armadas | 26.729.149,86 | 22.000.465,77 | -4.728.684,09 | 8.324.499,87 | 5.588.634,18 | -2.735.865,69 | 35.053.649,73 | 27.589.099,95 | -7.464.549,78 |
| 03 - Marinha | 358.397.707,95 | 309.860.686,67 | -48.537.021,28 | 64.554.480,63 | 9.205.477,36 | -55.349.003,27 | 422.952.188,58 | 319.066.164,03 | -103.886.024,55 |
| 04 - Exército | 519.375.854,79 | 491.994.735,67 | -27.381.119,12 | 108.652.288,23 | 81.987.096,86 | -26.665.191,37 | 628.028.143,02 | 573.981.832,53 | -54.046.310,49 |
| 05 - Força Aérea | 277.663.844,07 | 236.245.533,91 | -41.418.310,16 | 73.960.598,70 | 44.939.834,08 | -29.020.764,62 | 351.624.442,77 | 281.185.367,99 | -70.439.074,78 |
| 50 - Investimentos do Plano | 136.500,66 | 117.423,09 | -19.077,57 | 75.395.708,01 | 64.361.487,72 | -11.034.220,29 | 75.532.208,67 | 64.478.910,81 | -11.053.297,86 |
| *Total do Ministério* | 1.262.721.854,16 | 1.092.853.745,57 | -169.868.108,59 | 362.098.247,58 | 218.419.461,71 | -143.678.785,87 | 1.624.820.101,74 | 1.311.273.207,28 | -313.546.894,46 |
| **06 - Ministério da Justiça** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 5.694.315,93 | 3.742.160,65 | -1.952.155,28 | 140.648,58 | 22.790,64 | -117.857,94 | 5.834.964,51 | 3.764.951,29 | -2.070.013,22 |
| 02 - Serviços gerais de apoio, estudos, coordenação e cooperação | 135.756.023,40 | 173.761.369,13 | 38.005.345,73 | 666.859,68 | 502.444,82 | -164.414,86 | 136.422.883,08 | 174.263.813,95 | 37.840.930,87 |
| 03 - Órgãos e serviços do sistema judiciário e registos | 339.393.913,65 | 329.456.977,87 | -9.936.935,78 | 2.549.732,76 | 781.409,13 | -1.768.323,63 | 341.943.646,41 | 330.238.387,00 | -11.705.259,41 |
| 04 - Serviços de investigação, prisionais e de reinserção | 266.998.892,31 | 252.469.130,57 | -14.529.761,74 | 2.611.012,41 | 1.444.018,45 | -1.166.993,96 | 269.609.904,72 | 253.913.149,02 | -15.696.755,70 |
| 50 - Investimentos do Plano | 10.742.159,97 | 3.092.972,67 | -7.649.187,30 | 62.211.147,39 | 21.167.645,27 | -41.043.502,12 | 72.953.307,36 | 24.260.617,94 | -48.692.689,42 |
| *Total do Ministério* | 758.585.305,26 | 762.522.610,89 | 3.937.305,63 | 68.179.400,82 | 23.918.308,31 | -44.261.092,51 | 826.764.706,08 | 786.440.919,20 | -40.323.786,88 |
| **07 - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 3.085.995,69 | 2.708.440,91 | -377.554,78 | 7.256,61 | 2.674,35 | -4.582,26 | 3.093.252,30 | 2.711.115,26 | -382.137,04 |
| 02 - Serviços gerais de apoio, estudos, coordenação e cooperação | 5.902.475,40 | 4.768.634,61 | -1.133.840,79 | 21.345,21 | 12.571,66 | -8.773,55 | 5.923.820,61 | 4.781.206,27 | -1.142.614,34 |
| 03 - Serviços na área do desenvolvimento regional | 22.973.101,29 | 23.258.460,19 | 285.358,90 | 136,44 | 0,00 | -136,44 | 22.973.237,73 | 23.258.460,19 | 285.222,46 |
| 04 - Serviços na área do ambiente | 23.809.684,50 | 22.201.234,40 | -1.608.450,10 | 6.859,98 | 2.483,25 | -4.376,73 | 23.816.544,48 | 22.203.717,65 | -1.612.826,83 |
| 05 - Serviços na área da habitação | 5.892.491,70 | 5.056.932,02 | -835.559,68 | 88.846,29 | 64.298,70 | -24.547,59 | 5.981.337,99 | 5.121.230,72 | -860.107,27 |
| 06 - Serviços na área do ordenamento do território | 7.767.151,65 | 7.047.727,90 | -719.423,75 | 116.435,07 | 41.522,33 | -74.912,74 | 7.883.586,72 | 7.089.250,23 | -794.336,49 |
| 50 - Investimentos do Plano | 65.481.597,81 | 33.896.887,98 | -31.584.709,83 | 181.667.609,91 | 77.784.071,03 | -103.883.538,88 | 247.149.207,72 | 111.680.959,01 | -135.468.248,71 |
| *Total do Ministério* | 134.912.498,04 | 98.938.318,01 | -35.974.180,03 | 181.908.489,51 | 77.907.621,32 | -104.000.868,19 | 316.820.987,55 | 176.845.939,33 | -139.975.048,22 |
| **08 - Ministério da Economia e da Inovação** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 4.305.384,18 | 3.774.513,06 | -530.871,12 | 20.996,82 | 20.416,96 | -579,86 | 4.326.381,00 | 3.794.930,02 | -531.450,98 |
| 02 - Serviços gerais de apoio e de gestão interna | 7.599.859,02 | 7.279.241,70 | -320.617,32 | 3.447.781,20 | 4.565.254,66 | 1.117.473,46 | 11.047.640,22 | 11.844.496,36 | 796.856,14 |

| Capítulos | Despesas correntes | | | Despesas de capital | | | Total das despesas | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Duodécimos | Autorizações de pagamento expedidas | Diferenças | Duodécimos | Autorizações de pagamento expedidas | Diferenças | Duodécimos | Autorizações de pagamento expedidas | Diferenças |
| 03 - Serviços de inspecção, controlo e dinamização da economia | 33.967.941,30 | 28.613.442,44 | -5.354.498,86 | 468.048,78 | 359.508,10 | -108.540,68 | 34.435.990,08 | 28.972.950,54 | -5.463.039,54 |
| 04 - Serviços regionais de regulamentação, regulação e supervisão na área da economia | 23.867.342,01 | 20.431.109,67 | -3.436.232,34 | 18.689.623,83 | 22.639.215,97 | 3.949.592,14 | 42.556.965,84 | 43.070.325,64 | 513.359,80 |
| 05 - Serviços de investigação, inovação e qualidade | 34.159.373,82 | 35.081.913,54 | 922.539,72 | 969.077,34 | 482.281,61 | -486.795,73 | 35.128.451,16 | 35.564.195,15 | 435.743,99 |
| 50 - Investimentos do Plano | 22.855.288,32 | 13.411.357,70 | -9.443.930,62 | 62.383.950,63 | 67.166.252,39 | 4.782.301,76 | 85.239.238,95 | 80.577.610,09 | -4.661.628,86 |
| *Total do Ministério* | 126.755.188,65 | 108.591.578,11 | -18.163.610,54 | 85.979.478,60 | 95.232.929,69 | 9.253.451,09 | 212.734.667,25 | 203.824.507,80 | -8.910.159,45 |
| **09 - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 3.523.304,25 | 3.147.226,98 | -376.077,27 | 18.600,48 | 7.779,35 | -10.821,13 | 3.541.904,73 | 3.155.006,33 | -386.898,40 |
| 02 - Serviços gerais de apoio, estudos, coordenação e controlo | 29.174.311,35 | 23.678.410,04 | -5.495.901,31 | 299.372,04 | 151.543,59 | -147.828,45 | 29.473.683,39 | 23.829.953,63 | -5.643.729,76 |
| 03 - Serviços de intervenção no sector da agricultura, florestas e pescas | 53.302.205,07 | 49.964.638,25 | -3.337.566,82 | 443.232,27 | 97.291,40 | -345.940,87 | 53.745.437,34 | 50.061.929,65 | -3.683.507,69 |
| 04 - Serviços regionais da agricultura | 70.033.335,03 | 67.449.643,12 | -2.583.691,91 | 863.522,28 | 386.918,87 | -476.603,41 | 70.896.857,31 | 67.836.561,99 | -3.060.295,32 |
| 05 - Serviços de investigação, formação e ensino | 28.552.973,04 | 30.507.257,10 | 1.954.284,06 | 1.170.797,40 | 794.559,48 | -376.237,92 | 29.723.770,44 | 31.301.816,58 | 1.578.046,14 |
| 50 - Investimentos do Plano | 115.296.607,71 | 105.993.981,62 | -9.302.626,09 | 97.029.509,67 | 87.956.846,81 | -9.072.662,86 | 212.326.117,38 | 193.950.828,43 | -18.375.288,95 |
| *Total do Ministério* | 299.882.736,45 | 280.741.157,11 | -19.141.579,34 | 99.825.034,14 | 89.394.939,50 | -10.430.094,64 | 399.707.770,59 | 370.136.096,61 | -29.571.673,98 |
| **10 - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 2.259.324,27 | 1.946.826,14 | -312.498,13 | 641,16 | 405,84 | -235,32 | 2.259.965,43 | 1.947.231,98 | -312.733,45 |
| 02 - Serviços gerais de apoio, estudos, cooperação e relações externas | 7.036.655,58 | 6.103.375,69 | -933.279,89 | 54.443.597,40 | 46.931.261,05 | -7.512.336,35 | 61.480.252,98 | 53.034.636,74 | -8.445.616,24 |
| 03 - Serviços de regulamentação, supervisão, inspecção, investigação, obras públicas, transportes, comunicações e ensino | 37.022.259,60 | 30.970.968,79 | -6.051.290,81 | 561.234,24 | 243.212,91 | -318.021,33 | 37.583.493,84 | 31.214.181,70 | -6.369.312,14 |
| 50 - Investimentos do Plano | 25.355.383,83 | 7.930.861,31 | -17.424.522,52 | 654.138.969,48 | 342.994.491,39 | -311.144.478,09 | 679.494.353,31 | 350.925.352,70 | -328.569.000,61 |
| *Total do Ministério* | 71.673.623,28 | 46.952.031,93 | -24.721.591,35 | 709.144.442,28 | 390.169.371,19 | -318.975.071,09 | 780.818.065,56 | 437.121.403,12 | -343.696.662,44 |
| **11 - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 3.695.140.258,83 | 3.381.958.671,82 | -313.181.587,01 | 97.234,29 | 9.538,47 | -87.695,82 | 3.695.237.493,12 | 3.381.968.210,29 | -313.269.282,83 |
| 02 - Serviços gerais de apoio, estudos, coordenação, cooperação e controlo | 47.230.790,40 | 38.617.548,51 | -8.613.241,89 | 1.609.229,97 | 799.993,88 | -809.236,09 | 48.840.020,37 | 39.417.542,39 | -9.422.477,98 |
| 03 - Serviços de intervenção na área da solidariedade e segurança social | 8.152.094,07 | 7.211.309,82 | -940.784,25 | 6.246,63 | 6.641,32 | 394,69 | 8.158.340,70 | 7.217.951,14 | -940.389,56 |
| 04 - Serviços de intervenção nas áreas do emprego, trabalho e formação profissional | 8.200.623,33 | 6.317.958,77 | -1.882.664,56 | 64.829,79 | 34.233,67 | -30.596,12 | 8.265.453,12 | 6.352.192,44 | -1.913.260,68 |
| 50 - Investimentos do Plano | 878.169,69 | 193.433,26 | -684.736,43 | 12.793.397,49 | 6.602.552,58 | -6.190.844,91 | 13.671.567,18 | 6.795.985,84 | -6.875.581,34 |
| *Total do Ministério* | 3.759.601.936,32 | 3.434.298.922,18 | -325.303.014,14 | 14.570.938,17 | 7.452.959,92 | -7.117.978,25 | 3.774.172.874,49 | 3.441.751.882,10 | -332.420.992,39 |
| **12 - Ministério da Saúde** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 2.234.497,95 | 1.933.121,36 | -301.376,59 | 19.853,64 | 5.558,25 | -14.295,39 | 2.254.351,59 | 1.938.679,61 | -315.671,98 |
| 02 - Serviços centrais do Ministério da Saúde | 15.893.042,04 | 12.935.358,36 | -2.957.683,68 | 155.272,23 | 130.506,60 | -24.765,63 | 16.048.314,27 | 13.065.864,96 | -2.982.449,31 |
| 03 - Intervenção na área dos cuidados de saúde | 5.775.328.674,99 | 5.743.185.382,50 | -32.143.292,49 | 669.947,67 | 220.109,97 | -449.837,70 | 5.775.998.622,66 | 5.743.405.492,47 | -32.593.130,19 |
| 50 - Investimentos do Plano | 6.448.405,86 | 1.698.745,36 | -4.749.660,50 | 54.774.880,83 | 19.543.290,03 | -35.231.590,80 | 61.223.286,69 | 21.242.035,39 | -39.981.251,30 |
| *Total do Ministério* | 5.799.904.620,84 | 5.759.752.607,58 | -40.152.013,26 | 55.619.954,37 | 19.899.464,85 | -35.720.489,52 | 5.855.524.575,21 | 5.779.652.072,43 | -75.872.502,78 |

| Capítulos | Despesas correntes | | | Despesas de capital | | | Total das despesas | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Duodécimos | Autorizações de pagamento expedidas | Diferenças | Duodécimos | Autorizações de pagamento expedidas | Diferenças | Duodécimos | Autorizações de pagamento expedidas | Diferenças |
| **13 - Ministério da Educação** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 2.731.271,31 | 2.463.447,69 | -267.823,62 | 64.837,26 | 26.358,62 | -38.478,64 | 2.796.108,57 | 2.489.806,31 | -306.302,26 |
| 02 - Serviços gerais de apoio, estudos, coordenação e cooperação | 603.260.014,05 | 509.534.400,18 | -93.725.613,87 | 1.264.271,13 | 781.264,67 | -483.006,46 | 604.524.285,18 | 510.315.664,85 | -94.208.620,33 |
| 03 - Serviços tutelados | 4.845.366,99 | 4.488.980,68 | -356.386,31 | 39.749,94 | 10.352,84 | -29.397,10 | 4.885.116,93 | 4.499.333,52 | -385.783,41 |
| 04 - Estabelecimentos de educação e ensinos básico e secundário | 3.877.832.756,61 | 3.724.615.398,51 | -153.217.358,10 | 16.073.167,05 | 13.525.817,72 | -2.547.349,33 | 3.893.905.923,66 | 3.738.141.216,23 | -155.764.707,43 |
| 50 - Investimentos do Plano | 3.529.782,81 | 1.042.364,59 | -2.487.418,22 | 76.901.045,85 | 50.230.875,44 | -26.670.170,41 | 80.430.828,66 | 51.273.240,03 | -29.157.588,63 |
| *Total do Ministério* | 4.492.199.191,77 | 4.242.144.591,65 | -250.054.600,12 | 94.343.071,23 | 64.574.669,29 | -29.768.401,94 | 4.586.542.263,00 | 4.306.719.260,94 | -279.823.002,06 |
| **14 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 1.812.662,46 | 1.570.496,71 | -242.165,75 | 24.754,41 | 9.329,34 | -15.425,07 | 1.837.416,87 | 1.579.826,05 | -257.590,82 |
| 02 - Serviços gerais de apoio, estudos, coordenação e cooperação | 8.551.754,82 | 7.350.745,11 | -1.201.009,71 | 492.006,69 | 592.343,30 | 100.336,61 | 9.043.761,51 | 7.943.088,41 | -1.100.673,10 |
| 03 - Serviços das áreas da ciência e tecnologia | 28.884.094,02 | 25.909.685,70 | -2.974.408,32 | 2.989.626,12 | 187.917,05 | -2.801.709,07 | 31.873.720,14 | 26.097.602,75 | -5.776.117,39 |
| 04 - Estabelecimentos de ensino superior e serviços de apoio | 896.551.925,13 | 871.413.324,35 | -25.138.600,78 | 9.828.342,36 | 7.786.261,16 | -2.042.081,20 | 906.380.267,49 | 879.199.585,51 | -27.180.681,98 |
| 50 - Investimentos do Plano | 93.174.066,09 | 89.425.325,61 | -3.748.740,48 | 132.731.025,93 | 89.070.525,90 | -43.660.500,03 | 225.905.092,02 | 178.495.851,51 | -47.409.240,51 |
| *Total do Ministério* | 1.028.974.502,52 | 995.669.577,48 | -33.304.925,04 | 146.065.755,51 | 97.646.376,75 | -48.419.378,76 | 1.175.040.258,03 | 1.093.315.954,23 | -81.724.303,80 |
| **15 - Ministério da Cultura** | | | | | | | | | |
| 01 - Gabinetes dos membros do Governo | 2.106.143,73 | 1.805.616,88 | -300.526,85 | 21.715,38 | 787,48 | -20.927,90 | 2.127.859,11 | 1.806.404,36 | -321.454,75 |
| 02 - Serviços de apoio central e regional, estudos, coordenação e inspecção | 21.996.882,27 | 17.744.054,72 | -4.252.827,55 | 1.178.478,72 | 1.484.493,25 | 306.014,53 | 23.175.360,99 | 19.228.547,97 | -3.946.813,02 |
| 03 - Serviços de promoção e produção de actos culturais, conservação, valorização e difusão do património cultural | 58.693.102,65 | 53.244.859,67 | -5.448.242,98 | 457.895,97 | 230.853,12 | -227.042,85 | 59.150.998,62 | 53.475.712,79 | -5.675.285,83 |
| 50 - Investimentos do Plano | 41.676.502,41 | 26.410.380,37 | -15.266.122,04 | 23.414.731,02 | 14.479.614,55 | -8.935.116,47 | 65.091.233,43 | 40.889.994,92 | -24.201.238,51 |
| *Total do Ministério* | 124.472.631,06 | 99.204.911,64 | -25.267.719,42 | 25.072.821,09 | 16.195.748,40 | -8.877.072,69 | 149.545.452,15 | 115.400.660,04 | -34.144.792,11 |
| *Total das despesas correntes* | 29.582.775.958,77 | 28.357.378.582,26 | -1.225.397.376,51 | | | | | | |
| *Total das despesas de capital* | | | | 34.644.807.634,41 | 32.506.369.193,38 | -2.138.438.441,03 | | | |
| *Total geral* | | | | | | | 64.227.583.593,18 | 60.863.747.775,64 | -3.363.835.817,54 |

Direcção-Geral do Orçamento, 11 de Novembro de 2005. - O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento.*

# ANO ECONÓMICO DE 2005

## Janeiro a Setembro

### Conta consolidada dos serviços e fundos autónomos
### (Sem Fundo de Regularização da Dívida Pública)

**(Dados provisórios referentes a 30 de Setembro)**

| RECEITAS | | | | | DESPESAS | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Códigos | | | Designações | Valores (euros) | Códigos | Designações | Valores (euros) |
| Cap. | Gr. | Art. | | | | | |
| | | | **Receitas correntes** | | | **Despesas correntes** | |
| 01 | | | Impostos directos | 6.647.438 | 01.00.00 | Despesas com o pessoal | 3.067.136.643 |
| 02 | | | Impostos indirectos | 207.532.018 | 02.00.00 | Aquisição de bens e serviços | 4.418.678.359 |
| 03 | | | Contribuições para a segurança social, a CGA e a ADSE | 4.382.787.949 | 03.00.00 | Juros e outros encargos | 34.030.425 |
| 04 | | | Taxas, multas e outras penalidades | 921.696.109 | 04.00.00 | Transferências correntes | 5.435.276.029 |
| 05 | | | Rendimentos da propriedade | 123.380.496 | 04.03.01 a 04.03.04 | Administração central - Estado | 418.514.362 |
| 06 | | | Transferências correntes | 8.834.123.512 | 04.04.00 | Administração regional | 463.805 |
| | 03 | 01 a 06 | Administração central - Estado | 7.321.617.523 | 04.05.00 | Administração local | 7.885.737 |
| | 04 | | Administração regional | 4.696.870 | 04.06.00 | Segurança social | 90.303.578 |
| | 05 | | Administração local | 4.502.437 | 04.01.00, 04.02.00 e 04.07.00 a 04.09.00 | Outras transferências | 4.918.108.547 |
| | 06 | | Segurança social | 773.900.936 | 05.00.00 | Subsídios | 920.242.922 |
| | 09 | 01 a 04 | União Europeia | 606.183.673 | 06.00.00 | Outras despesas correntes | 58.887.246 |
| | 01, 02, 07, 08, 09.05 e 09.06 | | Outras transferências | 123.222.073 | | | |
| 07 | | | Venda de bens e serviços correntes | 542.420.510 | | *Soma* | 13.934.251.624 |
| 08 | | | Outras receitas correntes | 47.424.987 | | | |
| | | | *Soma* | 15.066.013.019 | | **Despesas de capital** | |
| | | | | | 07.00.00 | Aquisição de bens de capital | 285.043.637 |
| | | | **Receitas de capital** | | 08.00.00 | Transferências de capital | 702.456.756 |
| | | | | | 08.03.01 a 08.03.05 | Administração central - Estado | 7.072.680 |
| 09 | | | Venda de bens de investimento | 19.326.960 | 08.04.00 | Administração regional | 15.611.658 |
| 10 | | | Transferências de capital | 1.463.388.401 | 08.05.00 | Administração local | 66.027.727 |
| | 03 | 01 a 07 | Administração central - Estado | 337.976.500 | 08.06.00 | Segurança social | |
| | 04 | | Administração regional | 7.298.722 | 08.01.00, 08.02.00 e 08.07.00 a 08.09.00 | Outras transferências | 613.744.692 |
| | 05 | | Administração local | 74.589 | 09.00.00 | Activos financeiros | 1.232.740.464 |
| | 06 | | Segurança social | 33.266.313 | 10.00.00 | Passivos financeiros | 617.749.354 |
| | 09 | 01 a 03 | União Europeia | 383.251.739 | 11.00.00 | Outras despesas de capital | 280.099 |
| | 01, 02, 07, 08, 09.04 e 09.05 | | Outras transferências | 701.520.538 | | | |
| 11 | | | Activos financeiros | 339.705.912 | | *Soma* | 2.838.270.311 |
| 12 | | | Passivos financeiros | 812.500.000 | | | |
| 13 | | | Outras receitas de capital | 17.982.110 | | *Total de despesas* | 16.772.521.935 |
| | | | *Soma* | 2.652.903.383 | | Saldo | 3.147.311.195 |
| 14 | | | Recursos próprios comunitários | | | | |
| 15 | | | Reposições não abatidas nos pagamentos | 19.817.413 | | | |
| 16 | | | Saldo da gerência anterior | 2.181.099.315 | | | |
| | | | *Total* | 19.919.833.130 | | *Total* | 19.919.833.130 |

**Nota:** Por falta de envio da respectiva execução orçamental, não inclui os seguintes organismos:
Assembleia da República; Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos; Universidade do Porto - Reitoria e Escola Superior de Enfermagem do Porto.

Direcção-Geral do Orçamento, 11 de Novembro de 2005. - O Director-Geral, Luís Morais Sarmento.

# ANO ECONÓMICO DE 2005

## Janeiro a Setembro

### Conta consolidada das receitas e das despesas do sistema de segurança social

*(euros)*

| RECEITAS | | | | DESPESAS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Capítulo** | **Grupo** | **Designações** | **Valores** | **Agrupamento** | **Subagrupamento** | **Designações** | **Valores** |
| | | **Receitas correntes** | | | | **Despesas correntes** | |
| ***03*** | | ***Contribuições para a segurança social, a CGA e a ADSE*** | ***8.114.994.038,87*** | ***01*** | | ***Despesas com o pessoal*** | ***274.541.067,02*** |
| | 01 | Subsistema previdencial | 8.114.994.038,87 | ***02*** | | ***Aquisição de bens e serviços*** | ***62.709.415,11*** |
| | 02 | Regimes complementares e especiais | 0,00 | ***03*** | | ***Juros e outros encargos*** | ***1.744.149,82*** |
| ***04*** | | ***Taxas, multas e outras penalidades*** | ***33.452.732,80*** | ***04*** | | ***Transferências correntes*** | ***11.575.357.164,79*** |
| | 01 | Taxas | 2.224.846,98 | | 03 | Administração central | 422.161.072,72 |
| | 02 | Multas e outras penalidades | 31.227.885,82 | | 04 | Administração regional | 9.532.177,02 |
| ***05*** | | ***Rendimentos da propriedade*** | ***212.203.142,22*** | | 05 | Administração local | 5.937.519,36 |
| | 01 | Juros - Sociedades e quase-sociedades não financeiras | 635.804,63 | | 07 | Instituições sem fins lucrativos | 792.892.251,75 |
| | 02 | Juros - Sociedades financeiras | 22.278.518,70 | | 08 | Famílias | 10.339.852.390,23 |
| | 03 | Juros - Administrações públicas | 124.746.192,50 | | 09 | Resto do mundo | 4.981.753,70 |
| | 04 | Juros - Instituições sem fins lucrativos | 20.636,12 | ***05*** | | ***Subsídios*** | ***757.037.390,24*** |
| | 05 | Juros - Famílias | 2,82 | ***06*** | | ***Outras despesas correntes*** | ***20.868.021,56*** |
| | 06 | Juros - Resto do mundo | 39.337.633,48 | | 02 | Diversas | 20.868.021,56 |
| | 07 | Dividendos e participação nos lucros de sociedades e quase-sociedades não financeiras | 15.955.325,79 | | | | |
| | 08 | Dividendos e participação nos lucros de sociedades financeiras | 5.297.897,48 | | | ***Soma*** | ***12.692.257.208,55*** |
| | 10 | Rendas | 3.931.130,70 | | | | |
| ***06*** | | ***Transferências correntes*** | ***4.521.113.048,27*** | | | **Despesas de capital** | |
| | 03 | Administração central | 3.915.969.980,62 | | | | |
| | 07 | Instituições sem fins lucrativos | 165.229.937,88 | ***07*** | | ***Aquisição de bens de capital*** | ***10.957.725,49*** |
| | 09 | Resto do mundo | 439.913.129,77 | | 01 | Investimentos | 10.957.725,49 |
| ***07*** | | ***Venda de bens e serviços correntes*** | ***5.993.562,08*** | ***08*** | | ***Transferências de capital*** | ***17.739.353,20*** |
| | 01 | Venda de bens | 161.143,40 | | 03 | Administração central | 851.524,57 |
| | 02 | Serviços | 5.832.418,68 | | 07 | Instituições sem fins lucrativos | 16.804.500,91 |
| ***08*** | | ***Outras receitas correntes*** | ***14.257.611,47*** | | 09 | Resto do mundo | 83.327,72 |
| | 01 | Outras | 14.257.611,47 | ***09*** | | ***Activos financeiros*** | ***1.550.399.516,36*** |
| | | | | ***10*** | | ***Passivos financeiros*** | ***0,00*** |
| | | ***Soma*** | ***12.902.014.135,71*** | | 05 | Empréstimos a curto prazo | 0,00 |
| | | **Receitas de capital** | | | | ***Soma*** | ***1.579.096.595,06*** |
| ***09*** | | ***Venda de bens de investimento*** | ***6.365.100,79*** | | | ***Total de despesas*** | ***14.271.353.803,61*** |
| ***10*** | | ***Transferências de capital*** | ***10.767.816,70*** | | | | |
| | 03 | Administração central | 6.510.475,00 | | | Saldo | 1.104.788.773,59 |
| | 09 | Resto do mundo | 4.257.341,70 | | | | |
| ***11*** | | ***Activos financeiros*** | ***1.612.268.994,60*** | | | | |
| ***12*** | | ***Passivos financeiros*** | ***0,00*** | | | | |
| | 05 | Empréstimos a curto prazo | 0,00 | | | | |
| ***13*** | | ***Outras receitas de capital*** | ***12.082,08*** | | | | |
| | | ***Soma*** | ***1.629.413.994,17*** | | | | |
| ***15*** | | ***Reposições não abatidas nos pagamentos*** | ***67.085.047,69*** | | | | |
| | 01 | Reposições não abatidas nos pagamentos | 67.085.047,69 | | | | |
| ***16*** | | ***Saldo da gerência anterior*** | ***777.629.399,62*** | | | | |
| | | ***Total*** | ***15.376.142.577,19*** | | | ***Total*** | ***15.376.142.577,19*** |

Direcção-Geral do Orçamento, 11 de Novembro de 2005. - O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

# ANO ECONÓMICO DE 2005

## Janeiro a Setembro

Mapa dos movimentos e saldos das contas na Tesouraria do Estado, compreendendo as entradas e saídas de fundos na Tesouraria e os movimentos, em dinheiro e escriturais, verificados nas contas de **operações específicas do Tesouro** e em execução do Orçamento do Estado nos meses supra-indicados.

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| **Disponibilidades e aplicações (*)** | | | | | | |
| *Caixas* | *5.575.609,51* | *0,00* | *5.419.937.941,54* | *5.396.153.072,18* | *29.360.478,87* | *0,00* |
| Caixas DGAIEC | 5.575.609,51 | | 5.317.639.496,24 | 5.293.854.626,88 | 29.360.478,87 | |
| Caixa IVA | | | 102.298.445,30 | 102.298.445,30 | | |
| *Depósitos no País* | *618.580.956,03* | *0,00* | *121.313.358.445,84* | *121.331.117.058,65* | *600.822.343,22* | *0,00* |
| Banco de Portugal como Caixa Geral do Tesouro: | 5,95 | | | | 5,15 | |
| Caixa centralizadora de recebimentos | | | 101.342.841.667,03 | | | |
| Caixa pagadora | | | | 101.342.841.667,83 | | |
| Outros bancos: | | | | | | |
| Contas recebedoras - DGAIEC | 380.745.070,37 | | 5.293.009.083,58 | 5.361.148.029,95 | 312.606.124,00 | |
| Contas recebedoras das Tesourarias da Fazenda Pública (TFP) | 216.763.602,84 | | 12.669.752.598,41 | 12.621.749.198,50 | 264.767.002,75 | |
| Contas recebedoras do Tesouro - DUC | 18.180.693,24 | | 1.956.027.666,82 | 1.953.709.406,79 | 20.498.953,27 | |
| Outras contas recebedoras do Tesouro | 2.891.583,63 | | 51.727.430,00 | 51.668.755,58 | 2.950.258,05 | |
| *Depósitos no estrangeiro* | *13.115.894,41* | *0,00* | *337.535.191,69* | *338.280.573,64* | *12.370.512,46* | *0,00* |
| Caixa moeda estrangeira - Bancos | 13.115.894,41 | | 337.535.191,69 | 338.280.573,64 | 12.370.512,46 | |
| *Outros depósitos no estrangeiro* | *3.931.787,85* | *0,00* | *1.229.068,13* | *640.515,07* | *4.520.340,91* | *0,00* |
| Caixa moeda estrangeira - Contas bancárias dos Consulados | 3.931.099,14 | | 1.229.068,13 | 640.515,07 | 4.519.652,20 | |
| Outras contas bancárias no estrangeiro | 688,71 | | | | 688,71 | |
| *Caixas - Tesourarias da Fazenda Pública* | *196.084.857,22* | *0,00* | *12.801.459.219,77* | *12.680.101.300,68* | *317.442.776,31* | |
| *Outros valores* | *1.363.177.468,32* | *0,00* | *93.424.450.348,76* | *92.964.172.725,05* | *1.823.455.092,03* | *0,00* |
| Banco de Portugal - Conta aplicações - Recursos disponíveis | 5,11 | | 3.753.545,12 | 3.753.548,12 | 2,11 | |
| Cheques a cobrar | 6.235.825,21 | | 206.980.055,58 | 212.266.436,89 | 949.443,90 | |
| Aplicações financeiras euro em instituições de crédito no país - Depósitos à ordem | 20.554.749,48 | | 66.711.933.942,57 | 66.629.519.931,01 | 102.968.761,04 | |
| Aplicações financeiras euro em instituições de crédito no país - Depósitos a prazo | 1.330.240.000,00 | | 24.137.458.996,80 | 23.753.120.596,80 | 1.714.578.400,00 | |
| Depósitos efectuados pelos SFA's em instituições de crédito | 6.146.888,52 | | 2.364.323.808,69 | 2.365.512.212,23 | 4.958.484,98 | |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| *Outras caixas do Tesouro* | *79.217.716,83* | *0,00* | *9.638.784.554,10* | *9.647.674.853,27* | *70.327.417,66* | |
| *Somam as "Disponibilidades e aplicações"* | 2.279.684.290,17 | 0,00 | 242.936.754.769,83 | 242.358.140.098,54 | 2.858.298.961,46 | 0,00 |
| *Saldo das "Disponibilidades e aplicações"* | 2.279.684.290,17 | | 578.614.671,29 | | 2.858.298.961,46 | |
| **Terceiros (**)** | | | | | | |
| *Credores por receitas fiscais e similares* | *0,00* | *258.948.034,64* | *3.027.470.454,00* | *3.119.103.331,96* | *35.848.322,79* | *386.429.235,39* |
| Regiões autónomas (receitas para as) | | 105.537.090,84 | 949.997.122,93 | 816.416.485,77 | 28.043.546,32 | |
| Autarquias: | | | | | | |
| Câmaras municipais - Contribuição predial | | 2.101.638,28 | 1.645,17 | 29,25 | | 2.100.022,36 |
| Câmaras municipais - Imposto sobre veículos | | 8.639.544,15 | 170.123.656,21 | 204.229.534,07 | | 42.745.422,01 |
| Câmaras municipais - Imposto de turismo | | 794.647,27 | 29.135,57 | | | 765.511,70 |
| Câmaras municipais - Imposto de mais-valias | | 2.424.282,88 | 208,00 | | | 2.424.074,88 |
| Câmaras municipais - Sisa | | 4.914.569,49 | 89.725.614,43 | 77.006.268,47 | 7.804.776,47 | |
| Câmaras municipais - Impostos directos | | 2.891.261,65 | -27.928,11 | | | 2.919.189,76 |
| Câmaras municipais - Impostos indirectos | | 156.472,45 | | 40,00 | | 156.512,45 |
| Câmaras municipais - Taxas | | 135.825,54 | 65.090,48 | 73.722,69 | | 144.457,75 |
| Câmaras municipais - Derramas (IRC) | | | 277.232.772,15 | 277.232.772,15 | | |
| Câmaras municipais - Contribuição autárquica | | 48.688.138,75 | 82.216.344,68 | 78.983.566,17 | | 45.455.360,24 |
| Câmaras municipais - Imposto Municipal sobre Imóveis | | 18.128.392,36 | 461.855.904,29 | 696.977.305,76 | | 253.249.793,83 |
| Câmaras municipais - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis | | 62.222.309,98 | 461.971.140,74 | 433.464.505,83 | | 33.715.675,07 |
| Autarquias - Transferências | | | 72.121.485,48 | 72.121.485,48 | | |
| INGA - Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola | | 602.647,70 | | 14.264,06 | | 616.911,76 |
| Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social - Receitas dos estabelecimentos referidos no Decreto-Lei n.º 365/76, de 15 de Maio | | 400.354,49 | | | | 400.354,49 |
| INCM - Imprensa Nacional - Casa da Moeda | | 1.113.879,59 | 5.278.359,41 | 5.759.960,99 | | 1.595.481,17 |
| CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal | | 83.601,44 | 6.033,58 | 7.016,80 | | 84.584,66 |
| Fundo de Socorro Social | | 36.179,30 | | | | 36.179,30 |
| Diversos - Zonas de turismo | | 19.669,99 | | | | 19.669,99 |
| Regiões de turismo | | 57.494,52 | 12.732.494,52 | 12.675.000,00 | | |
| Fundo de Melhoramentos Agrícolas | | 33,97 | | | | 33,97 |
| Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social - IVA | | | 444.141.374,47 | 444.141.374,47 | | |
| *Credores por execuções fiscais e depósitos em cofres do Tesouro* | *9.966,52* | *159.747.155,60* | *7.479.964.105,50* | *7.604.772.801,76* | *19.562,48* | *284.565.447,82* |
| Por execuções fiscais: | | | | | | |
| Execuções fiscais - DGCI - DUC | | | 863.409.028,41 | 964.413.083,14 | | 101.004.054,73 |
| Justiça Tributária (JT) - Execuções fiscais - SCO | | | | 2.799.430,36 | | 2.799.430,36 |
| Justiça Tributária (JT) - Execuções fiscais - SEF - DUC | | | | 5.312.594,18 | | 5.312.594,18 |
| Contrato de Titularização/2003 | | 4.219.908,62 | 7.302.374,02 | 5.192.670,16 | | 2.110.204,76 |
| Depósitos efectuados em cofre do Tesouro: | | | | | | |
| Receitas aduaneiras sujeitas a liquidação | | 6.518.305,94 | 36.900.086,41 | 34.059.521,60 | | 3.677.741,13 |
| Fundo de Estabilização Aduaneiro (FEA) | | 764.502,29 | 295.854.714,99 | 295.875.589,37 | | 785.376,67 |
| FEA - Informação com origem nos mapas da contabilidade do Tesouro (CT's) | | 112.001,02 | 4.802.333,95 | 4.681.280,61 | 9.052,32 | |
| Fundo do Palácio da Independência | | 24.886,69 | 260,75 | | | 24.625,94 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Depósito de sobras - n.º 5 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 519-A1/79, de 29 de Dezembro | | 270.057,01 | 54.017,34 | 16.090,56 | | 232.130,23 |
| Valores recebidos por conta da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) | | 2.357.665,48 | 63.127,62 | | | 2.294.537,86 |
| Transferências para o Banco de Portugal | | 3.138.749,37 | 75.178.664,18 | 73.516.456,47 | | 1.476.541,66 |
| Depósito de garantia de despesas realizadas pelo Estado a requisição de particulares | | 240.398,52 | | 35.000,00 | | 275.398,52 |
| CNP - Companhia Nacional Petroquímica, SA - Saneamento Financeiro | | 1.000.042,06 | 1.000.042,06 | | | |
| Depósitos de sobras - Caixas da DGAIEC | | 852,49 | 863,57 | | 11,08 | |
| Fundo para assegurar a realização de despesas referidas no Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de Março | | 1.939.212,36 | | | | 1.939.212,36 |
| Conselho Administrativo da Força Aérea - SA/CLAFA | | | | 2.606.897,50 | | 2.606.897,50 |
| Saldos de liquidação nos termos do artigo 68.º da Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro | | 25.863.207,83 | 96.268,17 | 2.874.123,10 | | 28.641.062,76 |
| Compensação - Despesa com a saúde | | 7.766,27 | 324,22 | 324,22 | | 7.766,27 |
| Fundo de Maneio - DGT | | 36,53 | | | | 36,53 |
| Fundo de Estabilização Tributário (FET) | | 13.097.444,38 | 694.072.931,00 | 681.483.996,66 | | 508.510,04 |
| Depósitos em numerário | 6.261,48 | | 903.954,19 | 899.716,59 | 10.499,08 | |
| Direcção-Geral do Património (DGP) - Receitas | | 1.878.412,30 | 32.225.531,43 | 30.894.623,30 | | 547.504,17 |
| Depósitos decorrentes da descolonização | | 997.659,27 | 967,57 | 3.898,05 | | 1.000.589,75 |
| Remunerações de peritos independentes - Portaria n.º 78/2001, de 8 de Fevereiro | 3.705,04 | | 1.867,01 | 10.318,04 | | 4.745,99 |
| FET - Das execuções fiscais de receita do Estado | | 30.233.994,06 | 39.994.577,62 | 72.916.038,01 | | 63.155.454,45 |
| FET - Das receitas próprias da DGCI | | 16.483.843,25 | 41.621.026,79 | 25.137.183,54 | | |
| FET - Transferências com origem nas Tesourarias de Finanças | | | 30.207.234,40 | 44.839.564,92 | | 14.632.330,52 |
| DGAIEC - Valores cobrados por conta de outra Alfândega | | | 1.343.269.085,39 | 1.343.269.101,85 | | 16,46 |
| Custas em processos judiciais - IGFPJ | | 142.073,03 | 215.659,30 | 687.730,87 | | 614.144,60 |
| DGAIEC - Comissão Interministerial em matéria de assistência mútua para a cobrança de créditos entre os Estados-membros da Comunidade Europeia | | 505.252,84 | 58.821,90 | 51.278,15 | | 497.709,09 |
| Depósitos de cauções no âmbito de Concursos Públicos | | 49.927,20 | | | | 49.927,20 |
| Multas - Cobradas pela DGAIEC | | 7.240,58 | 11.422,41 | 12.862,86 | | 8.681,03 |
| Depósito de retenção de vencimentos - Execuções fiscais | | 4.610,80 | | | | 4.610,80 |
| Diversos - Remunerações das avaliações dos peritos - Portaria n.º 78/2001 | | 22.166,61 | 38.954,66 | 26.537,75 | | 9.749,70 |
| Receitas aduaneiras sujeitas a liquidação - Cobrança | | | 25.059.896,35 | 25.059.896,35 | | |
| Depósito de cheques - DGT | | | 2.254,00 | 2.254,00 | | |
| Depósito de garantia - Quatro - SCE | | | | 3.145,00 | | 3.145,00 |
| Depósitos a prazo | | 49.866.938,80 | 3.987.617.815,79 | 3.988.091.594,55 | | 50.340.717,56 |
| *Credores por transferências do exterior* | *0,00* | *841.400.927,46* | *1.978.426.758,08* | *1.669.255.099,65* | *0,00* | *532.229.269,03* |
| Transferências da UE: | | | | | | |
| Fundo de Coesão | | 4.411.068,84 | 2.775.959,08 | 4.218.259,00 | | 5.853.368,76 |
| Contribuição da UE - Fundo de Coesão - QCA III | | 138.225.457,88 | 227.030.537,80 | 147.824.470,00 | | 59.019.390,08 |
| DGDR - FEDER - QCA III | | 437.589.080,36 | 1.114.983.851,31 | 924.766.890,77 | | 247.372.119,82 |
| DG do Desenvolvimento Regional - PIDDAC | | 1.764.046,88 | 1.885.987,15 | 3.025.615,23 | | 2.903.674,96 |
| DG do Desenvolvimento Regional - Funcionamento | | 532.623,78 | 3.522.377,41 | 3.888.534,04 | | 898.780,41 |
| DGDR - Fundo de Coesão - Assistência técnica | | | 105.144,70 | 105.144,70 | | |
| DGDR - FEDER - QCA II | | 148.597.352,80 | 13.977.516,72 | 557.035,14 | | 135.176.871,22 |
| DGDR - FEDER - QCA I | | 17.972.901,41 | | 272.003,00 | | 18.244.904,41 |
| Contribuição da UE - FSE | | 487.142,03 | 3.068.014,54 | 2.625.663,15 | | 44.790,64 |
| Contribuição da UE - FEOGA - Orientação - QCA III | | 53.790.935,16 | 159.087.208,16 | 111.432.754,00 | | 6.136.481,00 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Outras transferências comunitárias | | 3.897.488,70 | 29.586,40 | | | 3.867.902,30 |
| Deslocações UE - Reembolsos | | 8.863.386,34 | 1.888.098,13 | 2.308.138,97 | | 9.283.427,18 |
| Reembolsos de viagens à União Europeia (UE) - Conselho | | | 816.864,31 | 1.026.175,25 | | 209.310,94 |
| INGA - Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola | | 879,09 | | | | 879,09 |
| Instituto de Gestão do FSE - QCA III | | 1,00 | 443.163.625,62 | 443.163.625,62 | | 1,00 |
| RICA - Retribuições da CEE | | 984.216,16 | | 55.955,09 | | 1.040.171,25 |
| Contribuição da UE - IFOP | | | | 783,20 | | 783,20 |
| Comissão euro - Ministério da Economia | | 18.843,95 | | | | 18.843,95 |
| Comissão euro - Ministério das Finanças | | 119.450,06 | | | | 119.450,06 |
| Outras proveniências: | | | | | | |
| Cambiais a regularizar | | 8.838.718,46 | 1.692.277,17 | 5.387.314,39 | | 12.533.755,68 |
| Fundo para equipamento militar | | 11.625.891,63 | 2.847.946,07 | 10.806.831,54 | | 19.584.777,10 |
| Reescalonamento da dívida da Rússia | | | 1.394.620,70 | 6.463.277,98 | | 5.068.657,28 |
| Reescalonamento da dívida da Argélia | | | 157.142,81 | 1.326.628,58 | | 1.169.485,77 |
| Doação a São Tomé e Príncipe | | 842.406,68 | | | | 842.406,68 |
| Acordo entre a República Portuguesa e a República Francesa - Resolução da Assembleia da República n.º 21/85, de 5 de Julho | | 2.839.036,25 | | | | 2.839.036,25 |
| *Recursos alheios no Tesouro* | *0,00* | *2.875.663.526,74* | *134.906.547.393,44* | *135.104.191.446,53* | *2,24* | *3.073.307.582,07* |
| Comunidade Europeia: | | | | | | |
| Comissão das Comunidades Europeias - Recursos próprios - Homebanking | | 43.801.755,03 | 2.670.743.587,54 | 2.765.214.686,71 | | 138.272.854,20 |
| Comissão das Comunidades Europeias - FED - Homebanking | | 7.244,69 | 20.470.000,00 | 20.467.000,00 | | 4.244,69 |
| Fundos Comunitários: | | | | | | |
| FFAPAP/CEE - Saldos a regularizar | | 51.774,00 | | | | 51.774,00 |
| Intervenção Operacional (IO) da Formação da Administração Pública - QCA II | | 51.357,19 | | | | 51.357,19 |
| IO da Saúde - QCA II | | 10,27 | | | | 10,27 |
| IO da Educação - QCA II | | 4.904.505,75 | | | | 4.904.505,75 |
| IO do Ambiente - QCA II | | 11,54 | | | | 11,54 |
| Subprogramas das pescas - QCA II | | 64,29 | | | | 64,29 |
| FSE - IO da Educação | | 4.798.500,11 | 49.583,36 | 6.366,47 | | 4.755.283,22 |
| FSE - IO da Formação da Administração Pública | | 492.415,95 | | | | 492.415,95 |
| FSE - Subprograma pescas | | 137.764,11 | 137.764,11 | | | |
| IFADAP - Verbas do IFOP | | 1.439.660,91 | 1.308.315,93 | 1.527.352,91 | | 1.658.697,89 |
| Iniciativa Comunitária (IC) Pesca mobilidade profissional | | 264.773,88 | | | | 264.773,88 |
| FSE - IC Pesca - Qualificação profissional | | 39.201,65 | | | | 39.201,65 |
| Iniciativa Comunitária de Emprego | | 324.610,37 | | | | 324.610,37 |
| PIC INTERREG II - T | | 1.027.622,29 | | | | 1.027.622,29 |
| PPDR - CEPPC | | 549,19 | | | | 549,19 |
| FCT - IO da Ciência e Tecnologia | | 234.153,90 | | | | 234.153,90 |
| Projecto piloto - Mulheres dos Pescadores | | 40,33 | | | | 40,33 |
| IFADAP - Outras linhas de crédito - Agricultura | | | 2.675.020,07 | 2.675.020,07 | | |
| IFADAP - Outras linhas de crédito - Pescas | | 551.490,42 | 551.490,42 | 307.679,91 | | 307.679,91 |
| Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) - Programa Pessoa | | 18.220,18 | | | | 18.220,18 |
| PIC INTERREG II - C/SECA | | 57.587,22 | | | | 57.587,22 |
| PIC INTERREG II - C/SE | | 98.292,45 | | | | 98.292,45 |
| Programa Operacional da Saúde - FEDER - QCA III | | 2.878.602,39 | 55.993.157,94 | 62.788.522,52 | | 9.673.966,97 |
| Programa Operacional da Saúde - FSE - QCA III | | 17.778,24 | 3.904.853,93 | 4.258.032,43 | | 370.956,74 |
| PRODEP FSE - QCA III | | 6.040.369,82 | 79.434.723,33 | 77.979.883,64 | | 4.585.530,13 |
| PRODEP FEDER - QCA III | | 2.180.288,73 | 13.055.887,78 | 17.546.657,60 | | 6.671.058,55 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| IO da Ciência, Tecnologia e Inovação - QCA III | | 5.845.309,25 | 38.389.964,49 | 36.790.370,69 | | 4.245.715,45 |
| Programa Operacional do Ambiente - QCA III | | 10.766.699,60 | 26.245.122,24 | 32.155.796,01 | | 16.677.373,37 |
| Programa Operacional da Economia - QCA III | | | 208.475.000,00 | 208.475.000,00 | | |
| Programa Operacional das Pescas IFOP - QCA III | | | 6.661.968,37 | 6.721.698,54 | | 59.730,17 |
| IO das Acessibilidades e Transportes - QCA III | | 25.786.306,48 | 84.386.257,15 | 65.000.000,00 | | 6.400.049,33 |
| Programa Operacional das Pescas - FEDER - QCA III | | 22.542,86 | 1.274.345,44 | 1.475.250,85 | | 223.448,27 |
| IFADAP IFOP - QCA III | | 10.438.617,79 | 13.078.886,68 | 2.640.268,89 | 0,00 | |
| Programa Operacional da Cultura - FEDER - QCA III | | 699.073,73 | 21.374.253,41 | 24.400.514,05 | | 3.725.334,37 |
| IEFP/POEFDS (Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social)/ FEDER - QCA III | | 615.938,17 | 6.278.480,65 | 6.700.000,00 | | 1.037.457,52 |
| IEFP/POEFDS/FSE - QCA III | | 9.326.957,66 | 551.516.122,39 | 559.518.649,09 | | 17.329.484,36 |
| Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira - QCA III | | | 40.000.000,00 | 40.000.000,00 | | |
| Programa Operacional PRODESA/FEDER - QCA III | | 15.000.000,00 | 61.000.000,00 | 46.000.000,00 | | |
| IO da Ciência, Tecnologia e Inovação - FSE/QCA III | | 444.503,59 | 31.882.448,09 | 31.904.366,86 | | 466.422,36 |
| Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural | | 1.191,95 | 94.054.953,82 | 95.549.976,90 | | 1.496.215,03 |
| IFADAP/FSE - QCA III | | 753.227,47 | 17.325.257,22 | 17.431.563,91 | | 859.534,16 |
| IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas | | 70.402.485,19 | 498.838.479,94 | 459.757.567,75 | | 31.321.573,00 |
| Programa Operacional - Assistência técnica - FEDER | | 229.638,32 | 3.544.241,98 | 3.565.307,24 | | 250.703,58 |
| Iniciativa Comunitária INTERREG III - A | | 31.048.954,42 | 110.263.728,85 | 132.189.851,31 | | 52.975.076,88 |
| IFADAP - OET's - QCA III, RURIS, VITIS e POSEIMA | | 211.982,77 | 20.328.697,10 | 20.249.319,89 | | 132.605,56 |
| IFADAP - Outras | | 11.099.943,33 | 611.632.984,19 | 611.698.564,61 | | 11.165.523,75 |
| Programa Operacional do Ambiente - Outras | | | 62.355,81 | 62.355,81 | | |
| Programa de incentivos do Ministério da Economia (QCA III) - FSE | | | 22.693.060,44 | 26.036.109,48 | | 3.343.049,04 |
| IO das Acessibilidades e Transportes - PORTMOS | | | 625.000,00 | 625.000,00 | | |
| Outras Entidades: | | | | | | |
| Vencimentos - SRH e INFOGEP | | 822.613,30 | 671.097.939,94 | 671.873.902,06 | | 1.598.575,42 |
| Pagamentos na ordem externa | | 14.057.938,54 | 159.522.424,02 | 146.595.887,81 | | 1.131.402,33 |
| BAD - Acordo de cooperação | | 1.433.436,01 | 150.447,87 | | | 1.282.988,14 |
| Operações de regularização da escrita orçamental | | 1.998.062,09 | 2.033.674,01 | 35.611,92 | | 0,00 |
| Vencimentos líquidos | | 12.266.221,88 | 948.204.100,65 | 935.955.607,93 | | 17.729,16 |
| Outros pagamentos do Tesouro | | 344.089,29 | | 266,20 | | 344.355,49 |
| DGCI - Recuperação de dívidas | | 9.174.853,52 | 9.564.508,58 | 389.655,06 | 0,00 | |
| Fundo de Regularização da Dívida Pública | | 18.603.970,04 | 1.730.474.536,44 | 1.714.634.544,05 | | 2.763.977,65 |
| Recuperação de créditos adquiridos pela DGT à Segurança Social | | 4.498.213,06 | 4.180,37 | 616.153,16 | | 5.110.185,85 |
| Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde | | 1.135.288.769,60 | 7.017.894.950,21 | 6.224.125.794,91 | | 341.519.614,30 |
| Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP)/Encargos da dívida pública | | 79.812.198,53 | 30.016.486.400,09 | 29.936.674.201,56 | | |
| Produto da alienação de créditos fiscais - Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto | | 2.008.066,43 | | | | 2.008.066,43 |
| Recuperação de créditos do CAE | | 83.099,28 | | 181.548,11 | | 264.647,39 |
| Câmaras municipais - Transferências DGV | | 0,96 | | | | 0,96 |
| DGCI - Dação em pagamento - Venda de bens | | 1.138.943,89 | | | | 1.138.943,89 |
| Devoluções de bonificações | | 559.631,55 | 292.306,04 | 4.889.599,98 | | 5.156.925,49 |
| Gabinete do Comissariado para Timor-Leste | | 173,11 | | | | 173,11 |
| Escola Portuguesa de Moçambique - CELP | | 31.470,15 | 1.486.965,94 | 1.510.412,17 | | 54.916,38 |
| Direcção de Serviços Financeiros do Exército | | | 5.690.189,61 | 5.690.189,61 | | |
| Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil | | 111.949,28 | 1.246.962,98 | 1.179.007,62 | | 43.993,92 |
| Instituto Politécnico do Porto | | 6,10 | 147.200.499,14 | 147.200.510,13 | | 17,09 |
| Comissão de Coordenação da Região Norte | | 22.681.854,91 | 279.558.970,64 | 265.348.624,04 | | 8.471.508,31 |
| Comissão de Coordenação da Região Centro | | 23.586.308,43 | 185.732.170,10 | 190.453.271,52 | | 28.307.409,85 |
| Programa Operacional (PO) da Sociedade de Informação/FEDER - QCA III | | 2.985.889,82 | 23.124.593,89 | 21.006.628,46 | | 867.924,39 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| PO da Sociedade de Informação/FSE - QCA III | | 417.874,22 | 5.517.396,77 | 5.167.179,12 | | 67.656,57 |
| Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo | | 45.242.183,57 | 258.236.315,59 | 238.425.493,79 | | 25.431.361,77 |
| Editorial do Ministério da Educação | | 560.557,17 | 11.035.992,63 | 10.706.560,93 | | 231.125,47 |
| Agência Nacional para os Programa Sócrates e Leonardo da Vinci (ANSLDV) - Componente nacional de Bolsas | | 474.210,96 | 924.642,24 | 541.356,19 | | 90.924,91 |
| Fundo de Renda Vitalícia - FRV | | 66.044,05 | 66.044,05 | | | |
| Recuperação de créditos da ex-EPAC, SA | | 5.528,47 | | 149.415,67 | | 154.944,14 |
| Instituto Nacional de Emergência Médica - INEM | | 2.730.017,45 | 27.901.337,84 | 28.006.980,88 | | 2.835.660,49 |
| INGA - Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola - Homebanking | | 4.744.723,94 | 1.613.680.968,54 | 1.610.840.659,70 | | 1.904.415,10 |
| Recuperação de créditos - Outros | | 1.353.151,00 | 46.332,56 | 1.837.544,88 | | 3.144.363,32 |
| Centro Hospitalar de Torres Vedras | | 1.358.851,10 | 34.422.226,25 | 34.658.148,62 | | 1.594.773,47 |
| Comissão de Coordenação da Região do Alentejo - QCA III | | 22.254.858,93 | 131.002.121,79 | 115.645.906,14 | | 6.898.643,28 |
| Comissão de Coordenação da Região do Algarve - QCA III | | 11.676.685,17 | 40.598.646,87 | 45.799.638,41 | | 16.877.676,71 |
| FRI - Fundo para as Relações Internacionais | | 9.182.055,04 | 8.748.822,73 | 12.809.168,11 | | 13.242.400,42 |
| Agência Nacional - Sócrates/Visitas preparatórias | | 47.368,92 | 47.368,92 | | | |
| Agência Nacional - Sócrates/ARION | | 51.274,70 | 51.274,70 | 15.565,00 | | 15.565,00 |
| Agência Nacional - Sócrates/COMENIUS | | 136.490,45 | 895.971,91 | 2.000.121,90 | | 1.240.640,44 |
| Agência Nacional - Sócrates/ERASMUS | | 153.545,16 | 4.468.062,32 | 5.210.505,00 | | 895.987,84 |
| Agência Nacional - Sócrates/da Vinci - Funcionamento | | 363.651,50 | 1.130.632,26 | 935.415,84 | | 168.435,08 |
| Agência Nacional - Leonardo da Vinci - Funcionamento | | 816.640,95 | 1.566.957,87 | 898.576,71 | | 148.259,79 |
| Instituto da Vinha e do Vinho | | 2.062.986,96 | 9.071.506,58 | 9.894.217,24 | | 2.885.697,62 |
| Ministério da Defesa Nacional | | 1.166.897,87 | | 31.762,04 | | 1.198.659,91 |
| Caixa Geral de Aposentações - Homebanking | | 1.604,81 | 223.764.731,18 | 223.763.126,37 | | |
| Instituto da Qualidade em Saúde | | 374.252,87 | 783.777,68 | 819.971,14 | | 410.446,33 |
| Reitoria da Universidade Nova de Lisboa | | 3.220.291,37 | 10.685.745,44 | 8.467.889,23 | | 1.002.435,16 |
| Instituto de Comunicações de Portugal - ICP | | 29.150,73 | | | | 29.150,73 |
| Escola Superior de Tecnologia de Setúbal | | 845.327,53 | 4.393.952,14 | 4.466.680,90 | | 918.056,29 |
| IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado | | 3.733.644,86 | 143.206,00 | 195.387,00 | | 3.785.825,86 |
| Agência Nacional - Leonardo da Vinci - Estágios 2001 | | 5.608,24 | 2.189.613,49 | 2.584.200,00 | | 400.194,75 |
| Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça | | 192.280,68 | 2.456.056.579,62 | 2.456.559.969,82 | | 695.670,88 |
| IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento | | 4.078.596,30 | 1.825.765.331,78 | 1.821.879.234,74 | | 192.499,26 |
| Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto | | 594.368,64 | 12.781.401,95 | 12.294.726,12 | | 107.692,81 |
| Serviços Sociais da GNR | | 640.667,47 | 50.476.523,28 | 50.413.240,74 | | 577.384,93 |
| Instituto Nacional de Propriedade Industrial | | 781.214,58 | 8.627.707,04 | 9.002.114,66 | | 1.155.622,20 |
| Hospital de Curry Cabral | | 7.015.486,65 | 167.133.207,13 | 161.686.220,74 | | 1.568.500,26 |
| Cofre do Tribunal de Contas | | 1.813.466,63 | 60.625.651,30 | 60.407.982,24 | | 1.595.797,57 |
| Escola Superior de Ciências Empresariais | | 442.062,32 | 3.050.249,30 | 2.634.114,48 | | 25.927,50 |
| Serviços Sociais do Ministério da Justiça | | 1.215,23 | 44.871.191,26 | 44.881.170,31 | | 11.194,28 |
| Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNL | | 1.502.719,32 | | | | 1.502.719,32 |
| Sócrates - Saldos da 1.ª fase | | 289.633,46 | 1.078.107,77 | 906.435,37 | | 117.961,06 |
| Hospital de São Bernardo, SA - Setúbal | | 8.713.251,55 | 55.019.794,41 | 50.924.281,07 | | 4.617.738,21 |
| Escola Superior de Gestão de Santarém | | | 4.500.000,00 | 4.518.880,34 | | 18.880,34 |
| Faculdade de Ciências Médicas | | 873.825,16 | 5.479.137,93 | 5.567.376,71 | | 962.063,94 |
| Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra | | 1.216.900,11 | 3.570.037,88 | 3.596.371,10 | | 1.243.233,33 |
| Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto - OE | | 129.913,64 | 3.623.455,20 | 3.939.715,95 | | 446.174,39 |
| Instituto Politécnico de Viana do Castelo | | 584.996,37 | 8.807.440,31 | 8.970.842,57 | | 748.398,63 |
| Serviços de Acção Social da Universidade do Minho | | 1.423.945,77 | 6.624.328,61 | 6.492.250,89 | | 1.291.868,05 |
| Instituto de Estradas de Portugal | | 150.593.672,36 | 913.511.229,97 | 762.930.641,41 | | 13.083,80 |
| Escola Superior Agrária de Ponte de Lima | | 9.566,05 | 934.227,87 | 929.933,73 | | 5.271,91 |
| Escola Superior de Educação de Viana do Castelo | | 34.442,63 | 1.864.743,21 | 2.088.679,14 | | 258.378,56 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Região Autónoma dos Açores | | 17.037.561,04 | 2.297.910.283,81 | 2.285.309.523,49 | | 4.436.800,72 |
| Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo | | 12.926,14 | 1.017.847,05 | 1.010.230,46 | | 5.309,55 |
| Escola Superior de Educação da Guarda - Receitas próprias | | 19.085,78 | 568.279,58 | 644.672,35 | | 95.478,55 |
| Instituto Politécnico da Guarda | | 1.514.948,22 | 4.834.292,23 | 4.134.689,55 | | 815.345,54 |
| Instituto Superior de Engenharia de Coimbra/Tesouro | | 211.985,13 | 4.909.797,02 | 5.010.782,58 | | 312.970,69 |
| Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça | | | 367.145,77 | 1.467.681,78 | | 1.100.536,01 |
| Escola Superior de Educação de Viseu | | 1.251.756,62 | 4.211.673,73 | 4.058.296,70 | | 1.098.379,59 |
| Escola Superior de Enfermagem de Leiria | | 33.944,52 | 991.365,65 | 1.187.009,34 | | 229.588,21 |
| Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria | | 891.594,25 | 6.491.941,96 | 6.172.915,50 | | 572.567,79 |
| Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente | | 13.346,93 | 23.827.103,51 | 26.236.606,04 | | 2.422.849,46 |
| Reitoria da Universidade do Porto | | 251.464,00 | 12.086.717,42 | 12.222.038,14 | | 386.784,72 |
| Instituto Politécnico de Coimbra | | 1.324.735,36 | 5.479.895,26 | 6.349.666,98 | | 2.194.507,08 |
| Instituto Nacional de Habitação | | 1.955.168,99 | 284.682.233,83 | 283.026.112,92 | | 299.048,08 |
| Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional | | 902,46 | | | | 902,46 |
| Instituto Politécnico de Tomar | | 1.253.047,48 | 17.423.996,34 | 17.006.875,42 | | 835.926,56 |
| Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo | | 11.808.705,07 | 2.132.740.012,36 | 2.122.645.268,08 | | 1.713.960,79 |
| Instituto Superior Técnico | | 2.121.185,11 | 29.037.291,52 | 28.728.616,88 | | 1.812.510,47 |
| Instituto Politécnico de Leiria | | 387.685,73 | 4.479.837,79 | 4.562.377,31 | | 470.225,25 |
| Agência Nacional - Sócrates/GRUNDTVIG | | 46.196,79 | 492.032,79 | 672.801,00 | | 226.965,00 |
| Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana | | 5.988,91 | 434.533,09 | 433.000,11 | | 4.455,93 |
| Escola Superior de Educação de Leiria | | 299.150,57 | 10.092.492,91 | 10.085.252,31 | | 291.909,97 |
| Instituto de Seguros de Portugal | | 2.297.295,93 | 401.028.875,89 | 402.193.969,70 | | 3.462.389,74 |
| Instituto Politécnico de Viseu | | 4.529.413,46 | 7.664.208,61 | 7.780.617,60 | | 4.645.822,45 |
| Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC | | 8.388,08 | 9.682.902,83 | 9.687.353,96 | | 12.839,21 |
| Fundo de Fomento Cultural | | 958.186,33 | 5.957.330,48 | 5.789.005,06 | | 789.860,91 |
| Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, Universidade do Porto - DGT | | 207.364,25 | 751.674,30 | 680.949,35 | | 136.639,30 |
| Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra/Geral | | 4.130.670,83 | 13.467.061,64 | 14.503.288,74 | | 5.166.897,93 |
| Instituto Politécnico do Cávado e do Ave | | 565.203,16 | 3.800.608,51 | 3.532.904,54 | | 297.499,19 |
| Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura | | 548.850,61 | 1.894.541,27 | 1.378.514,74 | | 32.824,08 |
| Escola Superior de Tecnologia de Viseu | | 2.962.428,18 | 5.474.778,87 | 5.075.986,38 | | 2.563.635,69 |
| IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento - Outras | | 480.998,65 | 1.439.588.085,69 | 1.439.222.302,89 | | 115.215,85 |
| Agência Nacional - Conferência da Língua | | 59.770,16 | 52.851,09 | 3.080,93 | | 10.000,00 |
| ICEP Portugal - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal | | 53,23 | 53,23 | | | |
| Cinemateca Portuguesa | | 231.120,01 | 1.617.615,24 | 1.406.489,31 | | 19.994,08 |
| Agência Nacional - Sócrates e Leonardo da Vinci | | 1.282.053,52 | 1.157.795,08 | 487.930,65 | | 612.189,09 |
| Conselho Administrativo de Chefia e Serviços de Apoio Administrativo - Marinha | | | 1.850.278,16 | 1.850.278,16 | | |
| Instituto Português do Património Arquitectónico | | 214.882,36 | 7.958.647,44 | 8.088.651,36 | | 344.886,28 |
| Serviço administrativo/CLAFA | | 23.422.037,15 | 112.051.688,35 | 119.834.396,24 | | 31.204.745,04 |
| Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial | | 2.980,99 | | | | 2.980,99 |
| Escola Superior Agrária de Viseu | | 785.727,78 | 1.924.700,44 | 1.972.302,92 | | 833.330,26 |
| IGIF - Funcionamento | | 9.063.040,98 | 45.253.789,05 | 47.349.649,00 | | 11.158.900,93 |
| IGIF - APIFARMA | | 3.101.150,36 | 14.216,00 | 481.605,00 | | 3.568.539,36 |
| IGIF - Medida 2.4 | | 432.944,23 | | 14.266,42 | | 447.210,65 |
| IGIF - Comissão Nacional da Luta Contra a SIDA (CNLCSIDA) | | 809.055,30 | 2.255.047,56 | 2.640.268,30 | | 1.194.276,04 |
| IGIF - Saúde XXI | | 486.231,67 | 1.986.867,72 | 1.610.969,96 | | 110.333,91 |
| IGIF - OPT - Alliance | | 58.735,89 | 10.872,85 | | | 47.863,04 |
| IGIF - Unidade de Missão dos Hospitais, SA | | | 1.636.289,61 | 1.822.313,43 | | 186.023,82 |
| IGIF - PIDDAC | | | 3.977.202,02 | 6.944.508,44 | | 2.967.306,42 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| IGIF - Parcerias de Saúde | | | 1.796.281,44 | 2.148.062,81 | | 351.781,37 |
| IGIF - Regime de Incentivos | | | 2.913.045,00 | 4.496.065,22 | | 1.583.020,22 |
| Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares | | 812.958,10 | 5.508.026,88 | 5.461.160,78 | | 766.092,00 |
| Conselho Administrativo do Estado Maior General das Forças Armadas | | | 9.812.428,43 | 9.922.854,42 | | 110.425,99 |
| Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian - Lisboa | | 1.132.952,17 | 2.819.157,29 | 2.765.164,39 | | 1.078.959,27 |
| Administração Regional de Saúde do Alentejo (ARS) | | 2.519.264,03 | 148.189.370,13 | 148.649.269,62 | | 2.979.163,52 |
| Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS) | | 1.765.840,29 | 121.970.299,97 | 123.103.764,92 | | 2.899.305,24 |
| Administração Regional de Saúde do Centro (ARS) | | 5.246.162,65 | 634.911.489,04 | 635.190.679,09 | | 5.525.352,70 |
| Administração Regional de Saúde do Norte (ARS) | | 3.097.999,32 | 914.307.018,92 | 915.041.922,01 | | 3.832.902,41 |
| Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS) | | 2.625.011,92 | 1.006.482.513,94 | 1.021.937.605,92 | | 18.080.103,90 |
| Sub-região de Saúde de Lisboa | | 14.545.041,07 | 286.279.962,00 | 283.865.046,04 | | 12.130.125,11 |
| Sub-região de Saúde de Setúbal | | 2.248.247,80 | 98.445.139,48 | 101.084.330,52 | | 4.887.438,84 |
| Sub-região de Saúde de Santarém | | 1.650.369,07 | 62.503.850,44 | 65.495.260,92 | | 4.641.779,55 |
| Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento - Homebanking | | 13.443.791,50 | | | | 13.443.791,50 |
| Instituto Politécnico de Lisboa | | 4.041.498,48 | 19.912.479,69 | 18.198.274,30 | | 2.327.293,09 |
| Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea | | 241.224,67 | 2.259.756,39 | 2.275.278,77 | | 256.747,05 |
| Campo de Tiro de Alcochete | | | 575.144,55 | 757.973,01 | | 182.828,46 |
| Sub-região de Saúde de Viseu | | 906.963,96 | 83.402.056,83 | 85.656.248,69 | | 3.161.155,82 |
| Sub-região de Saúde de Castelo Branco | | 2.006.792,71 | 57.419.267,44 | 56.088.252,72 | | 675.777,99 |
| Sub-região de Saúde da Guarda | | 805.406,76 | 50.276.899,41 | 50.079.439,02 | | 607.946,37 |
| Sub-região de Saúde de Leiria | | 23.789.162,09 | 154.284.543,76 | 130.629.833,72 | | 134.452,05 |
| Sub-região de Saúde de Aveiro | | 1.488.451,83 | 169.737.256,73 | 168.675.004,08 | | 426.199,18 |
| Sub-região de Saúde de Vila Real | | 55.943,82 | 59.325.928,01 | 59.833.641,62 | | 563.657,43 |
| Esquadra de Administração da Base do Lumiar | | 1.907.711,38 | 6.455.229,22 | 7.062.031,18 | | 2.514.513,34 |
| Esquadra de Administração e Intendência | | 939.356,51 | 11.744.520,79 | 12.382.993,09 | | 1.577.828,81 |
| Serviços de Acção Social da Universidade de Aveiro | | 1.172.489,37 | 5.679.981,65 | 5.564.560,66 | | 1.057.068,38 |
| Sub-região de Saúde de Braga | | 629.229,64 | 183.655.291,74 | 183.801.874,89 | | 775.812,79 |
| Força Aérea Portuguesa | | 275.001,02 | 4.660.308,97 | 4.811.041,23 | | 425.733,28 |
| Sub-região de Saúde de Coimbra | | 968.134,27 | 118.884.280,69 | 119.201.297,00 | | 1.285.150,58 |
| Instituto Nacional de Aviação Civil | | 17.568.343,40 | 15.002.975,23 | 21.606.940,86 | | 24.172.309,03 |
| Hospital de Santa Maria | | 12.026.458,10 | 416.744.253,26 | 414.383.337,69 | | 9.665.542,53 |
| Guarda Nacional Republicana (GNR) | | 0,50 | | | | 0,50 |
| Instituto de Acção Social das Forças Armadas - IASFA | | 727.240,09 | 23.501.728,40 | 23.533.781,50 | | 759.293,19 |
| Maternidade do Dr. Alfredo da Costa | | 3.514.776,92 | 25.361.966,26 | 25.255.687,51 | | 3.408.498,17 |
| Sub-região de Saúde de Bragança | | 292.297,72 | 38.312.343,84 | 38.960.455,11 | | 940.408,99 |
| Sub-região de Saúde do Porto | | 1.066.425,10 | 400.733.279,29 | 401.955.715,79 | | 2.288.861,60 |
| Arsenal do Alfeite | | 5.817.876,06 | 74.400.347,75 | 69.273.368,93 | | 690.897,24 |
| Instituto Nacional de Estatística | | | 9.216.266,63 | 9.216.266,63 | | |
| Centro Hospitalar de Coimbra | | 6.221.469,48 | 131.388.090,69 | 135.481.864,43 | | 10.315.243,22 |
| Hospital Distrital da Figueira da Foz, SA | | 1.215.716,00 | 5.752.084,23 | 4.548.762,83 | | 12.394,60 |
| Instituto Superior de Engenharia de Lisboa | | 2.211.815,52 | 22.534.314,63 | 21.223.939,65 | | 901.440,54 |
| Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica | | 4.432.479,20 | 12.049.140,36 | 9.727.319,58 | | 2.110.658,42 |
| Escola Superior de Tecnologia e Gestão/IP da Guarda | | 258.879,97 | 2.877.462,39 | 2.670.764,86 | | 52.182,44 |
| Centro Hospitalar do Alto Minho, SA | | 10.017.957,50 | 15.692.252,78 | 5.675.696,82 | | 1.401,54 |
| Centro Regional de Alcoologia do Norte | | 401.149,71 | 1.206.877,38 | 1.321.927,40 | | 516.199,73 |
| Hospital de Nossa Senhora da Conceição - Valongo | | 628.852,86 | 4.928.283,53 | 4.961.313,27 | | 661.882,60 |
| Conselho Nacional de Educação | | 71,42 | | | | 71,42 |
| Hospital de São Francisco Xavier, SA | | 10.189.312,60 | 46.463.653,69 | 44.130.837,09 | | 7.856.496,00 |
| Instituto Politécnico de Castelo Branco | | 1.515.890,03 | 5.614.699,02 | 5.115.835,89 | | 1.017.026,90 |
| Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Alentejo | | 105.000,45 | 120.000,00 | 98.197,51 | | 83.197,96 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Serviço Nacional de Bombeiros | | 103,40 | | | | 103,40 |
| Escola Superior de Educação de Castelo Branco | | 1.365.437,83 | 2.194.900,31 | 2.137.436,69 | | 1.307.974,21 |
| Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias | | 399.300,59 | 1.054.679,21 | 1.244.747,25 | | 589.368,63 |
| Presidência da República - Secretaria-Geral | | 12.342,68 | 8.999.709,30 | 8.999.713,67 | | 12.347,05 |
| Faculdade de Direito da Universidade do Porto | | | 697.244,31 | 697.244,31 | | |
| ESGIN - Escola Superior de Gestão | | 992.021,95 | 250.346,19 | 245.691,93 | | 987.367,69 |
| Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Leiria | | 563.614,29 | 7.182.769,01 | 7.632.528,86 | | 1.013.374,14 |
| Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco | | 202.261,45 | 2.272.437,59 | 2.129.777,95 | | 59.601,81 |
| Escola Superior Agrária de Castelo Branco | | 850.529,11 | 2.499.526,16 | 2.046.468,51 | | 397.471,46 |
| Escola Superior de Enfermagem de S. João - Porto | | 71.239,66 | 6.754.044,19 | 6.835.165,16 | | 152.360,63 |
| Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Beja | | 447.713,34 | 2.315.381,84 | 2.529.791,86 | | 662.123,36 |
| Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa | | 1.226.552,13 | 3.969.278,90 | 4.288.545,98 | | 1.545.819,21 |
| Hospital de Sousa Martins - Guarda | | 2.216.455,37 | 42.694.574,16 | 42.241.630,41 | | 1.763.511,62 |
| Hospital de Magalhães Lemos | | 2.330.125,20 | 34.825.917,55 | 33.428.735,28 | | 932.942,93 |
| Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco | | 326.757,70 | 2.172.127,31 | 2.015.744,00 | | 170.374,39 |
| Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto | | | 1.767.148,75 | 1.767.148,75 | | |
| Escola Superior de Enfermagem de Bragança | | 176.170,58 | 802.531,15 | 752.619,12 | | 126.258,55 |
| Instituto Politécnico de Setúbal | | 2.779.712,53 | 8.175.512,06 | 9.095.264,12 | | 3.699.464,59 |
| Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal | | 31.592,16 | 2.702.501,76 | 2.701.014,87 | | 30.105,27 |
| Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa | | 1.207.117,23 | 5.701.703,93 | 5.166.141,44 | | 671.554,74 |
| Hospital de Alcobaça Bernardino Lopes de Oliveira | | 83.955,63 | 4.480.308,51 | 4.793.792,42 | | 397.439,54 |
| Hospital de São Miguel - Oliveira de Azeméis | | 320.171,02 | 7.738.897,70 | 7.815.567,11 | | 396.840,43 |
| Escola Superior Agrária de Santarém | | 208.982,11 | 2.689.301,38 | 2.706.134,60 | | 225.815,33 |
| Instituto Politécnico de Santarém | | 735.202,28 | 1.334.693,92 | 1.324.601,06 | | 725.109,42 |
| Sub-região de Saúde de Évora | | 646.949,28 | 57.070.714,76 | 56.999.258,52 | | 575.493,04 |
| Hospital Amato Lusitano - Castelo Branco | | 2.673.203,22 | 44.238.314,99 | 42.841.228,50 | | 1.276.116,73 |
| Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico do Porto | | 3.668.070,91 | 2.921.625,00 | 2.053.150,13 | | 2.799.596,04 |
| Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar | | | 5.512.482,89 | 5.512.482,89 | | |
| Faculdade de Economia da Universidade do Porto | | | 3.759.641,07 | 3.883.024,01 | | 123.382,94 |
| Hospital de Egas Moniz, SA | | 7.486.662,02 | 32.184.715,64 | 24.835.586,39 | | 137.532,77 |
| Hospital de Miguel Bombarda | | 559.145,06 | 10.272.684,26 | 11.089.583,10 | | 1.376.043,90 |
| Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência | | | 13.528.144,49 | 13.528.145,49 | | 1,00 |
| Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende | | 203.873,35 | 5.244.547,91 | 5.309.205,52 | | 268.530,96 |
| Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia | | 2.795.894,42 | 143.215.665,53 | 162.055.066,23 | | 21.635.295,12 |
| Ministério da Educação | | 3.264.893,00 | 381.143.585,14 | 378.009.467,33 | | 130.775,19 |
| Escola Superior de Enfermagem Bissaya Barreto | | 1.855.593,69 | 2.950.461,88 | 3.525.488,24 | | 2.430.620,05 |
| Hospital Distrital do Montijo | | 739.040,49 | 8.888.522,75 | 9.330.837,29 | | 1.181.355,03 |
| Hospital de Sobral Cid | | 412.884,97 | 9.712.503,58 | 9.718.041,56 | | 418.422,95 |
| Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais | | 541.521,50 | 3.848.769,19 | 3.996.804,28 | | 689.556,59 |
| Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco | | 77.756,17 | 381.430,73 | 328.835,35 | | 25.160,79 |
| Universidade Técnica de Lisboa | | 160.000,00 | 14.805.403,63 | 14.645.403,63 | | |
| Hospital Distrital de Faro | | 2.868.706,61 | 108.351.848,86 | 113.314.979,76 | | 7.831.837,51 |
| Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa | | 55.694,55 | 6.497.219,97 | 6.497.219,97 | | 55.694,55 |
| Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge | | 1.315.152,33 | 12.152.798,96 | 14.834.749,66 | | 3.997.103,03 |
| Hospital do Espírito Santo - Évora | | 2.647.908,42 | 79.516.685,88 | 80.868.135,76 | | 3.999.358,30 |
| Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros | | 1.346.509,68 | 12.893.954,32 | 13.437.309,08 | | 1.889.864,44 |
| Hospital de São José de Fafe | | 232.424,84 | 9.082.790,52 | 9.200.465,66 | | 350.099,98 |
| Hospital de Joaquim Urbano | | | 15.146.818,63 | 21.568.132,76 | | 6.421.314,13 |
| Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca | | 3.055.909,41 | 3.429.215,77 | 5.116.949,58 | | 4.743.643,22 |
| Escola Superior de Enfermagem da Guarda | | 19.965,66 | 827.552,11 | 826.778,22 | | 19.191,77 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Sub-região de Saúde de Portalegre | | 541.557,71 | 37.352.888,18 | 37.119.475,18 | | 308.144,71 |
| Sub-região de Saúde de Beja | | 777.207,11 | 48.892.674,92 | 48.277.464,08 | | 161.996,27 |
| Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro | | 834.996,51 | 1.613.275,26 | 2.123.256,84 | | 1.344.978,09 |
| Universidade de Lisboa | | 1.678.559,88 | 8.459.103,62 | 6.780.544,04 | | 0,30 |
| Hospital de Reynaldo dos Santos - Vila Franca de Xira | | 2.654.585,78 | 24.205.762,53 | 24.829.546,87 | | 3.278.370,12 |
| Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Bragança | | 64.784,02 | 2.765.037,22 | 2.821.806,00 | | 121.552,80 |
| Escola Superior de Gestão de Santarém - Outras | | 419.738,95 | 3.088.361,58 | 3.086.995,07 | | 418.372,44 |
| Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa | | | 1.798.716,26 | 1.798.716,26 | | |
| Hospital do Dr. Francisco Zagalo - Ovar | | 725.314,56 | 5.149.971,22 | 6.137.902,83 | | 1.713.246,17 |
| Hospital do Visconde de Salreu - Estarreja | | 98.583,53 | 3.499.730,52 | 3.721.160,89 | | 320.013,90 |
| Escola Superior de Dança de Lisboa | | 11.535,29 | 701.365,28 | 745.864,07 | | 56.034,08 |
| Hospital de São Pedro Gonçalves Telmo - Peniche | | 182.624,46 | 3.667.179,68 | 3.864.473,08 | | 379.917,86 |
| Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas | | 2.719.337,06 | 5.297.552,30 | 4.352.464,75 | | 1.774.249,51 |
| Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa | | | 1.529.976,24 | 1.529.976,24 | | |
| Escola Superior de Educação de Beja | | 382.467,63 | 2.184.796,93 | 2.026.012,83 | | 223.683,53 |
| Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja - IPB | | 554.423,00 | 2.427.011,44 | 2.563.673,74 | | 691.085,30 |
| Universidade dos Açores | | 207.512,02 | 10.229.918,44 | 11.010.188,61 | | 987.782,19 |
| Universidade do Algarve | | | 24.356.368,21 | 24.473.822,11 | | 117.453,90 |
| Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Portalegre | | 125.805,87 | 1.580.753,35 | 1.743.570,21 | | 288.622,73 |
| Hospital Distrital de Lagos (Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, SA) | | 239.965,63 | 1.692.936,49 | 1.452.970,86 | | 0,00 |
| Instituto Politécnico de Beja | | 830.610,23 | 2.111.135,52 | 2.947.006,66 | | 1.666.481,37 |
| Hospital de Nossa Senhora da Assunção - Seia | | 417.632,08 | 6.749.976,78 | 6.793.737,70 | | 461.393,00 |
| Hospital de D. Estefânia | | 2.499.038,02 | 175.498.477,06 | 174.968.752,96 | | 1.969.313,92 |
| Instituto Politécnico de Santarém - Outras | | 977.303,25 | 8.462.282,59 | 7.699.787,05 | | 214.807,71 |
| Hospital de Nossa Senhora do Rosário, SA - Barreiro | | 148.503,03 | 4.345,78 | 36.653,97 | | 180.811,22 |
| Centro de Histocompatibilidade do Centro | | 45.167,09 | 1.327.798,48 | 2.001.039,24 | | 718.407,85 |
| Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo - IP do Porto | | 143.673,92 | 2.359.156,25 | 2.436.067,86 | | 220.585,53 |
| Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus - Évora | | 42.392,46 | 134.165,94 | 91.773,48 | 0,00 | |
| Instituto Politécnico de Portalegre | | 746.516,64 | 11.662.642,81 | 12.118.007,41 | | 1.201.881,24 |
| Universidade da Madeira | | 556.368,96 | 6.339.309,85 | 6.124.032,85 | | 341.091,96 |
| Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência - Delegação Regional do Norte | | 6.078,65 | 4.307.822,92 | 4.311.434,14 | | 9.689,87 |
| Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada | | 339.939,10 | 1.064.276,55 | 1.009.605,16 | | 285.267,71 |
| Universidade da Beira Interior | | 295.485,76 | 19.460.945,47 | 19.165.459,71 | | 0,00 |
| Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores | | 456.510,14 | 3.318.881,52 | 3.163.004,04 | | 300.632,66 |
| Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto | | 51.983,04 | 3.237.128,51 | 3.457.936,53 | | 272.791,06 |
| Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravara | | 1.109.114,24 | 2.321.485,56 | 2.109.945,76 | | 897.574,44 |
| Instituto Politécnico de Bragança | | 3.182.024,03 | 13.612.890,99 | 12.763.150,40 | | 2.332.283,44 |
| Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa | | 1.093.148,14 | 4.688.938,01 | 5.567.669,21 | | 1.971.879,34 |
| Universidade do Minho | | 100.900,75 | 34.702.950,20 | 35.031.032,38 | | 428.982,93 |
| Escola Superior de Enfermagem de Vila Real | | 38.643,97 | 178.272,11 | 139.628,14 | | 0,00 |
| Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa | | 259.641,84 | 2.973.123,86 | 2.952.772,37 | | 239.290,35 |
| Escola Superior de Enfermagem de Santarém | | 30.853,79 | 1.547.817,25 | 1.625.829,04 | | 108.865,58 |
| Centro Hospitalar do Médio Tejo, SA | | 29.705,64 | 36.824,34 | 23.593,08 | | 16.474,38 |
| Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra | | 2.509.846,83 | 6.021.985,43 | 4.327.534,44 | | 815.395,84 |
| Faculdade de Medicina de Lisboa | | | 6.403.900,08 | 6.403.900,08 | | |
| Escola Superior de Enfermagem da Madeira | | 186.142,94 | 247,29 | 12.536,51 | | 198.432,16 |
| Escola Superior de Enfermagem de D. Ana Guedes | | 783.591,25 | 1.860.021,37 | 2.213.979,99 | | 1.137.549,87 |
| Escola Superior de Enfermagem de Portalegre | | 72.112,19 | 781.233,73 | 766.851,88 | | 57.730,34 |
| Hospital de Santa Marta, SA | | 3.395.919,17 | 12.474.690,05 | 9.153.675,50 | | 74.904,62 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Direcção-Geral de Viação | | 31.354.885,90 | 114.920.579,05 | 124.268.922,36 | | 40.703.229,21 |
| Escola Superior de Educação de Santarém | | 674.820,99 | 2.124.993,86 | 2.377.087,31 | | 926.914,44 |
| Instituto Superior de Agronomia | | 10.911,69 | 6.082.674,18 | 6.264.003,07 | | 192.240,58 |
| Faculdade de Letras da Universidade do Porto | | | 7.490.244,95 | 7.490.244,95 | | |
| Instituto Politécnico de Leiria - Outras | | 1.029.457,48 | 766.381,04 | 817.427,10 | | 1.080.503,54 |
| Instituto de Tecnologia Química e Biológica - UNL | | 188.069,04 | 2.586.090,85 | 2.794.503,29 | | 396.481,48 |
| Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | | 2.046,60 | 9.854.085,48 | 9.854.085,48 | | 2.046,60 |
| Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL - Outras | | 99.193,75 | 13.912.895,43 | 15.566.112,89 | | 1.752.411,21 |
| Escola Superior Agrária de Elvas | | 278.586,83 | 2.348.824,55 | 2.118.699,29 | | 48.461,57 |
| Hospital Distrital de Bragança, SA | | 3.221.483,11 | 17.116.563,58 | 15.183.278,61 | | 1.288.198,14 |
| Escola Superior Agrária de Coimbra | | 199.522,21 | 3.784.191,89 | 3.853.329,21 | | 268.659,53 |
| Escola Superior Agrária de Beja | | 265.340,35 | 2.631.358,98 | 2.529.271,25 | | 163.252,62 |
| Escola Superior de Educação de Lisboa | | 133.853,69 | 3.052.237,49 | 3.259.680,30 | | 341.296,50 |
| Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa | | 1.723.792,04 | 5.205.765,15 | 5.200.513,12 | | 1.718.540,01 |
| Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa | | | 2.880.701,49 | 2.880.701,49 | | |
| Escola Superior de Educação de Portalegre | | 324.739,56 | 2.025.382,40 | 2.081.851,34 | | 381.208,50 |
| Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - UNL | | 679.510,31 | 13.347.506,65 | 13.945.291,94 | | 1.277.295,60 |
| Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto | | | 15.100.348,00 | 15.100.348,00 | | |
| Serviços de Acção Social da Universidade Nova de Lisboa | | 255.356,05 | 3.755.071,35 | 3.831.849,62 | | 332.134,32 |
| Escola Superior de Enfermagem de Faro | | | 86.124,04 | 86.124,04 | | |
| Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto - Outras | | 556.055,26 | 5.097.453,27 | 4.611.549,26 | | 70.151,25 |
| Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo | | 174.721,36 | 1.188.993,33 | 1.168.222,80 | | 153.950,83 |
| Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa | | 408.244,18 | 14.553.245,06 | 14.604.447,85 | | 459.446,97 |
| Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril | | 61.691,00 | 3.233.057,62 | 3.277.969,52 | | 106.602,90 |
| Instituto Nacional de Medicina Legal | | 3.098.662,84 | 22.319.672,17 | 20.797.397,26 | | 1.576.387,93 |
| Universidade de Évora | | 347.821,74 | 19.635.292,71 | 19.296.568,84 | | 9.097,87 |
| Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa | | 373.295,77 | 4.240.164,95 | 4.072.993,04 | | 206.123,86 |
| Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa | | 684.878,67 | 7.011.702,57 | 7.339.364,97 | | 1.012.541,07 |
| Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa | | 138.571,96 | 1.142.559,07 | 1.043.416,67 | | 39.429,56 |
| Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre | | 537.758,60 | 2.471.496,40 | 2.168.118,07 | | 234.380,27 |
| Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto | | 431.426,24 | 2.370.464,95 | 2.126.897,01 | | 187.858,30 |
| Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | | | 2.111.750,94 | 2.111.750,94 | | |
| Instituto Português da Qualidade | | 986.082,16 | 7.439.296,00 | 7.316.317,40 | | 863.103,56 |
| Instituto de Orientação Profissional | | 2.863,63 | 137.379,20 | 135.434,59 | | 919,02 |
| Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa | | 247.151,77 | 1.526.530,97 | 1.529.478,84 | | 250.099,64 |
| Faculdade de Medicina Dentária do Porto | | 77.372,65 | 1.536.928,71 | 1.502.784,25 | | 43.228,19 |
| Universidade de Aveiro | | 43.240,00 | 32.400.654,48 | 32.357.924,19 | | 509,71 |
| Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa | | | 3.974.154,45 | 3.974.154,45 | | |
| Hospital de José Luciano de Castro - Anadia | | 207.892,94 | 3.241.676,43 | 3.775.355,63 | | 741.572,14 |
| Hospital Distrital de Santarém, SA | | 267.209,11 | | 477.534,62 | | 744.743,73 |
| Escola Superior de Enfermagem do Instituto Politécnico de Beja | | 207.261,55 | 981.821,81 | 1.301.184,87 | | 526.624,61 |
| Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia | | 803.300,43 | 21.750.424,27 | 22.735.701,25 | | 1.788.577,41 |
| Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto | | | 1.897.728,65 | 1.954.247,47 | | 56.518,82 |
| Universidade Aberta | | 2.892.185,90 | 13.205.834,60 | 13.521.535,79 | | 3.207.887,09 |
| Serviços de Acção Social da Universidade de Évora | | 36.975,44 | 2.887.458,30 | 2.850.482,86 | | |
| Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa | | 2.275.978,28 | 16.015.610,53 | 16.618.704,59 | | 2.879.072,34 |
| Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto | | 117.256,76 | 1.250.362,41 | 1.371.918,85 | | 238.813,20 |
| Centro de Estudos Judiciários | | | 5.736.975,88 | 5.736.973,64 | 2,24 | |
| Hospital de Santa Luzia de Elvas | | 776.712,32 | 16.053.044,87 | 18.604.139,41 | | 3.327.806,86 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra | | 4.433.119,36 | 22.408.014,86 | 23.700.379,33 | | 5.725.483,83 |
| Escola Superior de Educação de Coimbra | | 896.468,22 | 4.281.414,78 | 4.338.378,63 | | 953.432,07 |
| Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa | | 23.874,20 | 1.433.344,77 | 1.480.650,17 | | 71.179,60 |
| Serviços de Acção Social da Universidade da Beira Interior | | 384.732,92 | 3.549.563,05 | 3.652.615,89 | | 487.785,76 |
| Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto | | 1.190.644,43 | 5.329.415,15 | 4.754.399,59 | | 615.628,87 |
| Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa | | | 2.512.647,58 | 2.512.647,58 | | |
| Universidade de Coimbra | | 1.198.718,13 | 39.848.705,63 | 38.649.987,50 | | |
| Instituto Superior de Engenharia do Porto | | 1.297.152,38 | 37.413.630,54 | 36.537.236,34 | | 420.758,18 |
| Instituto Nacional de Habitação - Outras | | 3.936.137,41 | 425.901.219,60 | 427.958.306,46 | | 5.993.224,27 |
| Agência Nacional - Funcionamento Geral | | 36.735,03 | 1.367.886,72 | 1.898.154,16 | | 567.002,47 |
| Instituto Marítimo Portuário | | 557.036,13 | 12.104.404,87 | 11.995.655,17 | | 448.286,43 |
| Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário | | 9.230.997,02 | 10.766.016,57 | 15.533.397,32 | | 13.998.377,77 |
| Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro | | 2.025.603,57 | 135.260.258,10 | 133.967.942,69 | | 733.288,16 |
| Instituto Portuário do Norte | | | 290.763,81 | 587.818,36 | | 297.054,55 |
| Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa | | 793.776,12 | 12.555.701,08 | 14.726.147,72 | | 2.964.222,76 |
| Serviços de Acção Social da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro | | 288.067,64 | 10.531.053,40 | 10.702.244,37 | | 459.258,61 |
| Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa | | 272.190,91 | 2.504.000,00 | 2.516.420,00 | | 284.610,91 |
| Hospital Psiquiátrico do Lorvão | | 341.852,17 | 3.469.025,05 | 3.670.088,28 | | 542.915,40 |
| Faculdade de Ciências da Universidade do Porto | | | 9.420.155,21 | 9.420.155,21 | | |
| Estádio Universitário de Lisboa - EUL | | 568.046,56 | 3.373.013,79 | 3.246.698,33 | | 441.731,10 |
| Faculdade de Medicina do Porto | | | 7.261.798,81 | 7.261.798,81 | | |
| Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa | | 200,00 | 2.485.965,30 | 2.485.765,30 | | |
| Escola Superior de Música de Lisboa | | 375.206,29 | 1.202.616,96 | 1.226.266,04 | | 398.855,37 |
| Escola Nacional de Saúde Pública | | 241.248,76 | 1.767.322,22 | 1.653.487,81 | | 127.414,35 |
| Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas | | 372.136,21 | 734.329,72 | 730.604,01 | | 368.410,50 |
| Obra Social do Ministério do Equipamento Social | | 806.255,91 | 2.605.983,85 | 2.791.561,30 | | 991.833,36 |
| Serviços de Acção Social da Universidade do Algarve | | 7.041,92 | 3.023.550,36 | 3.017.493,00 | | 984,56 |
| Instituto Portuário do Centro | | 132,29 | | 230.338,95 | | 230.471,24 |
| Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Desenho das Caldas da Rainha | | 157.720,37 | 2.328.101,08 | 2.346.243,09 | | 175.862,38 |
| Instituto Tecnológico e Nuclear | | | 1.509.107,80 | 1.509.107,80 | | |
| Instituto do Cinema, do Audiovisual e Multimédia | | 1.417.834,85 | 16.620.415,82 | 16.037.617,49 | | 835.036,52 |
| Delegação Regional da Cultura do Centro | | 2.924,86 | 175.273,16 | 172.348,30 | 0,00 | |
| Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros | | 59.567,88 | 801.014,45 | 805.216,19 | | 63.769,62 |
| Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu | | 1.091.052,32 | 4.436.481,82 | 4.300.310,91 | | 954.881,41 |
| Hospital de Cândido de Figueiredo - Tondela | | 361.361,74 | 3.788.235,27 | 4.132.500,62 | | 705.627,09 |
| Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) | | 6.583.420,26 | 191.512.709,16 | 213.047.449,61 | | 28.118.160,71 |
| Teatro Nacional de S. João | | | 244.421,05 | 244.421,05 | | |
| Teatro Nacional de S. Carlos | | 197.348,62 | 3.889.007,91 | 3.889.007,91 | | 197.348,62 |
| Instituto de Cooperação Portuguesa | | 315.524,57 | 3.807.754,48 | 3.492.229,91 | | |
| Delegação Regional da Cultura do Algarve | | 0,30 | | | | 0,30 |
| Instituto Português de Museus (IPM) | | 25,68 | 4.607.623,66 | 5.333.729,88 | | 726.131,90 |
| Delegação Regional da Cultura do Alentejo | | | 131.654,12 | 131.654,12 | | |
| Serviços de Acção Social da Universidade do Porto | | 1.149.573,40 | 8.584.171,88 | 11.424.942,42 | | 3.990.343,94 |
| Escola Superior de Enfermagem de Viseu | | 496.754,06 | 1.246.726,02 | 1.610.260,41 | | 860.288,45 |
| Serviços de Acção Social da Universidade da Madeira | | 89.400,00 | 1.464.344,86 | 1.374.944,86 | | |
| Centro Hospitalar da Cova da Beira, SA | | 67.662,16 | 173.343,76 | 105.681,60 | | |
| Hospital Doutor José Maria Grande - Portalegre | | 1.251.136,84 | 35.899.671,57 | 38.157.489,90 | | 3.508.955,17 |
| Centro Hospitalar de Cascais | | 2.703.351,67 | 38.088.752,43 | 49.285.039,96 | | 13.899.639,20 |
| Hospital do Conde do Bracial - Santiago do Cacém (Hospital do Litoral Alentejano) | | 10.706,93 | 26.586,89 | 15.879,96 | | |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Assembleia da República | | 425,51 | 63.835.600,00 | 63.835.214,31 | | 39,82 |
| SIS - Serviço de Informações de Segurança | | 5.048.128,64 | 10.250.664,08 | 9.831.089,22 | | 4.628.553,78 |
| Hospital de São Paulo - Serpa | | 344.215,21 | 21.470.133,45 | 21.125.918,24 | | |
| Instituto da Conservação da Natureza | | 485.805,81 | 16.692.060,91 | 19.752.309,17 | | 3.546.054,07 |
| Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão | | 2.091.170,50 | 10.471.158,38 | 11.472.241,92 | | 3.092.254,04 |
| Centro de Histocompatibilidade do Sul | | 3.317.702,67 | 4.275.302,95 | 4.077.042,83 | | 3.119.442,55 |
| Hospital Conde de São Bento - Santo Tirso | | 563.802,57 | 13.330.961,31 | 15.282.329,90 | | 2.515.171,16 |
| Hospital Distrital de Chaves | | 1.395.450,75 | 31.067.807,49 | 31.627.636,59 | | 1.955.279,85 |
| Instituto de História da Ciência e da Técnica | | 12.445,37 | 132.016,48 | 132.016,48 | | 12.445,37 |
| Maternidade de Júlio Dinis | | 965.807,42 | 15.779.487,69 | 16.165.324,78 | | 1.351.644,51 |
| Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde | | 607.500,42 | 20.654.535,29 | 21.865.776,22 | | 1.818.741,35 |
| Instituto de História da Ciência e da Técnica - Outras | | 208.084,24 | | | | 208.084,24 |
| Centro Regional de Alcoologia do Centro | | 109.698,72 | 814.124,58 | 796.275,45 | | 91.849,59 |
| Centro Científico e Cultural de Macau | | 220.354,49 | | | | 220.354,49 |
| Instituto Português do Património Arquitectónico - Outras | | 853.079,37 | 18.611.713,66 | 19.911.892,23 | | 2.153.257,94 |
| Instituto Nacional do Transporte Ferroviário | | 2.391.043,99 | 2.223.650,65 | 3.415.408,00 | | 3.582.801,34 |
| Hospital de S. João - Porto | | 14.807.441,96 | 368.722.250,25 | 382.066.091,38 | | 28.151.283,09 |
| Escola Superior de Ciências Empresarias - Instituto Politécnico de Setúbal | | 1.011.721,29 | 2.969.821,01 | 3.092.671,76 | | 1.134.572,04 |
| Hospital de Nossa Senhora da Ajuda - Espinho | | 346.106,88 | 4.474.174,47 | 4.552.652,34 | | 424.584,75 |
| ICEP Portugal - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal - Outras | | 11.228.957,32 | 304.226.181,78 | 294.613.408,44 | | 1.616.183,98 |
| Instituto Português do Sangue | | 2.667.682,74 | 56.038.968,59 | 62.190.667,67 | | 8.819.381,82 |
| Agência Nacional de Formação de Adultos | | 6.538,36 | 10.578.323,00 | 11.435.687,02 | | 863.902,38 |
| Instituto Hidrográfico | | 959.076,85 | 5.119.856,90 | 5.855.478,16 | | 1.694.698,11 |
| Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas | | 411.344,04 | 6.196.424,00 | 6.124.950,34 | | 339.870,38 |
| Instituto Portuário do Norte - Outras | | | | 103.316,08 | | 103.316,08 |
| Instituto Nacional de Formação Turística | | 46.672,34 | 5.390.063,23 | 5.343.406,21 | | 15,32 |
| Centro Regional de Alcoologia do Sul | | 80.730,61 | 679.521,86 | 698.798,77 | | 100.007,52 |
| Cinemateca Portuguesa - Outras | | 314.696,70 | 4.598.063,44 | 4.473.643,48 | | 190.276,74 |
| Agência Nacional - Sócrates - ERASMUS/2002-2003 | | 54.723,94 | 54.723,94 | | | |
| Hospital de Júlio de Matos | | 1.308.786,16 | 27.321.562,86 | 27.563.573,13 | | 1.550.796,43 |
| Instituto Superior Técnico - Outras | | 67.867,00 | 184.545,82 | 329.475,00 | | 212.796,18 |
| EGP - Escola de Gestão do Porto | | 98.069,00 | 95.000,00 | 63.356,00 | | 66.425,00 |
| Agência Nacional para os Programa Comunitários Sócrates e Leonardo da Vinci - Outras | | 6.267.134,02 | 39.318.742,73 | 35.761.109,65 | | 2.709.500,94 |
| Instituto Portuário do Sul | | 1.137.400,33 | 5.062.524,22 | 5.249.800,05 | | 1.324.676,16 |
| INATEL - Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores | | 269.057,01 | 141.847.792,20 | 141.845.736,31 | | 267.001,12 |
| Hospital de São Gonçalo, SA - Amarante | | 450.879,96 | 838.111,53 | 387.231,57 | | |
| Agência de Controlo das Ajudas Comunitárias ao Sector do Azeite | | 506.445,78 | 1.272.315,55 | 1.357.200,60 | | 591.330,83 |
| Centro de Histocompatibilidade do Norte | | 131.756,82 | 1.134.964,37 | 1.580.508,85 | | 577.301,30 |
| Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos | | 500,00 | | | | 500,00 |
| Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda | | 284.971,60 | 875.700,35 | 720.385,52 | | 129.656,77 |
| Serviços Sociais do Ministério da Segurança Social e do Trabalho | | | 7.014.098,57 | 7.015.674,17 | | 1.575,60 |
| Serviços Sociais do Ministério da Saúde | | 362.433,24 | 2.033.534,47 | 2.323.017,72 | | 651.916,49 |
| INFARMED - Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento | | 6.844.637,20 | 66.940.778,52 | 67.456.518,43 | | 7.360.377,11 |
| Instituto de Genética Médica Doutor Jacinto Magalhães | | 55.920,36 | 3.845.282,52 | 4.017.580,32 | | 228.218,16 |
| CINFU - Centro de Formação Profissional da Indústria da Fundição | | 174.996,53 | 1.842.483,14 | 1.849.631,34 | | 182.144,73 |
| CEQUAL - Centro de Formação Profissional para a Qualidade | | 465.596,35 | 3.154.744,20 | 3.001.376,21 | | 312.228,36 |
| CINTERBEI - Centro de Formação Profissional Interempresas da Beira Serra | | 226.696,52 | 70.139,08 | 4.502,34 | | 161.059,78 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica | | 334.059,61 | 14.218.483,44 | 14.904.219,04 | | 1.019.795,21 |
| CFPIMM - Centro de Formação Profissional das Indústrias de Madeira e Mobiliário | | 385.040,81 | 1.384.517,86 | 1.456.201,62 | | 456.724,57 |
| Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo - Outras | | 2.465,15 | 137.553,28 | 140.131,03 | | 5.042,90 |
| Hospitais da Universidade de Coimbra | | 11.113.715,00 | 270.371.296,18 | 259.996.491,28 | | 738.910,10 |
| DGAIEC - Programas Comunitários | | 66.589,79 | 215.665,07 | 306.496,60 | | 157.421,32 |
| Hospital Ortopédico Sant'Iago do Outão | | 672.745,42 | 13.435.273,80 | 14.125.777,61 | | 1.363.249,23 |
| Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto | | 517.242,15 | 4.421.902,99 | 4.390.451,09 | | 485.790,25 |
| Hospital Distrital de Mirandela | | 1.164.836,30 | 16.336.206,45 | 16.369.269,86 | | 1.197.899,71 |
| Instituto Regulador da Água e dos Resíduos | | 311.618,92 | 2.197.361,23 | 2.450.492,56 | | 564.750,25 |
| Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública | | 596.730,89 | 31.594.652,95 | 31.344.085,00 | | 346.162,94 |
| Cofre de Previdência da PSP | | 167.320,79 | 14.663.417,90 | 14.717.795,35 | | 221.698,24 |
| FORPESCAS - Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas | | 396.750,89 | 4.401.354,04 | 4.772.584,77 | | 767.981,62 |
| Hospital Distrital de São João da Madeira | | 325.553,27 | 9.952.541,10 | 10.250.806,44 | | 623.818,61 |
| Centro Psiquiátrico de Recuperação de Arnes - Soure | | 732.631,56 | 8.320.742,44 | 8.036.225,98 | | 448.115,10 |
| Hospital de Santa Maria Maior, SA - Barcelos | | 219.470,29 | 575.953,14 | 356.482,85 | | |
| Editorial do Ministério da Educação - Outras | | 244.378,38 | 1.868.549,89 | 1.877.154,63 | | 252.983,12 |
| Hospital Distrital de Águeda | | 518.253,91 | 10.502.573,28 | 12.185.849,40 | | 2.201.530,03 |
| Instituto do Vinho do Porto | | 70.854,35 | 7.551.075,46 | 7.808.987,60 | | 328.766,49 |
| Hospital de São Marcos - Braga | | 3.634.538,33 | 72.347.443,01 | 83.000.498,84 | | 14.287.594,16 |
| Hospital Distrital de Pombal | | 98.784,03 | 4.908.256,08 | 5.483.337,25 | | 673.865,20 |
| Hospital São João de Deus, SA - Vila Nova de Famalicão | | 206.016,84 | 206.050,84 | 34,00 | | |
| CINCORK - Centro de Formação Profissional da Indústria de Cortiça | | 199.524,02 | 1.426.032,16 | 1.517.387,13 | | 290.878,99 |
| CINEL - Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica | | 72.848,19 | 2.360.974,29 | 2.495.410,86 | | 207.284,76 |
| CFPSA - Centro de Formação Profissional do Sector Alimentar | | 351.912,60 | 2.673.420,38 | 2.867.771,13 | | 546.263,35 |
| Hospital do Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede | | 305.013,92 | 3.653.411,01 | 3.842.464,68 | | 494.067,59 |
| INGA - Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola - Outras | | 11.851,99 | 387.000,00 | 444.553,65 | | 69.405,64 |
| Hospital Distrital de Lamego | | 730.021,41 | 8.752.683,39 | 8.798.757,94 | | 776.095,96 |
| Centro Hospitalar das Caldas da Rainha | | 324.372,71 | 36.572.850,57 | 38.051.961,93 | | 1.803.484,07 |
| CENFIC - Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul | | 334.272,79 | 3.963.438,55 | 3.964.496,54 | | 335.330,78 |
| CENCAL - Centro de Formação Profissional para a Indústria de Cerâmica | | 196.826,94 | 1.651.896,40 | 1.817.912,20 | | 362.842,74 |
| CEFPI - Centro de Educação e Formação Profissional Integrada | | 1.437.030,39 | 2.622.956,79 | 2.857.022,87 | | 1.671.096,47 |
| CICCOPN - Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte | | 1.094.537,73 | 4.365.115,07 | 4.579.766,99 | | 1.309.189,65 |
| CEPRA - Centro de Formação Profissional da Reparação Automóvel | | 478.523,88 | 3.296.458,92 | 3.356.517,62 | | 538.582,58 |
| Centro de Reabilitação Profissional de Gaia | | 557.179,36 | 4.401.707,64 | 4.459.788,56 | | 615.260,28 |
| CPJUSTIÇA - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça | | 408.258,71 | 1.982.665,42 | 2.188.167,28 | | 613.760,57 |
| CIVEC - Centro de Formação Profissional da Indústria do Vestuário e Confecção | | 369.375,64 | 2.229.256,07 | 2.163.469,36 | | 303.588,93 |
| CITEFORMA - Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias | | 355.766,90 | 1.899.559,34 | 1.877.687,83 | | 333.895,39 |
| CILAN - Centro de Formação Profissional para a Indústria de Lanifícios | | 622.640,97 | 1.596.321,67 | 1.517.842,92 | | 544.162,22 |
| CECOA - Centro de Formação Profissional para Comércio e Afins | | 17.215,79 | 4.552.789,01 | 4.593.458,76 | | 57.885,54 |
| Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) | | 77.624.166,61 | 1.476.819.161,02 | 1.471.961.022,15 | | 72.766.027,74 |
| Escola Superior de Tecnologia de Setúbal - Outras | | 650.674,75 | 1.664.962,56 | 1.429.484,64 | | 415.196,83 |
| CFPIC - Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado | | 517.847,01 | 3.144.857,25 | 2.934.329,84 | | 307.319,60 |
| CRISFORM - Centro de Formação Profissional do Sector da Cristalaria | | 266.561,44 | 1.377.668,44 | 1.470.207,03 | | 359.100,03 |
| CINAGUA - Centro de Formação Profissional da Indústria de Engarrafamento de Águas e Termalismo | | 87.217,90 | 387.057,07 | 434.341,66 | | 134.502,49 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| CITEX - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil | | 644.243,84 | 3.230.776,26 | 3.228.983,31 | | 642.450,89 |
| Provedoria de Justiça | | 673.571,88 | 3.424.648,01 | 3.736.153,00 | | 985.076,87 |
| CINDOR - Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria | | 296.668,37 | 1.173.948,00 | 1.211.367,85 | | 334.088,22 |
| CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato | | 238.426,14 | 1.557.033,50 | 1.683.585,33 | | 364.977,97 |
| CENJOR - Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas | | 438.596,99 | 2.322.238,63 | 2.207.114,18 | | 323.472,54 |
| Comissão do Mercado de Valores Mobiliários | | 35.502,10 | 75.804.256,91 | 75.871.869,14 | | 103.114,33 |
| Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional | | 628.397,12 | 2.800.051,44 | 2.782.012,46 | | 610.358,14 |
| Instituto Politécnico do Porto - Outras | | 12.018.108,43 | 16.111.026,13 | 16.781.937,68 | | 12.689.019,98 |
| Centro Hospitalar de Torres Vedras - Outras | | 11.882,46 | 11.862,25 | 22.645,49 | | 22.665,70 |
| Hospital de Curry Cabral - Outras | | | 26.568,53 | 28.285,93 | | 1.717,40 |
| Instituto da Vinha e do Vinho - Outras | | 188.333,85 | 1.207.582,38 | 1.177.188,55 | | 157.940,02 |
| Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo - Outras | | 2.318.989,47 | 169.341.520,45 | 180.647.442,42 | | 13.624.911,44 |
| Instituto Superior de Engenharia de Coimbra - Outras | | 1.760.255,78 | 1.328.805,80 | 938.204,08 | | 1.369.654,06 |
| Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian - Braga | | 564.822,28 | 869.179,83 | 304.357,55 | | 0,00 |
| Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu - Outras | | 891.697,34 | 6.987.172,63 | 11.903.988,38 | | 5.808.513,09 |
| Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) | | 140.241.813,89 | 283.590.914,47 | 299.303.067,83 | | 155.953.967,25 |
| Supremo Tribunal de Justiça | | | 525.990,05 | 525.990,05 | | |
| ADSE - Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública | | 4.454.664,86 | 64.176.270,56 | 59.743.591,36 | | 21.985,66 |
| Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos | | 5.658.230,03 | 21.308.717,97 | 16.285.571,89 | | 635.083,95 |
| Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social | | 2.084.687,02 | 189.241.690,72 | 187.281.672,93 | | 124.669,23 |
| INOVINTER - Centro de Formação Profissional e Inovação Tecnológica | | 184.266,81 | 3.567.618,17 | 3.693.917,57 | | 310.566,21 |
| Academia das Ciências de Lisboa | | 51.000,82 | | | | 51.000,82 |
| Sistema de Indemnização aos Investidores | | 30.701,88 | 24.270,93 | 23.500,00 | | 29.930,95 |
| Instituto de Gestão do Crédito Público - CEDIC's | | | 55.853.121.332,11 | 57.011.668.573,99 | | 1.158.547.241,88 |
| Sub-região de Saúde de Viana do Castelo | | 38.851,36 | 95.488,39 | 67.493,98 | | 10.856,95 |
| Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra | | | 9.079.230,07 | 9.079.230,07 | | |
| Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil - Outras | | 95.326,71 | 861.166,80 | 967.372,18 | | 201.532,09 |
| DGAIEC - Cauções | | 1.390,11 | | 2.921,40 | | 4.311,51 |
| Faculdade de Ciências Médicas - Outras | | 238.782,09 | 1.101.024,21 | 1.394.649,46 | | 532.407,34 |
| Instituto de Recursos e Iniciativas Comuns da Universidade do Porto | | 257.956,32 | 299.705,15 | 428.654,24 | | 386.905,41 |
| Escola Superior de Educação de Viana do Castelo - Outras | | 17.244,21 | 222.241,37 | 251.998,32 | | 47.001,16 |
| Receitas próprias - Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros | | | 2.017.701,55 | 2.187.692,55 | | 169.991,00 |
| Receitas próprias - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo | | 34,22 | 53,40 | 353,06 | | 333,88 |
| Receitas próprias - Instituto Nacional de Estatística | | 2.850,09 | 3.412.636,17 | 3.967.934,68 | | 558.148,60 |
| Receitas próprias - Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas (INIAP)/SC | | | 548.312,40 | 616.564,32 | | 68.251,92 |
| Receitas próprias - INIAP/EAN | | | 487.805,30 | 583.001,99 | | 95.196,69 |
| Receitas próprias - Serviços Sociais do Ministério das Finanças | | | 1.694.432,07 | 1.714.023,82 | | 19.591,75 |
| Receitas próprias - Instituto Nacional de Administração | | 858.195,16 | 5.548.046,12 | 5.068.913,38 | | 379.062,42 |
| Receitas próprias - Instituto Camões | | 10.043,78 | 72.426,10 | 62.382,32 | 0,00 | |
| Receitas próprias - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) | | 100.590,90 | 41.467.621,74 | 41.481.369,30 | | 114.338,46 |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional do Funchal | | | 204.579,85 | 215.767,10 | | 11.187,25 |
| Receitas próprias - Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil - Vencimentos | | | 532.574,44 | 532.574,44 | | |
| Receitas próprias - Serviço Nacional de Protecção Civil | | | 6.600.834,34 | 6.600.834,35 | | 0,01 |
| Receitas próprias - Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça | | 265.951,69 | 8.450.885,17 | 8.232.734,94 | | 47.801,46 |
| Receitas próprias - Centro de Estudos Judiciários | | | 8.177.404,17 | 8.185.342,30 | | 7.938,13 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Receitas próprias - Instituto de Reinserção Social | | 450.935,35 | 24.899.100,95 | 24.455.236,85 | | 7.071,25 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral do Turismo | | | 1.113.887,38 | 1.123.969,77 | | 10.082,39 |
| Receitas próprias - Instituto de Formação Turística | | 28.449,08 | 9.739.254,19 | 9.720.259,61 | | 9.454,50 |
| Receitas próprias - Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial | | 3.531,37 | 7.221.509,45 | 7.321.623,86 | | 103.645,78 |
| Receitas próprias - Instituto Geológico e Mineiro | | 4.913,38 | | | | 4.913,38 |
| Receitas próprias - INIAP/EZN | | | 299.497,51 | 360.920,12 | | 61.422,61 |
| Receitas próprias - INETI - Programa AGRO | | | 17.763,23 | 29.428,38 | | 11.665,15 |
| Receitas próprias - Instituto de Investigação Científica e Tropical | | 9.966,76 | 475.434,25 | 507.106,03 | | 41.638,54 |
| Receitas próprias - Instituto Tecnológico e Nuclear - Projectos | | | 283.544,34 | 364.559,54 | | 81.015,20 |
| Receitas próprias - Centro Científico e Cultural de Macau | | 4.212,61 | 79.415,34 | 84.154,63 | | 8.951,90 |
| Receitas próprias - Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior | | | 9.247,21 | 85.764,25 | | 76.517,04 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Agricultura do Alentejo (DRAAL) - Programa Comunitário INTERREG III-A | | | 73.563,30 | 294.369,78 | | 220.806,48 |
| Receitas próprias - CEFA/FEDER | | | 122.535,65 | 122.535,65 | | |
| Receitas próprias - Orquestra Nacional do Porto | | 505,92 | 154.735,53 | 155.439,89 | | 1.210,28 |
| Receitas próprias - Delegação Regional do Centro | | | 47.394,48 | 48.974,17 | | 1.579,69 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral das Autarquias Locais | | 5.631,78 | 525.507,19 | 525.507,19 | | 5.631,78 |
| Receitas próprias - Transferências comunitárias - LNEC | | 81.446,92 | 653.850,02 | 738.759,34 | | 166.356,24 |
| Receitas próprias - Companhia Nacional de Bailado | | | 996.520,14 | 1.073.822,64 | | 77.302,50 |
| Receitas próprias - Teatro Nacional de S. Carlos | | | 1.374.879,52 | 1.375.217,40 | | 337,88 |
| Receitas próprias - Biblioteca Nacional | | 2.388,17 | 513.988,79 | 516.130,79 | | 4.530,17 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Lisboa | | | 2.063.876.119,10 | 2.064.186.840,61 | | 310.721,51 |
| Receitas próprias - Instituto Português do Livro e das Bibliotecas | | | 9.425,45 | 9.425,45 | | |
| Receitas próprias - Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) | | 615.244,01 | 7.136.234,75 | 8.074.329,96 | | 1.553.339,22 |
| Receitas próprias - Tribunal da Relação de Lisboa | | | 1.788.555,02 | 1.788.555,02 | | |
| Receitas próprias - Centro de Estudos e Formação Autárquica | | 22.368,66 | 1.740.190,04 | 1.726.346,38 | | 8.525,00 |
| Escola Superior de Educação da Guarda - Outras | | 327.160,02 | 2.043.719,27 | 1.893.118,41 | | 176.559,16 |
| Escola Superior Agrária de Ponte de Lima - Outras | | 40.140,59 | 496.186,55 | 529.969,28 | | 73.923,32 |
| Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) - Outras | | 60.745.449,52 | 114.265.719,63 | 69.171.106,57 | | 15.650.836,46 |
| Instituto da Qualidade em Saúde - Delegação do Norte | | 27.529,98 | 649.907,65 | 688.707,20 | | 66.329,53 |
| Instituto da Qualidade em Saúde - Delegação de Coimbra | | 56.498,89 | 97.946,27 | 142.838,00 | | 101.390,62 |
| Receitas próprias - Instituto da Droga e Toxicodependência | | 1.316,82 | 6.654.715,69 | 6.706.364,78 | | 52.965,91 |
| Receitas próprias - Instituto Português da Juventude (IPJ) | | | 4.943.183,58 | 5.031.456,35 | | 88.272,77 |
| Receitas próprias - IPJ - Programa Juventude | | | 3.281.783,75 | 3.281.783,75 | | |
| Receitas próprias - Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas (INIAP)/EFN | | | 298.743,90 | 462.012,06 | | 163.268,16 |
| Receitas próprias - INIAP/ENMP | | | 251.681,40 | 257.554,90 | | 5.873,50 |
| Receitas próprias - INIAP/EVN | | | 5.704,18 | 5.704,18 | | |
| Receitas próprias - INIAP/ENFVN | | | 4.924,60 | 4.924,60 | | |
| Receitas próprias - INIAP/LQARS | | 289,32 | 104.279,10 | 163.810,85 | | 59.821,07 |
| Receitas próprias - INIAP/IPIMAR | | 33.401,49 | 2.304.893,71 | 2.363.809,60 | | 92.317,38 |
| Receitas próprias - Instituto do Ambiente | | 154.794,76 | 2.969.959,18 | 2.858.337,84 | | 43.173,42 |
| Recuperação de créditos da ex-EPAC Comercial, SA | | | | 70.644,80 | | 70.644,80 |
| IPJ - Programa OTL | | 69.318,75 | 606.290,50 | 1.167.997,50 | | 631.025,75 |
| Receitas próprias - CEFA/FSE | | 7.537,30 | 250.772,68 | 243.235,38 | | |
| Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra - Outras | | | 97.255,57 | 229.273,79 | | 132.018,22 |
| Instituto de Gestão do Crédito Público - Despesas de funcionamento | | 3.953.987,42 | 6.925.218,18 | 3.413.109,15 | | 441.878,39 |
| Receitas próprias - Fundo de Apoio ao Estudante | | | 1.388,73 | 1.388,73 | | |
| Ministério dos Negócios Estrangeiros | | 5.530.350,12 | 143.684.439,05 | 144.754.718,50 | | 6.600.629,57 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Fundo Remanescente de Reconstrução do Chiado | | 19.062.331,27 | 62.484.386,06 | 55.171.802,88 | | 11.749.748,09 |
| Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos | | 155.391,91 | 2.174.452,97 | 3.776.597,77 | | 1.757.536,71 |
| Emolumentos do Tribunal de Contas | | 1.551,65 | 4.259.432,94 | 4.257.881,29 | | |
| Receitas próprias - Polícia Judiciária (PJ) - Directoria Nacional | | | 9.491.684,00 | 9.491.684,00 | | |
| Receitas próprias - Supremo Tribunal Administrativo | | | 702.408,75 | 702.408,75 | | |
| Receitas próprias - Supremo Tribunal de Justiça | | | 736.592,08 | 736.592,08 | | |
| Receitas próprias - Procuradoria-Geral da República | | | 2.020.026,50 | 2.020.026,50 | | |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional do Linhó | | 5.685,84 | 215.274,67 | 266.009,28 | | 56.420,45 |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Leiria | | | 121.638,58 | 122.938,58 | | 1.300,00 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral de Administração Extrajudicial | | | 1.635.896,74 | 1.635.896,74 | | |
| Receitas próprias - Conselho Superior de Magistratura | | | 1.493.878,08 | 1.493.878,08 | | |
| Receitas próprias - Direcção-Geral da Administração da Justiça | | | 144.659.687,57 | 144.692.413,77 | | 32.726,20 |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira | | 23.710,18 | 361.806,57 | 342.791,98 | | 4.695,59 |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo | | | 207.476,38 | 228.151,20 | | 20.674,82 |
| Receitas próprias - Instituto Superior da Polícia Judiciária e das Ciências Criminais | | | 4.203,00 | 4.203,00 | | |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Izeda | | | 178.932,67 | 178.932,67 | | |
| Receitas próprias - Direcção-Geral dos Serviços Prisionais | | 8.227,85 | 28.396.752,42 | 28.460.096,64 | | 71.572,07 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério da Justiça | | 20.381,12 | 25.000,00 | 29.850,19 | | 25.231,31 |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Alcoentre | | | 65.866,74 | 65.866,74 | | |
| Receitas próprias - Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) | | 3.836.036,58 | 45.897.159,15 | 43.066.453,57 | | 1.005.331,00 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral dos Registos e do Notariado | | | 23.277.922,84 | 23.277.922,84 | | |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Castelo Branco | | | 21.534,14 | 21.534,14 | | |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Sintra | | | 81.487,94 | 107.213,30 | | 25.725,36 |
| Instituto do Desporto de Portugal | | 10.950.748,70 | 46.900.754,79 | 52.488.730,62 | | 16.538.724,53 |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Lisboa | | | 97.165,81 | 108.870,50 | | 11.704,69 |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional do Porto | | | 302.088,71 | 302.088,71 | | |
| Receitas próprias - Gabinete de Relações Internacionais Europeias e de Cooperação (Ministério da Justiça) | | | 612.326,79 | 704.365,35 | | 92.038,56 |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz | | | 240.039,89 | 240.039,89 | | |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Caxias | | | 16.315,42 | 16.453,31 | | 137,89 |
| Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto - Outras | | | 158.226,55 | 158.226,55 | | |
| Receitas próprias - Gabinete de Política Legislativa e Planeamento | | | 414.056,30 | 414.056,30 | | |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Tires | | 5.486,73 | 178.832,58 | 183.987,06 | | 10.641,21 |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional da Carregueira | | | 4.705,59 | 4.705,59 | | |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Monsanto | | | 21.577,19 | 21.577,19 | | |
| Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Outras | | | | 4.603,89 | | 4.603,89 |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus | | | 127.834,66 | 127.834,66 | | |
| Receitas próprias - ITN - RCPSRN | | | 40.858,30 | 40.858,30 | | |
| Receitas próprias - ITN - Caudal Fluvial | | | 214,20 | 214,20 | | |
| Receitas próprias - SG do Ministério da Agricultura, DRP | | | 217.642,46 | 238.920,14 | | 21.277,68 |
| Receitas próprias - Instituto Camões - Legado de João Arroio | | | 405,02 | 405,02 | | |
| Receitas próprias - Instituto Camões - Legado de Alice Silveira | | | 14.090,16 | 15.200,49 | | 1.110,33 |
| Receitas próprias - Hospital Prisional de S. João de Deus | | | 5.298.307,44 | 5.298.307,44 | | |
| Receitas próprias - Instituto do Consumidor | | 4.716,79 | 120.300,98 | 123.334,96 | | 7.750,77 |
| Autoridade da Concorrência | | 1.552.068,50 | 7.138.599,09 | 7.102.956,24 | | 1.516.425,65 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura | | | 564.122,88 | 1.041.116,67 | | 476.993,79 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral dos Serviços Prisionais - Tribunais | | | 389.509,78 | 389.610,01 | | 100,23 |
| Reitoria da Universidade Nova de Lisboa - Outras | | 337.446,47 | 872.721,47 | 891.459,21 | | 356.184,21 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Serviços Sociais do Ministério da Justiça - Outras | | | 20.173,85 | 20.173,85 | | |
| Receitas próprias - Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA) - Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca | | | | 1.931.052,17 | | 1.931.052,17 |
| Receitas próprias - Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais (Ministério da Educação) | | | | 1.922,63 | | 1.922,63 |
| Receitas próprias - Instituto de Meteorologia | | 69,94 | 215.234,07 | 215.234,07 | | 69,94 |
| Receitas próprias - IGAI - FSE | | | 12.651,78 | 12.727,57 | | 75,79 |
| Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas | | 303.581,72 | 1.738.265,08 | 1.449.983,68 | | 15.300,32 |
| Receitas próprias - Observatório da Ciência e do Ensino Superior | | | 14.940,65 | 14.940,65 | | |
| Receitas próprias - Centro Científico e Cultural de Macau - POSI | | | 11.962,17 | 11.962,17 | | |
| Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna | | 5.990.928,27 | | 190.385,90 | | 6.181.314,17 |
| Receitas próprias - Instituto das Artes | | 125.889,82 | 277.085,32 | 151.195,50 | | |
| Receitas próprias - Instituto dos Resíduos | | 1.183,02 | 51.609,45 | 50.426,43 | | |
| Consolidated Collection Account | | 273.488,96 | 329.489.440,24 | 329.512.113,00 | | 296.161,72 |
| Tribunal Central Administrativo de Lisboa | | | 687.498,00 | 687.498,00 | | |
| Receitas próprias - Tribunal da Relação de Coimbra | | | 776.896,85 | 776.896,85 | | |
| Receitas próprias - Tribunal da Relação de Guimarães | | 4.260,86 | 329.174,42 | 324.913,56 | | |
| Receitas próprias - Tribunal da Relação do Porto | | 3.003,75 | 1.034.992,71 | 1.031.988,96 | | |
| Receitas próprias - Tribunal da Relação de Évora | | | 366.734,64 | 366.734,64 | | |
| Receitas próprias - SGMJ - Gabinete do Ministro da Justiça | | | 13.365,68 | 34.500,32 | | 21.134,64 |
| Receitas próprias - SGMJ - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça | | | | 4.005,86 | | 4.005,86 |
| Receitas próprias - Governo Civil do Porto | | 69.965,73 | 1.796.796,16 | 1.788.073,43 | | 61.243,00 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Aveiro | | | | 523.066,80 | | 523.066,80 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Faro | | | 508.126,41 | 1.366.813,91 | | 858.687,50 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Santarém | | 27.986,29 | 1.088.590,81 | 1.091.926,21 | | 31.321,69 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Leiria | | 31.887,87 | 1.195.451,18 | 1.192.802,21 | | 29.238,90 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Castelo Branco | | | 881.118,54 | 881.118,54 | | |
| Receitas próprias - Governo Civil de Évora | | | 940.059,09 | 944.531,94 | | 4.472,85 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Braga | | 373.953,66 | | 219.532,09 | | 593.485,75 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Bragança | | | 434.301,03 | 434.301,03 | | |
| Receitas próprias - Governo Civil de Beja | | | 678.218,48 | 678.218,48 | | |
| Centro Hospitalar de Lisboa - Zona Central | | 12.613.148,79 | 273.846.410,34 | 271.307.603,80 | | 10.074.342,25 |
| Receitas próprias - GNR - Chefia dos Serviços de Finanças | | 3.734,50 | 8.868.586,91 | 12.919.701,62 | | 4.054.849,21 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Setúbal | | 33.109,25 | 716.693,73 | 1.151.495,57 | | 467.911,09 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Viana do Castelo | | | | 158.641,34 | | 158.641,34 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Coimbra | | | 1.902.098,42 | 1.902.098,42 | | |
| Receitas próprias - Governo Civil da Guarda | | | 68.187,46 | 415.943,10 | | 347.755,64 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Vila Real | | 8.202,88 | 736.441,70 | 744.980,10 | | 16.741,28 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Viseu | | 39.696,92 | 747.442,04 | 722.105,55 | | 14.360,43 |
| Receitas próprias - Governo Civil de Portalegre | | | 842.376,88 | 842.994,32 | | 617,44 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral dos Serviços Prisionais - FSE | | | 39.247,32 | 55.692,52 | | 16.445,20 |
| Hospital do Litoral Alentejano | | 236.151,50 | 11.876.807,23 | 12.800.973,65 | | 1.160.317,92 |
| Receitas próprias - Instituto da Defesa Nacional | | | 171.691,23 | 175.207,18 | | 3.515,95 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social | | | 290.013,76 | 290.048,23 | | 34,47 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério da Cultura | | | 167.430,74 | 270.555,74 | | 103.125,00 |
| Receitas próprias - Instituto da Água | | | 2.408.061,21 | 2.796.036,59 | | 387.975,38 |
| Receitas próprias - Inspecção-Geral do Ambiente | | | 241.048,05 | 279.976,44 | | 38.928,39 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano | | | 30.773,85 | 30.773,85 | | |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Receitas próprias - Laboratório Nacional de Investigação Veterinária | | 185.810,59 | 2.867.835,47 | 3.833.773,66 | | 1.151.748,78 |
| Receitas próprias - Gabinete de Planeamento da Política Agro-Alimentar | | 3.555,89 | 29.180,39 | 25.624,50 | | |
| Receitas próprias - Direcção-Geral de Veterinária | | 1.089,64 | 10.521.590,21 | 14.018.537,62 | | 3.498.037,05 |
| Receitas próprias - Escola de Pesca e de Marinha do Comércio | | | 454.147,21 | 515.207,96 | | 61.060,75 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Agricultura do Algarve | | 1.071,00 | 25.319,36 | 40.484,89 | | 16.236,53 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste | | | 1.464.248,11 | 1.670.382,89 | | 206.134,78 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho | | | | 25.231,01 | | 25.231,01 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do MAI | | | 44.738,51 | 44.738,51 | | |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral | | 44,45 | 529,26 | 30.729,73 | | 30.244,92 |
| Emissão de cheques - DGT | | 57.028,98 | 327.825,55 | 327.147,72 | | 56.351,15 |
| Receitas próprias - Academia Portuguesa de História | | 3.500,00 | 54.863,00 | 51.363,84 | | 0,84 |
| Receitas próprias - Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres | | | 206.435,39 | 451.020,19 | | 244.584,80 |
| Receitas próprias - Direcção Nacional da PSP - Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial | | | 22.534.450,02 | 22.536.423,61 | | 1.973,59 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais | | | 164.571,20 | 165.988,19 | | 1.416,99 |
| Receitas próprias - Instituto da Comunicação Social | | | 221.529,11 | 256.511,55 | | 34.982,44 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral das Florestas | | 48.034,00 | 2.159.854,59 | 2.207.525,48 | | 95.704,89 |
| Receitas próprias - Instituto Português de Conservação e Restauro | | | 128.994,40 | 145.302,86 | | 16.308,46 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional | | | 160.304,14 | 160.304,14 | | |
| Receitas próprias - Instituto de Informática | | 784.326,45 | 1.458.742,07 | 799.304,12 | | 124.888,50 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo | | | 7.352.728,12 | 7.412.225,12 | | 59.497,00 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Algarve | | 1.144,49 | 1.012.476,34 | 1.030.679,44 | | 19.347,59 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Centro | | 178.097,53 | 4.104.185,95 | 3.982.572,11 | | 56.483,69 |
| Receitas próprias - Instituto Português de Arqueologia | | | 188.513,75 | 268.224,93 | | 79.711,18 |
| Receitas próprias - Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento | | 40,00 | 3.766.719,02 | 3.768.037,57 | | 1.358,55 |
| Receitas próprias - Serviços de Estrangeiros e Fronteiras | | 4.357.645,43 | 30.276.001,86 | 37.858.107,43 | | 11.939.751,00 |
| Receitas próprias - DGAIEC - Formação - FSE | | | 40.324,48 | 40.324,48 | | |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Algarve - FSE | | | 147.282,20 | 147.282,20 | | |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Norte | | | 730.932,18 | 743.366,85 | | 12.434,67 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação | | | 900.915,08 | 900.915,08 | | |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Alentejo | | | 1.270.027,46 | 1.270.027,46 | | |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Algarve - FEDER | | | 109.124,73 | 109.124,73 | | |
| Receitas próprias - Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular | | | 1.653.663,29 | 1.910.778,78 | | 257.115,49 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular - Receitas PIDDAC/FEDER | | | 18.926,91 | 104.537,68 | | 85.610,77 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral de Infra-estruturas (DGIE) - Gestão Imobiliária | | | 6.063.166,89 | 6.069.262,86 | | 6.095,97 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral de Infra-estruturas (DGIE) - Manutenção | | | 3.154.748,84 | 3.690.362,11 | | 535.613,27 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Centro - FSE | | | 237.478,63 | 237.478,63 | | |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Centro - FEDER | | | 91.071,40 | 91.071,40 | | |
| Receitas próprias - Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo | | | 117.186,80 | 117.691,28 | | 504,48 |
| Receitas próprias - Gabinete de Auditoria e Modernização | | | 1.198,76 | 1.198,76 | | |
| Receitas próprias - DGS - POS - Pl. Formação 2004 | | | | 15.555,92 | | 15.555,92 |
| Receitas próprias - DGS - POEFDS - Saúde Ambiental | | 13.995,81 | | 33.434,74 | | 47.430,55 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros | | 595,00 | 100,00 | 117.759,03 | | 118.254,03 |
| Receitas próprias - Inspecção-Geral da Educação | | | 4.594,40 | 25.414,58 | | 20.820,18 |
| Região Autónoma da Madeira | | 1.008.706,33 | 486.756.663,23 | 487.496.789,06 | | 1.748.832,16 |
| Entidade Reguladora da Saúde | | | 695.182,68 | 1.329.807,32 | | 634.624,64 |
| Receitas próprias - Direcção Regional do Centro do Ministério da Economia | | | 756.673,00 | 756.673,00 | | |
| Receitas próprias - DRAEDM - Incentivos e Ajudas | | | 25.107,78 | 354.487,65 | | 329.379,87 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral da Empresa | | 1.945.489,09 | 33.744,09 | 22.905,00 | | 1.934.650,00 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Receitas próprias - Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica | | | 2.021.602,74 | 2.301.068,78 | | 279.466,04 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério da Educação | | | | 44.896,70 | | 44.896,70 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação de Lisboa | | | 255.507,90 | 255.507,90 | | |
| Receitas próprias - DREN - FEDER | | | 8.769.898,78 | 8.769.898,78 | | |
| Receitas próprias - DGCI - Direcção de Serviços Financeiros - FSE | | 69.089,54 | 11.264.502,36 | 11.195.412,82 | | |
| Receitas próprias - Instituto da Droga e Toxicodependência - FEDER/FSE | | | 200.120,50 | 200.120,50 | | |
| Receitas próprias - Direcção-Geral de Geologia e Energia | | | 384.212,57 | 384.212,57 | | |
| Receitas próprias - Gabinete de Gestão da Iniciativa Comunitária "EQUAL" | | 265.026,39 | 1.467.250,00 | 1.294.605,00 | | 92.381,39 |
| Receitas próprias - Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - FSE | | | 90.296,74 | 90.296,74 | | |
| Receitas próprias - Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) | | | 3.660.182,63 | 4.495.557,63 | | 835.375,00 |
| Depósitos de Recuperação de Créditos | | 2.565,33 | 1.753.645,28 | 1.879.069,94 | | 127.989,99 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral do Ensino Superior | | | 1.153.384,82 | 1.255.651,01 | | 102.266,19 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ /Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) | | | | 149.280,00 | | 149.280,00 |
| Receitas próprias - Instituto de Formação Turística (INFTUR) - PRODEP/FSE | | | 4.337.008,14 | 5.278.415,28 | | 941.407,14 |
| Receitas próprias - Instituto para a Inovação na Formação | | 330.000,00 | 4.888.943,54 | 5.521.944,59 | | 963.001,05 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Agricultura do Alentejo | | | 4.151.151,42 | 4.404.151,45 | | 253.000,03 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Agricultura do Norte | | 11.296,78 | 11.856,38 | 20.851,99 | | 20.292,39 |
| Receitas próprias - MNE - Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas | | | 144.126,95 | 144.126,95 | | |
| Receitas próprias - Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas (INIAP) - Projectos | | | 456.284,30 | 460.950,65 | | 4.666,35 |
| Receitas próprias - Estabelecimento Prisional de Sintra - Projecto EQUAL | | | 58.341,37 | 58.341,37 | | |
| Receitas próprias - Direcção-Geral da Administração Pública | | | 55.657,79 | 56.762,76 | | 1.104,97 |
| Receitas próprias - Torre do Tombo | | 810,00 | 383.619,40 | 385.024,80 | | 2.215,40 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Economia do Alentejo | | | 261.034,79 | 268.516,81 | | 7.482,02 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA) | | | 3.417.337,52 | 3.417.515,52 | | 178,00 |
| Depósitos de Regularizações de Responsabilidades | | | 305.720,82 | 340.073,66 | | 34.352,84 |
| Receitas próprias - DGIES - Receitas, Serviços Autónomos | | 141.372,00 | 141.372,00 | | | |
| Receitas próprias - DREC - Projecto Professor | | | 3.757,50 | 3.757,50 | | |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública | | 9.110,30 | 14.494,33 | 52.179,88 | | 46.795,85 |
| Receitas próprias - Instituto do Ambiente - Projecto ECORIVER | | 207.182,80 | 438.730,00 | 245.191,50 | | 13.644,30 |
| Receitas próprias - IICT - Financiamento próprio | | 36.931,60 | 36.931,60 | | | |
| Receitas próprias - INA - POEFDS | | 16.110,75 | 54.099,26 | 37.988,51 | | |
| Receitas próprias - Ministério da Agricultura, DRP - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro | | | 3.460,04 | 3.460,04 | | |
| Receitas próprias - Centros Culturais Portugueses | | | | 83.657,98 | | 83.657,98 |
| Saldos do Capítulo 60 do OE/2004 | | 46.017.243,68 | 46.017.243,68 | | | |
| Receitas próprias - Marinha - CSAA - Vencimentos | | | 159.686.822,63 | 159.686.822,63 | | |
| Instituto Português de Acreditação, IP | | | 674.177,07 | 1.008.693,94 | | 334.516,87 |
| Marinha - Chefia e Serviços de Apoio Administrativo (CSAA) | | | 47.086.767,64 | 57.388.266,68 | | 10.301.499,04 |
| Marinha - Direcção de Abastecimento | | | 19.023.212,11 | 23.706.633,11 | | 4.683.421,00 |
| Marinha - Direcção de Navios | | | 50.916.463,08 | 67.347.398,48 | | 16.430.935,40 |
| Marinha - Direcção de Infra-estruturas | | | 3.395.446,85 | 3.395.446,85 | | |
| Marinha - Direcção de Apoio Social | | | 28.541.636,13 | 28.542.136,13 | | 500,00 |
| Marinha - Hospital da Marinha | | | 4.076.158,58 | 4.192.542,10 | | 116.383,52 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Marinha - Gabinete do Chefe de Estado-Maior da Armada | | | 461.739,34 | 464.272,97 | | 2.533,63 |
| Marinha - Comando da Zona Marítima dos Açores | | | 889.352,87 | 889.352,87 | | |
| Marinha - Flotilha | | | 8.286.887,34 | 8.464.979,94 | | 178.092,60 |
| Marinha - Base Naval de Lisboa | | | 2.882.851,48 | 2.895.304,18 | | 12.452,70 |
| Marinha - Comando do Corpo de Fuzileiros | | | 1.414.408,13 | 1.434.081,95 | | 19.673,82 |
| Marinha - Escola Naval | | | 1.553.754,03 | 1.554.048,28 | | 294,25 |
| Marinha - Escola de Tecnologias Navais | | | 1.451.404,32 | 1.489.480,48 | | 38.076,16 |
| Marinha - Museu da Marinha | | | 986.764,30 | 1.009.137,13 | | 22.372,83 |
| Marinha - Aquário Vasco da Gama | | | 374.408,33 | 381.889,25 | | 7.480,92 |
| Marinha - Unidade de Apoio às Instituições Centrais da Marinha | | | 805.493,54 | 809.443,42 | | 3.949,88 |
| Marinha - Direcção-Geral da Autoridade Marítima | | | 7.594.343,21 | 7.603.474,52 | | 9.131,31 |
| Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, IP | | | 5.989.265,53 | 8.535.872,05 | | 2.546.606,52 |
| Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros | | | 162.330,94 | 163.068,63 | | 737,69 |
| Secretaria-Geral do Ministério da Cultura | | | 424.431,19 | 460.476,03 | | 36.044,84 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Alentejo - FSE | | | 209.951,43 | 209.951,43 | | |
| Escola Superior de Tecnologia do Mar | | | 867.874,45 | 904.316,26 | | 36.441,81 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação | | | 51.246,36 | 130.000,00 | | 78.753,64 |
| Receitas próprias - Instituto da Droga e Toxicodependência - FEDER | | | 108.050,00 | 110.957,59 | | 2.907,59 |
| Receitas próprias - Ministério da Agricultura, DRP - Gabinete do Ministro | | | 20.524,10 | 20.524,10 | | |
| Receitas próprias - Inspecção-Geral das Actividades Culturais | | | 1.816.143,72 | 2.409.241,08 | | 593.097,36 |
| Receitas próprias - Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres - FSE | | | 10.597,50 | 22.897,22 | | 12.299,72 |
| Receitas próprias - Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres - FEDER | | | 3.837.719,03 | 3.948.365,84 | | 110.646,81 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Norte - FSE | | | 290.166,81 | 290.166,81 | | |
| Receitas próprias - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo - FSE | | | 145.598,60 | 295.598,60 | | 150.000,00 |
| Receitas próprias - Instituto do Ambiente - FEDER - Outros | | | 1.024.256,11 | 1.024.256,11 | | |
| Receitas próprias - Direcção Nacional da PSP - FSE | | | 113.076,90 | 113.076,90 | | |
| Receitas próprias - Direcção Nacional da PSP - FEDER | | | 1.596.331,00 | 1.596.331,00 | | |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Economia do Alentejo - FEDER | | | 37.667,63 | 48.593,26 | | 10.925,63 |
| Receitas próprias - Instituto da Água - Receitas do FEDER | | | 4.270.820,89 | 7.591.252,83 | | 3.320.431,94 |
| Receitas próprias - Instituto da Água - Receitas do Fundo de Coesão | | | 1.339,62 | 147.713,96 | | 146.374,34 |
| Receitas próprias - Delegação Regional da Cultura do Centro - FEDER - PIDDAC | | | 438.098,85 | 472.664,59 | | 34.565,74 |
| Receitas próprias - Delegação Regional da Cultura do Norte - FEDER | | | 186.557,68 | 196.293,25 | | 9.735,57 |
| Receitas próprias - Serviço Nacional Coudélico | | | 436.034,71 | 456.086,94 | | 20.052,23 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais | | | 11.010,75 | 15.591,53 | | 4.580,78 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas - FSE/Eixo III | | | 39.460,26 | 39.466,17 | | 5,91 |
| Receitas próprias - Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIMAR) - PIDDAC/FEDER | | | 666.189,19 | 1.313.796,01 | | 647.606,82 |
| Receitas próprias - IPIMAR - PIDDAC/Outros fundos | | | 1.636.476,44 | 3.115.973,60 | | 1.479.497,16 |
| Receitas próprias - Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil - POSI | | | 132.080,06 | 145.071,86 | | 12.991,80 |
| Receitas próprias - MNE - Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas - PIDDAC | | | 2.145,51 | 2.145,51 | | |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Centro - PIDDAC/ /PRODEP | | | | 144.984,88 | | 144.984,88 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Centro - PIDDAC/ /PO Centro | | | 5.066.999,53 | 6.402.375,23 | | 1.335.375,70 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas - Projecto AGRO 444 - DSIOGI | | | 5.040,00 | 5.040,00 | | |
| Receitas próprias - Instituto dos Resíduos - FEDER | | | 113.755,45 | 870.112,81 | | 756.357,36 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Receitas próprias - Instituto dos Resíduos - Garantia bancária | | | 13.000,00 | 13.000,00 | | |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Alentejo - PIDDAC - FEDER | | | 491.915,78 | 645.271,22 | | 153.355,44 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Alentejo - FEDER | | | 123.637,85 | 162.835,21 | | 39.197,36 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território | | | 93.728,93 | 93.728,93 | | |
| Receitas próprias - Instituto de Reinserção Social - POEFDS/Eixo III | | | | 57.047,55 | | 57.047,55 |
| Receitas próprias - Observatório da Ciência e do Ensino Superior - FEDER | | | 45.566,38 | 64.714,47 | | 19.148,09 |
| Receitas próprias - Gabinete de Estudos e Planeamento - MOPTC | | | 9.174.870,12 | 11.678.665,77 | | 2.503.795,65 |
| Receitas próprias - Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica - PIDDAC | | | 770.232,52 | 924.065,23 | | 153.832,71 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral dos Recursos Florestais | | | 11.138,40 | 37.261,90 | | 26.123,50 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública - Outras | | | 296.085,72 | 3.725.436,15 | | 3.429.350,43 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros - Outras | | | 145.679,11 | 145.679,11 | | |
| Receitas próprias - Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo - POSI - 119/3.1/C/NRE | | | 179.778,79 | 359.557,58 | | 179.778,79 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde | | | 491.195,78 | 494.872,02 | | 3.676,24 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Economia do Algarve | | | 24.628,15 | 25.557,94 | | 929,79 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior | | | 12.926,08 | 12.926,08 | | |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território - Outras | | | 59.242,05 | 132.116,29 | | 72.874,24 |
| Receitas próprias - ADSE - POSI | | | 176.599,45 | 314.796,06 | | 138.196,61 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral dos Serviços Prisionais - FEDER/POSI - Conhecimento | | | 94.030,23 | 188.060,46 | | 94.030,23 |
| Receitas próprias - Instituto de Informática - Outras | | | 363.904,47 | 363.904,47 | | |
| Receitas próprias - Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento - Outras | | | 55.692,00 | 179.967,89 | | 124.275,89 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral da Administração Pública - Outras | | | | 84.939,92 | | 84.939,92 |
| Receitas próprias - Inspecção-Geral das Actividades Culturais - Outras | | | | 23.338,88 | | 23.338,88 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Economia do Norte - Outras | | | 37.100,41 | 48.283,04 | | 11.182,63 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Outras | | | 298.609,82 | 612.145,51 | | 313.535,69 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança | | | | 12.048,75 | | 12.048,75 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Agricultura do Alentejo - Outras | | | 6.623,00 | 15.997,20 | | 9.374,20 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Centro - Outras | | | 53.531,84 | 53.531,84 | | |
| Receitas próprias - Serviços Sociais do Ministério da Segurança Social e do Trabalho | | | | 8.629,17 | | 8.629,17 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral de Transportes Terrestres | | | | 144.543,57 | | 144.543,57 |
| Receitas próprias - Inspecção-Geral de Finanças - Outras | | | 87.688,33 | 161.626,41 | | 73.938,08 |
| Receitas próprias - Instituto da Droga e Toxicodependência - PIDDAC | | | 215.929,21 | 290.873,15 | | 74.943,94 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular/ /Fonte de financiamento (FF) 123 | | | 204.920,33 | 204.920,33 | | |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Agricultura do Algarve/Projectos | | | 4.991,43 | 16.700,00 | | 11.708,57 |
| Receitas próprias - Direcção-Geral de Saúde - Outras | | | | 97.075,55 | | 97.075,55 |
| Receitas próprias - Inspecção-Geral da Administração do Território - FEDER | | | 118.912,24 | 147.582,33 | | 28.670,09 |
| Receitas próprias - Gabinete dos membros do Governo - LPM | | | | 252.306,54 | | 252.306,54 |
| Receitas próprias - INETI - FEDER/PIDDAC | | | 271.168,56 | 364.320,82 | | 93.152,26 |
| Receitas próprias - INETI - Fundos comunitários/Fonte de financiamento 260 | | | 402.900,81 | 576.213,91 | | 173.313,10 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Receitas próprias - INETI - POS/Conhecimento | | | | 5.164,18 | | 5.164,18 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste - Europe Direct/Oeste | | | 14.831,25 | 14.831,25 | | |
| Receitas próprias - Museu Nacional da Ciência e Técnica - FSE | | | | 2.256,42 | | 2.256,42 |
| Receitas próprias - Instituto do Consumidor - FEDER/POSC | | | 41.446,08 | 41.446,08 | | |
| Receitas próprias - Polícia Judiciária (PJ) - Directoria Nacional - FEDER/POSC | | | 354.704,49 | 354.704,49 | | |
| Receitas próprias - INETI - Operações extra-orçamentais | | | 156.983,18 | 156.983,18 | | |
| Gabinete de Planeamento da Política Agro-Alimentar - Outras | | | 381.864,50 | 704.022,50 | | 322.158,00 |
| Direcção de Serviços de Finanças/Exército - Vencimentos | | | 33.844.728,32 | 33.844.728,32 | | |
| Receitas próprias - CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego | | | | 12.244,53 | | 12.244,53 |
| Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais | | | | 4.375,71 | | 4.375,71 |
| Receitas próprias - Instituto de Investigação Científica e Tropical - Outras | | | 103.934,83 | 109.951,84 | | 6.017,01 |
| Receitas próprias - Inspecção-Geral do Trabalho | | | 16,26 | 3.942.760,28 | | 3.942.744,02 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes - INTERREG | | | 37.121,36 | 37.121,36 | | |
| Receitas próprias - Gabinete de Avaliação Educacional | | | | 22.878,78 | | 22.878,78 |
| Receitas próprias - Instituto Geográfico Português - FEDER | | | 28.560,00 | 106.937,04 | | 78.377,04 |
| Receitas próprias - Direcção Regional de Educação do Algarve - INTERREG III | | | 58.656,29 | 58.656,29 | | |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do MAI - Projecto ERA SEC | | | 18.886,57 | 18.886,57 | | |
| Receitas próprias - Instituto das Artes - Fundos Comunitários | | | 3.909,25 | 3.909,25 | | |
| Receitas próprias - Instituto do Ambiente - PIDDAC | | | 142.546,30 | 1.089.262,76 | | 946.716,46 |
| UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP | | | 160.858,61 | 450.000,00 | | 289.141,39 |
| Receitas próprias - Serviço Nacional Coudélico - FSE | | | 1.754,32 | 1.754,32 | | |
| Receitas próprias - Centro Científico e Cultural de Macau - POCI/HEC/60.569/2004 | | | | 6.684,00 | | 6.684,00 |
| Receitas próprias - Centro Científico e Cultural de Macau - POCI/COM/60.152/2004 | | | | 6.114,00 | | 6.114,00 |
| Receitas próprias - LNEC - Verbas comunitárias cativas OT | | | 199.254,38 | 215.347,58 | | 16.093,20 |
| Receitas próprias - Comissão Nacional da UNESCO | | | | 39.609,00 | | 39.609,00 |
| Receitas próprias - Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação/ /Integração de saldos de receita | | | 4.589.421,34 | 6.583.689,72 | | 1.994.268,38 |
| Receitas próprias - Teatro Nacional de S. Carlos/Fundos comunitários | | | | 51.617,42 | | 51.617,42 |
| Receitas próprias - Instituto Português de Conservação e Restauro/FCT | | | | 10.527,00 | | 10.527,00 |
| Direcção dos Serviços de Finanças do Exército | | | 61.488.505,63 | 65.898.309,15 | | 4.409.803,52 |
| Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral - AGRO Medida 8.1 - 2.º concurso | | | 3.491,92 | 6.261,24 | | 2.769,32 |
| Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho - AGRO Medida 8.1 - 2.ª candidatura | | | | 12.637,80 | | 12.637,80 |
| Receitas próprias - Inspecção-Geral das Actividades Económicas - Outras | | | 604.156,00 | 675.857,27 | | 71.701,27 |
| *Credores por descontos para a segurança social, seguros e sindicatos* | *0,00* | *47.798,20* | *0,00* | *0,00* | *0,00* | *47.798,20* |
| Caixa Geral de Aposentações | | 25.770,09 | | | | 25.770,09 |
| Seguro de grupo - Império | | 19.352,45 | | | | 19.352,45 |
| Sindicatos - C/quotizações | | 2.675,66 | | | | 2.675,66 |
| *Outros devedores e credores* | *2.892.318.424,51* | *1.024.739.110,85* | *37.197.586.981,24* | *74.701.077.722,17* | *1.631.229.441,80* | *37.267.140.869,07* |
| Operações de amoedação | | 369.461.889,87 | 9.879.000,00 | 18.034.783,00 | | 377.617.672,87 |
| Caixas do Tesouro - Valores a regularizar | | 8.344.274,85 | 7.612.603,61 | 22.381,27 | | 754.052,51 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| Bancos - Outros valores a regularizar | | 5.363.611,86 | 899.420,09 | 1.726.680,25 | | 6.190.872,02 |
| Bancos no estrangeiro - Outros valores a regularizar | | 178,14 | | | | 178,14 |
| Antecipação de fundos previstos no OE - Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho | | | 332.762.305,08 | 332.762.305,08 | | |
| DGDR - Antecipação de fundos previstos na alínea *c* ) do n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho | 409.218.970,99 | | | | 409.218.970,99 | |
| INGA - Antecipação de fundos previstos na alínea *c* ) do n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho | 285.700.000,00 | | 379.650.000,00 | 652.750.000,00 | 12.600.000,00 | |
| IFADAP - Antecipação de fundos previstos na alínea *c* ) do n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho | 133.930.627,01 | | 18.000.000,00 | 2.241.124,86 | 149.689.502,15 | |
| Antecipação de fundos - alínea *e* ) do n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 191/99 | | | 800.000.000,00 | | 800.000.000,00 | |
| Alcances - Caixas do Tesouro | 328.661,20 | | | 1.882,18 | 326.779,02 | |
| Antecipação de fundos - alínea *b* ) do n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 191/99 | | | 14.610.820,00 | 14.610.820,00 | | |
| Produto da venda de certificados de aforro emitidos nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 43 453, de 30 de Dezembro de 1960 | | | | 889.743.902,78 | | 889.743.902,78 |
| Produto de empréstimos - 2004 | | | 1.804.741.288,58 | 1.990.497.639,79 | | 185.756.351,21 |
| Produto de empréstimos - 2005 | | | 239.869.084,54 | 35.955.686.400,00 | | 35.715.817.315,46 |
| Produto de empréstimos - Período complementar da receita de 2004 | 1.804.741.288,58 | | | 1.804.741.288,58 | | |
| Diversos a regularizar: | | | | | | |
| Tesouro - Compra e venda de moeda estrangeira | | | 262.022.164,50 | 262.022.164,49 | 0,01 | |
| Compra e venda de moeda estrangeira - Terceiros | | 26.409,69 | | | | 26.409,69 |
| DGCI - IVA - Reembolsos | | 1.793.477,35 | 2.498.012.661,84 | 2.498.508.567,91 | | 2.289.383,42 |
| DGCI - IR - Reembolsos | | | 2.335.407.671,86 | 2.335.407.671,86 | | |
| DGAIEC - Outros fundos entrados | | | 3.917.400.122,12 | 3.917.418.772,89 | | 18.650,77 |
| DGAIEC - Reembolsos | | | 13.156.199,10 | 12.137.218,59 | 1.018.980,51 | |
| DGCI - Multi-imposto - Reembolsos | | | 506.878,98 | 506.878,98 | | |
| Empréstimo do BIRD - 3035 - PO | | 1.060.150,00 | | | | 1.060.150,00 |
| Outros valores a regularizar | | 7.106.702,61 | 173.634.038,71 | 168.049.503,88 | | 1.522.167,78 |
| Saldos transferidos - Consulados a regularizar | | 57.630,03 | | | | 57.630,03 |
| Compensação de cheques | | | 1.350.503.310,28 | 1.350.503.310,28 | | |
| Compensação de TEI | | | 10.070.160.421,07 | 10.070.160.421,07 | | |
| Compensação de SIBS | | | 1.044.696.409,57 | 1.044.696.409,57 | | |
| Restituições de receita ao abrigo do Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho | | 16.959.859,45 | 349.358.839,25 | 332.551.235,13 | | 152.255,33 |
| DUC's cobrados pelas entidades colaboradoras | 202.542.817,37 | | 10.585.803.635,57 | 10.537.082.965,47 | 251.263.487,47 | |
| Valores de DUC cobrados pelas entidades colaboradoras a regularizar (ext/cob) | 6.462.115,23 | | | | 6.462.115,23 | |
| Verbas comunitárias cativas para o OE/2002 | | 817.028,67 | 317.520,95 | 317.520,95 | | 817.028,67 |
| Outros valores a regularizar - TEI's | | 16.733,66 | 1.530,18 | -14.235,71 | | 967,77 |
| Outros valores a regularizar - Cheques | 12.736,53 | | 2.266.006,30 | 2.266.696,33 | 12.046,50 | |
| Reembolsos - Serviços locais de finanças | | 27.676.640,91 | 404.073.609,04 | 402.704.285,86 | | 26.307.317,73 |
| Regularização de saldos de contas de OET - 2002 | | 582.989,77 | | 20.240.397,36 | | 20.823.387,13 |
| Verbas comunitárias cativas para o OE/2003 | | 7.026.704,09 | 543.387,99 | 499.544,21 | | 6.982.860,31 |
| Reembolsos - IEP - Imposto de Circulação e Camionagem | | 314.139,04 | 32.088,61 | 28.874.398,97 | | 29.156.449,40 |
| Verbas comunitárias cativas para o OE/2004 | | 10.936.987,74 | 11.898.857,95 | 1.642.450,31 | | 680.580,10 |
| TEI's recebidas via SPGT/TARGET a regularizar | | | | 1.364.434,73 | | 1.364.434,73 |
| DUC's recebidos por transferência bancária | | | | 851,22 | | 851,22 |
| Despesa orçamental - 2004 (concretizada em 2005) | | 567.153.303,43 | 567.169.323,19 | 16.019,76 | 0,00 | |
| Receita orçamental - 2004 (concretizada em 2005) | 178.190,18 | | | 178.190,18 | | |
| Período complementar da receita - 2004 | 49.203.017,42 | | | 49.203.017,42 | | |
| Receitas consulares - Conta de regularização | | 40.399,69 | 2.597.782,28 | 1.919.822,67 | 637.559,92 | |
| *Somam os "Terceiros"* | 2.892.328.391,03 | 5.160.546.553,49 | 184.589.995.692,26 | 222.198.400.402,07 | 1.667.097.329,31 | 41.543.720.201,58 |

| Contas | Saldo de contas com que abriu o ano económico de 2005 | | Operações no decorrer de Janeiro a Setembro de 2005 | | Saldo de contas em 30 de Setembro de 2005 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Activo | Passivo | Activo | Passivo | Activo | Passivo |
| *Saldo dos "Terceiros"* | | 2.268.218.162,46 | | 37.608.404.709,81 | | 39.876.622.872,27 |
| **Resultados de operações financeiras (**)** | | | | | | |
| Diferenças de câmbio | | 1.972.257,64 | 41,12 | 893,33 | | 1.973.109,85 |
| Encargos bancários - DGT | 4.781,35 | | 218.557,30 | 223.531,78 | | 193,13 |
| Encargos bancários - Terceiros | 26.094,46 | | 25.783,85 | 42.055,36 | 9.822,95 | |
| Encargos bancários - SIBS | 55.328,17 | | 1.301.474,06 | 1.010.769,82 | 346.032,41 | |
| Custos administrativos | | 6.107,23 | | | | 6.107,23 |
| TEI - Compensações financeiras | | 160.913,42 | 55,50 | 7.874,75 | | 168.732,67 |
| Arredondamentos | | 144,39 | 0,03 | 0,05 | | 144,41 |
| SPD - Custos de Serviço | | 135.400,85 | 0,02 | 51.189,89 | | 186.590,72 |
| Cheques - Compensações financeiras | 136,80 | | 282,40 | 349,70 | 69,50 | |
| Juros: | | | | | | |
| Juros de depósitos bancários | | 415.591,02 | | 67.150,21 | | 482.741,23 |
| Juros remuneratórios | | 1.378.846,81 | 9.886.753,71 | 16.022.114,58 | | 7.514.207,68 |
| Juros de aplicações financeiras | | 7.338.350,73 | 34.624.730,29 | 27.286.379,56 | | 0,00 |
| Provisões para perdas em disponibilidades em moeda estrangeira | | 144.856,40 | | | | 144.856,40 |
| *Somam os "Resultados de operações financeiras"* | 86.340,78 | 11.552.468,49 | 46.057.678,28 | 44.712.309,03 | 355.924,86 | 10.476.683,32 |
| *Saldo dos "Resultados de operações financeiras"* | | 11.466.127,71 | 1.345.369,25 | | | 10.120.758,46 |
| **Transferências - Orçamento do Estado (**)** | | | | | | |
| Total da despesa orçamental | | | 60.902.733.418,42 | | 60.902.733.418,42 | |
| Total da receita do Estado | | | 5.087.102.511,08 | 28.961.391.260,23 | | 23.874.288.749,15 |
| *Somam as "Transferências - Orçamento do Estado"* | 0,00 | 0,00 | 65.989.835.929,50 | 28.961.391.260,23 | 60.902.733.418,42 | 23.874.288.749,15 |
| *Saldo das "Transferências - Orçamento do Estado"* | | | 37.028.444.669,27 | | 37.028.444.669,27 | |
| **RESUMO** | | | | | | |
| Disponibilidades e aplicações | 2.279.684.290,17 | 0,00 | 242.936.754.769,83 | 242.358.140.098,54 | 2.858.298.961,46 | 0,00 |
| Terceiros | 2.892.328.391,03 | 5.160.546.553,49 | 184.589.995.692,26 | 222.198.400.402,07 | 1.667.097.329,31 | 41.543.720.201,58 |
| Resultados de operações financeiras | 86.340,78 | 11.552.468,49 | 46.057.678,28 | 44.712.309,03 | 355.924,86 | 10.476.683,32 |
| *Total dos "Terceiros" e dos "Resultados de operações financeiras"* | 2.892.414.731,81 | 5.172.099.021,98 | 184.636.053.370,54 | 222.243.112.711,10 | 1.667.453.254,17 | 41.554.196.884,90 |
| Transferências - Orçamento do Estado | 0,00 | 0,00 | 65.989.835.929,50 | 28.961.391.260,23 | 60.902.733.418,42 | 23.874.288.749,15 |
| *Total geral* | 5.172.099.021,98 | 5.172.099.021,98 | 493.562.644.069,87 | 493.562.644.069,87 | 65.428.485.634,05 | 65.428.485.634,05 |

(*) Na classe "Disponibilidades e aplicações" os valores apresentados no Activo correspondem a entradas de fundos na Tesouraria do Estado, correspondendo os valores do Passivo a saídas de fundos da Tesouraria do Estado (o mesmo acontecendo com os saldos da mesma natureza), englobando-se também nestes valores as operações escriturais de natureza idêntica.

(**) Nas classes "Terceiros", "Resultados de operações financeiras" e "Transferências - Orçamento do Estado" os valores apresentados no Passivo correspondem a entradas de fundos na Tesouraria do Estado, correspondendo os valores do Activo a saídas de fundos da Tesouraria do Estado (o mesmo acontecendo com os saldos da mesma natureza), englobando-se também nestes valores as operações escriturais de natureza idêntica.

Direcção-Geral do Orçamento, 11 de Novembro de 2005. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento.*

# ANO ECONÓMICO DE 2005

## Janeiro a Setembro

### Mapa da aplicação do produto de empréstimos nos meses supra-citados.

| Produto de Empréstimos | Produto de empréstimos depositados em operações específicas do Tesouro em 1 de Janeiro de 2005 | Produto da emissão de empréstimos em 2005 | Soma | Aplicação em 2005 | | | Produto de empréstimos depositados em operações específicas do Tesouro em 30 de Setembro de 2005 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Em despesa orçamental | Por operações específicas do Tesouro | Total | |
| Certificados de aforro emitidos nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 43 453, de 30 de Dezembro de 1960 | 0,00 | 889.743.902,78 | 889.743.902,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 889.743.902,78 |
| Empréstimos - 2004 | 0,00 | 1.990.497.639,79 | 1.990.497.639,79 | 0,00 | 1.804.741.288,58 (a) | 1.804.741.288,58 | 185.756.351,21 |
| Empréstimos - 2005 | 0,00 | 35.955.686.400,00 | 35.955.686.400,00 | 0,00 | 239.869.084,54 | 239.869.084,54 | 35.715.817.315,46 |
| | **0,00** | **38.835.927.942,57** | **38.835.927.942,57** | **0,00** | **2.044.610.373,12** | **2.044.610.373,12** | **36.791.317.569,45** |

NOTAS :

(a) - Financiamento da execução orçamental de 2004, ao abrigo do período complementar da receita (regularização contabilística).

Direcção-Geral do Orçamento, 11 de Novembro de 2005. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento.*

### Inspecção-Geral da Administração Pública

**Despacho (extracto) n.º 24 936/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 23 de Novembro de 2005:

Edite Alexandra dos Santos de Jesus Dias, Mário Alexandre de Andrade Pais Mamede, Cristina Luísa Levezinho Alves Marcelo e Lúcia Faria Neto Parracho Duque, inspectores, da carreira de inspector superior, de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Administração Pública — nomeados definitivamente, precedendo concurso, na categoria de inspectores principais da mesma carreira e quadro, considerando-se exonerados do lugar anterior à data de aceitação do novo lugar.

23 de Novembro de 2005. — O Inspector-Geral, *Pessoa de Amorim.*

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

**Portaria n.º 1226/2005 (2.ª série).** — Portugal, como membro da NATO, tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos no âmbito militar, nomeadamente através da participação em missões humanitárias e de paz, nos termos do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro.

O pedido de assistência do Governo do Paquistão, face à difícil situação decorrente do terramoto ocorrido naquele país no passado dia 8 de Outubro, levou a NATO a organizar uma missão de assistência, na qual Portugal se dispôs a participar através de uma equipa de saúde, a integrar no hospital militar de campanha holandês instalado em Bagh, a nordeste de Islamabade.

Dadas a necessidade e a carência de pessoal feminino das especialidades de ginecologia e obstetrícia naquela unidade de saúde holandesa, a participação portuguesa será materializada por três médicas e três enfermeiras, podendo ser, desde já, destacada uma médica e uma enfermeira, ficando os restantes elementos a aguardar até que estejam reunidas as condições adequadas.

A Assembleia da República foi informada nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 46/2003, de 22 de Agosto.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 41.º, n.º 1, e 44.º, n.º 1, da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, e nos termos do artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1.º O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas é autorizado, com vista à participação militar portuguesa na missão de assistência humanitária organizada pela NATO para auxílio às vítimas do terramoto ocorrido no Paquistão, a aprontar e empregar uma missão militar constituída por três oficiais médicas e três sargentos enfermeiras dos três ramos das Forças Armadas.

2.º A duração máxima da missão será de três meses.

3.º A duração máxima de cada comissão individual será de um mês.

4.º De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, aqueles militares desempenham funções num país de classe C.

17 de Novembro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado.*

#### ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

### Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

**Despacho n.º 24 937/2005 (2.ª série).** — No uso da delegação de competência que me foi conferida pelo despacho n.º 15 325/2004 (2.ª série), de 16 de Julho, do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 178, de 30 de Julho de 2004, nomeio o MAJ TODCI (042142-B) José Manuel Lopes Marques para o cargo de oficial-adjunto da Repartição de Operações do Comando Operacional da Madeira (cargo de código 100.017.11), em substituição do major TODCI (035830-E) Raúl Manuel Simões Dias, que fica exonerado do referido cargo pelo presente despacho, o qual produz efeitos desde 2 de Novembro de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2005. — O Adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas para o Planeamento, *Artur Manuel Garcia Ribeiro Proença Prazeres,* tenente-general PILAV.

**Despacho n.º 24 938/2005 (2.ª série).** — Nos termos dos artigos 6.º, n.º 5, alínea *l*), da Lei n.º 111/91, de 28 de Agosto, e 5.º do Decreto-Lei n.º 48/93, de 26 de Fevereiro, ouvido o Chefe do Estado-Maior do Exército, exonero o tenente-general João Maria de Vasconcelos Piroto do cargo de meu assessor, para que fora nomeado pelo despacho n.º 15 327/2004 (2.ª série), de 16 de Julho, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 178, de 30 de Julho de 2004, em virtude de ter sido designado para o desempenho de outras funções.

O presente despacho produz efeitos em 17 de Novembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas,* almirante.

#### MARINHA

### Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

**Portaria n.º 1227/2005 (2.ª série).** — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo do estabelecido na alínea *c*) do n.º 1 do do artigo 68.º conjugado com a alínea *a*) do artigo 304.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover ao posto de aspirante a oficial os seguintes cadetes da classe de técnicos superiores navais em regime de contrato concluíram com aproveitamento o curso de formação básica de oficiais, a contar de 11 de Novembro de 2005, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 68.º do EMFAR:

9103705, CAD TSN RC Sérgio Miguel Pereira da Silva.
9103405, CAD TSN RC Susana das Neves Pereira da Silva.
9103805, CAD TSN RC Nélson Rodrigo Rocha Gomes.
9103505 CAD TSN RC Marta Isabel Costa Ferreira Mateus.
9103605, CAD TSN RC Hugo César da Cruz Lourenço Ferreira.

Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 9101805, aspirante da classe de técnicos superiores navais em regime de contrato Carla Filipa Costa Moura.

22 de Novembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu,* almirante.

**Portaria n.º 1228/2005 (2.ª série).** — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por diuturnidade ao posto de segundo-tenente, em conformidade com o previsto na alínea *e*) do artigo 216.º do mesmo Estatuto, os seguintes guardas-marinhas da classe de fuzileiros (no quadro) que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção a que se referem respectivamente os artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de Outubro de 2005, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto:

23698, GMAR FZ Iuri Purcel Ramos da Silva.
24499, GMAR FZ Frederico Luís Torres Côrte-Real.

Estes oficiais, uma vez promovidos, e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 23797, segundo-tenente da classe de fuzileiros Rui Emanuel da Silva Filipe.

22 de Novembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu,* almirante.

**Portaria n.º 1229/2005 (2.ª série).** — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por diuturnidade ao posto de segundo-tenente, em conformidade com o previsto na alínea *e*) do artigo 216.º do mesmo Estatuto, os seguintes guardas-marinhas da classe de marinha (no quadro), que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção a que se referem respectivamente os artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de Outubro de 2005, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto:

22299, GMAR Paulo Jorge Antunes Nunes.
23099, GMAR Carlos da Silva Lopes Oliveira.

21699, GMAR Pedro Miguel Cordeiro Cavaleiro.
817894, GMAR Abdul Aziz Salé.
24199, GMAR Vasco Toledo Cristo.
21198, GMAR Filipe Clemente Taveira Pinto.
24298, GMAR Hugo Miguel Paciência da Silva.
21399, GMAR Marina Colaço Ferreira.
26199, GMAR Ricardo José Borges Lopes.
21998, GMAR Nuno Alexandre Dias de Oliveira.
21199, GMAR Pedro Manuel Palma Neves Rodrigues.
24698, GMAR Pedro Miguel Costa Caetano.
9304396, GMAR Sandra Cristina Lopes Pereira.
21698, GMAR André da Costa Lamego.
22099, GMAR Ricardo José Sá Granja.
23798, GMAR Helena Isabel Braga dos Reys Santos.
26499, GMAR Tiago Gonçalo Pereira Roxo.
27099, GMAR Dinis Filipe Vargas Cabrita.
24699, GMAR Luís Filipe Gomes de Gomes Guerra.
23199, GMAR Amílcar Gomes Braz.

Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 21598, segundo-tenente da classe de marinha Jorge Mendes Valente.

22 de Novembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu,* almirante.

**Portaria n.º 1230/2005 (2.ª série).** — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por diuturnidade ao posto de segundo-tenente, em conformidade com o previsto na alínea *e*) do artigo 216.º do mesmo Estatuto, os seguintes guardas-marinhas da classe de engenheiros navais (no quadro), que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção a que se referem, respectivamente, os artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto e são promovidos a contar de 1 de Outubro de 2005, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto:

21599, GMAR EN-AEL Alexandre Rui da Cruz Mateus.
22699, GMAR EN-MEC Rui Manuel Lopes Marques.
20899, GMAR EN-MEC José Luís Rodrigues Barradas.
9328296, GMAR EN-AEL Rui Miguel Figueiredo dos Santos.
26099, GMAR EN-AEL Carlos Henrique Figueiredo Gonçalves.
25299, GMAR EN-MEC Daniel Jorge Mendes Rodrigues.
24598, GMAR EN-AEL Pedro Miguel Ribeiro Pinheiro.
23699, GMAR EN-AEL Jorge Emanuel Barbosa do Vale.

Estes oficiais, uma vez promovidos a que se referem, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 23598, segundo-tenente da classe de engenheiros navais Filipe Nunes da Rocha Valente.

22 de Novembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu,* almirante.

**Portaria n.º 1231/2005 (2.ª série).** — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por diuturnidade ao posto de primeiro-tenente, em conformidade com o previsto na alínea *d*) do artigo 216.º do mesmo Estatuto, os seguintes segundos-tenentes da classe da administração naval (no quadro), que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto e são promovidos a contar de 1 de Outubro de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto:

20595, 2TEN AN David Gaspar Mota.
21695, 2TEN AN Sónia dos Santos Monteiro Cavaco.
22095, 2TEN AN Bruno Alexandre Vilhena Lúcio.

Estes oficiais, uma vez promovidos, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe pela ordem como vão indicados, à esquerda do 24193, primeiro-tenente da classe de administração naval David Manuel Fonseca Rodrigues.

22 de Novembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu,* almirante.

**Portaria n.º 1232/2005 (2.ª série).** — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por diuturnidade ao posto de primeiro-tenente, em conformidade com o previsto na alínea *d*) do artigo 216.º do mesmo Estatuto, os seguintes segundos-tenentes da classe de fuzileiros (no quadro):

22295, 2TEN FZ Ricardo Alexandre Pereira da Silva.
23994, 2TEN FZ Bastian Gomes de Freitas.

Satisfazem as condições gerais e especiais de promoções fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, e são promovidos a contar de 1 de Outubro de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto.

Estes oficiais, uma vez promovidos, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe, pela ordem como vão indicados, à esquerda do 22294, primeiro-tenente da classe de fuzileiros João Carlos Cardoso da Silva Caldeira.

22 de Novembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu,* almirante.

**Portaria n.º 1233/2005 (2.ª série).** — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por diuturnidade ao posto de primeiro-tenente, em conformidade com o previsto na alínea *d*) do artigo 216.º do mesmo estatuto, os segundos-tenentes da classe de engenheiros navais (no quadro):

21895, 2TEN EN-MEC Paulo Alexandre Morais Almas.
20794, 2TEN EN-MEC Frederico Válter Resende de Oliveira Batista.
22895, 2TEN EN-AEL Mário Rui Monteiro Marques.
22795, 2TEN EN-AEL Nuno Alexandre do Amaral Moreira.
20695, 2TEN EN-AEL Pedro Luís Araújo Costa.
22994, 2TEN EN-MEC Humberto Miguel Machado Bento Duarte Afonso.

Satisfazem as condições gerais e especiais de promoções fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, e são promovidos a contar de 1 de Outubro de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto.

Estes oficiais, uma vez promovidos, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe, pela ordem como vão indicados, à esquerda do 21294, primeiro-tenente da classe de engenheiros navais Pedro Filipe dos Santos Fonseca.

22 de Novembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu,* almirante.

**Portaria n.º 1234/2005 (2.ª série).** — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por antiguidade ao posto de capitão-de-fragata, em conformidade com o previsto na alínea *b*) do artigo 216.º do EMFAR, o 29984, capitão-tenente da classe de marinha Paulo Alexandre da Silva Carvalho (no quadro), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 30 de Outubro de 2005, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, em consequência da vacatura ocorrida nessa data resultante da promoção ao posto imediato do 39175, capitão-de-fragata da classe de marinha Joaquim Maria Louro Alves, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto.

Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 27784, capitão-de-fragata da classe de marinha José Cardoso da Cruz Gomes.

22 de Novembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu,* almirante.

**Portaria n.º 1235/2005 (2.ª série).** — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por antiguidade ao posto de capitão-de-fragata, em conformidade com o previsto na alínea *b*) do artigo 216.º do EMFAR,

o 32284, capitão-tenente da classe de marinha Manuel Amaral Mota (no quadro), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 30 de Outubro de 2005, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, em consequência da vacatura ocorrida nessa data resultante da promoção ao posto imediato do 38476, capitão-de-fragata da classe de marinha António Paulo Leite Trindade, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto.

Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 29984, capitão-de-fragata da classe de marinha Paulo Alexandre da Silva Carvalho.

22 de Novembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu,* almirante.

**Portaria n.º 1236/2005 (2.ª série).** — Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por antiguidade ao posto de capitão-de-fragata, em conformidade com o previsto na alínea *b*) do artigo 216.º do EMFAR, o 25084, capitão-tenente da classe de engenheiros maquinistas navais Rui Manuel Viveiros da Costa (no quadro), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 30 de Outubro de 2005, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com n.º 2 do artigo 68.º do referido Estatuto em consequência da vacatura ocorrida nessa data resultante da promoção ao posto imediato do 25475, capitão-de-fragata da classe de engenheiros maquinistas navais Victor Abel Simões, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto.

Este oficial, uma vez promovido, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 22884, capitão-de-fragata da classe de engenheiros maquinistas navais José Manuel dos Santos Diniz Orge.

22 de Novembro de 2005. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Francisco António Torres Vidal Abreu,* almirante.

# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

**Despacho n.º 24 939/2005 (2.ª série).** — Nos termos das disposições conjugadas dos n.os 5 e 6 do artigo 68.º e do n.º 2 do artigo 69.º, ambos da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, atento o parecer favorável do Conselho Superior da Magistratura, autorizo:

*a*) A remuneração de dois quintos do seu vencimento à licenciada Carla Cristina Figueira Matos, juíza de direito na 1.ª Secção do 2.º Juízo de Execução de Lisboa, pelo exercício em regime de acumulação das funções de juíza de direito no 12.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Cível de Lisboa, onde exercia funções, com as de juíza de direito dos 10.º e 11.º Juízos do mesmo Tribunal, no período compreendido entre 1 de Fevereiro de 2001 e 15 de Setembro de 2002, com excepção das férias judiciais;

*b*) A remuneração de um quinto do seu vencimento à acima referida licenciada Carla Cristina Figueira Matos pelo exercício em regime de acumulação das funções de juíza de direito no 10.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Cível de Lisboa, onde exercia funções, com as de juíza de direito no 9.º Juízo do mesmo Tribunal, no período compreendido entre 15 de Setembro e 31 de Dezembro de 2002, com excepção das férias judiciais.

22 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues.*

## Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência

**Aviso n.º 11 023/2005 (2.ª série).** — Faz-se público que, relativamente às listas dos administradores da insolvência dos distritos judiciais de Évora e Lisboa, publicadas no *Diário da República,* 2.ª série, de 11 de Março de 2005, se procedeu, por motivo de óbito, à eliminação da inscrição do administrador da insolvência José António Tavares da Cruz, Rua de Luís Manuel de Noronha, 4, 2.º, direito, Miraflores, 1495-140 Algés.

28 de Setembro de 2005. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho.*

**Aviso n.º 11 024/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da competência que me foi delegada pela Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 129, de 7 de Julho de 2005, faço público que, relativamente às listas dos administradores da insolvência publicadas no *Diário da República,* 2.ª série, de 11 de Março de 2005, concedi as seguintes suspensões:

Anabela Marreiros Gonçalves Batarda — suspensa, a seu pedido, entre 21 de Novembro de 2005 e 20 de Novembro de 2007.
Nuno Alexandre Ricardo Costa — suspenso, a seu pedido, entre 5 de Dezembro de 2005 e 4 de Dezembro de 2007.
Joaquim Patrício da Silva — suspenso, a seu pedido, entre 9 de Dezembro de 2005 e 8 de Dezembro de 2007.

2 de Novembro de 2005. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho.*

**Aviso n.º 11 025/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da competência que me foi delegada pela Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 129, de 7 de Julho de 2005, faço público que, relativamente às listas dos administradores da insolvência publicadas no *Diário da República,* 2.ª série, de 11 de Março de 2005, a morada do administrador da insolvência Otávio José Fernandes Saldanha, constante das mesmas passou a ser Rua do Dr. Manuel Fernandes Duarte, 7, 3.º, direito, 2780-068 Oeiras (especialmente habilitado a praticar actos de gestão).

2 de Novembro de 2005. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho.*

## Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

**Aviso n.º 11 026/2005 (2.ª série).** — Nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 80.º e 114.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, faz-se público, para efeitos de consulta, que foi publicada no *Boletim dos Registos e do Notariado* a lista de antiguidade dos conservadores, notários e oficiais dos registos e do notariado relativa a 31 de Dezembro de 2004.

Da organização da referida lista cabe reclamação no prazo de 60 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

18 de Novembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

**Despacho n.º 24 940/2005 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral de 17 de Novembro de 2005:

Ana Maria de Castro Jesus Matias, assistente administrativa especialista do quadro da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa — transferida para idêntica categoria do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a contar de 21 de Outubro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)
Inês Catarina Bell Paes Moura Rodrigues, assistente administrativa principal do quadro do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central) — transferida para idêntica categoria do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a contar de 21 de Outubro de 2005.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.).

18 de Novembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

**Despacho n.º 24 941/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 17 de Novembro de 2005 do director-geral:

Licenciado Lino Paulo Coelho de Carvalho, notário do Cartório Notarial do Crato — autorizada a prorrogação da requisição nos serviços centrais desta Direcção-Geral, pelo período de um ano, com efeitos a contar de 1 de Dezembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

**Despacho n.º 24 942/2005 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral de 15 de Novembro de 2005:

Maria Manuela Estêvão Van-Zeller Pisco, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Comercial de Cascais (2.º escalão, índice 225), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

**Despacho n.º 24 943/2005 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral de 14 de Novembro de 2005:

Ana Maria Pires Mendonça, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Predial de Viana do Castelo — nomeada primeira-ajudante da Conservatória do Registo Predial de Portimão (1.º escalão, índice 255), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Anabela Marques Gonçalves Sordo de Sá, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Viana do Castelo — nomeada primeira-ajudante dos mesmos serviços (1.º escalão, índice 255), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Fernando José Carneiro da Cruz, ajudante principal da 2.ª Conservatória do Registo Predial do Porto — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo de Automóveis do Porto (4.º escalão, índice 335), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Marianela da Conceição Sameiro Barão Meira Miranda, ajudante principal da Conservatória do Registo Predial do Barreiro — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Palmela (3.º escalão, índice 325), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

**Despacho n.º 24 944/2005 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral de 11 de Novembro de 2005:

Ana Paula das Neves Veríssimo, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Leiria — nomeada primeira-ajudante da Conservatória do Registo Civil da Marinha Grande (1.º escalão, índice 255), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria da Conceição Neves Lázaro, segunda-ajudante da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de São Brás de Alportel — nomeada primeira-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Faro (1.º escalão, índice 255), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Irene Oliveira de Almeida Ramos, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Mangualde — nomeada primeira-ajudante dos mesmos serviços (4.º escalão, índice 290), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Marta Maria Ferreira Pacheco Lemos Pereira, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Ponta Delgada — nomeada ajudante principal dos mesmos serviços (1.º escalão, índice 305), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Zélia Maria da Silva Filipe Rebocho Velez, segunda-ajudante da Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Avis — nomeada primeira-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Aveiro (3.º escalão, índice 280+350/2), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

### Instituto de Reinserção Social

**Despacho (extracto) n.º 24 945/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 2 de Novembro de 2005:

Licenciadas Elza Maria Henriques Deus Pais, Maria Lucinda Rosa Neto, Maria Helena Borges da Silva, Maria de Fátima Bastos Batista de Queiroz, Edite de Jesus Mendes, Maria Matilde Nogueira Meira e Cruz, Carla Maria Perceliana de Jesus Tavares Gonçalves de Figueiredo, Susana Maria dos Santos Gameira Matos, Maria da Ressurreição Aragonês Ceia Moura, Maria Clara Silvério Matos da Silva, Maria Leonor das Dores Lisboa, Maria Olinda Oliveira Pereira, Isolete Seabra Dias, Isabel da Conceição Borges Pinto, Custódia Martins Pinto de Sousa Rodrigues, Maria Raquel Bartilotti Martins de Matos, Maria Teresa Gersão Lapa Miller Serra e Isabel Maria Pereira de Almeida, técnicas superiores principais da carreira técnica superior de reinserção social do quadro deste Instituto — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, assessoras da carreira técnica superior de reinserção social, escalão 2, índice 660, do referido quadro, considerando-se exoneradas dos lugares de origem com efeitos a partir da data de aceitação dos novos lugares. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2005. — A Presidente, *Maria Clara Albino.*

**Despacho (extracto) n.º 24 946/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 30 de Outubro de 2005:

Luís Manuel Pinguelo Vilhalva, estagiário da carreira técnica profissional de reinserção social deste Instituto, afecto ao Centro Educativo de Vila Fernando — rescindido o contrato administrativo de provimento, a seu pedido, com efeitos a 7 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — A Presidente, *Maria Clara Albino.*

**Despacho (extracto) n.º 24 947/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 15 de Novembro de 2005:

Licenciado Miguel Marques de Sousa, técnico superior principal da carreira técnica superior, escalão 4, índice 650, do quadro deste Instituto — nomeado definitivamente, precedendo concurso, assessor da carreira técnica superior, escalão 2, índice 660, do referido quadro, considerando-se exonerado do lugar de origem, a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — A Presidente, *Maria Clara Albino.*

**Despacho (extracto) n.º 24 948/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 15 de Novembro de 2005:

Maria Isabel Santos da Cunha Nunes, assistente administrativa especialista, da carreira de assistente administrativo, escalão 2, índice 280, do quadro deste Instituto — nomeada definitivamente, precedendo concurso, chefe de secção da Divisão de Administração Geral e Pessoal da Direcção Regional do Centro, escalão 1, índice 337, do referido quadro, considerando-se exonerada do lugar de origem a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — A Presidente, *Maria Clara Albino.*

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

**Despacho n.º 24 949/2005 (2.ª série).** — Considerando que, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, mantêm-se transitoriamente em vigor as estruturas orgânicas dos serviços da ex-CCRLVT e da ex-DRAOT-LVT até à definição da nova estrutura dos serviços da CCDRLVT;

Considerando que se encontra vago o lugar correspondente ao cargo de chefe de divisão do Litoral e da Conservação da Natureza, da Direcção de Serviços do Litoral, da Conservação da Natureza e de Infra-Estruturas, previsto no anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 127/2001, de 17 de Abril, e importando assegurar a coordenação e a regular prossecução das atribuições e competências cometidas aquela unidade orgânica;

Reunindo o licenciado Francisco José Chagas dos Reis, técnico superior principal do quadro de pessoal da ex-DRAOT — Algarve os requisitos legais exigíveis, bem como o perfil pretendido para o exercício do cargo:

Nomeio, no uso da competência própria conferida pela alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º e ao abrigo do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, em regime de substituição, o licenciado Francisco José Chagas dos Reis no cargo de chefe de divisão do Litoral e da Conservação da Natureza, com efeitos a 1 de Novembro de 2005.

31 de Outubro de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira.*

**Nota relativa ao currículo académico e profissional do licenciado Francisco José Chagas dos Reis**

Currículo académico — atribuição do grau de licenciatura em Arquitectura Paisagista pela Universidade de Évora.
Currículo profissional:

Em 1990, realizou estágio no Gabinete de Arquitectura Paisagista Kienle und Rendler, Buro, enquanto bolseiro do Programa COMMET;
Desde 1990 a 1992, desenvolveu a sua actividade no Gabinete de Ambiente da Associação de Municípios do Oeste nas áreas da conservação da natureza e da concepção de projectos de espaços exteriores para as câmaras associadas;
Desde 1992 a 1994, colaborou com a Câmara Municipal de Peniche, como avençado, nas áreas do planeamento urbano e conservação da natureza, nomeadamente na realização de trabalhos no âmbito da protecção e valorização do litoral;
Desde Outubro de 1994 a Abril de 2004, desenvolveu a sua actividade profissional na ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve (DRAOTA), actual Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), tendo integrado o quadro daqueles serviços em 28 de Agosto de 1998; Trabalhou nas áreas da conservação da natureza, protecção, valorização e gestão do litoral, ordenamento do território e reserva ecológica nacional, sendo de realçar os seguintes aspectos:

Em Novembro de 1999, foi nomeado coordenador da implementação do POOC Burgau-Vilamoura, o que fez até Abril de 2004;
Desde Agosto de 2000 a Abril de 2001, foi chefe da Divisão Sub-Regional (DSR), sendo da competência desta Divisão os assuntos relacionados com o litoral e planos de ordenamento de orla costeira da sua área de jurisdição;
Desde Abril de 2001 até Abril de 2004, foi director de serviços do Litoral, Conservação da Natureza e Infra-Estruturas, sendo da competência desta Direcção de Serviços os assuntos relacionados com o litoral, planos de ordenamento de orla costeira, execução de obras (litoral, POOC, linhas de água, açudes) e conservação da natureza;

Desde Abril de 2004 até Outubro de 2005, trabalhou no grupo de trabalho do litoral do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), com o objectivo de apoiar a áreas protegidas no âmbito da implementação dos planos de ordenamento de orla costeira.

**Despacho n.º 24 950/2005 (2.ª série).** — Ao abrigo das disposições consagradas nos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, no artigo 9.º da Lei n.º 2/2005, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e na alínea *m*) do artigo 11.º da Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 117/2004, de 18 de Maio, delego na licenciada em Direito Luísa Maria Jorge Alves de Sousa competência para proferir decisão final nos processos de contra-ordenação em que, por força de lei, essa competência seja da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, bem como a competência para autorizar o pagamento de coimas em prestações.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados pela delegada que digam respeito à presente delegação de competências.

9 de Novembro de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira.*

**Despacho n.º 24 951/2005 (2.ª série).** — Atendendo aos trabalhos em curso nesta Comissão de reestruturação, reorganização e racionalização dos serviços e respectivas competências, funções e procedimentos;

Considerando que, nessa conformidade, se verifica a necessidade de imprimir nova orientação à gestão na área do planeamento e desenvolvimento regional, por forma a assegurar uma maior dinâmica, coerência e eficácia nos trabalhos desenvolvidos naquele âmbito, bem como um aproveitamento de sinergias e dos recursos disponíveis no Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento e no Departamento de Promoção do Desenvolvimento Regional e da Cooperação da ex-CCRLVT:

Determino, no uso da competência própria conferida pela alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a cessação do exercício de funções que têm vindo a ser exercidas em regime de gestão corrente pela assessora do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Maria Isabel Gomes de Sousa Lobo, no cargo de directora de serviços do Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2005.

11 de Novembro de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira.*

# MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DA SAÚDE

**Aviso n.º 11 027/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 7 de Outubro de 2005, e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios, importadores e grossistas pela Santa Casa da Misericórdia de Portimão, hospital, sito na Avenida de São João de Deus, 8500-508 Portimão, para o seu consumo próprio, com excepção de medicamentos com substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, sujeitos a regime especial.

28 de Outubro de 2005. — Pela Direcção-Geral da Empresa, o Director-Geral, *Hélder Oliveira.* — Pelo Conselho de Administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, o Presidente, *Vasco A. J. Maria.*

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

## Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 24 952/2005 (2.ª série).** — Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Maria Gabriela Remédios César licença especial para o exercício de funções transitórias em Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação:

Determino, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, que seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Maria Gabriela Remédios César de 16 de Setembro de 2005 a 16 de Setembro de 2006.

15 de Setembro de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva.*

## Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas

**Despacho n.º 24 953/2005 (2.ª série).** — 1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º, no n.º 3 do artigo 7.º e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em regime de destacamento, o assessor da carreira de médico veterinário Dr. Henrique Luís Rodrigues Sales Henriques, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, para prestar funções de apoio ao meu Gabinete, no exercício de funções técnicas do âmbito da sua especialidade, sendo suportado pelas verbas do meu Gabinete o valor mensal correspondente às despesas de representação estabelecidas para o cargo de adjunto de gabinete, bem como a diferença entre o vencimento relativo à sua categoria e o de adjunto de gabinete, incluindo subsídios de férias e de Natal.

2 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo, no entanto, ser revogada a todo o tempo.

3 — O nomeado terá ainda direito quando se deslocar em missão oficial no País ou no estrangeiro aos abonos das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo no montante igual ao que estiver em vigor para os servidores do Estado com a categoria correspondente ao índice 710 da tabela salarial do novo sistema retributivo (NSR) da função pública.

1 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira.*

**Rectificação n.º 1978/2005.** — Por terem sido detectadas algumas inexactidões no despacho n.º 23 656/2005, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 223, de 21 de Novembro de 2005, a p. 16 164,

rectifica-se que, no segundo parágrafo, onde se lê «assistente administrativa» deve ler-se «técnica de informática, grau I» e, no terceiro parágrafo, onde se lê «assistentes administrativas» deve ler-se «assistentes administrativas especialistas».

21 de Novembro de 2005. — O Chefe do Gabinete, *José Alexandre Rodrigues.*

## Direcção Regional de Agricultura do Alentejo

**Despacho (extracto) n.º 24 954/2005 (2.ª série).** — Considerando que a licenciada Ana Teresa do Vale Caseiro Viegas, técnica superior de 1.ª classe da carreira de médico veterinário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, completará em 25 de Novembro de 2005 os três anos da comissão de serviço no cargo de chefe da Divisão de Intervenção Veterinária de Alcácer do Sal, cargo de direcção intermédia de 2.º grau;

Considerando que a referida dirigente deu cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto;

Considerando o relatório de demonstração das actividades prosseguidas e os resultados obtidos por aquela dirigente:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 21.º, n.º 8, e 24.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, renovo a comissão de serviço da licenciada Ana Teresa do Vale Caseiro Viegas no cargo de chefe da Divisão de Intervenção Veterinária de Alcácer do Sal, com efeitos a 26 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Setembro de 2005. — O Director Regional, *Augusto José de Sousa Gouveia.*

## Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

**Aviso n.º 11 028/2005 (2.ª série).** — Em cumprimento do Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 28 de Abril de 2005 dão-se por concluídos os procedimentos do concurso interno de acesso limitado para técnico especialista, da carreira de engenheiro técnico agrário, do quadro de pessoal desta Direcção Regional de Agricultura, aberto pela *Ordem de Serviço,* n.º 15/2000, de 20 de Abril, com efeitos a partir de 18 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — O Director Regional, *António J. N. Ramos.*

## Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

**Despacho n.º 24 955/2005 (2.ª série).** — Considerando as vantagens da desburocratização, designadamente através da redução dos circuitos de decisão, traduzidas numa maior celeridade e eficácia dos serviços, determino:

1 — Ao abrigo dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, delego nos subdirectores do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, engenheiro Pedro Manuel Simões Raposo Ribeiro e Dr. Rui da Câmara Homem de Noronha, as seguintes competências:

*a*) Autorizar a abertura de concursos, homologar as respectivas listas de classificação final e determinar a conversão da nomeação provisória em definitiva;
*b*) Autorizar deslocações em serviço no continente, em meio de transporte que não o de utilização de avião, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;
*c*) Autorizar a abertura de procedimento e a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços até ao limite de € 7500, com prévio cabimento orçamental.

2 — Ao abrigo do n.º 2 do despacho n.º 21 145/2005, de 21 de Setembro, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, subdelego nos citados dirigentes competência para a prática dos seguintes actos:

*a*) Autorizar viaturas do Estado a circular fora do território nacional;
*b*) Autorizar despesas resultantes de acidentes em serviço até ao limite de € 7500.

3 — Pelo presente despacho ratifico todos os actos praticados pelos mencionados subdirectores desde a data das respectivas nomeações, no âmbito dos poderes atrás delegados e subdelegados.

16 de Novembro de 2005. — A Directora, *Maria Rita de Oliveira Horta.*

**Despacho n.º 24 956/2005 (2.ª série).** — Considerando a necessidade de imprimir uma maior celeridade e eficácia às decisões administrativas e de atribuir uma maior responsabilidade aos vários níveis de direcção, ao abrigo dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Delego nos dirigentes Dr.ª Ana Mira de Castro, directora de serviços de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, Dr.ª Maria del Carmen Pastor Gómez-Cornejo, directora de serviços de Gestão e Administração, engenheira Maria da Luz Martins Anjos Serra Mendes, directora de serviços de Estatísticas e Gestão da Informação, engenheiro Carlos Vieira Capela, director de serviços de Estudos e Planeamento e Prospectiva, engenheiro Adriano Paulo de Carvalho, director de serviços de Produções Vegetais, engenheiro Luís Manuel Gaudêncio Simões do Souto Barreiros, director de serviços de Produções Animais, Dr.ª Isabel Maria Boalma Bastos Coelho Palma, directora do Gabinete Jurídico, Dr.ª Branca Maria Mendonça Ribeiro, chefe de divisão de Documentação e, em acumulação, de Divulgação e Relações Públicas, e Dr.ª Isabel Maria Martins Apolinário Joaquim, chefe de divisão de Organização e Informática, a prática dos seguintes actos, no âmbito dos respectivos serviços:

*a*) Autorizar deslocações em serviço no continente, em viatura oficial ou transporte público, com prévio cabimento orçamental;
*b*) Assinar a correspondência e o expediente necessários à mera instrução dos processos próprios de cada serviço.

2 — Delego ainda na Dr.ª Maria del Carmen Pastor Gómez-Cornejo, directora de serviços de Gestão e Administração, a competência para a prática dos seguintes actos:

*a*) Solicitar a verificação domiciliária da doença dos funcionários, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
*b*) Autorizar a abertura de procedimento e a realização de despesas com a realização de obras e aquisição de bens e de serviços até ao limite de € 2500, com prévio cabimento orçamental;
*c*) Autorizar o pagamento de despesas cuja realização tenha sido previamente autorizada.

3 — Pelo presente despacho ratifico todos os actos praticados pelos mencionados dirigentes, desde a data de minha nomeação, no âmbito dos poderes atrás delegados.

16 de Novembro de 2005. — A Directora, *Maria Rita de Oliveira Horta.*

## Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P.

**Despacho n.º 24 957/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 18 de Novembro de 2005:

Augusto Jorge Monterroso dos Reis Teixeira — nomeado definitivamente, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de técnico superior, do quadro de pessoal deste Laboratório Nacional, com efeitos reportados a 25 de Junho de 2005, após avaliação e classificação final do estágio com *Bom* (14,6 valores). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — A Directora, *Maria Inácia Aleixo Vacas de Carvalho Corrêa de Sá.*

# MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

## Casa Pia de Lisboa, I. P.

**Aviso n.º 11 029/2005 (2.ª série).** — *Concurso externo de ingresso para o provimento de 55 lugares da categoria de assistente de acção educativa, da carreira de assistente de acção educativa, do quadro de*

*pessoal da Casa Pia de Lisboa — concurso publicitado no* Diário da República, *2.ª série, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 2004, cujo aviso foi rectificado por despacho da provedora da Casa Pia de Lisboa de 15 de Julho de 2005, publicitado no* Diário da República, *2.ª série, n.º 165, de 29 de Agosto de 2005.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 34.º e do n.º 2 do artigo 35.º, ambos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, convocam-se os candidatos admitidos ao concurso em epígrafe para a prestação da prova escrita de conhecimentos, que decorrerá no dia 20 de Dezembro de 2005.

Os candidatos deverão apresentar-se às 10 horas no Colégio de Pina Manique, Rua dos Jerónimos, 7, em Lisboa, no portão de alunos, munidos de bilhete de identidade ou de outro documento identificativo válido com fotografia.

Para a realização da prova não será permitida a consulta de qualquer legislação ou bibliografia.

A bibliografia necessária à sua realização é a seguinte:

1) A oportunamente coligida e fornecida aos candidatos:

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril;
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 50/2001, de 13 de Fevereiro.

2) Alterações à bibliografia referida no n.º 1):

2.1) Ao Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, designadamente os seguintes:

Decreto-Lei n.º 393/90, de 11 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, artigo 43.º;

2.2) Ao Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, designadamente os seguintes:

Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, artigo 42.º;

2.3) «Carta ética — Dez princípios éticos da Administração Pública», edição do Secretariado da Modernização Administrativa, em substituição da Carta Deontológica do Serviço Público, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, de 18 de Fevereiro, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 64, de 17 de Março de 1993 (anteriormente facultada aos candidatos).

Tema obrigatoriamente exigível na parte final do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

3) Os diplomas legais a que se referem os n.ºs 2.1), 2.2) e 2.3) poderão ser facultados aos candidatos que os solicitem na Secretaria-Geral da Casa Pia de Lisboa, sita na Avenida do Restelo, 1, em Lisboa.

17 de Novembro de 2005. — A Presidente do Júri, *Ana Mafalda Nunes.*

**Aviso n.º 11 030/2005 (2.ª série).** — *Concurso externo de ingresso para o provimento na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior de psicologia — aviso n.º 1861/2004 (2.ª série), publicado no* Diário da República, *2.ª série, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 2004, e rectificação n.º 1679/2005, publicada no* Diário da República, *2.ª série, n.º 193, de 7 de Outubro de 2005.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 34.º e do n.º 2 do artigo 35.º, ambos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, convocam-se os candidatos admitidos ao concurso em epígrafe para a prestação da prova escrita de conhecimentos, que decorrerá no dia 19 de Dezembro de 2005.

Os candidatos deverão apresentar-se às 10 horas no Colégio de Pina Manique, Rua dos Jerónimos, 7, em Lisboa, no portão de alunos, munidos de bilhete de identidade ou de outro documento identificativo válido com fotografia.

Para a realização da prova não será permitida a consulta de qualquer legislação ou bibliografia.

A bibliografia necessária à sua realização é a seguinte:

1) A oportunamente coligida e fornecida aos candidatos:

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril;
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 50/2001, de 13 de Fevereiro.

2) Alterações à bibliografia referida no n.º 1):

2.1) Ao Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, designadamente os seguintes:

Decreto-Lei n.º 393/90, de 11 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, artigo 43.º;

2.2) Ao Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, designadamente os seguintes:

Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, artigo 42.º;

2.3) «Carta ética — Dez princípios éticos da Administração Pública», edição do Secretariado da Modernização Administrativa, em substituição da Carta Deontológica do Serviço Público, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, de 18 de Fevereiro, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 64, de 17 de Março de 1993 (anteriormente facultada aos candidatos).

Tema obrigatoriamente exigível na parte final do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

3) Os diplomas legais a que se referem os n.ºs 2.1), 2.2) e 2.3) poderão ser facultados aos candidatos que os solicitem na Secretaria-Geral da Casa Pia de Lisboa, sita na Avenida do Restelo, 1, em Lisboa.

17 de Novembro de 2005. — A Presidente do Júri, *Maria Isabel Caldeira Antunes.*

## Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

### Departamento de Recursos Humanos

#### Direcção de Serviços de Pessoal

**Despacho (extracto) n.º 24 958/2005 (2.ª série).** — Por despacho do director do Departamento de Recursos Humanos exarado em 16 de Novembro de 2005, ao abrigo das competências que me foram delegadas:

Maria Augusta Jesus Nunes, ajudante do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. — exonerada da função pública, a seu pedido, com efeitos reportados a 10 de Novembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Novembro de 2005. — O Director, *Antero Felizardo Lúcio Brotas.*

# MINISTÉRIO DA SAÚDE

## Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

### Sub-Região de Saúde de Setúbal

**Despacho n.º 24 959/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 4 de Novembro de 2005, no uso de competência subdelegada, foi autorizada a equiparação a bolseiro, com efeitos à data do despacho, de Sílvia Cristina Senhorinho Coelho Ribeiro, enfermeira graduada, integrada no Centro de Saúde da Quinta da Lomba, em tempo parcial, onze horas por semana, excepto no período de férias escolares, para a frequência do curso de complemento de formação em Enfermagem, na Escola Superior de Enfermagem de Francisto Gentil, em Lisboa, no período de 4 de Outubro de 2005 a 31 de Julho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia.)

14 de Novembro de 2005. — A Directora de Serviços de Administração Geral, *Eduarda Paula Régio.*

## Direcção-Geral da Saúde

### Centro Hospitalar de Coimbra

**Aviso n.º 11 031/2005 (2.ª série).** — *Concurso para progressão a assistente graduado na área de ginecologia da carreira médica.* — Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar de Coimbra de

3 de Novembro de 2005, foi nomeada a seguinte comissão de avaliação curricular para progressão de assistente a assistente graduado na área de ginecologia da Dr.ª Fernanda da Purificação Bento Geraldes:

Presidente — Dr.ª Maria Ondina Gonçalves Ruivo de Campos, directora do serviço de ginecologia do Centro Hospitalar de Coimbra.
Vogais efectivos:

Dr. António Baptista da Ressurreição Azinhais, chefe do serviço de ginecologia do Centro Hospitalar de Coimbra.
Dr.ª Maria Fernanda Roque Águas Lopes, assistente graduada de ginecologia do Centro Hospitalar de Coimbra.

16 de Novembro de 2005. — O Director do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *José Miguel Perpétuo.*

**Aviso n.º 11 032/2005 (2.ª série).** — *Concurso para progressão a assistente graduado na área de obstetrícia da carreira médica.* — Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar de Coimbra de 3 de Novembro de 2005, foi nomeada a seguinte comissão de avaliação curricular para progressão dos assistentes graduados na área de obstetrícia dos assistentes Drs. Joaquim Manuel Pitorra Monteiro, Maria do Carmo Cunha da Costa Matos Godinho, Maria Isabel dos Santos Silva e Sónia Regina Calhau Ribeiro:

Presidente — Dr. José Agostinho Barros Mesquita, chefe de serviço de obstetrícia do Centro Hospitalar de Coimbra.
Vogais efectivos:

Dr. Luís Filipe da Costa Dias de Matos, assistente graduado de obstetrícia do Centro Hospitalar de Coimbra.
Dr.ª Eulália Maria Bento Galhano, assistente graduada de obstetrícia do Centro Hospitalar de Coimbra.

16 de Novembro de 2005. — O Director do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *José Miguel Perpétuo.*

## Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

**Deliberação n.º 1585/2005.** — Considerando que a sociedade SALUSIF — Laboratório de Produtos Químicos e Farmacêuticos, L.da, com sede social na Rua do Centro Cultural, 10, rés-do-chão, 1700-017 Lisboa, é detentora do alvará com o registo n.º 54 e respectivos anexos, de 5 de Abril de 1967, para o funcionamento do laboratório de produtos farmacêuticos concedido ao abrigo do disposto nos artigos 99.º e 100.º do Decreto-Lei n.º 48 547, de 27 de Agosto de 1968, para as instalações sitas na Rua do Centro Cultural, 10, 1700-017 Lisboa;

Considerando que a sociedade SALUSIF — Laboratório de Produtos Químicos e Farmacêuticos, L.da, cessou a actividade de fabrico de medicamentos nas instalações sitas na Rua do Centro Cultural, 10, 1700-017 Lisboa, tendo requerido o cancelamento do mencionado alvará e respectivos anexos para as referidas instalações;

Considerando que, em 7 de Novembro de 2005, a sociedade SALUSIF — Laboratório de Produtos Químicos e Farmacêuticos, L.da, remeteu o original do alvará n.º 54 e respectivos anexos, de 5 de Abril de 1967, com fundamento na cessação da actividade na morada acima identificada:

Assim, o conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, ao abrigo do disposto na alínea *l*) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, e no artigo 140.º, n.º 2, alínea *b*), do Código do Procedimento Administrativo, delibera revogar o alvará n.º 54 e respectivos anexos, de 5 de Abril de 1967, concedido à sociedade SALUSIF — Laboratório de Produtos Químicos e Farmacêuticos, L.da, para as instalações sitas na Rua do Centro Cultural, 10, 1700-017 Lisboa, freguesia de São João de Brito, concelho de Lisboa.

17 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco A. J. Maria,* presidente — *Hélder Mota Filipe,* vice-presidente — *Luísa Carvalho,* vice-presidente — *Emília Alves,* vogal — *Fernando Bello,* vogal.

**Deliberação n.º 1586/2005.** — Considerando que a sociedade João Lourinho — Produtos e Equipamentos para Pecuária, L.da, com sede social na Estrada das Alcáçovas, armazém A, 7000 Évora, está autorizada a exercer o comércio por grosso de medicamentos para uso veterinário detendo o alvará com o registo n.º 1321 para armazém de distribuição, concedido ao abrigo dos artigos 99.º e 100.º do Decreto-Lei n.º 48 547, de 27 de Agosto de 1968, para instalações sitas na Estrada das Alcáçovas, armazém A, 7000 Évora;

Considerando que a sociedade João Lourinho — Produtos e Equipamentos para Pecuária, L.da, deu cumprimento ao disposto no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 184/97, de 26 de Julho, para obtenção da autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos veterinários;

Considerando que, desde 21 de Maio de 1998, a sociedade João Lourinho — Produtos e Equipamentos, L.da, não procede ao envio de documentação necessária para a instrução do processo com vista à obtenção de autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos veterinários, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 184/97, de 26 de Junho, tendo sido novamente notificada, pelo ofício n.º 21 148, de 7 de Abril de 2005, para proceder ao envio do original do alvará supramencionado, tendo a correspondência sido recebida sem que tenha sido enviado o referido alvará:

Assim, o conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, ao abrigo do disposto na alínea *l*) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, e do artigo 111.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, delibera declarar deserto, e consequentemente extinto, o pedido de autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos veterinários, apresentado pela sociedade João Lourinho — Produtos e Equipamentos para Pecuária, L.da, para as instalações sitas na Estrada das Alcáçovas, armazém A, Évora, freguesia de Horta das Figueiras, concelho de Évora, distrito de Évora.

Mais delibera revogar o alvará com o registo n.º 1321 para armazém de distribuição, concedido ao abrigo dos artigos 99.º e 100.º do Decreto-Lei n.º 48 547, de 27 de Agosto de 1968, para instalações sitas na Estrada das Alcáçovas, armazém A, freguesia de Horta das Figueiras, concelho de Évora, distrito de Évora, e ordenar a publicação no *Diário da República* da presente deliberação, bem como a notificação a todos os interessados da mesma.

17 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco A. J. Maria,* presidente — *Hélder Mota Filipe,* vice-presidente — *Luísa Carvalho,* vice-presidente — *Emília Alves,* vogal — *Fernando Bello,* vogal.

**Deliberação n.º 1587/2005.** — Considerando que a sociedade António Félix, L.da, com sede social na Rua do Cais, 2, 3130-231 Soure, requereu, em 30 de Dezembro de 1987, a obtenção de alvará para instalar um armazém de especialidades farmacêuticas e produtos químicos medicinais, ao abrigo dos artigos 99.º e 100.º do Decreto-Lei n.º 48 547, de 27 de Agosto de 1968, para as instalações sitas na Rua do Cais, 2, 3130-231 Soure;

Considerando que à sociedade António Félix, L.da, foi autorizada a concessão de alvará para instalar o armazém de medicamentos especializados e produtos químicos medicinais na Rua do Cais, 2, 3130-231 Soure;

Considerando que a sociedade António Félix, L.da, não deu cumprimento ao disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, e no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 187/97, de 26 de Julho, para obtenção da autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano e ou de medicamentos veterinários;

Considerando que a sociedade foi notificada, pelo ofício n.º 022577, de 15 de Abril de 2005, para proceder ao envio do original do alvará concedido à sociedade para se proceder ao seu cancelamento, tendo a correspondência sido recebida sem que tenha sido devolvido o alvará supra-identificado:

Assim, o conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, ao abrigo do disposto na alínea *l*) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, e no artigo 16.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, delibera revogar a autorização de concessão de alvará para a instalação de armazém de medicamentos especializados e produtos químicos medicinais concedida à sociedade António Félix, L.da, para as instalações sitas na Rua do Cais, 2, freguesia de Soure, concelho de Soure, distrito de Santarém.

17 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco A. J. Maria,* presidente — *Hélder Mota Filipe,* vice-presidente — *Luísa Carvalho,* vice-presidente — *Emília Alves,* vogal — *Fernando Bello,* vogal.

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

## Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

**Aviso n.º 11 033/2005 (2.ª série).** — *Concurso de pessoal docente para o exercício transitório de funções docentes do ensino português no estrangeiro para a educação pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, para o ano escolar de 2006, previsto no*

*artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 13/98, de 19 de Janeiro, e no regulamento do concurso para a contratação local do ensino português na República da África do Sul, publicitado no* site *da Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (www.dgrhe.min-edu.pt)*.

**I — Regime do concurso**

1 — Ao abrigo do n.º 3 do regulamento acima referido, declaro aberto o concurso pelo prazo de cinco dias úteis a contar do dia seguinte à publicitação do presente aviso.

2 — O concurso visa o preenchimento das necessidades residuais de pessoal docente, estruturadas em horários completos (por impossibilidade de colocação de docentes admitidos ao concurso previsto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 13/98, de 24 de Janeiro), horários incompletos e, ainda, para substituição temporária de docentes, disponíveis nas estruturas de coordenação local do ensino português no estrangeiro na embaixada e consulados na África do Sul.

2.1 — O concurso rege-se pelos diplomas acima referidos, pelo regulamento para a contratação local e ainda pelo disposto no presente aviso.

2.2 — Destina-se ao preenchimento dos horários, identificados por códigos e organizados por área consular e localidades, constantes do mapa anexo ao presente aviso.

**II — Requisitos gerais e específicos de admissão a concurso**

1 — Ao concurso podem ser opositores os cidadãos portugueses e estrangeiros que até ao final do prazo de candidatura reúnam as seguintes condições:

1.1 — Os requisitos enunciados no artigo 22.º do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril. A prova documental dos requisitos fixados nas alíneas *c*) e *e*) do ECD é feita no momento da celebração do contrato;

1.2 — Que comprovem o domínio da língua estrangeira da área consular a que se candidatam ou a sua dispensa nos termos do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 4-A/98, de 6 de Abril;

1.3 — Sejam titulares de habilitações legalmente exigidas para a docência:

1.3.1 — Aos horários para a educação pré-escolar, podem ser opositores os candidatos qualificados profissionalmente para este nível de ensino;

1.3.2 — Aos horários para o 1.º ciclo do ensino básico, podem ser opositores os candidatos qualificados profissionalmente para o 1.º ciclo do ensino básico;

1.3.3 — Aos horários para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, podem ser opositores os candidatos portadores de qualificação profissional ou habilitação própria para os grupos e subgrupos 1.º (código 01), 2.º (código 02) e 3.º (código 03) do 2.º ciclo do ensino básico e 8.º-A (código 20), 8.º-B (código 21), 9.º (código 22) e 10.º-A (código 23) do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário.

2 — Os candidatos que não sejam detentores de nacionalidade portuguesa ou de país africano de língua oficial portuguesa devem comprovar o domínio perfeito da língua portuguesa mediante aprovação na prova prevista no regulamento anexo ao aviso n.º 4993/98 (2.ª série), de 28 de Março.

São dispensados da realização da prova os indivíduos que tenham obtido menção de *Apto* em prova realizada para concursos anteriores ou que tenham realizado a formação inicial qualificante para a docência em instituição portuguesa de ensino superior.

**III — Prazos e apresentação a concurso**

1 — O prazo para requerer a admissão ao concurso é de cinco dias úteis contados a partir do 1.º dia útil seguinte ao da data da publicação do presente aviso, nos termos do disposto no n.º 3 do regulamento do concurso.

2 — A apresentação a concurso é feita mediante o preenchimento de formulário próprio (modelo 1/DSRPD/DGRHE/2005), acessível através do *site* da DGRHE, organizado de forma a recolher os elementos legais de identificação do candidato, elementos necessários à sua ordenação e preferências.

3 — As candidaturas enviadas pelo correio com aviso de recepção consideram-se apresentadas na data do registo postal, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

**IV — Entidade a quem deve ser apresentada a candidatura**

Os candidatos residentes em Portugal (continental ou nas Regiões Autónomas) e no estrangeiro devem enviar a sua candidatura, acompanhada dos documentos enunciados no próximo capítulo, por via postal com aviso de recepção, para a seguinte morada: Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação, «Concurso para o ensino português na África do Sul — contratação local», Apartado 30 069, 1350-999 Lisboa.

**V — Documentos a apresentar**

1 — Para que a Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação possa confirmar os elementos constantes do formulário, os candidatos devem anexar ao seu formulário de candidatura os seguintes documentos:

1.1 — Fotocópia da certidão comprovativa da(s) habilitação(ões) declarada(s) da qual deverão constar, obrigatoriamente, a indicação da data de conclusão do respectivo curso e a classificação obtida.

1.2 — No caso de os candidatos já terem exercido funções docentes, devem apresentar fotocópias das certidões comprovativas do tempo de serviço efectivamente prestado.

1.3 — Documento comprovativo do domínio da língua estrangeira.

1.3.1 — A prova do domínio da língua estrangeira prevista no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 4-A/98, de 6 de Abril, deve ser efectuada mediante apresentação:

*a*) De diploma que comprove formação académica de grau superior na língua oficial do país a que se candidatam;
*b*) De comprovativo do aproveitamento obtido em testes realizados para concursos anteriores relativos à língua do país a que concorrem;
*c*) De comprovativo de frequência, com aproveitamento:
*i*) Do 7.º ano, alínea *b*), do antigo 3.º ciclo do ensino liceal, de acordo com a língua oficial do país a que se candidatam;
*ii*) Do 12.º ano, desde que a Língua Estrangeira I seja a língua oficial do país a que se candidatam;
*iii*) Do 2.º ano do antigo curso complementar dos liceus, desde que das disciplinas concluídas conste a língua estrangeira do país a que se candidatam.

1.3.2 — Ficam dispensados da apresentação do comprovativo do domínio da língua estrangeira:

*a*) Os candidatos que leccionem à data da abertura do concurso em país cuja língua oficial seja a mesma.

1.4 — Para além dos documentos acima referidos, os candidatos aos horários dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário devem fazer prova do grupo e nível de ensino em que se encontram profissionalizados, através de declaração emitida pelo estabelecimento de ensino onde realizaram o estágio, se titulares de habilitação profissional adquirida pelas licenciaturas em Ensino ou ramo de Formação Educacional.

1.5 — Os candidatos estrangeiros devem ainda apresentar:

1.5.1 — Comprovativo do domínio da língua portuguesa nos termos do n.º 4.5 do regulamento do ensino português no estrangeiro;

1.5.2 — Documento de autorização para o exercício de funções docentes em Portugal nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 289/91, de 10 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 396/99, de 13 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 73/2003, de 10 de Abril;

1.5.3 — Documento de autorização para o exercício de funções docentes em Portugal nos termos do disposto nos artigos 46.º e 47.º do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro;

1.5.4 — Documento relativo ao reconhecimento de habilitação própria, nos termos do n.º 3 do Despacho Normativo n.º 32/84, de 9 de Fevereiro, conjugado com as alíneas *b*) do n.º 1 do artigo 22.º do ECD para candidatos titulares de uma habilitação adquirida no estrangeiro.

2 — Não são considerados quaisquer documentos que sigam via de encaminhamento diferente do estabelecido no capítulo IV deste aviso.

**VI — Preferências**

1 — Os candidatos devem indicar as suas preferências por ordem de prioridades, por área consular, indicando os códigos dos horários a que pretendem candidatar-se.

2 — Os códigos dos horários constam do mapa anexo ao presente aviso.

3 — A cada horário corresponde um professor, que poderá leccionar em várias escolas de diferentes localidades, sendo que a localidade indicada em cada um dos horários deve ser considerada apenas como referência.

**VII — Motivos de exclusão do concurso**

1 — Serão excluídos do concurso os candidatos que:

1.1 — Não apresentem a sua candidatura dentro do prazo estabelecido;

1.2 — Entreguem a documentação referida no capítulo V deste aviso incompleta, fora dos prazos ou com um encaminhamento diferente do estabelecido no n.º 1 do capítulo IV do presente aviso;
1.3 — Apresentem o formulário de candidatura incompleto ou incorrectamente preenchido, de forma que impossibilite a sua correcta ordenação;
1.4 — Que não reúnam as condições definidas no capítulo II do presente aviso.

**VIII — Publicitação das listas provisórias de ordenação e de exclusão**

As listas provisórias de ordenação e de exclusão dos candidatos serão publicitadas mediante aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, e divulgadas na Internet nos *sites* da DGRHE (www.dgrhe.min-edu.pt) e do GAERI (www.gaeri.min-edu.pt) e nos consulados ou embaixada de Portugal a que o concurso respeita.

**IX — Reclamação dos dados constantes das listas provisórias**

1 — Das listas provisórias de ordenação e de exclusão cabe reclamação, a apresentar no prazo de cinco dias úteis a contar do 1.º dia útil seguinte ao da data de publicitação das mesmas.
2 — A não apresentação de reclamação no prazo legal, por parte dos candidatos, à lista provisória de ordenação e de exclusão equivale à aceitação tácita das mesmas.
3 — As desistências do concurso ou de parte das preferências manifestadas são admitidas, não sendo, porém, admitida qualquer outra alteração às preferências inicialmente manifestadas.
4 — A reclamação deverá ser apresentada em formato próprio, disponível no *site* da DGRHE (www.dgrhe.min-edu.pt), e seguindo o mesmo encaminhamento da candidatura.
5 — A decisão sobre as reclamações e desistências é da competência do director-geral dos Recursos Humanos da Educação, sendo os candidatos notificados por via postal do indeferimento das reclamações. As reclamações dos candidatos que não forem notificados consideram-se deferidas.

**X — Listas definitivas de ordenação e de colocação**

1 — Esgotado o prazo de apreciação das reclamações, a lista provisória converte-se em definitiva, com as alterações decorrentes das reclamações julgadas procedentes e das provenientes das desistências do concurso.
2 — Após homologação pelo director-geral dos Recursos Humanos da Educação, são publicitadas as listas definitivas de ordenação, exclusão e colocação mediante aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, e divulgadas nos *sites* da DGRHE (www.dgrhe.min-edu.pt) e do GAERI (www.gaeri.min-edu.pt) e nos consulados ou embaixadas de Portugal a que o concurso respeita.
3 — Estas listas de colocação constituem o único meio para comunicar aos interessados as respectivas colocações.
4 — Os candidatos colocados devem comunicar à coordenação de ensino respectiva, no prazo de quarenta e oito horas, correspondentes aos dois primeiros dias úteis seguintes a contar da data de publicitação da lista de colocação, a aceitação dessa colocação.
5 — Após verificação da aceitação nos termos referidos no número anterior, a DGRHE procederá à retirada da candidatura de todas as listas elaboradas para efeitos de contratação.
6 — Na ausência de aceitação no prazo acima referido, fica a colocação automaticamente sem efeito.
7 — As listas definitivas de ordenação mantêm-se válidas até à realização de novo concurso, podendo ser chamados, por ordem do seu posicionamento, candidatos que nela se mantenham, para preenchimento de horários libertos, que não incluam as substituições temporárias.
8 — Os candidatos que não pretendam manter-se na lista de ordenação para futuras colocações devem comunicar à DGRHE no prazo de três dias úteis a contar da data de publicitação da lista de colocações a anulação da sua candidatura.

**XI — Recurso hierárquico**

Das listas definitivas cabe recurso hierárquico, a interpor, no prazo de oito dias úteis, para o membro do governo competente, a contar do 1.º dia útil seguinte à sua publicitação.

**XII — Contrato e remuneração**

1 — O contrato administrativo de serviço docente é celebrado nos termos da Portaria n.º 367/98, de 29 de Junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1046/2004, de 16 de Agosto.
2 — As remunerações são as que constam do anexo do despacho conjunto n.º 659/99, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 184, de 9 de Agosto de 1999.

5 de Dezembro de 2005. — O Director-Geral, *Diogo Simões Pereira.*

**Africa do Sul — Horários para candidaturas**

| Localidade | Nível | Horas lectivas semanais | Área consular | Língua | Códigos dos horários |
|---|---|---|---|---|---|
| Pretória | 1.º CEB | 22 | Pretória | Inglês | 1PTA |
| Joanesburgo | 1.º CEB | 22 | Joanesburgo | Inglês | 1JOA |
| Joanesburgo | 1.º CEB | 20 | Joanesburgo | Inglês | 2JOA |
| Joanesburgo | 1.º CEB | 20 | Joanesburgo | Inglês | 3JOA |
| Welkom | 2.º e 3.º CEB | 20 | Joanesburgo | Inglês | 19JOA |
| Bloomfontein | 2.º e 3.º CEB | 20 | Joanesburgo | Inglês | 20JOA |
| Cidade do Cabo | 1.º CEB | 20 | Cabo | Inglês | 4CAB |
| Durban | 2.º e 3.º CEB | 22 | Durban | Inglês | 1DUR |

## Direcção Regional de Educação do Alentejo

### Agrupamento de Escolas de Castelo de Vide

**Aviso n.º 11 034/2005 (2.ª série).** — *Lista de pessoal docente.* — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento referente a 31 de Agosto de 2005.
Os docentes dispõem de 30 dias, a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

22 de Novembro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Manuela de Matos Branco Cavaleiro.*

## Direcção Regional de Educação do Algarve

### Agrupamento de Escolas do Parchal e Ferragudo

**Aviso n.º 11 035/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente e de acordo com a circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, e para os devidos efeitos, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala dos professores e dos serviços administrativos da escola sede deste Agrupamento a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 2005.
Os docentes dispõem de 30 dias, a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

9 de Novembro de 2005. — A Presidente da Comissão Provisória, *Ana Cristina Tiago Martins.*

## Direcção Regional de Educação do Centro

### Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva

**Aviso n.º 11 036/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os devidos efeitos, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento reportada a 31 de Agosto de 2005.
Os interessados dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso para apresentar reclamação junto do dirigente máximo

do serviço, de harmonia com o disposto nos artigos 96.º e 97.º do citado decreto-lei.

21 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Joaquim Leonardo Martins.*

### Agrupamento de Escolas de Aguiar da Beira

**Aviso n.º 11 037/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontram afixadas na sala de professores da Escola E. B. 2,3/S de Aguiar da Beira as listas de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento reportadas a 31 de Agosto de 2005.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

18 de Novembro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Augusta Meireles Gonçalves.*

### Agrupamento de Escolas A Lã e a Neve

**Aviso n.º 11 038/2005 (2.ª série).** — Avisa-se todo o pessoal docente do Agrupamento de Escolas A Lã e a Neve, Covilhã, de que, de acordo com o artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, se encontra afixada na sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente referente ao ano lectivo de 2004-2005.

Os interessados dispõem de 30 dias após a publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamarem, de acordo com o n.º 1 do artigo 96.º do supracitado decreto-lei.

8 de Novembro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Carina Duarte Franco.*

### Escola Secundária c/ 3.º Ciclo do Ensino Básico de Anadia

**Aviso n.º 11 039/2005 (2.ª série).** — *Lista de antiguidade*. — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada na sala de professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino com referência a 31 de Agosto de 2005.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

21 de Novembro de 2005. — Pelo Presidente do Conselho Executivo, *(Assinatura ilegível.)*

### Agrupamento Vertical de Escolas de Avanca

**Aviso n.º 11 040/2005 (2.ª série).** — Em cumprimento do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento Vertical de Escolas reportada a 31 de Agosto de 2005.

Os interessados dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

7 de Novembro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Elsa Maria Ferreira Moinheiro.*

### Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr.ª Maria Cândida

**Aviso n.º 11 041/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com a circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, faz-se público que se encontram afixadas na sala dos professores as listas de antiguidade do pessoal docente desta Escola com referência a 31 de Agosto de 2005.

Desta lista cabe reclamação, a apresentar ao dirigente máximo do serviço, no prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso, nos termos do artigo 96.º do citado decreto-lei.

18 de Novembro de 2005. — O Presidente da Comissão Executiva Provisória, *Fernando Manuel Cortez Rovira.*

### Escola Básica Integrada de Gualdim Pais

**Aviso n.º 11 042/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os devidos efeitos, torna-se público que se encontram afixadas na sala de professores desta Escola as listas de antiguidade do pessoal docente reportadas a 31 de Agosto de 2005.

Os professores dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

21 de Novembro de 2005. — Pela Presidente do Conselho Executivo, *(Assinatura ilegível.)*

### Escola Secundária de Nuno Álvares

**Aviso n.º 11 043/2005 (2.ª série).** — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente em serviço neste estabelecimento de ensino com referência a 31 de Agosto de 2005.

Da referida lista cabe reclamação a interpor à presidente do conselho executivo no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* conforme n.º 1 do artigo 96.º do referido decreto-lei.

7 de Novembro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Margarida Henriques de Sousa Baptista.*

### Agrupamento Vertical de Escolas de Vila Nova de Tazem

**Aviso n.º 11 044/2005 (2.ª série).** — De acordo com o disposto nos artigos 93.º e 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontram afixadas nos *placards* das salas de professores das respectivas escolas deste Agrupamento as listas de antiguidade do pessoal docente reportadas a 31 de Agosto de 2005.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

15 de Setembro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Carlos Achando.*

## Direcção Regional de Educação de Lisboa

### Agrupamento de Escolas de Caneças

**Aviso n.º 11 045/2005 (2.ª série).** — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontram afixadas no *placard* da sala de professores da sede deste Agrupamento de Escolas as listas de antiguidade do pessoal docente reportadas a 31 de Agosto de 2005.

Os interessados dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

26 de Outubro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *João Barroso Lopes.*

### Agrupamento de Escolas João de Deus

**Aviso n.º 11 046/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 132.º do ECD, torna-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores da escola sede deste Agrupamento a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 2005.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

4 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Rui Manuel Torrado Valente.*

### Escola Básica Maria Máxima Vaz

**Aviso n.º 11 047/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com a circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, torna-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino reportada a 31 de Agosto de 2005, para efeitos de aposentação e progressão na carreira. Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

22 de Novembro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Hortênsia Mendes.*

## Direcção Regional de Educação do Norte

### Escola Secundária de António Nobre

**Aviso n.º 11 048/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e da circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, avisa-se o pessoal docente desta Escola de que se encontra afixada na sala dos professores a lista de antiguidade do pessoal docente relativa a 31 de Agosto de 2005.

Da referida lista cabe reclamação, no prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República,* de harmonia com o estipulado no artigo 96.º do decreto-lei acima citado.

9 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *João Fernando Ferrão Filipe.*

### Escola ES/3 de Carvalhos

**Aviso n.º 11 049/2005 (2.ª série).** — Encontram-se afixadas no *placard* da sala dos professores as listas de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino com referência a 31 de Agosto de 2005, das quais cabe reclamação, a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso.

16 de Novembro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Albertina da Conceição Santos Rodrigues.*

### Escola ES/3 de Emídio Garcia

**Aviso n.º 11 050/2005 (2.ª série).** — Nos termos do ponto III do n.º 3 da circular n.º 30/98/DEGRE, de 3 de Novembro, e de acordo com o n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* de informação ao pessoal docente desta Escola a respectiva lista de antiguidade reportada a 31 de Agosto de 2005.

Os docentes dispõem de 30 dias, a contar da data da publicação do presente aviso, para apresentação de reclamação ao presidente do conselho executivo.

18 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Eduardo Manuel dos Santos.*

### Agrupamento de Escolas Gonçalo Pereira

**Aviso n.º 11 051/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* da sala dos professores da Escola EB 1 Gonçalo Pereira a lista de antiguidade do pessoal docente das diferentes unidades que integram o Agrupamento reportada a 31 de Agosto de 2005.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamações ao dirigente máximo do serviço, nos termos do artigo 96.º do citado diploma.

9 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Jardim.*

### Agrupamento Horizontal de Triana/Santegãos

**Aviso n.º 11 052/2005 (2.ª série).** — Em cumprimento do estabelecido no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e na circular n.º 30/98/DGRHE, de 3 de Novembro, torna-se público que se encontra afixada no *placard* dos Serviços Administrativos a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento Escolar reportada a 31 de Agosto de 2005.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

10 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Fernando António Boas Novas Ribeiro.*

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

**Acórdão n.º 426/2005/T. Const. — Processo n.º 487/2005.** — Acordam na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional:

1 — *Relatório.* — 1.1 — O Tribunal da Relação de Guimarães, por Acórdão de 23 de Março de 2004 (fls. 2568-2621), negando provimento aos recursos por eles interpostos, manteve as condenações, aplicadas em 1.ª instância, dos arguidos Avelino Araújo Alves, João Manuel Rodrigues e Lázaro Soares Rodrigues, como co-autores materiais de um crime de tráfico de estupefacientes agravado, previsto e punível pelos artigos 21.º, n.º 1, e 24.º, alíneas *b*) e *c*), do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, nas penas de 8, 9 e 7 anos de prisão, respectivamente, e, quanto aos dois primeiros, como autores de um crime de detenção ilegal de arma de defesa, previsto e punível pelo artigo 6.º da Lei n.º 22/97, de 27 de Junho, nas penas de 9 meses de prisão (em cúmulo jurídico com a anterior, na pena única de 8 anos e 4 meses de prisão) e de 100 dias de multa à taxa diária de € 4, também respectivamente.

Esse acórdão foi anulado pelo Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) de 17 de Junho de 2004 (fls. 2749-2778), para ampliação da matéria de facto restrita ao ponto assim enunciado:

«[. . .] a fundamentação de facto do acórdão recorrido, ao remeter em larga medida, por mera remissão genérica, para os 'documentos juntos aos autos', mormente as transcrições das escutas, acabou por omitir um dado essencial, a saber: tirando a única transcrição em que se diz que o juiz ouviu [previamente] a gravação, as demais ordens de transcrição dadas foram ou não precedidas da imprescindível escolha por aquele magistrado? E se não, foi, ao menos, tal selecção, objecto das transcrições, deferida [pelo juiz], ainda que por coadjuvação, solicitada ao órgão de polícia criminal, tal como o previsto no n.º 4 do artigo 188.º citado?

Da resposta a estas perguntas vai uma distância grande que pode oscilar — consoante as teses jurisprudenciais antagónicas em presença — entre a validade e a nulidade ou, mesmo, inexistência, deste meio de prova em que se baseia a deliberação recorrida.

Mas que não tendo sido dada na fundamentação do acórdão recorrido, coloca este sob a alçada dos artigos 374.º, n.º 2, e 379.º, alínea *a*), do Código de Processo Penal.»

1.2 — Na sequência desta anulação e após realização de audiência de julgamento (cf. acta a fl. 2815), o Tribunal da Relação de Guimarães proferiu o Acórdão de 18 de Outubro de 2004, no qual, apesar de julgar improcedentes todos os recursos, reformulou, por força da entrada em vigor da Lei n.º 11/2004, de 27 de Maio (cujo artigo 54.º alterou, em sentido mais favorável para os arguidos, a redacção do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro), as penas aplicadas aos arguidos Avelino Araújo Alves, João Manuel Rodrigues e Lázaro Soares Rodrigues, como co-autores materiais do aludido crime de tráfico de estupefacientes agravado, para 7 anos e 6 meses, 8 anos e 6 meses e 6 anos e 7 meses de prisão, respectivamente, mantendo, quanto aos dois primeiros arguidos, as condenações, como autores do referido crime de detenção ilegal de arma de defesa, nas penas de 9 meses de prisão (em cúmulo jurídico com a anterior pena, 7 anos e 10 meses de prisão) e de 100 dias de multa à taxa diária de € 4, também respectivamente. Nesse acórdão, a propósito da validade das escutas, o Tribunal da Relação de Guimarães consignou o seguinte, após transcrever os artigos 187.º e 188.º do Código de Processo Penal (CPP):

«Não temos como necessário fazer-se uma análise exaustiva destes preceitos, bastando-nos algumas notas genéricas e as pertinentes para o fim em causa, ou seja, demonstrar-se a bondade dos procedimentos policiais e judiciais do caso em apreço ou, pelo menos, que os actos respectivos não estão afectados de qualquer nulidade insanável.

Enquanto o artigo 187.º consagra a admissibilidade da intercepção e gravação de conversações ou comunicações telefónicas, para valerem como meio de prova, desde que ordenadas ou autorizadas por despacho judicial e relativamente aos crimes taxativamente enunciados,

o artigo 188.º estabelece as formalidades a que estão sujeitos os actos de intercepção e de gravação.

Estes normativos estabelecem um regime de autorização e de controlo judicial e o 'sistema de catálogo', em consonância com o disposto no artigo 34.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, segundo o qual o domicílio e o sigilo da correspondência e dos outros meios de comunicação privada são invioláveis, bem como com o disposto no n.º 4, que consagra que é proibida toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência, nas telecomunicações e nos demais meios de comunicação social, salvo os casos previstos na lei em matéria de processo penal.

Do referido preceito constitucional se retira que só em matéria de processo penal é admissível a limitação do direito fundamental relativo ao sigilo da correspondência e telecomunicações pelas autoridades judiciais, corporizando os artigos 187.º a 190.º do CPP precisamente a excepção indicada no segmento final do comando constitucional.

Como sublinha Costa Andrade (*Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal,* Coimbra, 1992, p. 286), o teor particularmente drástico da ameaça representada pela escuta telefónica explica que a lei tenha procurado rodear a sua utilização das maiores cautelas. Daí que a sua admissibilidade esteja dependente do conjunto de exigentes pressupostos materiais e formais previstos nos artigos 187.º e seguintes da lei processual portuguesa.

O legislador procurou, assim, inscrever o regime das escutas telefónicas sobre a exigente ponderação de bens: por um lado, os sacrifícios ou perigos que a escuta telefónica traz consigo e, por outro lado, os interesses mais relevantes da perseguição penal.

Nesta ordem de ideias, a imediação entre o juiz e a recolha de provas através da escuta telefónica aparece como o meio que melhor garante que uma medida com tão específicas características se contenha nas apertadas margens fixadas no texto constitucional.

Só que, apesar da singeleza dos textos legais e da clara definição de princípios, a nossa jurisprudência tem sido em grande parte determinada por interpretações que apenas satisfazem interesses de recurso e confundida sobre a leitura integral daqueles princípios.

Nos termos do artigo 189.º, todos os requisitos e condições referidos nos artigos 187.º e 188.º são estabelecidos sob pena de *nulidade.*

As nulidades *insanáveis* são as que, taxativamente, são definidas nas alíneas *a*) a *f*) do artigo 119.º, além das que *como tal* forem cominadas em outras disposições legais.

Ora, ao estabelecer o regime que estabeleceu no artigo 189.º, isto é, sem qualquer adjectivação, o legislador deixou a possibilidade de, nesta matéria, as nulidades serem enquadradas como *insanáveis* se houver violação das regras materiais de recolha de prova e as outras, as que derivam de meros aspectos formais, como dependentes de arguição ou meras irregularidades. Se o legislador — que se deu ao trabalho de, em artigo próprio, esclarecer que a violação daqueles requisitos e condições eram estabelecidos sob pena de nulidade quisesse que toda e qualquer violação fosse considerada nulidade *insanável,* tinha-as qualificado *como tal.*

O acto solene que põe em causa os direitos constitucionais tão delicados como aqueles é o da autorização, compreendendo-se, pois, que a sua irregularidade afecte irremediavelmente a sua validade.

Os demais actos, de audição, selecção e transcrição já nada têm a ver com os direitos dos visados e apenas se destinam a garantir confidencialidade, através de mecanismos apertados, nomeadamente a não exposição a outras pessoas que não sejam o próprio juiz e os agentes do órgão de polícia criminal que efectue a escuta.

A operacionalidade desses mecanismos não vem estritamente definida e a prática aconselha a que, as mais das vezes, seja o órgão de polícia criminal quem previamente elabora um resumo das escutas, submetendo-o ao juiz, sem que com isso se viole qualquer regra.

Por um lado, alguém daquele órgão tem acesso imediato ao conteúdo das conversas e, por outro, esse resumo (que também se justifica por evidentes e pesadas razões de economia processual) é controlado por decisão judicial que chancela a escolha que foi feita de acordo com os critérios de quem investiga, em especial os que resultam da conjugação de todos os elementos que interessam e que só o 'instinto policial' deve orientar.

Este procedimento corrente, além de, como já se frisou, não violar nenhum direito dos visados, está legalmente autorizado no n.º 2 do artigo 188.º, sendo preciso compreender-se a elevada complexidade dos factos a investigar e mal se aceitando que fosse um juiz, sozinho, a ouvir o conteúdo das escutas e a seleccionar o que interessava ou não para o caso. E, ao mandar proceder à transcrição daquilo que lhe foi sugerido como relevante e à destruição do que é impertinente, o juiz está, afinal, a aceitar a coadjuvação do órgão de polícia criminal que ele próprio poderia expressamente solicitar.

No caso dos autos, os mapas de fl. 1 a fl. 2 do apenso n.º 2, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, condensam com perfeição todos os actos e prazos que garantem, do ponto de vista substancial, a validade plena das escutas em causa.

Por seu lado, os autos que documentam os prévios resumos elaborados pela Polícia Judiciária (cf. a coluna 'Auto fim' do mapa a fl. 2) e os despachos judiciais que sobre eles recaíram não mostram qualquer irregularidade, estando plenamente garantido o escopo a atingir, com a particularidade de *todos* os suportes em papel e informáticos serem *levados em mão* ao juiz por inspectores da Polícia Judiciária, conforme despachos expressos do seu director.

Nesta conformidade, embora se conclua dos teores respectivos que, no caso das ordens de transcrição contidas nos despachos a fls. 146 v.º, 178 v.º, 200 v.º, 213 e 404, houve prévia audição das escutas pelos JIC e que o mesmo não se pode concluir no que concerne aos despachos a fls. 246, 288 e 589, ponto assente é que em caso algum houve violação de quaisquer direitos, quiçá nestes últimos casos, uma vez que foi sempre o juiz quem avaliou do interesse das passagens relevantes a transcrever, ainda que de encontro às sugestões da Polícia Judiciária e do Ministério Público.»

1.3 — Nos recursos que interpuseram desse acórdão para o STJ, os ora recorrentes suscitaram questões de inconstitucionalidade relativas à validade das escutas nos termos sintetizados nas seguintes conclusões das respectivas motivações:

*A*) O recorrente Avelino Araújo Alves:

«4 — O douto acórdão julgou válidas as escutas telefónicas a que se procedeu no âmbito do presente processo, considerando que:

O juiz não está obrigado a ouvir as gravações antes de ordenar a respectiva transcrição;
No caso concreto, o juiz *chancelou* a selecção feita pela Polícia Judiciária do material gravado a transcrever;
O juiz *poderia expressamente solicitar a coadjuvação da Polícia Judiciária,* mas não o fez;
No que diz respeito aos despachos a fls. 246, 288 e 589, o JIC não procedeu à prévia audição das escutas;
No que diz respeito aos demais despachos, o JIC procedeu à prévia audição das escutas;
Em todos os casos, foi sempre o juiz quem avaliou do interesse das passagens relevantes a transcrever.

5 — Tal decisão não pode manter-se, desde logo devido à falta de 'indicação e exame crítico das provas que serviram para formar a convicção do tribunal' quanto aos factos à audição e selecção das escutas, provas essas que não podem ser, nem são, os despachos em si próprios.

6 — O douto acórdão em mérito ofende a regra imposta pelo artigo 374.º, n.º 2, e está ferido de nulidade — artigo 379.º, n.º 1, alínea *a*).

7 — A não ser assim, é flagrante que existe contradição entre a decisão e os respectivos fundamentos, estes a sublinharem que o JIC não está obrigado a ouvir as gravações, nem a proceder à prévia selecção das escutas a transcrever, nem a pedir a coadjuvação para este efeito dos órgãos de polícia criminal, apesar de o poder fazer, e que, no caso vertente, houve apenas 'prévios resumos elaborados pela Polícia Judiciária', sem nenhuma solicitação prévia do juiz, aquela a considerar que, apesar disso, 'houve prévia audição das escutas'.

8 — Esta contradição resulta do próprio texto da decisão impugnada e configura o vício previsto na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 410.º

9 — No mínimo, está-se perante um erro notório na apreciação da prova, que também resulta do texto da decisão e integra o vício da alínea *c*) do mesmo n.º 2.

10 — Ainda que assim não fosse, o certo é que o douto acórdão reconhece que as escutas a que se reportam os despachos a fls. 246, 288 e 589 não foram precedidas de prévia audição e controlo pelo JIC.

11 — Pelo menos quanto a estas, deveria o Tribunal ter declarado a respectiva nulidade.

12 — Com efeito, a transcrição das escutas telefónicas sem a sua prévia audição pelo JIC e sem despacho que declare a conveniência de coadjuvação do órgão de polícia criminal para esse efeito, e ainda o facto de, como ocorreu no caso vertente, o JIC não ter tido *imediato* conhecimento do conteúdo das gravações, importam a nulidade insuprível deste meio de prova, ou mesmo *inexistência,* por ofensa do disposto no artigo 188.º, n.ºs 1, 3 e 4, e no artigo 126.º, n.ºs 1 e 3 — cf. artigo 189.º

13 — A interpretar-se estes preceitos de modo diverso, julgando válidas as escutas processadas neste contexto, seriam os mesmos, assim interpretados, inconstitucionais, por ofensa do disposto no artigo 32.º, n.º 8, da CRP.»;

*B*) O recorrente João Manuel Rodrigues:

«1 — A intercepção e gravação de comunicações dependem de autorização judicial (artigo 187.º, n.º 1, do CPP), daquelas devendo ser lavrado auto que, juntamente com o suporte da gravação, serão levados àquele juiz (artigo 188.º, n.º 1, do CPP), que, *após* respectiva audição e análise do seu interesse probatório, *ordenará a sua transcrição em auto* ou, inversamente, a respectiva destruição (n.º 3); nesta última função podendo requerer a coadjuvação por órgão de polícia criminal (n.º 4).

2 — É o controlo judicial na realização da obtenção daquele meio de prova — intercepções telefónicas — o garante da sua legalidade.

3 — No caso *sub judice,* a Polícia Judiciária — órgão de polícia criminal a quem havia sido cometida a investigação — substituiu-se ao magistrado judicial competente na escolha das conversas telefónicas que, *sozinha,* considerou revestidas de pertinência probatória e, *sem prévio despacho judicial,* procedeu à respectiva transcrição em auto, só após o que as submeteu à apreciação do juiz.

4 — Ou seja, o JIC que ordenou as intercepções telefónicas *não* procedeu à audição dos suportes magnéticos que as continham, *não* procedeu à selecção dos trechos considerados com relevância probatória, e *não* ordenou a respectiva transcrição em auto.

5 — Na esteira do entendimento defendido no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 17 de Janeiro de 2001, não resultando documentado que a realização do meio de prova intercepções telefónicas tenha sido alvo de um rigoroso e efectivo controlo judicial nos presentes autos, que é o garante da sua legalidade, *impõe-se concluir que as intercepções telefónicas são absoluta e inegavelmente nulas,* porquanto na sua realização foi o Tribunal demitido de efectivar o controlo da sua legalidade; entendimento perfilhado pela M.ma Juíza Desembargadora-Adjunta do Tribunal da Relação de Guimarães, Dr.ª Maria Augusta, com voto de vencido no acórdão recorrido.

6 — As intercepções telefónicas realizadas com inobservância do disposto nos artigos 187.º e 188.º do CPP, como tal nulas nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 126.º do mesmo diploma legal, directa, radical e inelutavelmente colidem com o direito à inviolabilidade das comunicações, uma vez que realizadas à revelia dos pressupostos que permitem a restrição de direitos constitucionais.

7 — Pelo que a ilegalidade decorrente da violação dos artigos 187.º e 188.º do CPP consubstancia, simultânea e incontornavelmente, a violação directa dos artigos 26.º, n.º 1, e 34.º, n.º 4, da Constituição da República Portuguesa, cominada com nulidade, nos termos do seu artigo 32.º, n.º 6.

8 — 'As nulidades resultantes da produção de prova proibida são sempre de conhecimento oficioso até ao trânsito da decisão final', expressamente se invocando aqui a nulidade de todas as intercepções telefónicas constantes dos autos cuja validação decorreu sem a necessária audição prévia por magistrado judicial, ou seja, por manifesta ausência de controlo judicial.

9 — Termos em que deverá o acórdão recorrido ser revogado por valoração de prova proibida e nula.

10 — Mais devendo ser declarada inconstitucional a interpretação daquele Tribunal da Relação de Guimarães segundo a qual o incumprimento dos requisitos e violação das formalidades legais na realização do meio de obtenção de prova 'escutas telefónicas' previstos nos artigos 187.º e 189.º do Código de Processo Penal consubstanciam nulidades sanáveis, por frontalmente violadora do disposto no artigo 34.º, n.º 4, e 32.º, n.º 6, da Constituição da República Portuguesa.»;

*C*) O recorrente Lázaro Soares Rodrigues:

«16.º Além dessa falta de fundamentação, a Relação cometeu um erro notório na apreciação da prova, incorrendo no vício previsto no artigo 410.º, n.º 2, alínea *c*), do CPP, pois, com excepção do despacho a fl. 200 v.º, em nenhum dos restantes (fls. 146 v.º, 178 v.º, 213 e 404), tal como nos a fls. 246, 288 e 586, é referido que o JIC ouviu as escutas, como aliás este Tribunal já constatou no acórdão anterior.

17.º O teor dos despachos, com excepção do a fl. 200, em que a Relação conclui que houve audição prévia das escutas e nos que conclui que não houve é o mesmo, não se percebendo como é que se chega a conclusões diversas a partir de textos semelhantes ou iguais, incorrendo aqui igualmente a Relação no vício previsto no artigo 410.º, n.º 2, alínea *b*).

18.º O despacho de transcrição a fl. 213 não existe nos autos, pois o que se encontra a fl. 213 é uma simples comunicação entre departamentos da PJ, que nada tem a ver com 'despacho de transcrição', e o despacho a fl. 404 não é de transcrição, mas sim ordena a destruição, não resultando, contudo, que, mesmo assim, o JIC o tenha ouvido previamente, incorrendo também aqui a Relação em erro notório na apreciação da prova [artigo 410.º, n.º 2, alínea *c*), do CPP].

19.º Não houve qualquer controlo jurisdicional das escutas. De facto, com excepção do despacho a fl. 200 v.º, não existe qualquer auto ou escrito demonstrando terem sido as gravações ouvidas, seleccionadas e mandadas transcrever por um magistrado judicial; e bem assim não existe evidência da apresentação em juízo das fitas magnéticas, mas tão-somente das suas alegadas transcrições.

20.º Quem seleccionou e ouviu previamente as escutas telefónicas foi o órgão de polícia criminal, limitando-se o JIC a acreditar nas sugestões da PJ, ordenando a sua transcrição sem as ouvir e seleccionar previamente.

21.º Tais procedimentos e omissões violam o preceituado na lei. E designadamente o disposto no artigo 188.º, n.os 3 e 1, do CPP, acarretando nulidade absoluta e ou inexistência por constituir método proibido de prova; do mesmo passo se desrespeita o artigo 32.º, n.os 8 e 4, da Constituição; são ofendidas as regras da competência exclusiva dos tribunais [artigos 269.º, n.º 1, alíneas *e*) e *d*), 187.º, 190.º e 188.º, n.os 1 e 3, do CPP], invasão que constitui nulidade insanável [artigo 119.º, alínea *e*), do CPP]; foi infringido o artigo 188.º, n.º 1, também porque ocorreu excessivo lapso de tempo entre a escuta e a sua transcrição.

22.º A nulidade resultante da violação de proibições de prova é insanável, devendo ser julgada inconstitucional qualquer interpretação dos artigos 187.º e 188.º, n.os 1 e 3, do CPP que conclua ser *sanável* tal nulidade, dependente de arguição, por violação dos citados preceitos da Constituição da República.»

1.4 — Por Acórdão de 17 de Março de 2005, o STJ reduziu as penas aplicadas aos referidos arguidos, pelo crime de tráfico de estupefacientes, para, respectivamente, 6 anos e 6 meses, 7 anos e 6 meses e 5 anos e 8 meses de prisão (passando para 6 anos e 9 meses a pena única aplicada ao primeiro). Sobre a questão da validade das escutas telefónicas, o STJ expendeu o seguinte:

«Suscitam os recorrentes a existência de nulidades e de vícios da decisão recorrida.

Aquelas consistem no não cumprimento das formalidades previstas nos artigos 187.º e 188.º do Código de Processo Penal e da falta de indicação e exame crítico das provas que serviram para formar a convicção do tribunal.

Por seu lado, os vícios apontados são a contradição entre a decisão e os respectivos fundamentos e o erro notório na apreciação da prova.

Embora os recorrentes tenham alegado a existência da violação do disposto nos artigos 187.º e 188.º do CPP, o certo é que o primeiro desses artigos apenas se refere à necessidade de autorização judicial para as escutas telefónicas e aos casos em que estas são admissíveis.

Ora, não se põe em dúvida que as escutas efectuadas referentes ao presente processo foram devidamente autorizadas e eram admissíveis [artigo 187.º, n.º 1, alínea *a*), do CPP].

O que os recorrentes alegam como constituindo nulidade é a falta do cumprimento das normas previstas no artigo 188.º do CPP, nomeadamente a escolha e a transcrição das conversas telefónicas pela Polícia Judiciária e não pelo juiz de instrução.

O Acórdão deste Supremo Tribunal de 17 de Junho de 2004 ordenou a ampliação da matéria de facto referente à escolha e transcrição das escutas telefónicas, visando apenas se foi dado ou não cumprimento ao disposto no n.º 3 do citado artigo 188.º do CPP.

O acórdão recorrido, sobre essa matéria, regista o seguinte:

"No caso dos autos, os mapas a fl. 1 a fl. 2 do apenso n.º 2, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, condensam com perfeição todos os actos e prazos que garantem, do ponto de vista substancial, a validade plena das escutas em causa.

Por seu lado, os autos que documentam os prévios resumos elaborados pela Polícia Judiciária (cf. a coluna 'Auto fim' do mapa a fl. 2) e os despachos judiciais que sobre eles recaíram não mostram qualquer irregularidade, estando plenamente garantido o escopo a atingir, com a particularidade de *todos* os suportes em papel e informáticos serem *levados em mão* ao juiz por inspectores da Polícia Judiciária conforme despachos expressos do seu director.

Nesta conformidade, embora se conclua dos teores respectivos que, no caso das ordens de transcrição contidas nos despachos a fls. 146 v.º, 178 v.º, 200 v.º, 213 e 404, houve prévia audição das escutas pelos JIC e que o mesmo não se pode concluir no que concerne aos despachos a fls. 246, 288 e 589, ponto assente é que em caso algum houve violação de quaisquer direitos, quiçá nestes últimos casos, uma vez que foi sempre o juiz quem avaliou do interesse das passagens

relevantes a transcrever, ainda que de encontro às sugestões da Polícia Judiciária e do Ministério Público.''

O Tribunal recorrido deu, assim, como provado que todas as transcrições dos elementos colhidos nas escutas telefónicas foram ordenadas pelo juiz após prévia escolha sua, umas vezes por audição pessoal e outras vezes (a que se referem os despachos a fls. 246, 288 e 589) pela leitura dos textos reproduzidos que lhe foram apresentados pela Polícia Judiciária, ou seja, recorrendo à cooperação desta Polícia como é autorizado pelo n.º 4 do citado artigo 188.º

O recorrente Araújo Alves sustenta que o acórdão recorrido, ao julgar válidas as escutas telefónicas não procedeu 'à indicação e exame crítico das provas que serviram para formar a convicção do Tribunal (no que toca) à audição e selecção das escutas, provas essas que não podem ser, nem são, os despachos em si próprios', o que violaria o disposto no artigo 374.º, n.º 2, e constituiria a nulidade do artigo 379.º, n.º 1, alínea *a*), do CPP.

Porém, aqueles requisitos exigidos pelo artigo 374.º, n.º 2, do CPP visam a matéria de facto dada por provada na sentença e não as decisões relativas às nulidades invocadas.

Ao decidir a questão da validade das escutas telefónicas, o Tribunal recorrido tinha o dever de fundamentar as suas conclusões, bastando para tanto indicar os meios de prova em que se baseou.

Deste modo, não se verifica a existência das invocadas nulidades previstas no artigo 189.º do CPP ou no artigo 379.º, n.º 1, alínea *a*), do mesmo diploma.»

O arguido Lázaro Soares Rodrigues arguiu a nulidade desse acórdão, por omissão de pronúncia (fls. 3133-3136), o que foi indeferido por Acórdão de 5 de Maio de 2005 (fls. 3171-3173).

1.5 — Os referidos três arguidos interpuseram recursos para o Tribunal Constitucional:

1.º O arguido Avelino Araújo Alves (cf. requerimento a fl. 3137), ao abrigo do artigo 70.º, n.º 1, alínea *b*), da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, aprovada pela Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro, e alterada, por último, pela Lei n.º 13-A/98, de 26 de Fevereiro (LTC), contra o Acórdão do STJ de 17 de Março de 2005, pretendendo ver apreciada a inconstitucionalidade, por violação do disposto no artigo 32.º, n.º 8, da Constituição da República Portuguesa (CRP), da norma contida nos artigos 126.º, n.os 1 e 3, e 188.º, n.os 1, 3 e 4, do Código de Processo Penal (CPP), «na interpretação adoptada que considera desnecessária a prévia audição das escutas telefónicas pelo JIC e a prolação de despacho que declare a conveniência de coadjuvação do órgão de polícia criminal para esse efeito e, bem assim, que considera válidas as escutas sem que o conteúdo das respectivas gravações tenha sido levado de imediato ao conhecimento do JIC», questões de inconstitucionalidade estas que teriam sido suscitadas na motivação do recurso interposto para o STJ;

2.º O arguido João Manuel Rodrigues (cf. requerimentos a fls. 3144-3146 e 3152-3153-A, com esclarecimentos a fls. 3201-3205), ao abrigo das alíneas *b*) e *g*) do n.º 1 do artigo 70.º da LTC:

*A*) Contra o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 18 de Outubro de 2004, pretendendo ver apreciada a inconstitucionalidade, por violação dos artigos 34.º, n.os 1 e 4, e 32.º, n.os 1 e 8, da CRP, da norma do artigo 188.º, n.os 1, 3 e 4, do CPP, interpretada «com o sentido de que, não obstante não ter sido o juiz a previamente ouvir as escutas (despachos a fls. 246, 288 e 589), não houve violação de quaisquer direitos, até porque recorreu-se à cooperação da polícia», questão de inconstitucionalidade que teria sido suscitada na motivação e conclusões do recurso interposto do acórdão final da 1.ª instância, e interpretação normativa esta já julgada inconstitucional pelos Acórdãos n.os 407/97, 347/2001 e 379/2004 do Tribunal Constitucional;

*B*) Contra o já referido Acórdão do STJ de 17 de Março de 2005, pretendendo ver apreciada a inconstitucionalidade, por violação dos artigos 34.º, n.os 1 e 4, e 32.º, n.os 1 e 8, da CRP, da norma do artigo 188.º, n.os 1, 3 e 4, do CPP, interpretada «com o sentido de que a cooperação policial (neste caso pelo resumo de algumas conversas gravadas elaborado pela PJ), não obstante não ter sido o juiz a previamente ouvir as escutas (despachos a fls. 246, 288 e 589), prevista no n.º 4 do artigo 188.º do CPP, pode substituir a competência exclusiva do JIC (artigo 188.º, n.os 1 e 3, do CPP) em tomar conhecimento do conteúdo gravado, antes de ordenar a prorrogação, transcrição ou o cancelamento de uma intercepção telefónica», questão de inconstitucionalidade que teria sido suscitada na motivação e conclusões do recurso interposto do acórdão da Relação, e interpretação normativa esta já julgada inconstitucional pelos Acórdãos n.os 407/97, 347/2001 e 379/2004 do Tribunal Constitucional;

3.º O arguido Lázaro Soares Rodrigues (cf. requerimento a fl. 3179, com esclarecimentos a fls. 3199-3200), ao abrigo da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 70.º da LTC:

*A*) Contra o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 23 de Março de 2004, pretendendo ver apreciada a inconstitucionalidade:

*i*) Da interpretação dos artigos 187.º e 188.º, n.os 1 e 3, do CPP, «que considera ser sanável a nulidade, dependente de arguição», por violação do artigo 32.º, n.os 4 e 8, da CRP, questão de inconstitucionalidade que teria sido suscitada «nas conclusões 15.ª e 16.ª das alegações de recurso, apresentadas em 13 de Abril de 2004»;

*ii*) Da interpretação do artigo 127.º do CPP, «no sentido de o julgador poder livremente dar como provados factos delituosos a que ninguém assistiu ou diz ter assistido ou que não tenham sido discutidos em audiência», por violação do artigo 32.º, n.º 2, da CRP, questão de inconstitucionalidade que teria sido suscitada «nas conclusões 17.ª a 20.ª das alegações de recurso, apresentadas em 13 de Abril de 2004»;

*B*) Contra o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 18 de Outubro de 2004, pretendendo ver apreciada a inconstitucionalidade:

*i*) Da interpretação dos artigos 187.º e 188.º, n.os 1 e 3, do CPP, «que considera ser sanável a nulidade, dependente de arguição», por violação do artigo 32.º, n.os 4 e 8, da CRP, questão de inconstitucionalidade que teria sido suscitada «nas conclusões 21.ª, 22.ª e 23.ª das alegações de recurso, apresentadas em 8 de Novembro de 2004»;

*ii*) Da interpretação do artigo 127.º do CPP, «no sentido de o julgador poder livremente dar como provados factos delituosos a que ninguém assistiu ou diz ter assistido ou que não tenham sido discutidos em audiência», por violação do artigo 32.º, n.º 2, da CRP, questão de inconstitucionalidade que teria sido suscitada «nas conclusões 25.ª e 26.ª das alegações de recurso, apresentadas em 8 de Novembro de 2004»;

*C*) Contra o já referido Acórdão do STJ de 17 de Março de 2005, porquanto «faz uma errada interpretação dos artigos 127.º, 187.º e 188.º, todos do Código de Processo Penal, subscrevendo na prática a mesma interpretação das instâncias, violando, assim, o disposto no artigo 32.º, n.os 2, 4 e 8, da CRP, sendo válid[o] também relativamente a este acórdão tudo quanto se alegou e concluiu na motivação dos recursos supramencionados».

1.6 — Por despacho do relator no Tribunal Constitucional de 4 de Julho de 2005 (fls. 3207 a 3224), após descrição das vicissitudes processuais relevantes, consignou-se:

«3 — Considerando que o recurso previsto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 70.º da LTC tem como requisitos ter a decisão recorrida feito aplicação, como *ratio decidendi,* de norma ou interpretação normativa cuja inconstitucionalidade fora suscitada pelo recorrente, de modo processualmente adequado, perante o tribunal que proferiu a decisão recorrida, em termos de este estar obrigado a conhecer dessa questão de constitucionalidade, parece sustentável, face às transcrições feitas, que o objecto do presente recurso, no que concerne às escutas telefónicas, se cinge à *questão da inconstitucionalidade da norma do artigo 188.º, n.os 1, 3 e 4, do CPP, interpretado no sentido de que são válidas (ou, pelo menos, não são insanavelmente nulas) as provas obtidas por escutas telefónicas cuja transcrição foi, em parte, determinada pelo juiz de instrução, não com base em prévia audição pessoal das mesmas, mas por leitura de textos contendo a sua reprodução, que lhe foram espontaneamente apresentados pela Polícia Judiciária.*

Por outro lado, surge também como sustentável não ser admissível recurso dos Acórdãos do Tribunal da Relação de Guimarães de 23 de Março de 2004 e de 18 de Outubro de 2004, o primeiro por ter sido anulado pelo Acórdão do STJ de 17 de Junho de 2004, e o segundo por ter sido substituído pelo Acórdão do STJ de 17 de Março de 2005.

Quanto à questão de inconstitucionalidade relacionada com o artigo 127.º do CPP, também se afigura plausível que se venha a entender não ter sido adequadamente suscitada, a esse propósito, pelo recorrente Lázaro Soares Rodrigues, qualquer questão de inconstitucionalidade normativa (mas antes de inconstitucionalidade de decisão judicial, em si mesma considerada), nem terem as decisões recorridas aplicado, como *ratio decidendi,* a dimensão normativa identificada no complemento ao requerimento de interposição de recurso, a saber: 'no sentido de o julgador poder livremente dar como provados factos

delituosos a que ninguém assistiu ou diz ter assistido ou que não tenham sido discutidos em audiência'.

Finalmente, quanto ao recurso interposto ao abrigo da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 70.º da LTC, pode vir a entender-se inexistir coincidência entre as dimensões normativas julgadas inconstitucionais nos Acórdãos n.os 407/97, 347/2001 e 379/2004 e a específica dimensão normativa em causa nestes autos.

4 — Nestes termos, fixa-se em 10 dias o prazo para apresentação de alegações (artigos 79.º, n.º 2, e 43.º, n.º 3, da LTC), devendo nelas recorrentes e recorrido pronunciar-se, querendo, sobre as seguintes questões, atendendo ao exposto no número precedente:

Todos, sobre a delimitação do objecto do recurso, na parte relativa às escutas telefónicas, atrás enunciada;

O recorrente João Manuel Rodrigues, sobre a eventualidade de não se conhecer do recurso tendo por objecto o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 18 de Outubro de 2004 nem do recurso interposto com base na alínea *g*) do n.º 1 do artigo 70.º da LTC; e

O recorrente Lázaro Soares Rodrigues, sobre a eventualidade de não se conhecer dos recursos tendo por objecto os Acórdãos do Tribunal da Relação de Guimarães de 23 de Março de 2004 e de 18 de Outubro de 2004 nem da questão de inconstitucionalidade reportada ao artigo 127.º do CPP.»

1.7 — O recorrente Avelino Araújo Alves apresentou alegações, no termo das quais formulou as seguintes conclusões:

«1 — A norma do artigo 188.º, n.os 1, 3 e 4, do CPP, interpretada no sentido de que são válidas (ou, pelo menos, não são insanavelmente nulas) as provas obtidas por escutas telefónicas cuja transcrição foi, em parte, determinada pelo juiz de instrução, não com base em prévia audição pessoal das mesmas, mas por leitura de textos contendo a sua reprodução, que lhe foram espontaneamente apresentados pela Polícia Judiciária, é inconstitucional por violação do disposto no n.º 8 do artigo 32.º e no n.º 4 do artigo 34.º da CRP;

2 — Porquanto a audição das escutas é o único meio de assegurar a imediação entre o juiz e a recolha de provas através deste meio, de garantir que a restrição nele implicada à liberdade e sigilo das telecomunicações se contém dentro do estritamente indispensável aos fins do processo penal e de assegurar o efectivo e permanente acompanhamento das escutas pelo juiz que as ordenou.»

1.8 — O recorrente João Manuel Rodrigues alegou, concluindo:

«1 — O douto Supremo Tribunal de Justiça interpretou a norma contida no artigo 188.º, n.os 1, 3 e 4, do CPP com o sentido de que as intercepções telefónicas são válidas, mesmo quando a sua transcrição foi, em parte, determinada pelo juiz de instrução, não com base em prévia audição pessoal das mesmas, mas por leitura de textos contendo a sua reprodução, que lhe foram espontaneamente apresentados pela Polícia Judiciária.

2 — Interpretou aquela norma com o sentido de que são válidas as provas obtidas por via de uma escuta telefónica, mesmo quando as intercepções não sejam ouvidas pelo juiz, a fim de este avaliar da necessidade ou não da continuação da intercepção e em consequência ordenar as transcrições com relevo para os autos e a destruição das que se mostrem sem interesse.

3 — A escuta telefónica envolve sempre uma intromissão na área dos direitos fundamentais dos cidadãos, devendo, em consequência, o julgador interpretar restritivamente as normas relativas a este meio de obtenção de prova.

4 — Foi esta a interpretação que foi sufragada pelo douto acórdão proferido pelo Tribunal Constitucional — [Acórdão n.º] 407/97, de 21 de Maio de 1997, e ainda pelos Acórdãos n.os 347/2001, de 10 de Julho, e 379/2004, de 1 de Junho.

5 — No mesmo sentido, o recente Acórdão da Relação de Lisboa proferido em 29 de Junho de 2005 pela sua 3.ª Secção, no processo n.º 5607/2005.

6 — Foi também assim que decidiu o Supremo Tribunal de Justiça no processo n.º 1145/98, da 5.ª Secção.

7 — Pois as intercepções são nulas porquanto o critério de selecção das transcrições foi da autoria da Polícia Judiciária enquanto que a lei impunha que fosse o juiz que, depois de ouvir todas as sessões apresentadas, ordenasse a transcrição das que entendesse relevantes.

8 — Resulta assim claro que a interpretação dada pelo Supremo Tribunal de Justiça à norma constante no preceituado no disposto no artigo 188.º, n.os 1, 3 e 4, do CPP é inconstitucional, por violação do disposto nos artigos 32.º, n.os 1 e 8, e 34.º, n.os 1 e 4, da CRP.

9 — E, sendo assim, como consequência deverá a referida norma, segundo aquela interpretação, ser declarada inconstitucional e em consequência declararem-se inválidos todos os actos que dependeram das intercepções telefónicas realizadas, conforme artigos 122.º e 189.º do CPP.»

1.9 — O recorrente Lázaro Soares Rodrigues apresentou alegações, no termo das quais formulou as seguintes conclusões:

«*A*) É inconstitucional o artigo 188.º, n.os 1, 3 e 4 [do CPP], por violação do artigo 32.º, n.os 4 e 8, da Constituição, se interpretado no sentido de que são válidas (ou pelo menos, não insanáveis) as provas obtidas por escutas telefónicas cuja transcrição foi, em parte, determinada pelo juiz de instrução, não com base em prévia audição pessoal das mesmas, mas por leitura de textos contendo a sua reprodução, que lhe foram espontaneamente apresentados pela Polícia Judiciária.

*B*) Com efeito, verifica-se, no caso concreto, que grande parte das transcrições foi ordenada não com base na prévia audição pessoal do JIC, mas por leitura dos textos contendo a sua reprodução que foram apresentados ao juiz de instrução pela Policia Judiciária, o que consubstancia uma clara violação do preceituado legal relativo às escutas telefónicas e prescrito no artigo 188.º, n.os 1, 3 e 4, do Código de Processo Penal.

*C*) A coadjuvação a que alude o n.º 4 do artigo 188.º do CPP não pressupõe uma actividade autónoma por parte do órgão de polícia criminal, ou outra autoridade judiciária, sem ser o juiz, na valoração do que é relevante para investigação na recolha dos elementos probatórios das escutas telefónicas.

*D*) De outra forma estar-se-ia a atribuir a outro órgão, que não o juiz, cuja intervenção constitui uma garantia de que a compressão dos direitos fundamentais afectados pela escuta telefónica se situe nos apertados limites aceitáveis, ou seja, que assegure a menor compressão possível dos direitos fundamentais afectados, para valorar substancialmente a aquisição probatória obtida por tal meio de prova.

*E*) E a imediação entre o juiz e recolha da prova através da escuta telefónica aparece como meio que melhor garante que uma medida com tão específicas características se contenha nas apertadas margens fixadas pela lei.

*F*) O actuar desta imediação, garantia de um efectivo controlo judicial, ocorre em vários planos, não só no que se pressupõe na obrigação de levar imediatamente ao juiz o auto de intercepção e as fitas gravadas, mas também na efectiva audição prévia das gravações.

*G*) Constitui esta a única forma de, além de proceder à sua valoração directamente para efeitos de manter ou levantar a escuta, garantir eficazmente o direito ao segredo das comunicações privadas dos afectados, bem como, pelo conteúdo concreto do conhecimento adquirido, outros direitos fundamentais, como é o caso, principalmente, do direito à intimidade.

*H*) Se a *ratio legis* do artigo 188.º do CPP fosse no sentido de dispensar o juiz da audição prévia das escutas, na redacção do seu n.º 1 não seria estabelecido que da intercepção e gravação, juntamente com o auto, teriam que ser levadas imediatamente ao juiz *as fitas gravadas.*

*I*) E se têm que ser levadas as fitas gravadas, naturalmente que é para o juiz proceder à sua audição, de modo a analisar o seu conteúdo e verificar de forma directa e imediata se as conversações gravadas têm a importância ou a relevância para a prova que o órgão de polícia criminal lhes deu.

*J*) A não audição prévia pessoal do juiz de instrução constitui nulidade insanável.

*K*) As escutas telefónicas constituem derrogação ou compressão do princípio constitucional da inviolabilidade das comunicações privadas assegurado pelo artigo 34.º, n.os 1 e 4, da Constituição.

*L*) Daí que a sua admissibilidade esteja dependente do conjunto de exigentes pressupostos materiais e formais previstos nos artigos 187.º e seguintes do CPP.

*M*) E a violação do formalismo respeitante a escutas telefónicas constitui nulidade, conforme resulta do artigo 189.º do CPP.

*N*) E, nos termos do artigo 126.º do CPP, são insanavelmente nulas, não podendo ser utilizadas, as provas obtidas mediante tortura, coacção ou, em geral, ofensa à integridade física ou moral das pessoas, sendo ainda nulas, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, as provas mediante intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações sem o consentimento do respectivo titular.

*O*) Assim, uma interpretação do artigo 189.º no sentido de que a nulidade das escutas telefónicas é sanável e, portanto, não conduz à ineficácia das mesmas, é inconstitucional por violação do disposto no artigo 32.º, n.os 1 e 8, da Constituição.»

1.10 — O representante do Ministério Público no Tribunal Constitucional contra-alegou, concluindo:

«1 — Realizada uma determinada intercepção telefónica da qual resultou a relevância de elementos probatórios escutados, pode o juiz de instrução ser coadjuvado por órgão de polícia criminal na respectiva selecção, tendo em vista a sua transcrição e junção ao processo.

2 — Na presença do auto e na posse dos suportes a que alude o n.º 1 do artigo 188.º do Código de Processo Penal, está no critério

do juiz de instrução ouvi-los pessoalmente, ou não, a fim de aferir da sua conformidade com o texto contendo a reprodução do escutado.

3 — Não é inconstitucional uma interpretação do artigo 188.º, n.os 1, 3 e 4, do Código de Processo Penal, segundo a qual são válidas (ou, pelo menos, não são insanavelmente nulas) as provas por escutas telefónicas cuja transcrição foi, em parte, determinada pelo juiz de instrução, não com base em prévia audição pessoal das mesmas, mas por leitura de textos contendo a sua reprodução que lhe foram espontaneamente apresentados pela Polícia Judiciária.

4 — Termos em que não deverá proceder o presente recurso.»

Tudo visto, cumpre apreciar e decidir.

2 — *Fundamentação.* — 2.1 — Do teor das alegações dos recorrentes resulta que todos eles se conformaram com a delimitação do objecto dos recursos à questão de inconstitucionalidade definida no despacho do relator de 4 de Julho de 2005; e, bem assim, por parte do recorrente João Manuel Rodrigues, com o não conhecimento do recurso tendo por objecto o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 18 de Outubro de 2004 nem do recurso interposto com base na alínea *g*) do n.º 1 do artigo 70.º da LTC; e, por parte do recorrente Lázaro Soares Rodrigues, com o não conhecimento dos recursos tendo por objecto os acórdãos do Tribunal da Relação de Guimarães de 23 de Março de 2004 e de 18 de Outubro de 2004, nem da questão de inconstitucionalidade reportada ao artigo 127.º do CPP.

2.2 — Nas suas alegações, os recorrentes invocam, como normas constitucionais violadas, os artigos 32.º, n.º 8, e 34.º, n.º 4 (o 1.º recorrente), os artigos 32.º, n.os 1 e 8, e 34.º, n.os 1 e 4 (o 2.º recorrente), e os artigos 32.º, n.os 4 e 8, e 34.º, n.os 1 e 4 (o 3.º recorrente), todos da Constituição da República Portuguesa (CRP).

A norma do n.º 1 do artigo 32.º não tem, no presente caso, relevância específica, pois, neste contexto, assume exclusivamente a sua natureza de «expressão condensada de todas as normas restantes deste artigo, que todas elas são, em última análise, garantias de defesa» (J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada,* 3.ª ed., Coimbra, 1993, p. 202). Também não é directamente pertinente para o caso dos autos — respeitante a escutas telefónicas efectuadas durante a fase de *inquérito* — a invocação do n.º 4 desse preceito, que respeita exclusivamente à fase da *instrução,* atribuindo a competência para a mesma a um juiz e limitando a possibilidade de delegação noutras entidades da prática de *actos instrutórios* apenas quando estes actos se não prendam directamente com os direitos fundamentais. Adequada é a invocação do n.º, 8 (segundo a numeração da revisão constitucional de 1997; anteriormente era o n.º 6) do artigo 32.º da CRP, enquanto considera «nulas todas as provas obtidas mediante [. . .] abusiva intromissão [. . .] nas telecomunicações». A nulidade das provas com este específico fundamento é *relativa* (em contraposição à nulidade *absoluta* das provas obtidas mediante ofensa da integridade pessoal), pois depende de a intromissão ser efectuada fora dos casos previstos na lei, ser desnecessária ou desproporcionada, ou ser aniquiladora do próprio direito, de acordo com os critérios do artigo 18.º, n.os 2 e 3, da CRP (autores e obra por último citados, p. 206).

Por seu turno, o artigo 34.º da CRP, após proclamar, no n.º 1, a inviolabilidade do domicílio e do sigilo da correspondência e dos outros meios de comunicação privada, considera, no n.º 4, «proibida toda a ingerência das autoridades públicas na correspondência, nas telecomunicações e nos demais meios de comunicação, salvo os demais casos previstos na lei em matéria de processo criminal» (o inciso «e nos demais meios de comunicação» foi aditado pela revisão constitucional de 1997, tendo em vista as modernas formas de comunicação à distância, que não correspondem aos sentidos tradicionais de correspondência ou de telecomunicações — cf. José Magalhães, *Dicionário da Revisão Constitucional,* Lisboa, 1999, pp. 102 e 103; e Jorge Miranda e Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada,* t. I, Coimbra, 2005, p. 373). Da formulação literal do n.º 4 do artigo 34.º da CRP resulta a limitação directa da admissibilidade da «ingerência [. . .] nas comunicações» ao âmbito do *processo criminal* e a sua sujeição a *reserva de lei.* Mas desse preceito constitucional já não resulta, ao menos de forma explícita e directa, a sujeição da «ingerência» a *reserva de decisão judicial,* como, diversamente, o precedente n.º 2 faz relativamente à entrada no domicílio dos cidadãos contra a sua vontade, que só pode ser ordenada «pela autoridade judicial competente, nos casos e segundo as formas previstas na lei».

Representando a intercepção e gravação de conversações telefónicas uma restrição a um direito fundamental, esta restrição deve limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos, sem jamais diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais (artigo 18.º, n.os 2 e 3, da CRP).

2.3 — Assim definidos os parâmetros constitucionais tidos por relevantes para a apreciação do mérito do presente recurso, interessará recordar a evolução do quadro legal relativo à efectivação de escutas telefónicas no âmbito do processo criminal, com menção da jurisprudência do Tribunal Constitucional sobre a matéria, da qual, apesar de nunca ter enfrentado directamente a questão de constitucionalidade ora suscitada, é possível extrair elementos úteis para a decisão.

Na versão originária do CPP, o artigo 187.º condicionava a intercepção e a gravação de conversações ou comunicações telefónicas a: *i*) ordem ou autorização por despacho judicial; *ii*) estarem em causa crimes: 1) puníveis com pena de prisão de máximo superior a 3 anos; 2) relativos ao tráfico de estupefacientes; 3) relativos a armas, engenhos, matérias explosivas e análogas; 4) de contrabando; ou 5) de injúrias, de ameaças, de coacção e de intromissão na vida privada, quando cometidos através de telefone (o Decreto-Lei n.º 317/95, de 28 de Novembro, substituiu a expressão «intromissão na vida privada», usada no artigo 180.º da versão originária do Código Penal, por «devassa da vida privada e perturbação da paz e sossego», em conformidade com as designações dos ilícitos previstos nos artigos 192.º e 190.º, n.º 2, do Código Penal revisto pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março); e *iii*) haver razões para crer que a diligência se revelará de grande interesse para a descoberta da verdade ou para a prova (n.º 1). Proibia-se, porém, a intercepção e a gravação de conversações ou comunicações entre o arguido e o seu defensor, salvo se o juiz tivesse fundadas razões para crer que elas constituíam objecto ou elemento do crime (n.º 3). As formalidades das operações eram estabelecidas no artigo 188.º, que determinava que: *i*) da intercepção ou gravação fosse lavrado auto, o qual, juntamente com as fitas gravadas ou elementos análogos, devia ser imediatamente levado ao conhecimento do juiz que ordenara ou autorizara as operações (n.º 1); *ii*) o juiz, se considerasse os elementos recolhidos, ou alguns deles, relevantes para a prova, fá-los-ia juntar ao processo, ou, caso contrário, ordenava a sua destruição, ficando todos os participantes nas operações ligados por dever de sigilo relativamente àquilo de que tivessem tomado conhecimento (n.º 2); *iii*) o arguido e o assistente, bem como as pessoas cujas conversações tiverem sido escutadas, podiam examinar o auto para se inteirarem da conformidade das gravações e obterem, à sua custa, cópia dos elementos naquele referidos (n.º 3), excepto se, tratando-se de operações ordenadas no decurso do inquérito ou da instrução, o juiz tivesse razões para crer que o conhecimento do auto ou das gravações pelo arguido ou pelo assistente podia prejudicar as finalidades do inquérito ou da instrução (n.º 4). Nos termos do artigo 189.º, todos os requisitos e condições referidos nos artigos 187.º e 188.º eram estabelecidos sob pena de nulidade, e o artigo 190.º estendia o disposto nos três artigos anteriores às conversações ou comunicações transmitidas por qualquer meio técnico diferente do telefone.

As normas contidas nos referidos artigos 187.º, n.º 1, e 190.º foram apreciadas, em sede de fiscalização preventiva da constitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, que, no Acórdão n.º 7/87, não se pronunciou pela sua inconstitucionalidade, por entender que, «face à natureza e gravidade dos crimes a que se aplicam [. . .] se afigura que tais restrições [ao direito à intimidade da vida privada e familiar, consagrado no artigo 26.º, n.º 1, da CRP] não infringem os limites da necessidade e proporcionalidade exigidos pelos citados números [n.os 2 e 3] do artigo 18.º da Constituição».

2.4 — A regulamentação legal da matéria em causa na versão originária do CPP, pelo seu relativo laconismo, suscitou diversas dúvidas de interpretação e de aplicação: qual o prazo de duração das escutas; quem tem legitimidade para as requerer ao juiz; qual o relacionamento entre órgão de polícia criminal, magistrado do Ministério Público e juiz de instrução; se a proibição do n.º 3 do artigo 187.º é extensível a conversações com pessoas que, para além do defensor, estejam legitimadas a recusar depoimento em nome de outros tipos de sigilo profissional (artigo 135.º) ou que, em geral, possam recusar-se a depor como testemunhas (artigo 134.º); qual o conteúdo do auto de intercepção e gravação; qual a oportunidade de efectivação da transcrição e da destruição; como se efectiva o acesso do arguido, do assistente e das pessoas escutadas ao auto e às gravações; se a nulidade referida no artigo 189.º respeita a nulidade da prova ou a nulidade processual e se, neste caso, é sanável ou insanável, etc.

Foi, porém, a propósito da questão de saber se a expressão «em matéria de processo criminal», usada no artigo 34.º, n.º 4, da CRP, poderia abranger processos de prevenção criminal, designadamente na área da segurança interna [o artigo 18.º da Lei n.º 20/87, de 12 de Junho — Lei de Segurança Interna —, no capítulo dedicado às medidas de polícia, previa que o juiz de instrução criminal, para efeitos e nos termos do n.º 2 do artigo 187.º do CPP, a requerimento da Polícia Judiciária (por iniciativa própria ou a solicitação dos órgãos de polícia criminal), podia autorizar o controlo das comunicações, cuja execução era da exclusiva competência da Polícia Judiciária, e que, se considerasse que os elementos recolhidos eram relevantes para a prova ou detecção de casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, podia ordenar o seu envio à força de segurança a cargo da qual corriam as investigações], que o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República emitiu o parecer n.º 92/91, de 30 de Março de 1992 (por vezes mencionado como datado de 9 de Abril de 1992), concluindo, em suma, que a obtenção

de prova por meio de escutas telefónicas ou similares só é susceptível de ser judicialmente autorizada a partir do início da fase processual de inquérito, que tem de iniciar-se logo que haja aquisição da notícia da existência de uma infracção criminal idónea à formulação de um juízo objectivo de suspeita sobre a sua verificação (cf. circular n.º 7/92 da Procuradoria-Geral da República, em www.pgr.pt/circulares; e *Pareceres da Procuradoria-Geral da República,* vol. VI, Lisboa, 1997, pp. 526 e 527).

Como, porém, nesse parecer incidentalmente se referisse que do auto aludido no artigo 188.º, n.º 1, do CPP não tinha de constar o conteúdo das conversas ou comunicações telefónicas interceptadas, e como era conhecido o entendimento de juízes do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa segundo o qual esse auto devia conter a transcrição do conteúdo da gravação e ser-lhes apresentado juntamente com as «cassetes», sem que tivessem de proceder à audição anterior à transcrição, foi solicitada a elaboração de parecer complementar, que veio a ser aprovado em 17 de Setembro de 1992 e cuja doutrina foi sintetizada nas seguintes conclusões [cf. circular n.º 14/92 da Procuradoria-Geral da República, em www.pgr.pt/circulares; o texto integral desse parecer complementar (CA00921991) foi inserido, por lapso, no documento relativo ao primeiro parecer (P000921991) em www.dgsi.pt/pgrp.nsf]:

«1.ª Da intercepção e gravação das comunicações telefónicas ou similares é lavrado um auto (artigo 188.º, n.º 1, do Código de Processo Penal — CPP);

2.ª O referido auto deve inserir a menção do despacho judicial que ordenou ou autorizou a intercepção e da pessoa que a ela procedeu, a identificação do telefone interceptado, o circunstancialismo de tempo, modo e lugar da intercepção, bem como o conteúdo da gravação necessária à decisão judicial sobre o que deverá ou não constar do processo penal respectivo;

3.ª A transcrição do conteúdo da gravação a que se refere a alínea anterior deverá abranger a integralidade dos elementos da comunicação telefónica ou similar interceptada que a entidade responsável pelas operações considere de interesse para a descoberta da verdade ou para a prova dos crimes previstos no artigo 187.º, n.º 1, do CPP;

4.ª O conteúdo da gravação, que àquela entidade se revelar destituído de interesse para a descoberta da verdade ou para a prova dos crimes referidos na conclusão anterior, deverá ser mencionado naquele auto, tão-só de modo genérico com a mera referência à sua natureza ou tema, sob a égide do respeito do direito à intimidade da vida privada dos cidadãos;

5.ª Lavrado o referido auto, é imediatamente levado ao conhecimento do juiz que tiver ordenado ou autorizado a intercepção telefónica ou similar (artigo 188.º, n.º 1, do CPP);

6.ª O juiz, por despacho, ordenará a junção ao processo dos elementos relevantes para a prova e a destruição dos irrelevantes, incluindo a desmagnetização das 'cassetes' ou bandas magnéticas (artigo 188.º, n.º 2, do CPP);

7.ª O juiz, se o entender necessário à prolação da decisão referida na conclusão 2.ª, poderá ordenar a transcrição mais ampla ou integral da parte objecto da menção referida na conclusão 4.ª;

8.ª Os participantes nas operações de intercepção, gravação, transcrição e eliminação de elementos recolhidos ficam vinculados ao dever de sigilo quanto àquilo de que em tais diligências tomaram conhecimento (artigo 188.º, n.º 2, do CPP);

9.ª As 'cassetes' ou as bandas magnéticas cujo conteúdo seja inserido nos autos devem a estes ser apensos ou, se isso se tornar impossível, guardadas depois de seladas, numeradas e identificadas com o processo respectivo (artigos 10.º, n.ºs 1 e 2, do Código Civil, e 101.º, n.º 3, do CPP);

10.ª O arguido, o assistente e as pessoas escutadas podem examinar o referido auto a fim de controlarem a conformidade dos elementos recolhidos e objecto de aquisição processual com os registos de som respectivos, e desses elementos constantes do auto obterem cópias (artigo 188.º, n.º 3, do CPP);

11.ª O arguido e o assistente não podem proceder ao exame referido na conclusão anterior se a intercepção telefónica ou similar ocorrer no decurso do inquérito ou da instrução e o juiz decidir que o conhecimento por eles do auto ou das gravações é susceptível de prejudicar a respectiva finalidade (artigo 188.º, n.º 4, do CPP).»

Apesar da sua extensão, interessa — atenta a sua directa ligação ao tema central do presente recurso — transcrever a fundamentação do citado parecer, na parte relativa à definição do conteúdo do auto referido no artigo 188.º, n.º 1, do CPP e especialmente à extensão das menções ao conteúdo das gravações. Lê-se nesse parecer:

«2.4 — Na primeira parte do n.º 1 do artigo 188.º do CPP refere-se que da intercepção e gravação da conversação ou comunicações telefónicas é lavrado um auto.

A expressão 'intercepção e gravação' significa, fundamentalmente, a captação das conversações ou comunicações telefónicas e o seu registo em banda magnética ou *cassete.*

2.4.1 — O conceito de auto consta do artigo 99.º do CPP.

No n.º 1 estabelece-se a noção de auto através da sua finalidade e do seu objecto.

Trata-se, nos termos da lei, de um instrumento de registo presencial de actos processuais no respectivo circunstancialismo de tempo, modo e lugar, com vocação para produzir fé pública.

O oficial de justiça ou o funcionário de polícia criminal que haja assistido aos actos processuais a documentar procede ao seu registo no referido instrumento documental, em termos de *perpetua rei memoria,* com vista à realização da prova do objecto material do processo.

No n.º 2 particulariza-se o auto de registo da actividade processual de audiência de julgamento e do debate instrutório em termos de o designar por acta.

Dir-se-á que os instrumentos de registo dos actos processuais abrangem o tipo geral designado auto e o especial designado acta.

No n.º 3 elencam-se os elementos que devem constar do auto, incluindo os requisitos previstos para os actos descritos nos artigos 94.º e 95.º deste diploma.

Os artigos 94.º e 95.º do CPP reportam-se à forma escrita dos autos e à sua assinatura, respectivamente.

É obrigatória a menção do dia, mês, ano e lugar da prática do acto, e, tratando-se de acto que afecte liberdades fundamentais das pessoas, da hora da sua ocorrência, com referência ao momento do seu início e conclusão (artigo 94.º, n.º 6, do CPP).

Dos elementos que devem constar do auto, salienta-se, pelo seu relevo, a identificação das pessoas que intervieram no acto, a descrição especificada das operações praticadas e a intervenção de cada um dos participantes processuais.

O auto é, pois, o instrumento destinado a fazer fé quanto aos termos em que se desenrolaram os actos processuais a cuja documentação a lei obrigue e a que tiver assistido quem o redige, e a recolher as declarações, requerimentos, promoções e actos decisórios orais que perante quem assistiu tiverem ocorrido (artigo 99.º, n.º 1, do CPP).

2.4.2 — Na segunda parte do n.º 1 do artigo 188.º do CPP prescreve-se, por seu turno, que o auto de intercepção e gravação e os instrumentos de registo desta são imediatamente levados ao conhecimento do juiz que haja ordenado ou autorizado a diligência de escuta.

A actividade de intercepção e de gravação das comunicações telefónicas é obviamente distinta daquela que concerne à transcrição do conteúdo da gravação.

Do referido auto deve constar, indubitavelmente, a identidade da pessoa que procedeu à intercepção, a identificação do telefone interceptado e o circunstancialismo de tempo, modo e lugar da intercepção e da gravação, e a menção do despacho judicial através do qual a diligência foi ordenada ou autorizada.

No n.º 2 prescreve-se, por um lado, que o juiz a quem os elementos resultantes da intercepção telefónica forem apresentados decide sobre o seu destino — junção ao processo ou a sua destruição —, e, por outro, o dever de segredo das pessoas que em razão do procedimento em análise conheceram os factos.

O critério legalmente estabelecido com vista à junção ao processo ou à destruição dos elementos resultantes da intercepção das comunicações telefónicas releva da consideração pelo juiz respectivo da sua utilidade ou inutilidade para a prova.

A fim de determinar a relevância ou irrelevância do conteúdo das gravações para a prova dos factos penalmente ilícitos que são objecto do processo, tem o juiz, naturalmente, de o conhecer.

O conhecimento do conteúdo das gravações pelo juiz implica necessariamente a prévia realização das operações de audição das comunicações telefónicas interceptadas.

Do elemento literal das conjugadas disposições dos n.ºs 1 e 2 é admissível o entendimento de que o juiz a quem for levado o auto e as fitas gravadas ou elementos análogos é que deverá ouvir ou fazer ouvir aos funcionários competentes o conteúdo das gravações e seleccionar os elementos a inserir no processo ou a destruir, que este corpo consultivo adoptou no parecer de que este é complementar. No excurso seguinte testaremos o bem ou mal fundado desta asserção.

No n.º 3 prescreve-se a faculdade de o arguido, o assistente e as pessoas cujas conversações hajam sido escutadas examinarem o auto a fim de controlarem a conformidade das gravações e de obterem cópia dos elementos nele referidos.

Esta disposição parece, de algum modo, contrariar o entendimento possível do disposto nos n.ºs 1 e 2 que se deixou enunciado. É que a referência ao exame do auto parece reportar-se ao auto previsto no n.º 1, e se tal exame é susceptível de proporcionar ao arguido, ao assistente e às pessoas cujas conversações hajam sido escutadas o controlo da conformidade das gravações, então é porque o auto previsto no n.º 1 deve inserir a transcrição das gravações.

O n.º 4 contém normação excepcional em relação ao disposto no n.º 3 quanto à faculdade de exame do auto de registo do conteúdo das gravações pelo arguido e pelo assistente no caso de a diligência de escuta haver sido ordenada no decurso do inquérito e haver motivos

de índole objectiva que permitam concluir que o conhecimento do conteúdo das gravações por aqueles sujeitos processuais é susceptível de prejudicar os fins de descoberta da verdade dos factos com relevância penal objecto do inquérito ou da instrução.

2.4.3 — Passemos aos elementos lógicos de interpretação — histórico, sistemático e finalístico.

No plano histórico não se conhecem subsídios úteis de interpretação. Com efeito, o artigo 210.º do Código de Processo Penal de 1929, única disposição relativa à intercepção, gravação ou impedimento das comunicações, limitava-se a prescrever que o juiz e qualquer oficial de justiça ou agente de autoridade por sua ordem podiam ter acesso, para aquele fim, aos correios e estações de telecomunicações.

Dos trabalhos preparatórios do CPP que são conhecidos, isto é, dos da Lei de autorização legislativa n.º 43/86, de 26 de Setembro, não consta qualquer referência específica ao conteúdo que actualmente integra o artigo 188.º do CPP.

No entanto, na exposição de motivos da proposta de lei da autorização legislativa, a propósito da apreensão de correspondência refere-se, que 'o projecto quis reforçar mais ainda o seu sistema de garantias, fazendo para tanto constar do seu articulado uma norma ao abrigo da qual o juiz que tiver ordenado ou autorizado a diligência de apreensão é a primeira pessoa a tomar conhecimento do conteúdo da correspondência respectiva', e no que concerne às escutas telefónicas salientou-se que seriam tomadas, 'quanto às formalidades da operação, especiais cuidados para que fiquem a pertencer aos autos a transcrição do teor da gravação ou intercepção conjuntamente com as fitas gravadas ou elementos análogos que lhe serviram de base e também para que seja assegurado o sigilo quanto aos elementos recolhidos que eventualmente não venham a ser objecto de utilização processual'.

2.4.4 — No plano sistemático releva a disposição paralela do n.º 3 do artigo 179.º do CPP relativa à apreensão de correspondência em que se prescreve: 'o juiz que tiver autorizado ou ordenado a diligência é a primeira pessoa a tomar conhecimento do conteúdo da correspondência apreendida. Se a considerar relevante para a prova, fá-la juntar ao processo; caso contrário, restitui-a a quem de direito, não podendo ela ser utilizada como meio de prova, e fica ligado por dever de segredo relativamente àquilo de que tiver tomado conhecimento e não tiver interesse para a prova'.

Não se justificava, considerando a natureza do suporte material da comunicação interceptada, o prévio conhecimento desta por outrem que não o juiz que ordenou a diligência, e a solução legal de ser este o primeiro a tomar conhecimento do conteúdo da correspondência constitui garantia de violação mínima do direito à inviolabilidade da correspondência previsto no artigo 34.º, n.º 1, da CRP.

Mas a propósito do conteúdo dos registos das comunicações telefónicas ou similares, já a lei não impõe que o juiz que ordenou ou autorizou a intercepção seja o primeiro a dele tomar conhecimento.

Parece que o legislador pretendeu, quanto às autoridades que devem tomar primeiramente conhecimento do conteúdo da correspondência apreendida e das conversações ou comunicações telefónicas ou similares, consagrar soluções diferentes.

Essa diversidade de solução legal é, aliás, compreensível se tivermos em conta a complexidade do processo de intercepção conducente ao conhecimento do conteúdo das comunicações telefónicas ou similares em causa, seja no plano da tecnologia respectiva seja na área dos meios humanos necessários para o efeito.

A diversidade de formulação legal quanto ao referido aspecto de quem deve tomar conhecimento em primeiro lugar do conteúdo da correspondência apreendida e das comunicações telefónicas ou similares é susceptível de favorecer a leitura do n.º 1 do artigo 188.º do CPP no sentido de que o auto a que se reporta aquela disposição deve inserir o conteúdo das comunicações interceptadas.

2.4.5 — O fim da lei é, sobretudo, no sentido de que fique integrada no processo a transcrição do teor útil da gravação ou intercepção conjuntamente com as respectivas *cassetes* ou bandas magnéticas e haja sigilo quanto aos elementos que não sejam objecto de aquisição processual.

A actividade de transcrição do conteúdo das cassetes ou bandas magnéticas é, por seu turno, instrumental em relação à respectiva aquisição processual, a qual é essencial, além do mais, à consulta e exame do respectivo instrumento documental.

E tal consulta, com a excepção prevista no n.º 4, é que permite às pessoas previstas no n.º 3 ajuizarem da conformidade das gravações, o que naturalmente também pressupõe a audição dos registos de som originais, e a aquisição daquelas para o processo.

Noutra sede, estabelece a lei, relativamente aos crimes previstos no artigo 187.º, n.º 2, do CPP, a exclusiva competência da Polícia Judiciária para proceder à execução do controlo das comunicações telefónicas ou similares (artigo 18.º da Lei n.º 20/87, de 12 de Junho).

Subjaz a estas normas a constatação da eficiência e da capacidade técnica para aquele fim da Polícia Judiciária, em razão dos meios técnicos e humanos de que dispõe.

Por outro lado, na determinação do sentido e alcance da lei, deve o intérprete presumir que o legislador consagrou as soluções mais ajustadas.

Os serviços judiciais não dispõem de meios técnicos e humanos adequados à optimização da actividade de recolha de prova por audição e transcrição do conteúdo das *cassetes* e bandas magnéticas.

A audição pelo juiz do conteúdo dos registos de som, não raro envolvendo várias *cassetes* ou bandas magnéticas, e a subsequente actividade de transcrição, implicaria longo trabalho daquele magistrado em funções meramente executivas de eventual recolha de prova, em prejuízo do exercício das outras funções que lhe são próprias.

O sigilo relativamente ao conteúdo das gravações que não venha a ser objecto de aquisição processual é legalmente imposto a todos os que dele conheceram, seja aquando da intercepção-gravação seja aquando da transcrição.

Da conjugação dos referidos elementos lógico-interpretativos parece-nos resultar que o auto de intercepção e gravação a que alude o n.º 1 do artigo 188.º do CPP deve conter a transcrição do conteúdo das *cassetes* ou bandas magnéticas.

Tal sentido encontra, com efeito, na letra da lei, o mínimo de expressão necessário a que se reporta o artigo 9.º, n.º 2, do Código Civil.

Na verdade, o termo 'gravação' inserto no n.º 1 do artigo 188.º do CPP é susceptível de ser entendido com o significado do conteúdo da gravação.

Parece, aliás, ser esse o sentido que resulta do termo 'gravações' a que se reporta o n.º 3 daquele artigo, enquanto se prescreve a faculdade de o arguido, o assistente e as pessoas escutadas examinarem o auto para se inteirarem da conformidade das gravações.

Ademais, a referência naquela disposição à faculdade de exame do auto, através da expressão 'podem examinar o auto', o qual contém indubitavelmente o conteúdo das gravações, parece aludir ao mesmo auto a que alude o n.º 1.

Assim, repensando a solução proposta no parecer de que este é complementar, inclinamo-nos agora para entender que o auto a que alude o n.º 1 do artigo 188.º do CPP deve incluir a transcrição do conteúdo das comunicações telefónicas ou similares interceptadas.

3.1 — A lei não determina o âmbito da transcrição do conteúdo das gravações e é susceptível de colocar-se a questão de saber se ela deverá ou não ser integral.

Trata-se, sem dúvida, de uma questão de particular relevância no domínio do processo penal, face aos princípios da economia e celeridade, se tivermos em conta que as intercepções telefónicas ou similares são susceptíveis de envolver várias *cassetes* e, consequentemente, enorme quantidade de folhas de processos com a respectiva transcrição, eventualmente em língua estrangeira, nem sempre suficientemente conhecida pela generalidade dos operadores do registo ou transcrição em apreço, o que implica a intervenção da perícia de tradução.

Por outro lado, configurada a eventual complexidade do procedimento global da referida actividade de intercepção telefónica ou similar, não pode deixar de se considerar a situação em que dela não resulte qualquer elemento relevante para a descoberta da verdade sobre a prática de crimes ou para a prova ou em que o interesse de tais elementos se restringe a determinada parte do conteúdo das *cassetes* ou bandas magnéticas.

Inexistindo, como inexiste, normação de processo penal ou civil que se reporte directamente à estatuição sobre a transcrição integral ou não integral do conteúdo das conversações telefónicas ou similares interceptadas, impõe-se apelar aos princípios que resultam da Constituição e da lei processual penal (artigo 4.º do CPP).

Deve-se começar por considerar que a intercepção e gravação das comunicações telefónicas ou similares visa a descoberta da verdade sobre a prática de certos crimes ou a sua prova (artigos 187.º, n.º 1, e 190.º do CPP).

Nesta conformidade, é admissível o entendimento de que o órgão de polícia criminal judicialmente autorizado a realizar a intercepção telefónica ou similar, constatando que a mesma não assume qualquer relevo para a descoberta da verdade sobre a prática de crimes ou para a prova, dispensado estaria de a transcrever no auto previsto no artigo 188.º, n.º 1, do CPP.

Se fosse de adoptar este entendimento, o órgão de polícia criminal que realizasse as operações de gravação limitar-se-ia a inscrever no auto o número do telefone interceptado, o circunstancialismo de tempo, modo e lugar da intercepção e da gravação telefónica ou similar, o despacho que a ordenou ou autorizou, e que do procedimento nada resultou com interesse para a investigação em causa, e a propor ao juiz que ordenou ou autorizou as operações a destruição do próprio auto e das *cassetes* ou bandas ou a sua desmagnetização, naturalmente sem prejuízo de aquele magistrado poder controlar aquela informação, ouvindo as *cassetes* ou bandas magnéticas.

Esta solução respeitaria os princípios da simplicidade, economia e celeridade processual e assumiria a lógica que resulta do facto de ser de presumir que os órgãos de polícia criminal encarregados de

realizar as operações de intercepção telefónica ou similar dispõem de informação adequada a ajuizar do seu relevo probatório, e de se impor solidariedade e confiança que deve envolver a actuação de todos os operadores judiciários nesta área de investigação criminal de tanto melindre.

Só que a referida solução de não transcrição, pelos órgãos de polícia criminal encarregados das operações, de qualquer conteúdo das gravações, colide, de algum modo, com o disposto no artigo 188.º, n.º 2, do CPP, em que se prescreve ser o juiz que ordenou ou autorizou as operações quem ajuíza e decide do relevo, para a descoberta da verdade sobre os crimes ou para a sua prova, dos elementos de informação que resultaram da intercepção.

Daí que haja de encontrar-se a solução desta problemática por apelo a outra ordem de considerações que releva dos princípios a que já se fez referência.

3.2 — A excepcionalidade no âmbito da recolha de prova em processo penal das escutas telefónicas ou similares, face à garantia dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados de liberdade de comunicação e de intimidade da vida privada, aponta no sentido de adopção de uma solução que, sem afectar o fim daquele meio de obtenção da prova, limite os efeitos nefastos da violação daqueles direitos.

A transcrição do conteúdo das gravações telefónicas ou similares, pelos meios materiais e humanos que envolve, aumenta o risco da devassa da intimidade da vida privada dos cidadãos.

Não é justificável e, consequentemente, admissível, que, gravadas comunicações telefónicas com informações da vida íntima dos cidadãos, sem a mínima conexão com o objecto material do processo em causa, devam ser objecto de transcrição integral no auto em apreço.

Atenta a finalidade da permissão excepcional das escutas telefónicas ou similares — descoberta da verdade sobre a existência de certos crimes ou a sua prova —, e a proporcionalidade que deve existir entre aquele fim e os meios instrumentais conducentes à sua realização, em que prepondera o princípio da necessidade ou da mínima intervenção possível na esfera jurídica dos cidadãos, bem como o princípio da utilidade processual, de que são corolários os princípios da simplicidade e celeridade, impõe-se a solução de transcrição, no auto a que alude o n.º 1 do artigo 188.º do CPP, do conteúdo das gravações que seja estritamente necessário à realização do fim a que serve de instrumento.

Face à finalidade prevista na lei do meio excepcional de recolha de prova que são as escutas telefónicas ou similares, não pode deixar de se considerar a proibição de praticar no processo penal actos inúteis, que resulta do disposto nos artigos 4.º do CPP e 137.º do CPC.

A propósito da prova documental em processo penal, que consista em registo fonográfico, insere o artigo 166.º, n.º 3, do CPP, no tocante à sua transcrição, o princípio da necessidade.

Deverá, assim, ser transcrito, no auto a que se refere o n.º 1 do artigo 188.º do CPP, o conteúdo da gravação através do qual o juiz possa ajuizar e decidir sobre o que de tais elementos tem de mandar inserir no processo por relevarem para a descoberta da verdade ou prova dos crimes enumerados no artigo 187.º, n.º 1, do CPP, ou destruir por não relevaram para tal efeito.

E o primeiro juízo de valor, provisório embora, sobre a questão da relevância ou irrelevância dos aludidos elementos probatórios para os fins aludidos compete ao órgão de polícia criminal que superintenda nas operações de intercepção e escuta das comunicações telefónicas ou similares.

Esta entidade, naturalmente qualificada na área da investigação criminal, fará transcrever na íntegra, no aludido auto, o que considerar relevante para os fins previstos no artigo 187.º, n.º 1, do CPP.

No que concerne às comunicações telefónicas ou similares, ou à parte delas, que ao aludido órgão de polícia criminal pareça não relevarem para os mencionados fins, bastará mencionar no auto o genérico e resumido conteúdo das comunicações objecto da gravação.

Este resumo possibilitará ao juiz, entidade superiormente vocacionada para a decisão do que é ou não relevante para os fins consagrados no artigo 187.º, n.º 1, do CPP, a pertinente decisão.

E se eventualmente o juiz considerar necessário, a fim de fundamentar a aludida decisão, que a transcrição tenha maior amplitude, naturalmente que poderá ordená-la na extensão julgada necessária, ou confrontá-la com os registos fonográficos, através da própria audição.

As *cassetes* ou as bandas magnéticas cujo conteúdo haja sido transcrito e aproveitado para o processo deverão ser-lhe apensas ou, se tal não for possível, guardadas depois de seladas, numeradas e identificadas com o processo respectivo (artigos 101.º, n.º 3, do CPP e 10.º, n.os 1 e 2, do Código Civil).

4 — Aqui chegados, é altura de responder à questão que nos é colocada, com base nos elementos fáctico-jurídicos recenseados.

O auto a que se reporta o artigo 188.º, n.º 1, do CPP deve incluir não só a menção do despacho judicial que autorizou ou ordenou a diligência, a identidade da pessoa que procedeu à intercepção, a identificação do telefone interceptado e o circunstancialismo de tempo, modo e lugar de intercepção, como também o conteúdo das gravações que seja necessário à decisão judicial sobre os elementos que deverão ou não constar do processo penal em causa.

A transcrição da gravação deverá abranger a integralidade do conteúdo das comunicações telefónicas ou similares interceptadas considerado de interesse para a descoberta da verdade ou para a prova dos crimes a que alude o artigo 187.º, n.º 1, do CPP pela entidade responsável pelas respectivas operações.

No caso de aquela entidade constatar que o conteúdo das gravações não tem qualquer relevo para os aludidos fins, bastará mencioná-lo no auto de forma genérica, com referência à mera natureza ou tema das conversações, com o respeito devido ao direito à intimidade da vida privada.

O referido auto é imediatamente levado ao conhecimento do juiz que tiver ordenado ou autorizado a intercepção telefónica ou similar, o qual, por despacho ordenará a junção ao processo dos elementos transcritos relevantes para a prova dos factos penalmente ilícitos acima mencionados, e a destruição dos irrelevantes, designadamente mediante desmagnetização.

Se o juiz entender necessário, com vista à prolação da decisão de junção ao processo do conteúdo das gravações ou à sua destruição, a transcrição integral dos elementos resumidos no auto, naturalmente que a poderá ordenar. E se carecer de controlar a própria gravação pelo confronto com o conteúdo da transcrição, certo é que pode proceder à respectiva audição.

Os participantes nas operações de intercepção, gravação, transcrição e eliminação do conteúdo das bandas magnéticas ou 'cassetes' ficam legalmente vinculados ao dever de sigilo sobre tudo quanto no âmbito de tais operações veio ao seu conhecimento.

O arguido, o assistente e as pessoas eventualmente escutadas têm a faculdade de examinar o aludido auto a fim de poderem controlar a conformidade dos elementos recolhidos e adquiridos para o processo com o que consta do suporte material de registo do som, e deles obter cópia.

O arguido e o assistente, se a intercepção telefónica ou similar ocorreu no decurso do inquérito ou da instrução, não têm a faculdade de conhecer do auto nem das gravações, se o juiz de instrução decidir que tal conhecimento é susceptível de prejudicar o fim das referidas fases processuais.»

2.5 — Foi ainda na vigência da redacção originária do artigo 188.º do CPP que o Tribunal Constitucional proferiu o *Acórdão n.º 407/97,* que constitui a sua primeira decisão sobre questão de constitucionalidade suscitada a propósito dessa norma, embora centrada (como os posteriores Acórdãos n.os 347/2001, 528/2003, 379/2004 e 223/2005) na interpretação do conceito de «imediatamente» reportado à apresentação, ao juiz que tiver ordenado ou autorizado a operação, do auto de intercepção e gravação, juntamente com as fitas gravadas ou elementos análogos. Após referências aos parâmetros constitucionais pertinentes e ao direito comparado, o Acórdão n.º 407/97 fundou o seu juízo de inconstitucionalidade, por violação do disposto no n.º 6 (actual n.º 8) do artigo 32.º da CRP, da norma do n.º 1 do artigo 188.º do CPP «quando interpretado em termos de não impor que o auto da intercepção e gravação de conversações ou comunicações telefónicas seja, de imediato, lavrado e levado ao conhecimento do juiz, de modo a este poder decidir atempadamente sobre a junção ao processo ou a destruição dos elementos recolhidos, ou de alguns deles, e bem assim, também atempadamente, a decidir, antes da junção ao processo de novo auto da mesma espécie, sobre a manutenção ou alteração da decisão que ordenou as escutas» nas seguintes considerações:

«Trata-se aqui de precisar o conteúdo constitucionalmente viável do trecho do artigo 188.º, n.º 1, do CPP, onde surge a expressão 'imediatamente'. Ora, partindo do pressuposto consubstanciado na proibição de ingerência nas telecomunicações, resultante do n.º 4 do artigo 34.º da lei fundamental, a possibilidade de ocorrer diversamente (de existir ingerência nas telecomunicações), no quadro de uma previsão legal atinente ao processo criminal (a única constitucionalmente tolerada), carecerá sempre de ser compaginada com uma exigente leitura à luz do princípio da proporcionalidade, subjacente ao artigo 18.º, n.º 2, da Constituição, garantindo que a restrição do direito fundamental em causa (de qualquer direito fundamental que a escuta telefónica, na sua potencialidade danosa, possa afectar) se limite ao estritamente necessário à salvaguarda do interesse constitucional na descoberta de um concreto crime e punição do seu agente.

Nesta ordem de ideias, a imediação entre o juiz e a recolha da prova através da escuta telefónica aparece como o meio que melhor garante que uma medida com tão específicas características se contenha nas apertadas margens fixadas pelo texto constitucional.

O actuar desta imediação, potenciadora de um efectivo controlo judicial das escutas telefónicas, ocorrerá em diversos planos, sendo um deles o que pressupõe uma busca de sentido prático para a obrigação de levar 'imediatamente' ao juiz o auto da intercepção e 'fitas gravadas ou elementos análogos', de que fala a lei.

13 — Vejamos, a este propósito, o discurso interpretativo subjacente à decisão recorrida. De sublinhar nesta, desde logo, a afirmação de que o artigo 188.º, n.º 1, do CPP, ao não fixar um prazo certo, 'acaba por relativizar muito as coisas'. Há que reter esta ideia que torna patente a existência de um espaço aberto à procura de um sentido, enfim, de um espaço aberto à interpretação.

Não obstante, mais adiante, a decisão recorrida parece apontar para uma impossibilidade de alcançar o sentido da expressão 'imediatamente' no contexto normativo em causa (ao dizer a fl. 102: 'Não sabemos. Não dispomos de qualquer critério para decidir sobre isso. Nem sequer é possível estabelecer e assentar num critério de razoabilidade a tal propósito.').

Ora, já se indicou que o critério interpretativo neste campo não pode deixar de ser aquele que assegure a menor compressão possível dos direitos fundamentais afectados pela escuta telefónica. Também já se assentou — e importa lembrá-lo de novo — que a intervenção do juiz é vista como uma garantia de que essa compressão se situe nos apertados limites aceitáveis e que tal intervenção, para que de uma intervenção substancial se trate (e não de um mero tabelionato), pressupõe o acompanhamento da operação de intercepção telefónica. Com efeito, só acompanhando a recolha de prova, através desse método em curso, poderá o juiz ir apercebendo os problemas que possam ir surgindo, resolvendo-os e, assim, transformando apenas em aquisição probatória aquilo que efectivamente pode ser. Por outro lado, só esse acompanhamento coloca a escuta a coberto dos perigos — que sabemos serem consideráveis — de uso desviado.

Com isto não se quer significar que toda a operação de escuta tenha de ser materialmente realizada pelo juiz. Contrariamente a tal visão maximalista, do que aqui se trata é, tão-só, de assegurar um acompanhamento contínuo e próximo temporal e materialmente da fonte (imediato, na terminologia legal), acompanhamento esse que comporte a possibilidade real de em função do decurso da escuta ser mantida ou alterada a decisão que a determinou.

14 — Refere-se ainda o acórdão a dificuldades práticas que a situação é susceptível de criar ('Sabemos, isso sim, que a Polícia Judiciária como muitos outros departamentos do Estado, nos quais se incluem os tribunais, seguramente carece, cronicamente, de meios técnicos e humanos que lhe não permitem cumprir, muitas vezes, as suas tarefas em tempo normal'), moldando, no que não deixa de ter um certo sentido correctivo, o conceito de 'imediatamente' ('usado por um legislador excessivamente preocupado com a aceleração processual, porém esquecido das grandes lacunas e dos grandes estrangulamentos do sistema') ao que qualifica de entendimento 'em termos hábeis'. A saber: aquele em que 'imediatamente' equivale a 'no tempo mais rápido possível'. Ora, o 'mais rápido possível' significou aqui longos períodos de tempo em que as escutas não foram acompanhadas (igual a controladas) pelo juiz e, mais ainda, espaços muito significativos de tempo em que as escutas já haviam terminado e o processo continuava sem ter qualquer conhecimento do seu teor (vejam-se as conclusões 2.ª e 4.ª a fl. 4 v.º, tendo-se presente que as datas aí indicadas obtêm confirmação nos autos).

É a teorização interpretativa que sufraga esta situação que de modo algum se pode ter por conforme ao disposto no artigo 34.º, n.º 4, da Constituição, lido à luz do princípio da proporcionalidade. Se é certo que se não podem ignorar, pura e simplesmente, os aspectos práticos de uma situação, designadamente as dificuldades técnicas que esta ou aquela opção interpretativa possa ocasionar, não é menos verdade que o ónus dessas dificuldades técnicas, num processo crime, sempre correrá por conta do Estado (a quem compete ultrapassá-las), jamais por conta do arguido.

Poder-se-ia aqui relembrar o dilema, já relatado, do juiz Holmes, sobre o 'mal maior' e o 'mal menor'. Obviamente que no processo criminal de um Estado de direito democrático, face a 'dificuldades técnicas', o 'mal menor' sempre será a hipotética impunidade de eventuais criminosos.

15 — Trata-se, pois, de fixar a interpretação constitucionalmente conforme do artigo 188.º, n.º 1, do CPP no segmento em que se insere a expressão 'imediatamente', sendo certo ser tal expediente possível ainda nos limites da interpretação.

Assim sendo, 'imediatamente' não poderá, desde logo, reportar-se apenas ao momento em que as transcrições se mostrarem feitas (pois ficaria aberto o caminho à existência de largos períodos de falta de controlo judicial à escuta sempre que a transcrição se atrasasse). Em qualquer dos casos, 'imediatamente', no contexto normativo em que se insere, terá de pressupor um efectivo acompanhamento e controlo da escuta pelo juiz que a tiver ordenado, enquanto as operações em que esta se materializa decorrerem. De forma alguma 'imediatamente' poderá significar a inexistência, documentada nos autos, desse acompanhamento e controlo ou a existência de largos períodos de tempo em que essa actividade do juiz não resulte do processo.

Em qualquer caso, tendo em vista os interesses acautelados pela exigência de conhecimento imediato pelo juiz, deve considerar-se inconstitucional, por violação do n.º 6 do artigo 32.º da Constituição, uma interpretação do n.º 1 do artigo 188.º do CPP que não imponha que o auto de intercepção e gravação de conversações ou comunicações telefónicas seja, de imediato, lavrado e levado ao conhecimento do juiz, de modo a este poder decidir atempadamente sobre a junção ao processo ou a destruição dos elementos recolhidos, ou de alguns deles, e bem assim, também atempadamente, a decidir, antes da junção ao processo de novo auto de escutas posteriormente efectuadas, sobre a manutenção ou alteração da decisão que ordenou as escutas.

É esta, exposta com a minúcia possível, a interpretação conforme à Constituição. A ela importa vincular o intérprete — juiz incluído como este Tribunal tem repetidamente referido em situações onde faz uso deste recurso interpretativo.

Sublinhar-se-á apenas, como nota final, que as consequências a retirar da interpretação da norma com o sentido apontado se encontram já fora do âmbito da intervenção do Tribunal Constitucional, situando-se claramente no domínio de intervenção do Tribunal recorrido.»

Cumpre desde já salientar que a questão de inconstitucionalidade apreciada nesse Acórdão n.º 407/97 se prendia com a demora considerada admissível para a apresentação ao juiz do auto de intercepção e gravação acompanhado das fitas gravadas ou elementos análogos, que é questão diversa da que constitui objecto do presente recurso. No entanto, sublinhe-se que, tendo o Tribunal Constitucional considerado que a especial danosidade da intromissão traduzida pela intercepção telefónica impunha uma *intervenção substancial* do juiz no decurso da mesma, através de um *acompanhamento contínuo e próximo temporal e materialmente da fonte,* acompanhamento esse que comportasse a *possibilidade real* de, em função do decurso da escuta, ser mantida ou alterada a decisão que a determinou, em parte alguma afirmou que o único método constitucionalmente admissível de realizar esse controlo fosse o da escuta pessoal, pelo juiz, da integralidade das gravações; pelo contrário, explicitamente enunciou que o exigente critério assumido *não significava* «que toda a operação de escuta tenha de ser materialmente realizada pelo juiz», posição que corresponderia a uma «visão maximalista», que o Tribunal não subscreveu.

2.6 — A nível legislativo, a primeira alteração a assinalar foi a levada a cabo pela *Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto,* que alterou a redacção, entre outros, dos artigos 188.º e 190.º do CPP.

Estas alterações não constavam da proposta de lei n.º 157/VII, que esteve na génese daquela lei, antes resultaram de propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista (cf. *Código de Processo Penal — Processo Legislativo,* vol. II, t. II, Lisboa, Assembleia da República, 1999, pp. 114 e 115), que viriam a ser aprovadas por unanimidade (*ob. cit.,* p. 107), tendo as relativas ao artigo 188.º sido justificadas, na declaração de voto dos deputados do Partido Socialista relativa à votação final global dessa iniciativa legislativa, nos seguintes termos (*ob. cit.,* p. 153:

«As alterações levam em conta o parecer da Procuradoria-Geral da República n.º 92/91 (complementar), as dificuldades práticas da 'vida judiciária', o n.º 4 do artigo 18.º da Lei de Segurança Interna e o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 407/97 (*Diário da República,* 2.ª série, de 18 de Julho de 1997), que anulou as escutas porque a transcrição não foi imediata.

Tornava-se necessário clarificar: quem selecciona os elementos a transcrever; se o agente de investigação pode ter contacto com a conversa (uma vez que a operação é feita por técnico de telecomunicações, mas não pode excluir-se a presença da polícia, sob pena de a diligência não ter sentido ou eficácia); o que é que o juiz ouve (sabendo-se que, não ouvindo, manda transcrever a totalidade dos registos, o que é excessivamente moroso, oneroso e inútil); e esclarecer o procedimento.

O n.º 1 do artigo refere que da intercepção é lavrado auto (mas não distingue entre auto de intercepção e auto de transcrição, sendo certo que importa clarificar que são duas coisas diferentes). Assim, fica claro que uma coisa é o auto de intercepção (n.º 1) e outra o auto de transcrição (n.º 3).

O n.º 2 permite que a polícia ouça e possa intervir de imediato, por exemplo, para fazer uma apreensão de droga combinada telefonicamente e 'apanhar o flagrante'.

Os n.os 3 e 4 tornam claro que é o juiz quem selecciona, que é o responsável pelo conteúdo da transcrição, mas que é auxiliado materialmente pela polícia, o que é importante em termos de execução.»

As modificações operadas pela Lei n.º 59/98 no artigo 188.º do CPP consistiram:

No aditamento de um novo n.º 2, do seguinte teor:

> «O disposto no número anterior não impede que o órgão de polícia criminal que proceder à investigação tome previamente conhecimento do conteúdo da comunicação interceptada a fim de poder praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova»;

Na passagem do primitivo n.º 2 a n.º 3, dispondo agora, na sua primeira parte, que «[s]e o juiz considerar os elementos recolhidos, ou alguns deles, relevantes para a prova, *ordena a sua transcrição em auto* e fá-lo juntar ao processo [. . .]», enquanto anteriormente apenas dizia que o juiz «[. . .] fá-los juntar ao processo [. . .]»;

No aditamento de um novo n.º 4, do seguinte teor:

«Para efeitos do disposto no número anterior, o juiz pode ser coadjuvado, quando entender conveniente, por órgão de polícia criminal, podendo nomear, se necessário, intérprete. À transcrição aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 101.º, n.os 2 e 3.»;

Na passagem do primitivo n.º 3 a n.º 5, com especificação de que o auto cujo exame é facultado ao arguido, ao assistente e às pessoas escutadas é «o auto de transcrição a que se refere o n.º 3» (a redacção referia-se a «examinar o auto», sem mais); e

Na eliminação do primitivo n.º 4.

2.7 — A segunda alteração legislativa com especial relevância para a questão que constitui objecto do presente recurso resultou do *Decreto-Lei n.º 320-C/2000, de 15 de Dezembro,* que aditou ao n.º 1 do artigo 188.º do CPP («Da intercepção e gravação a que se refere o artigo anterior é lavrado auto, o qual, junto com as fitas gravadas ou elementos análogos, é imediatamente levado ao conhecimento do juiz que tiver ordenado ou autorizado as operações.») a expressão «com a indicação das passagens das gravações ou elementos análogos considerados relevantes para a prova».

Este inciso final corresponde à utilização da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 27-A/2000, de 17 de Novembro, que autorizou o Governo a rever o Código de Processo Penal, com o sentido e extensão definidos nos artigos seguintes (artigo 1.º), entre os quais, segundo o artigo 4.º:

«Permite-se que o juiz possa limitar a audição das gravações às passagens indicadas como relevantes para a prova, sem prejuízo de as gravações efectuadas lhe serem integralmente remetidas.»

Esta norma não constava da proposta de lei n.º 41/VIII (*Diário da Assembleia da República,* VIII Legislatura, 1.ª sessão legislativa, 2.ª série-A, n.º 59, de 15 de Julho de 2000, pp. 1891-1898), tendo surgido no texto de substituição elaborado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e aí aprovada por unanimidade (*Diário da Assembleia da República,* VIII Legislatura, 2.ª sessão legislativa, 2.ª série-A, n.º 10, de 23 de Outubro de 2000, pp. 218-224), tal como no Plenário (*Diário . . .,* cit., 1.ª série, n.º 13, de 20 de Outubro de 2000, p. 498).

2.8 — Foi já no domínio dessa redacção — que se manteve intocada até ao momento actual — que o Tribunal Constitucional proferiu os *Acórdãos n.os 347/2001, 528/2003, 379/2004 e 223/2005,* todos incidindo sobre a questão da «imediatividade» da apresentação ao juiz do auto de intercepção e gravação prevista no artigo 188.º, n.º 1, do CPP (o primeiro acórdão reportado à redacção anterior à Lei n.º 59/98, o segundo à redacção dada por esta lei e os dois últimos quer à redacção anterior quer à posterior ao Decreto-Lei n.º 320-C/2000), e ainda os *Acórdãos n.os 411/2002* {que julgou inconstitucional, por violação do artigo 32.º, n.º 1, da CRP, a interpretação normativa que torna inaplicável ao prazo de arguição de nulidade respeitante a escutas telefónicas ocorrida durante o inquérito o que vem consagrado no artigo 120.º, n.º 3, alínea *c*), do CPP [até ao encerramento do debate instrutório] e aplicável o estabelecido no artigo 105.º do mesmo Código [10 dias a contar da notificação da acusação, terminando antes do fim do prazo para requerer a instrução]} *e 198/2004* (que não julgou inconstitucional a norma do artigo 122.º, n.º 1, do CPP, entendida como autorizando, face à nulidade/invalidade de intercepções telefónicas realizadas, a utilização de outras provas, distintas das escutas e a elas subsequentes, quando tais provas se traduzam nas declarações dos próprios arguidos, designadamente quando tais declarações sejam confessórias).

Nos três primeiros acórdãos citados (o quarto — Acórdão n.º 223/2005 — incidiu sobre uma situação de incumprimento do Acórdão n.º 379/2004), o Tribunal Constitucional reiterou o critério decisório definido no Acórdão n.º 407/97, que conduziu, nos casos em cada um desses arestos apreciados, à emissão de similares juízos de inconstitucionalidade.

No *Acórdão n.º 347/2001* — que julgou inconstitucional, por violação das disposições conjugadas dos artigos 32.º, n.º 8, 34.º, n.os 1 e 4, e 18.º, n.º 2, da CRP, a norma constante do artigo 188.º, n.º 1, do CPP, na redacção anterior à que foi dada pela Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto, quando interpretada no sentido de não impor que o auto da intercepção e gravação de conversações e comunicações telefónicas seja, de imediato, lavrado e levado ao conhecimento do juiz e que, autorizada a intercepção e gravação por determinado período, seja concedida autorização para a sua continuação sem que o juiz tome conhecimento do resultado da anterior —, após se sumariarem as ideias-chave do Acórdão n.º 407/97, consignou-se:

«Ora, no caso dos autos, a norma do artigo 188.º, n.º 1, do CPP, com a interpretação acolhida no acórdão impugnado, não se isenta do mesmo vício de inconstitucionalidade.

Na verdade, fazer equivaler o inciso 'imediatamente' ao 'tempo mais rápido possível', em termos de 'cobrir' situações como a de o auto de transcrição ser apresentado ao juiz meses depois de efectuadas a intercepção e gravação das comunicações telefónicas, mesmo tendo em conta a gravidade do crime investigado e a necessidade daquele meio de obtenção da prova, restringe desproporcionadamente o direito à inviolabilidade de um meio de comunicação privada e faculta uma ingerência neste meio para além do que se considera ser constitucionalmente admissível.

Ficar no desconhecimento do juiz, durante tal lapso de tempo, o teor das comunicações interceptadas, significa o desacompanhamento próximo e o controlo judiciais do modo como a escuta se desenvolve, o que se entendeu no citado Acórdão n.º 407/97 — como aqui se entende — colidir com os interesses acautelados pela exigência de conhecimento *imediato* pelo juiz. E impede, ainda, a destruição, em tempo necessariamente breve, dos elementos recolhidos sem interesse relevante para a prova, a que, só por si, não obsta a fixação pelo juiz de um prazo para a intercepção, no termo da qual esta deve findar.

Por outro lado, autorizar novos períodos de escuta, a mero requerimento do Ministério Público, sem que a autorização seja precedida do conhecimento judicial do resultado da intercepção anterior, continua a significar a mesma ausência de acompanhamento e de controlo por parte do juiz, o que pode até traduzir-se em longos períodos (um dos postos telefónicos foi interceptado desde 3 de Novembro de 1995 a 15 de Novembro de 1996 e o outro desde 3 de Abril de 1996 a 12 de Novembro de 1996 e de novo entre 31 de Março de 1997 a 5 de Setembro de 1997) de utilização deste meio de obtenção de prova na disponibilidade total dos órgãos de investigação.

É certo que, tal como a decisão recorrida no Acórdão n.º 407/97, o acórdão impugnado faz apelo às dificuldades práticas — a reconhecida carência de meios técnicos e humanos — para justificar o entendimento dado ao referido inciso 'imediatamente', num quadro de exigências de repressão da criminalidade grave, praticada por redes altamente organizadas.

A esse argumento se respondeu, ainda no Acórdão n.º 407/97, em termos que também aqui se acolhem, que tais dificuldades constituem, num processo crime, ónus do Estado de direito democrático, ónus que não pode estar a cargo do arguido, ainda que, no limite, isso signifique deixar impunes alguns criminosos. Não é de todo admissível num Estado de direito democrático, caracterizado pela publicização do *ius puniendi,* fazer reverter contra o arguido o ónus da escassez de meios e dificuldades na obtenção de prova para o condenar.

Note-se que na nova redacção dada ao artigo 188.º (em especial, no n.º 3) pela Lei n.º 59/98 (actualmente pelo Decreto-Lei n.º 320-C/2000, de 15 de Dezembro) se procurou obviar às alegadas dificuldades de transcrição imediata dos elementos recolhidos, pois esta só será judicialmente ordenada depois de o juiz considerar tais elementos relevantes para a prova.

Resta acrescentar que o Tribunal Constitucional tem apenas poderes para verificar a constitucionalidade de normas, pelo que lhe está vedado 'declarar inválidos todos os actos que dependerem das intercepções telefónicas realizadas, conforme os artigos 122.º e 189.º do CPP', como o recorrente pretende.

Isto significa que é ao tribunal recorrido que compete reformar a sua decisão em conformidade com o presente juízo de constitucionalidade, extraindo dele as consequências pertinentes ao nível do direito infraconstitucional e do concreto processo crime em causa.»

A validade da jurisprudência assim definida foi reafirmada no *Acórdão n.º 528/2003* — que julgou inconstitucional, por violação das disposições conjugadas dos artigos 32.º, n.º 8, 34.º, n.os 1 e 4, e 18.º, n.º 2, da CRP, a norma constante do artigo 188.º, n.º 1, do CPP, na redacção anterior à que foi dada pelo Decreto-Lei n.º 320-C/2000, de 15 de Dezembro, quando interpretada no sentido de não impor que o auto da intercepção e gravação de conversações e comunicações telefónicas seja, de imediato, lavrado e levado ao conhecimento do juiz —, o qual, após transcrição da fundamentação relevante dos Acórdãos n.os 407/97 e 347/2001, acrescentou:

«Agora apenas se referirá que, mais recentemente, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem voltou a ter oportunidade para reiterar a sua jurisprudência em matéria de escutas telefónicas. Tal aconteceu, nomeadamente, nos casos 'PG e JH *vs.* Reino Unido' (Acórdão de 25 de Setembro de 2001) e 'Prado Bugallo *vs.* Espanha' (Acórdão de 18 de Fevereiro de 2003). Neste último acórdão, aquele Tribunal voltou a sublinhar a necessidade de preenchimento, pelas legislações nacionais, das condições exigidas pela sua jurisprudência, designa-

damente nos Acórdãos Kruslin *vs.* França e Huvig *vs.* França, para evitar os abusos a que podem conduzir as escutas telefónicas. Referiu-se, então, nomeadamente, à necessidade de definição das infracções que podem dar origem às escutas, à fixação de um limite à duração de execução da medida, às condições de estabelecimento dos autos das conversações interceptadas, bem como às precauções a tomar para comunicar intactas e completas as gravações efectuadas, de modo a permitir um possível controlo pelo juiz e pela defesa.

Assim sendo, verifica-se que a jurisprudência do Tribunal Constitucional atrás referida, que, como se salientou já, mantém inteira validade e a que aqui integralmente se adere, conduz a que, também no caso dos autos, tenha de considerar-se inconstitucional a interpretação do n.º 1 do artigo 188.º do Código de Processo Penal, na redacção anterior à que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 320-C/2000, de 15 de Dezembro, que foi acolhida pela decisão recorrida. Com efeito, entender que situações como as que ocorreram no presente processo — em que os autos de intercepção e gravação de conversações telefónicas que tinham sido entretanto autorizadas só foram levados ao conhecimento do juiz que as ordenou 38 dias depois de elas terem tido início — são ainda abrangidas pela expressão *imediatamente,* colide frontalmente com os interesses que se pretendem acautelar com aquela exigência, na medida em que impede o seu acompanhamento próximo pelo juiz.

Resta apenas acrescentar, de modo semelhante ao que se fez nos acórdãos deste Tribunal supracitados, que o Tribunal Constitucional somente tem poderes para verificar a constitucionalidade de normas, situando-se já fora do âmbito da sua intervenção retirar as consequências da interpretação da norma com o sentido apontado. Isto significa que é ao tribunal recorrido que compete reformar a sua decisão em conformidade com o presente juízo de constitucionalidade, extraindo dele as consequências pertinentes ao nível do direito infraconstitucional e do concreto processo crime em causa.»

Por seu turno, o *Acórdão n.º 379/2004* — que julgou inconstitucional, por violação das disposições conjugadas dos artigos 32.º, n.º 8, 43.º, n.ºs 1 e 4, e 18.º, n.º 2, da CRP, a norma constante do artigo 188.º, n.º 1, do CPP, quer na redacção anterior quer na posterior à que foi dada pelo Decreto-Lei n.º 320-C/2000, de 15 de Dezembro, quer quando interpretada no sentido de uma intercepção telefónica, inicialmente autorizada por 60 dias, poder continuar a processar-se, sendo prorrogada por novos períodos, ainda que de menor duração, sem que previamente o juiz de instrução tome conhecimento do conteúdo das conversações, quer na interpretação segundo a qual a primeira audição, pelo juiz de instrução criminal, das gravações efectuadas pode ocorrer mais de três meses após o início da intercepção e gravação das comunicações telefónicas —, após sumariar as três decisões anteriormente referidas, acrescentou:

«Ora, verifica-se que esta jurisprudência do Tribunal Constitucional, para cuja fundamentação se remete e se dá aqui por reproduzida, mantém inteira validade para o caso em apreço, o que leva a que se considere inconstitucional a norma constante do artigo 188.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, interpretada no sentido de a intercepção telefónica, inicialmente autorizada por 60 dias, poder continuar a processar-se, sendo prorrogada por dois novos períodos (de 30 dias cada um), sem que previamente o juiz de instrução controle e tome conhecimento do conteúdo das conversações, por violação dos artigos 32.º, n.º 8, 34.º, n.ºs 1 e 4, e 18.º, n.º 2, da Constituição, bem como a mesma norma, na interpretação segundo a qual a primeira audição da gravação das escutas telefónicas pelo juiz de instrução pode ocorrer durante o aludido segundo período de prorrogação.»

Da explanação da jurisprudência do Tribunal Constitucional (o texto integral dos acórdãos anteriormente citados está disponível em www.tribunalconstitucional.pt), cujos traços essenciais foram logo desenhados pelo Acórdão n.º 407/97, resulta que se entendeu constitucionalmente justificado que a admissibilidade da intromissão nas comunicações telefónicas fosse não só alvo de prévia autorização judicial, mas também objecto de acompanhamento judicial ao longo da sua execução. Porém, em caso algum o Tribunal Constitucional teve de enfrentar a questão de saber se o único método constitucionalmente admissível era o da audição, feita pessoalmente pelo juiz, da totalidade das gravações. Nesse sentido, e para além do já enunciado no final do anterior n.º 2.5, a propósito daquele acórdão, o que se exige é um «acompanhamento próximo» e um «controlo do conteúdo» das conversações, com uma dupla finalidade: *i*) fazer cessar, tão depressa quanto possível, escutas que se venham a revelar injustificadas ou desnecessárias, e *ii*) submeter a um «crivo» judicial prévio a aquisição processual das provas obtidas por esse meio (cf. José Manuel Damião da Cunha, «A jurisprudência do Tribunal Constitucional em matéria de escutas telefónicas», in *Jurisprudência Constitucional,* n.º 1, Janeiro-Março de 2004, pp. 50-56). Mas em parte alguma se afirmou que o único método possível de efectuar esses acompanhamento e controlo fosse o da audição pessoal, pelo juiz, da totalidade das escutas, com postergação, por exemplo, da possibilidade de o órgão de polícia criminal coadjuvar o juiz, facultando-lhe a reprodução, na íntegra ou por súmula, das conversações tidas por processualmente relevantes e juntando sempre as fitas gravadas ou elementos análogos (ou mesmo o acesso *online* às escutas), em ordem a assegurar a efectividade do controlo e a possibilitar uma decisão autónoma do juiz. Só no Acórdão n.º 379/2004 se refere a «audição» das gravações pelo juiz, mas essa menção respeita à caracterização da situação de facto ocorrida nesse processo (em que o juiz optou por ouvir pessoalmente as gravações mas só o fez, pela primeira vez, mais de três meses após o início da intercepção e gravação das comunicações telefónicas), não envolvendo, nem explícita nem implicitamente, a erecção desse método como único constitucionalmente admissível.

2.9 — Da exposição precedente já resultam claramente evidenciadas as dúvidas e perplexidades que o regime legal das escutas telefónicas tem suscitado. Mas se, ao nível da jurisprudência constitucional, elas incidiram quase exclusivamente sobre o *tempo* (que não sobre o *modo*) de *acompanhamento judicial da execução da operação,* já a nível da doutrina e da prática judiciária elas têm também incidido sobre os *requisitos da autorização da operação,* reportados ao artigo 187.º do CPP, quer na perspectiva da adequação do «catálogo» de crimes enunciado no seu n.º 2, quer no que concerne a uma clara definição das pessoas cujas conversações podem ser colocadas sob escuta, quer quanto à ausência de uma definição legal da duração das escutas. Designadamente no que respeita à execução da operação, é indefinida a forma de articulação entre órgão de polícia criminal, Ministério Público e juiz, registam-se oscilações quanto à definição do conteúdo do auto (ou dos autos) a elaborar e tem sido salientado o inconveniente da imediata destruição das gravações que o juiz reputou irrelevantes, por assim se eliminar irreversivelmente o aproveitamento de passagens que eventualmente seriam consideradas importantes quer pela acusação quer pela defesa. (Sobre esta temática, cf. Manuel da Costa Andrade, *Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal,* Coimbra, 1992, pp. 272-318, «Sobre o regime processual penal das escutas telefónicas», in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal,* ano I, fasc. 3, Julho-Setembro de 1991, pp. 369-408, e «As escutas telefónicas como meio de obtenção de prova no novo Código de Processo Penal de Macau», in *Revista Jurídica de Macau,* vol. IV, n.º 1, Janeiro-Abril de 1997, pp. 75-92; José António Mouraz Lopes, *Garantia Judiciária no Processo Penal — Do Juiz e da Instrução,* Coimbra, 2000, pp. 40-44, e *A Tutela da Imparcialidade Endoprocessual no Processo Penal Português,* Coimbra, 2005, pp. 141-151; Maria de Fátima Mata-Mouros, *Sob Escuta — Reflexões sobre o Problema das Escutas Telefónicas e as Funções do Juiz de Instrução Criminal,* Cascais, 2003; Manuel Monteiro Guedes Valente, *Escutas Telefónicas — Da Excepcionalidade à Vulgaridade,* Coimbra, 2004; Pedro do Carmo, «Acesso ao auto de transcrição das conversas telefónicas interceptadas e segredo de justiça — Sentido e alcance do disposto pelo artigo 188.º, n.º 5, do Código de Processo Penal», in *Revista do Ministério Público,* ano 24.º, n.º 94, Abril-Junho de 2003, pp. 141-148; Cristina Ribeiro, «Escutas telefónicas: pontos de discussão e perspectivas de reforma», in *Revista do Ministério Público,* ano 24.º, n.º 96, Outubro-Dezembro de 2003, pp. 67-89; e André Lamas Leite, «As escutas telefónicas — Algumas reflexões em redor do seu regime e das consequências processuais derivadas da respectiva violação», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto,* ano I, 2004, pp. 9-58. Embora tendo por objecto imediato a Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, contêm elementos pertinentes ao regime geral das escutas telefónicas os textos de Mário Ferreira Monte, «O registo de voz e de imagem no âmbito do combate à criminalidade organizada e económico-financeira» e «A intercepção e gravação de conversações e comunicações. O registo de voz e de imagem. Alguns aspectos relevantes do actual sistema processual penal», de Carlos Rodrigues de Almeida, «O registo de voz e de imagem — Notas ao artigo 6.º da Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro», e de Rui do Carmo, «Registo de voz e imagem», todos em Centro de Estudos Judiciários, *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira,* Coimbra, 2004, pp. 79-90, 91-106, 107-117 e 169-172, respectivamente.)

Em resultado dessas perplexidades e reflexões, as iniciativas legislativas relativas à revisão do Código de Processo Penal apresentadas na última legislatura — projecto de lei n.º 424/IX, apresentado pelo Bloco de Esquerda, proposta de lei n.º 149/IX e projecto de lei n.º 519/IX, apresentado pelo Partido Socialista (*Diário da Assembleia da República,* IX Legislatura, 2.ª sessão legislativa, 2.ª série-A, n.º 50, de 3 de Abril de 2004, pp. 2214-2219, e 3.ª sessão legislativa, n.º 17, de 20 de Novembro de 2004, pp. 21-40, e n.º 20, de 3 de Dezembro de 2004, pp. 6-118, respectivamente) — propugnam, designadamente: *i*) a elevação de 3 para 5 anos do máximo da pena de prisão aplicável aos crimes que consentem a autorização de escutas; *ii*) a restrição da admissibilidade destas apenas quando não existir outro meio lícito para atingir a descoberta da verdade ou se revelar de superior interesse, face aos demais meios de prova, para esse objectivo; *iii*) a definição das pessoas cujas conversações podem ser interceptadas; *iv*) a instauração de regimes especiais atenta a qualidade dos escutados;

*v*) a exigência de especial fundamentação do despacho autorizador das escutas; *vi*) o estabelecimento de limites temporais para a execução das escutas e respectivas prorrogações; *vii*) o alargamento dos casos de proibição de transcrições.

No que especificamente respeita ao acompanhamento judicial da operação, o projecto de lei n.º 424/IX propõe: *i*) a fixação do prazo máximo de vinte e quatro horas para ser levado ao conhecimento do juiz o auto de intercepção e gravação, com as fitas gravadas e a indicação das passagens consideradas relevantes para a prova; *ii*) a supervisão de todo o processo, especialmente a transcrição em auto, pelo Ministério Público; *iii*) a conservação das gravações não transcritas até ao trânsito em julgado da decisão final, podendo o arguido requerer a sua audição em sede de julgamento ou de recurso para contextualizar as conversações transcritas. A proposta de lei n.º 150/IX estabelece, designadamente, que: *i*) os autos de intercepção e gravação, com as fitas, são levados ao conhecimento do juiz, de 15 em 15 dias, com indicação por parte do Ministério Público das passagens consideradas relevantes para a prova; *ii*) o Ministério Público é ouvido pelo juiz antes de este seleccionar os elementos a consignar em suporte autónomo e a transcrever em auto; *iii*) as fitas e elementos análogos são conservados até ao trânsito em julgado da decisão final, tendo a eles acesso o arguido para efeitos de selecção de mais excertos que entenda relevantes. Por último, o projecto de lei n.º 519/IX prevê que seja o juiz o fixar o período findo o qual o auto com as fitas é levado ao seu conhecimento, acompanhado ou da indicação das passagens e dos dados considerados relevantes para a prova ou mesmo da respectiva transcrição provisória, cabendo ao juiz determinar a transformação desta transcrição provisória em definitiva ou, se não considerar os elementos nela contidos como relevantes, determinar a sua eliminação.

2.10 — Grande parte das questões referenciadas no precedente número têm por suporte a apreciação da adequação do sistema legal actualmente vigente entre nós com as exigências que nesta matéria têm sido estabelecidas pela jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, face ao disposto no artigo 8.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que proclama o direito de qualquer pessoa ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência (n.º 1) e proíbe ingerências da autoridade pública no exercício desse direito, excepto se essa exigência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem-estar económico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infracções penais, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades dos outros (n.º 2).

Na síntese apresentada por Ireneu Cabral Barreto ('A investigação criminal e os direitos humanos', in *Polícia e Justiça — Revista do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais,* III série, n.º 1, Janeiro-Junho de 2003, pp. 43-85, em especial pp. 57-63; e 'A jurisprudência do novo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem', in *Sub Judice — Justiça e Sociedade,* n.º 28, Abril-Setembro de 2004, pp. 9-32, em especial pp. 20 e 21; cf. ainda, do mesmo autor, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem Anotada,* 2.ª ed., Coimbra, 1999, anotações I-5.2 e II-4 e 6.4 ao artigo 8.º, a pp. 184, 193 e 194 e 196; e João Ramos de Sousa, «Escutas telefónicas em Estrasburgo: a activismo jurisprudencial do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem», in *Sub Judice . . .,* cit., pp. 47-55 ):

«A jurisprudência de Estrasburgo, tendo em conta a gravidade da ingerência na vida das pessoas que representa a escuta telefónica, precisou que não basta uma lei a prever essa possibilidade.Para prevenir o risco de arbítrio que o uso desta medida poderia acarretar, entende-se que uma tal lei deve conter uma série de garantias mínimas:

Definir as categorias de pessoas susceptíveis de serem colocadas em escutas telefónicas;
A natureza das infracções que podem permitir essa escuta;
A fixação de um limite de duração dessa medida;
As condições do estabelecimento de processos verbais de síntese consignando as conversas interceptadas;
As precauções a tomar para comunicar, intactos e completos, os registos realizados, para o controlo do juiz e da defesa;
As circunstâncias nas quais pode e deve proceder-se ao apagamento ou destruição das fitas magnéticas, nomeadamente após uma absolvição ou o arquivamento do processo.»

Como refere Gérard Cohen-Jonathan («La Cour européenne des droits de l'homme et les écoutes téléphoniques», in *Revue Universelle des Droits de l'Homme,* vol. 2, n.º 5, 31 de Maio de 1990, pp. 185-191), impõe-se a existência de uma *lei* que preveja a possibilidade de autorização de escutas, lei que deve ser *acessível* e *precisa,* e que se estabeleçam *garantias adequadas,* desde logo definindo com precisão quais as *autoridades competentes* para ordenar ou autorizar as escutas, quais os *crimes* cuja gravidade justifica o uso deste meio de produção de prova e o *grau de suspeita* exigível, não podendo a ingerência ser meramente exploratória. Depois, o acompanhamento da operação há-de ocorrer em três estádios: no momento da ordem ou da autorização, no decurso da operação e após o seu termo, possibilitando às pessoas colocadas sob escuta o direito de acesso às gravações e respectivas transcrições, o direito à eliminação das passagens irrelevantes ou interditas e o direito à destruição ou restituição dos respectivos suportes.

Mas para além das «escutas judiciárias», são ainda admissíveis «escutas administrativas», determinadas pelo poder executivo visando objectivos de segurança interna e externa, as quais devem oferecer igualmente garantias adequadas que afastem o risco de utilização abusiva, garantias que serão naturalmente diferentes das previstas para as «escutas judiciárias», mas que sempre exigirão a possibilidade de recurso aos tribunais, embora apenas *a posteriori.* Essas garantias passam, nalguns países, pela intervenção de entidades independentes, por vezes de origem parlamentar, que acompanham a actuação do executivo (cf. o Acórdão Klass, de 1978, em que o Tribunal Europeu considerou suficientes os recursos judiciais *a posteriori* previstos no direito alemão em caso de intercepção de conversações determinada pelo Governo alemão, para defesa da ordem e segurança numa sociedade democrática e para evitar infracções, sem controlo judicial prévio, e a decisão da Comissão Europeia dos Direitos do Homem, de 10 de Maio de 1985, relativa ao Luxemburgo, ambos citados no artigo de Gérard Cohen-Jonathan).

2.11 — A análise de ordenamentos jurídicos de países cujas normas constitucionais relevantes na matéria são similares às portuguesas revela que o legislador ordinário tem moldado de modo diversificado o regime das escutas telefónicas, designadamente no que respeita à intervenção do juiz, quer na fase de autorização quer na fase de acompanhamento da operação (cf. Mario Chiavario e outros, *Procedure penali d'Europa,* 2.ª ed., Milão, 2001).

Na *Bélgica,* de acordo com as Leis de 10 de Junho de 1998 e de 10 de Janeiro de 1999, a regra é a da autorização pelo juiz de instrução, mas, em casos de urgência, a escuta pode ser determinada pelo Ministério Público, embora sujeita a validação judicial. Só se procede à transcrição das passagens consideradas relevantes, mas mantêm-se intactas as gravações, podendo as partes consultá-las e requerer a transcrição de passagens inicialmente tidas por irrelevantes (*ob. cit.,* pp. 75 e 76).

Na *França,* segundo os artigos 100.º e seguintes do Código de Processo Penal, alterados pela Lei de 10 de Julho de 1991, a ordem de intercepção é dada pelo juiz de instrução, o qual, porém, pode delegar num oficial de polícia judiciária o acompanhamento da operação. As gravações só são destruídas no termo de prescrição do procedimento criminal (*ob. cit.,* pp. 139 e 140).

Na *Alemanha* também é de regra a autorização pelo juiz, mas, em caso de urgência, a intercepção pode ser determinada pelo Ministério Público, sujeita a validação judicial. A ordem de intercepção implica o poder de registo. No julgamento, o juiz pode optar entre a audição das gravações ou a leitura das transcrições (*ob. cit.,* p. 204).

Diversamente, na *Inglaterra,* as escutas são determinadas pelo Ministro do Interior ou pelas autoridades policiais, com mandado ministerial, não tendo o juiz qualquer poder de controlo sobre as intercepções, existindo possibilidade de recurso para uma comissão integrada por advogados nomeados pelo Governo, que verifica o cumprimento das condições legais da intercepção (*ob. cit.,* pp. 258 e 259).

Na *Itália,* também a regra é a de que compete ao juiz de instrução autorizar as intercepções, mas em caso de urgência elas podem ser ordenadas pelo Ministério Público, com subsequente validação judicial (*ob. cit.,* pp. 321 e 322). As comunicações interceptadas são registadas em acta, aí sendo transcrito, ainda que sumariamente, o conteúdo da comunicação interceptada (artigo 268.º do Código de Processo Penal italiano). O registo da intercepção e a acta são transmitidos imediatamente ao Ministério Público, que os deposita na secretaria, sendo de seguida dado conhecimento ao defensor, que pode escutar os registos e examinar os actos, e só então, face às posições assumidas pelas partes interessadas quanto à admissibilidade e relevância das comunicações interceptadas, é que o juiz de instrução manda suprimir os registos cuja utilização é legalmente vedada e admite os que não são manifestamente irrelevantes (artigo 266.º, n.º 6, do mesmo Código) — cf. José António Mouraz Lopes, *A Tutela da Imparcialidade . . .,* cit., pp. 145 e 146, nota 388.

2.12 — Recortado o parâmetro constitucional atendível (n.º 2.2), historiada a evolução legislativa do regime das escutas e perplexidades que suscitou e suscita (n.ºs 2.3, 2.4, 2.6, 2.7 e 2.9), recordada a pertinente jurisprudência do Tribunal Constitucional (n.ºs 2.5 e 2.8) e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (n.º 2.10) e feita sumária referência a sistemas jurídicos próximos (n.º 2.11), cumpre, finalmente, enfrentar o problema de constitucionalidade que vem suscitado no presente recurso.

Importa, desde já, salientar que não está em causa a correcção, ao nível da interpretação e aplicação do direito ordinário, da interpretação normativa acolhida pelo acórdão recorrido, mas tão-só apurar se essa interpretação, assumida como um *dado* da questão, é constitucionalmente conforme.

Do relato da evolução legislativa resulta uma oscilação quanto ao número e conteúdo do «auto de intercepção e gravação». A circunstância de a versão originária do artigo 188.º do CPP aludir a um único auto e de ser o exame desse auto pelo arguido, pelo assistente e pelas pessoas escutadas que lhes possibilitaria inteirarem-se da conformidade das gravações e obterem cópia dos elementos referidos no auto, levou a que se entendesse (cf., supra, n.º 2.3), designadamente no parecer n.º 92/91 (complementar), de 17 de Setembro de 1992, do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, que esse auto não devia conter apenas o registo do acto de intercepção, mas inclusivamente o conteúdo das conversações interceptadas, por transcrição das tidas por relevantes e menção genérica das consideradas destituídas de interesse (cf., supra, n.º 2.4).

A intervenção legislativa consumada pela Lei n.º 59/98 (cf., supra, n.º 2.6) visou afastar esse entendimento, tornando clara a existência de dois autos — um relativo ao acto de intercepção e gravação e outro de transcrições —, sendo ao auto de transcrição que é facultado o acesso por parte do arguido, do assistente e das pessoas escutadas, para efeitos de controlo da fidelidade das mesmas. Simultaneamente, veio prever-se, de forma expressa, a possibilidade de conhecimento, a título excepcional, do conteúdo das comunicações por parte do órgão de polícia criminal antes do seu conhecimento pelo juiz, e a possibilidade de o juiz, na sua tarefa de selecção dos elementos que, por considerados relevantes para a prova, deviam ser transcritos, ser coadjuvado por órgão de polícia criminal.

Finalmente, a alteração operada pelo Decreto-Lei n.º 320-C/2000 veio de novo alterar o conteúdo do auto de intercepção e de gravação. Ele deixou de ser mero auto de registo da efectivação da operação, para dever sempre conter, não a *transcrição* das passagens que o órgão de polícia criminal reputasse relevantes (como entendera o parecer n.º 92/91 da Procuradoria-Geral da República), mas a *indicação* dessas passagens, com o objectivo, que resulta do artigo 4.º da Lei n.º 27-A/2000, de limitar o dever de o juiz ouvir as gravações às passagens indicadas (cf., supra, n.º 2.7). A atribuir-se importância decisiva a esta menção da lei de autorização legislativa, não será eventualmente o mais correcto o entendimento de que o juiz também se pode dispensar de ouvir as gravações relativas às passagens indicadas como relevantes. No entanto — repete-se —, não está em causa a correcção, ao nível da interpretação do direito ordinário, do critério normativo acolhido no acórdão recorrido, mas antes saber se este critério viola, ou não, normas ou princípios constitucionais.

Ora, nesta perspectiva, e atendendo a que, como inicialmente se salientou (cf., supra, n.º 2.2), o n.º 4 do artigo 34.º da CRP permite, embora com carácter de excepcionalidade, a ingerência das autoridades públicas nas telecomunicações, impondo directamente como limitação tratar-se de *matéria de processo criminal* e submetendo-a a *reserva de lei* (mas não a sujeitando explicitamente a *reserva de decisão judicial,* como fizera no precedente n.º 2 quanto à entrada no domicílio dos cidadãos), requisitos estes que se mostram no caso preenchidos, a eventual inconstitucionalidade da interpretação normativa impugnada apenas pode assentar em violação do princípio da proporcionalidade aplicável às restrições dos direitos, liberdades e garantias (artigo 18.º, n.os 2 e 3, da CRP).

No citado Acórdão n.º 407/97 e posterior jurisprudência deste Tribunal que reiterou a doutrina nele definida, sustentou-se que a especial danosidade social desta intromissão nas comunicações implicava, não apenas um controlo judicial do desencadear da operação [não estando ora em causa saber se esse controlo tem de ser sempre prévio ou pode ser de validação de determinação do Ministério Público ou de órgãos de polícia criminal, como é admitido noutros ordenamentos jurídicos (cf., supra, n.º 2.11)], mas um *acompanhamento judicial da própria execução da operação.* Acompanhamento este que deve ser *contínuo e próximo temporal e materialmente da fonte,* mas que não implica necessariamente «que toda a operação de escuta tenha de ser materialmente executada pelo juiz», como uma «visão maximalista» exigiria.

Há que fazer uma interpretação desse requisito jurisprudencial funcionalmente adequada à sua razão de ser. E os propósitos visados consistem, como se assinalou, em propiciar que seja determinada a interrupção da intercepção logo que a mesma se revele desnecessária, desadequada ou inútil, e, por outro lado, fazer depender a aquisição processual da prova assim obtida a um «crivo» judicial quanto ao seu carácter não proibido e à sua relevância.

Ora, o critério normativo adoptado satisfaz minimamente esses objectivos. Com base nas referências, por transcrição ou por resumo, das passagens das conversações que o órgão de polícia criminal (que está sujeito a especiais obrigações de objectividade) considera relevantes — indicações essas que, porque necessariamente acompanhadas do envio ao juiz das fitas gravadas ou elementos análogos, merecem, à partida, um juízo de fidedignidade, atenta a possibilidade efectiva de controlo da sua correspondência ao material gravado —, pode o juiz quer determinar de imediato a interrupção da intercepção revelada desnecessária quer formular juízo próprio sobre a admissibilidade e a relevância dos elementos a transcrever.

Acresce que, em rigor, essa selecção dos elementos a transcrever é necessariamente uma *primeira selecção,* dotada de provisoriedade, podendo vir a ser reduzida ou ampliada. Assiste, na verdade, ao arguido, ao assistente e às pessoas escutadas o direito de examinarem o auto de transcrição, exame que se deve entender não ser apenas destinado a conferir a conformidade da transcrição com a gravação e exigir a rectificação dos erros de transcrição detectados ou de identificação das vozes gravadas, mas também para reagir contra transcrições proibidas (por exemplo, de conversações do arguido com o defensor) ou irrelevantes. Inversamente, deve ser facultado à defesa (e também à acusação) a possibilidade de requerer a transcrição de mais passagens do que as inicialmente seleccionadas pelo juiz, quer por entenderem que as mesmas assumem relevância própria quer por se revelarem úteis para esclarecer ou contextualizar o sentido de passagens anteriormente seleccionadas.

No presente caso, os recorrentes não questionam a admissibilidade e a relevância das transcrições seleccionadas pelo juiz com base nas indicações fornecidas pelo órgão de polícia criminal, indicações com as quais o Ministério Público manifestou plena concordância. O que, no fundo, os recorrentes acabam por considerar inconstitucional é a circunstância de essa forma de coadjuvação dos órgãos de polícia criminal ter sido prestada sem ter sido previamente solicitada, por forma expressa, pelo juiz de instrução. No entanto, a inequívoca aceitação, por parte deste, dessa coadjuvação, torna puramente formal a pretensa irregularidade, que, de modo algum, pode ser considerada como pondo em risco os valores prosseguidos pela exigência, feita pela jurisprudência constitucional, de acompanhamento judicial contínuo e próximo, temporal e materialmente, da fonte.

Conclui-se, assim, que, independentemente de ser essa, ou não, a melhor interpretação do regime legal vigente, não é constitucionalmente imposto que o único modo pelo qual o juiz pode exercitar a sua função de acompanhamento da operação de intercepção de telecomunicações seja o da audição, pelo próprio, da integralidade das gravações efectuadas ou sequer das passagens indicadas como relevantes pelo órgão de polícia criminal, bastando que, com base nas menções ao conteúdo das gravações, com possibilidade real de acesso directo às gravações, o juiz emita juízo autónomo sobre essa relevância, juízo que sempre será susceptível de contradição pelas pessoas escutadas quando lhes for facultado o exame do auto de transcrição.

3 — *Decisão.* — Em face do exposto, acordam em:

*a*) Não julgar inconstitucional a norma do artigo 188.º, n.os 1, 3 e 4, do Código de Processo Penal, interpretado no sentido de que são válidas as provas obtidas por escutas telefónicas cuja transcrição foi, em parte, determinada pelo juiz de instrução, não com base em prévia audição pessoal das mesmas, mas por leitura de textos contendo a sua reprodução, que lhe foram espontaneamente apresentados pela Polícia Judiciária, acompanhados das fitas gravadas ou elementos análogos; e, consequentemente;

*b*) Negar provimento aos recursos, confirmando a decisão recorrida na parte impugnada.

Custas pelos recorrentes, fixando-se a taxa de justiça em 20 unidades de conta.

Lisboa, 25 de Agosto de 2005. — *Mário José de Araújo Torres — Benjamim Rodrigues — Rui Manuel Moura Ramos.*

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

**Deliberação (extracto) n.º 1588/2005.** — Por deliberação da sessão plenária ordinária do Conselho Superior da Magistratura realizada em 8 de Novembro de 2005, o Conselho Superior da Magistratura, no uso dos seus poderes, enquanto órgão de gestão da magistratura judicial, e actuando com vista a assegurar o princípio da celeridade, delibera autorizar a continuação ao serviço, no Supremo Tribunal de Justiça, do conselheiro jubilado Dr. Eduardo de Melo Lucas Coelho até à sessão que imediatamente antecede as férias judiciais de Natal.

21 de Novembro de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra.*

## TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LOULÉ

**Anúncio n.º 188/2005 (2.ª série).** — Torna-se público que nos autos de acção administrativa especial registados sob o n.º 264/04.0BELLE, que se encontram pendentes neste Tribunal, em que é autor Sílvia Cristina Pires Gonçalves Pereira e demandado o Secretário de Estado da Administração Interna, são os contra-interessados citados para, no prazo de 15 dias, se constituírem como contra-interessados no processo acima indicado, nos termos do

artigo 82.º, n.º 1, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, cujo objecto do pedido consiste na anulação do despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 4 de Maio de 2004 e na anulação igualmente do despacho revogatório do director-geral do SEF de 20 de Fevereiro de 2004 ínsito no aviso n.º 3054-A/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 57, de 8 de Março de 2004.

Uma vez expirado o prazo para se constituírem como contra-interessados, consideram-se citados para contestar, no prazo de 30 dias, a acção acima referenciada pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição da secretaria, com a advertência de que a falta de contestação ou a falta nela de impugnação especificada não importa a confissão dos factos articulados pelo autor, mas o Tribunal aprecia livremente essa conduta, para efeitos probatórios.

Na contestação, deve deduzir, de forma articulada, toda a matéria relativa à defesa e juntar os documentos destinados a demonstrar os factos cuja prova se propõe fazer.

Caso não lhe seja facultada, em tempo útil, a consulta ao processo administrativo, disso dará conhecimento ao juiz do processo, permitindo-se que a contestação seja apresentada no prazo de 15 dias contado desde o momento em que o contra-interessado venha a ser notificado de que o processo administrativo foi junto aos autos.

De que é obrigatória a constituição de advogado, nos termos do artigo 11.º, n.º 1, do CPTA.

O prazo acima indicado é contínuo e terminando em dia em que os tribunais estejam encerrados transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

13 de Outubro de 2005. — A Juíza de Direito, *Ana Chinita Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Fernando Manuel Teixeira Neves Júnior.*

## UNIVERSIDADE DO ALGARVE

**Contrato (extracto) n.º 1667/2005.** — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 11 de Novembro de 2005:

Alexandre Bruno Figueira Santos — autorizada a renovação do contrato a termo certo para exercer funções correspondentes a auxiliar técnico na Universidade do Algarve, por um ano, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2006.

15 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

**Contrato (extracto) n.º 1668/2005.** — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 11 de Novembro de 2005:

Ivete Susana Tavares Silva — autorizada a renovação do contrato a termo certo para exercer funções correspondentes a técnico superior na Universidade do Algarve, por um ano, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2006.

15 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

**Contrato (extracto) n.º 1669/2005.** — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 11 de Novembro de 2005:

Luís Alberto de Sousa Gonçalves — autorizada a renovação do contrato a termo certo para exercer funções correspondentes a técnico superior na Universidade do Algarve, por um ano, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2006.

15 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

## Serviços Académicos

**Rectificação n.º 1979/2005.** — Por ter existido um lapso na publicação do curso bietápico em Ortoprotesia, referente à deliberação n.º 1168/2005 (2.ª série), publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 163, de 25 de Agosto de 2005, rectifica-se que, no anexo I, onde se lê «Condições necessárias à concessão do grau de bacharel:

Conclusão do 1.º e 2.º ciclos do curso;»

deve ler-se «Condições necessárias à concessão do grau de licenciado:

Conclusão do 1.º e 2.º ciclos do curso;»

e no anexo II, onde se lê:

**Plano de estudos**

| Disciplina | Escola | Área científica | Semestre | T | T/P | P | S/E | UC | ECTS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1.º ciclo** | | | | | | | | | |
| 1.º ano | | | | | | | | | |
| Anátomo-Fisiologia I | ESSaF | CB | 1.º | 3 | | | | 3 | 6 |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Anátomo-Fisiologia II | ESSaF | CB | 2.º | 3 | | | | 3 | 6 |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| 2.º ano | | | | | | | | | |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Patologia | ESSaF | CAC | 1.º | 2 | 1,5 | | | 3 | 4 |

deve ler-se:

**Plano de estudos**

| Disciplina | Escola | Área científica | Semestre | T | T/P | P | S/E | UC | ECTS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1.º ciclo** | | | | | | | | | |
| 1.º ano | | | | | | | | | |
| Anátomo-Fisiologia I | ESSaF | CB | 1.º | 3 | | | | 3 | 6 |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Anátomo-Fisiologia II | ESSaF | CB | 2.º | 3 | | | | 3 | 6 |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| 2.º ano | | | | | | | | | |
| ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Patologia I | ESSaF | CAC | 1.º | 2 | 1,5 | | | 3 | 4 |

17 de Novembro de 2005. — A Directora, *Julieta Mateus.*

### Serviços de Acção Social

**Despacho n.º 24 960/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 7 de Junho de 2005 do reitor da Universidade do Algarve, foram celebrados contratos individuais de trabalho para exercerem funções nos Serviços de Acção Social da Universidade do Algarve, pelo período de 12 meses, tácita e automaticamente renovável anualmente, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 108/95, de 20 de Maio, sem prejuízo do estabelecido na lei geral do trabalho sobre caducidade e cessação de contratos de trabalho, com:

Emmanuel Gonçalves da Silva, empregado de bar/*snack* — com início em 1 de Setembro de 2005.
Maria Balbina Saramago Conim Brazão, empregada auxiliar de alimentação — com início em 1 de Setembro de 2005.
Jorge Filipe Correia Caracol, empregado de bar/*snack* — com início em 20 de Setembro de 2005.
Lucília Amélia Figueiredo, empregada auxiliar de alimentação — com início em 10 de Outubro de 2005.

(Isentos de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

17 de Novembro de 2005. — O Administrador para a Acção Social, *Amadeu de Matos Cardoso.*

## UNIVERSIDADE DE AVEIRO

**Rectificação n.º 1980/2005.** — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 221, de 17 de Novembro de 2005, a p. 16 083, relativa ao concurso documental para preenchimento de um lugar de professor associado do grupo/subgrupo 5, Física, edital n.º 900/2005, com a referência CD-Q-61-DRH/2005, rectifica-se que onde se lê «VII — O concurso destina-se [. . .] a averiguar o mérito da obra científica dos candidatos, a sua capacidade do consagrado nos artigos 48.º e 49.º, n.º 2, sendo dada preferência aos candidatos com especialização na área da Física da Matéria Condensada: Crescimento e Caracterização de Materiais.» deve ler-se «VII — O concurso destina-se [. . .] a averiguar o mérito da obra científica dos candidatos, a sua capacidade de investigação e o valor da actividade pedagógica já desenvolvida, na observância do consagado nos artigos 48.º e 49.º, n.º 2, sendo dada preferência aos candidatos com especialização na área da Física da Matéria Condensada: Crescimento e Caracterização de Materiais.».

17 de Novembro de 2005. — O Administrador, *José da Cruz Costa.*

## UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

**Despacho (extracto) n.º 24 961/2005 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 22 de Fevereiro de 2005:

Licenciado José Lavrador Gama — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente a convidado, a tempo parcial (10 %) e em regime de acumulação, além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 97/98, de 26 de Agosto.)

17 de Novembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

**Despacho (extracto) n.º 24 962/2005 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 7 de Julho de 2005:

Licenciada Arminda Maria Miguel Jorge — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidada, a tempo parcial (20 %) e em regime de acumulação, além do quadro de pessoal docente da Universidade de Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 97/98, de 26 de Agosto.)

17 de Novembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

**Despacho (extracto) n.º 24 963/2005 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 7 de Julho de 2005:

Licenciado Paulo José Batista da Fonseca Lopes — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidado a tempo parcial (30 %) além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 97/98, de 26 de Agosto.)

17 de Novembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

**Despacho (extracto) n.º 24 964/2005 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 7 de Julho de 2005:

Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Pato — celebrado contrato administrativo de provimento como professora auxiliar convidada a tempo parcial (30 %) e em regime de acumulação além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005, ficando exonerada das anteriores funções na mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Novembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

**Despacho (extracto) n.º 24 965/2005 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 22 de Fevereiro de 2005:

Licenciada Maria del Pilar Villoria Miguel — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidada a tempo parcial (10 %) e em regime de acumulação além do quadro de pessoal docente da Universidade da Beira Interior, por conveniência urgente de serviço, a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 97/98, de 26 de Agosto.)

17 de Novembro de 2005. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro.*

## UNIVERSIDADE DE COIMBRA

### Faculdade de Medicina

**Despacho n.º 24 966/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 27 de Outubro de 2005 do conselho directivo da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (despacho n.º 17 513/2005, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005):

Carla Cristina Mendes Figueiredo — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, para desempenhar funções correspondentes a técnica-adjunta de informática, nível 2, na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra por seis meses, renovável por iguais períodos até ao limite de dois anos, com início em 27 de Outubro de 2005. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2005. — A Directora de Administração, *Célia Maria Ferreira Tavares Cravo.*

## UNIVERSIDADE DE LISBOA

### Serviços de Acção Social

**Despacho (extracto) n.º 24 967/2005 (2.ª série).** — Por despacho do reitor da Universidade de Lisboa de 7 de Novembro de 2005:

Maria Helena Cardoso Catarino — nomeada definitivamente, após concurso e por urgente conveniência de serviço, técnica superior de 1.ª classe de serviço social para o quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa, escalão 1, índice 460, com efeitos a 15 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Novembro de 2005. — A Directora de Serviços, *Valentina Matoso.*

**Despacho (extracto) n.º 24 968/2005 (2.ª série).** — Por despachos do reitor da Universidade de Lisboa de 10 de Novembro de 2005:

Maria da Conceição Quaresma Vieira Melícias — nomeada provisoriamente, após concurso e por urgente conveniência de serviço, assistente administrativa principal para o quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa, escalão 1, índice 222, com efeitos a 15 de Novembro de 2005.

Vera Lúcia Cesário Pereira — nomeada provisoriamente, após concurso e por urgente conveniência de serviço, assistente administrativa principal para o quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa, escalão 1, índice 222, com efeitos a 15 de Novembro de 2005.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Novembro de 2005. — A Directora de Serviços, *Valentina Matoso.*

## Faculdade de Medicina

**Contrato (extracto) n.º 1670/2005.** — Por despacho do vice-reitor de 17 de Outubro de 2005, proferido por delegação do reitor:

Dr.ª Maria Luísa Conceição Farinha Pereira — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente convidada a 40 %, com início a 17 de Outubro de 2005, válido por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos.

Dr.ª Carla Alexandra Valente Quitério Simão — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente convidada a 40 %, com início a 17 de Outubro de 2005, válido por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos.

Dr. Luís Manuel Baptista Dias — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente convidado a 40 %, com início a 17 de Outubro de 2005, válido por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — A Chefe de Divisão, *Isabel Aguiar.*

# UNIVERSIDADE DO MINHO

**Despacho (extracto) n.º 24 969/2005 (2.ª série).** — Por despachos de 11 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Armando Domingos Batista Machado, professor associado de nomeação provisória do grupo disciplinar de Psicologia do quadro da Universidade do Minho — nomeado provisoriamente professor catedrático do mesmo grupo disciplinar e quadro, com efeitos a partir do despacho autorizador, considerando-se exonerado da categoria de professor associado a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Doutora Isabel Maria Costa Soares, professora associada de nomeação definitiva do grupo disciplinar de Psicologia do quadro da Universidade do Minho — nomeada professora catedrática do mesmo grupo disciplinar e quadro, com efeitos a partir do despacho autorizador, considerando-se exonerada da categoria de professor associado a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Doutor Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, professor associado de nomeação definitiva do grupo disciplinar de Psicologia do quadro da Universidade do Minho — nomeado professor catedrático do mesmo grupo disciplinar e quadro, com efeitos a partir do despacho autorizador, considerando-se exonerado da categoria de professor associado a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 970/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 12 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Alberto Filipe Ribeiro de Abreu Araújo, professor auxiliar de nomeação definitiva — nomeado na categoria de professor associado do grupo disciplinar de Pedagogia do quadro da Universidade do Minho, com efeitos a partir da data do despacho autorizador, considerando-se exonerado da categoria de professor auxiliar a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 971/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 29 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor António Rui da Silva Gomes — celebrado contrato administrativo de provimento como professor auxiliar, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 8 de Julho de 2005 e termo em 7 de Julho de 2010, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 195, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, considerando-se rescindido o contrato de assistente a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 972/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 6 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Rui Miguel Soares Pereira — celebrado contrato administrativo de provimento como professor auxiliar, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 13 de Setembro de 2005 e termo em 12 de Setembro de 2010, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 195, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, considerando-se rescindido o contrato de assistente a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 973/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 11 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutora Maria Alexandra de Jesus Lázaro — celebrado contrato administrativo de provimento como professora auxiliar, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 14 de Setembro de 2005 e termo em 13 de Setembro de 2010, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 195, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, considerando-se rescindido o contrato de assistente a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 974/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 28 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Hans Heinrich Schemann — celebrado contrato administrativo de provimento como professor convidado equiparado a professor catedrático, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 3 de Setembro de 2005 e termo em 28 de Fevereiro de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 300, escalão 2, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

**Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.**

O conselho científico do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho apreciou, em reunião de 25 de Maio, a proposta de contratação apresentada pelo Departamento de Estudos Germanísticos de Hans Heinrich Schemann, *doctor philosophiae* pela Universidade de Hamburgo.

A proposta de convite veio acompanhada dos pareceres previstos no n.º 2 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, elaborados pelos Doutores Maria Manuela Gouveia Delille, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Alfred Opitz, professor catedrático do Departamento de Estudos Alemães da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e Erwin Koller, professor convidado equiparado a professor catedrático do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.

Com base nestes pareceres e na análise do *curriculum vitae,* o conselho científico aprovou, por unanimidade dos membros em exercício efectivo de funções, a contratação de Hans Heinrich Schemann como professor convidado equiparado a professor catedrático a 100 %, sem

exclusividade, a partir de 3 de Setembro de 2005 e até 28 de Fevereiro de 2006.

25 de Maio de 2005. — O Presidente, *Fernando Augusto Machado*.

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 975/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 29 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Alan Evans — celebrado contrato administrativo de provimento como professor convidado equiparado a professor auxiliar, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005 e termo em 31 de Agosto de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 195, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

**Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.**

O conselho científico da Escola de Ciências analisou a proposta de contratação do Doutor Alan Evans como professor auxiliar convidado equiparado a professor auxiliar do grupo disciplinar de Química Física apresentada pelo conselho do Departamento de Química. O conselho, tendo analisado o *curriculum vitae* do Doutor Alan Evans e tomado conhecimento dos pareceres elaborados por três especialistas, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do conselho do Departamento de Química.

25 de Maio de 2005. — O Presidente do Conselho Científico da Escola de Ciências, *João Fernando Alves Ferreira.*

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 976/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 14 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado João José Fernandes Cardoso de Araújo Cerqueira — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidado a 40 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005 e termo em 14 de Setembro de 2006, renovável por sucessivos períodos de três anos, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 977/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 30 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado Mário Nélson Morais Freitas — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidado a 30 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005 e termo em 31 de Agosto de 2006, renovável por sucessivos períodos de três anos, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 978/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 12 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado José Alberto da Cunha Martins Peixoto — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidado a 30 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005 e termo em 31 de Agosto de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 155, escalão 3, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 979/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 11 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Mestre Fernando Gonçalves Ferreira Alves — celebrado contrato administrativo de provimento como leitor a 100 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 16 de Setembro de 2005 e termo em 15 de Setembro de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 980/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 28 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado Onno Andreas Franciscus Haar — celebrado contrato administrativo de provimento como leitor a 100 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 20 de Setembro de 2005 e termo em 19 de Setembro de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 981/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 14 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Ana Maria Cea Álvarez — celebrado contrato administrativo de provimento como leitora a 100 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 19 de Setembro de 2005 e termo em 18 de Setembro de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 982/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 28 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Habiba Chafai — celebrado contrato administrativo de provimento como leitora a 30 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 20 de Setembro de 2005 e termo em 19 de Setembro de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 983/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 11 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Mestre Maria Salomé Faria Braga Osório — celebrado contrato administrativo de provimento como leitora a 30 %, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005 e termo em 31 de Agosto de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente ao índice 140, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 984/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 28 de Julho de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Maria Vasilevskaya — celebrado contrato administrativo de provimento como monitora, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 20 de Setembro de 2005 e termo em 19 de Setembro de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente a 40 % do índice 100, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 985/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 12 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado Sérgio Filipe Rocha Vieira — celebrado contrato administrativo de provimento como monitor, por conveniência urgente

de serviço, com efeitos a partir de 16 de Setembro de 2005 e termo em 15 de Setembro de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente a 40 % do índice 100, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

**Despacho (extracto) n.º 24 986/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 14 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutora Maria Alcina Alpoim de Sousa Pereira — celebrado contrato administrativo de provimento como monitora, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005 e termo em 15 de Fevereiro de 2006, com direito ao vencimento mensal correspondente a 40 % do índice 100, escalão 1, a que se refere o anexo I do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

## Reitoria

**Resolução n.º 72/2005 (2.ª série).** — Considerando o disposto no artigo 25.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e no n.º 2 do artigo 20.º dos Estatutos da Universidade do Minho;

Havendo necessidade de adequar a estrutura orgânica da Escola Superior de Enfermagem (integrada pelo Decreto-Lei n.º 175/2004, de 21 de Julho) ao modelo da Universidade do Minho, com a criação de um lugar de secretário de escola;

Verificando-se a existência de dois lugares de chefe de secção ocupados na Escola Superior de Enfermagem que importa contemplar no quadro desta Universidade;

Havendo necessidade de dotar o Departamento Autónomo de Arquitectura de um lugar de chefe de secção para assegurar a coordenação administrativa do referido Departamento:

O senado universitário, em sessão plenária de 24 de Outubro de 2005, determina que a orgânica administrativa, no que respeita aos lugares dirigentes e de chefia das unidades orgânicas, passe a ser a constante do anexo à presente resolução.

24 de Outubro de 2005. — O Reitor, *A. Guimarães Rodrigues.*

ANEXO

| Unidade orgânica | Orgânica administrativa | Lugares de dirigentes e de chefia | |
|---|---|---|---|
| | | Número | Categoria |
| Reitoria | Gabinete de Protocolo | 1 | Chefe de divisão. |
| | Divisão Académica | 1 | Chefe de divisão. |
| | Secretaria do senado, assembleia e conselho cultural | 1 | Chefe de secção. |
| | Serviço de Apoio ao Reitor | 1 | Chefe de divisão. |
| | Gabinete do Reitor | 1 | Chefe de secção. |
| | Secretaria da Reitoria | 1 | Chefe de secção. |
| | Serviços da Reitoria em Guimarães | 1 | Chefe de secção. |
| | Gabinete de Comunicação, Informação e Imagem | 1 | Chefe de divisão. |
| | Gabinete de Apoio a Projectos | 1 | Chefe de divisão. |
| | Gabinete de Relações Internacionais | 1 | Chefe de divisão. |
| Escolas | Secretário de escola | 10 | Secretário de escola. |
| | Secretarias | 14 | Chefe de secção. |
| Unidades culturais | Direcção do Arquivo Distrital | 1 | Director de serviços. |
| | Secção de Paleografia | 1 | Chefe de secção. |
| | Secretaria | 1 | Chefe de secção. |
| | Direcção da Biblioteca Pública | 1 | Director de serviços. |
| | Divisão de Publicações Periódicas e Fundos Especiais | 1 | Chefe de divisão. |
| | Secção de Leitura Infantil e Juvenil | 1 | Chefe de secção. |
| | Secretaria | 1 | Chefe de secção. |
| Serviços centrais | Direcção de Recursos Humanos | 1 | Director de serviços. |
| | Núcleo de Abonos, Assiduidade e Segurança Social | 2 | Chefe de secção. |
| | Núcleo de Contratação, Expediente e Arquivo | 1 | Chefe de secção. |
| | Direcção Financeira e Patrimonial | 1 | Director de serviços. |
| | Núcleo de Contabilidade | 2 | Chefe de secção. |
| | Núcleo de Aprovisionamento e Património | 1 | Chefe de secção. |
| | Gabinete de Sistemas de Informação | 1 | Director de serviços. |
| | Divisão de Desenvolvimento de Aplicações | 1 | Chefe de divisão. |
| | Divisão de Apoio e Manutenção de Sistemas | 1 | Chefe de divisão. |
| | Gabinete de Organização e Auditoria | 1 | Chefe de divisão. |
| Serviços | Serviços Técnicos: | | |
| | Direcção de Serviços | 1 | Director de serviços. |
| | Divisão de Planeamento e Gestão de Projectos | 1 | Chefe de divisão. |
| | Divisão de Conservação e Manutenção | 1 | Chefe de divisão. |
| | Divisão para a Qualidade e Segurança | 1 | Chefe de divisão. |
| | Secretaria-Geral | 1 | Chefe de secção. |
| | Secção de Serviços Administrativos e Operativos | 1 | Chefe de secção. |
| | Secção de Serviços Administrativos de Apoio ao Planeamento e à Gestão de Projectos. | 1 | Chefe de secção. |

| Unidade orgânica | Orgânica administrativa | Lugares de dirigentes e de chefia | |
|---|---|---|---|
| | | Número | Categoria |
| | Direcção dos Serviços Académicos | 1 | Director de serviços. |
| | Secretaria | 1 | Chefe de secção. |
| | Divisão de Alunos (*a*) | 2 | Chefe de divisão. |
| | Secção de Atendimento de Utentes (*a*) | 2 | Chefe de secção. |
| | Secção de Processamento, Cadastro e Diplomas (*a*) | 2 | Chefe de secção. |
| | Divisão Pedagógica | 1 | Chefe de divisão. |
| | Secção de Graus Académicos e Estatísticas | 1 | Chefe de secção. |
| | Divisão de Pós-Graduação | 1 | Chefe de divisão. |
| | Secretaria de Pós-Graduação | 1 | Chefe de secção. |
| | Direcção dos Serviços de Documentação | 1 | Director de serviços. |
| | Divisão de Biblioteconomia | 1 | Chefe de divisão. |
| | Divisão de Informação | 1 | Chefe de divisão. |
| | Secretaria | 1 | Chefe de secção. |
| | Serviço de Comunicações | 1 | Chefe de divisão. |
| | Serviço de Apoio Informático à Aprendizagem | 1 | Chefe de divisão. |

(*a*) Um lugar no Pólo de Braga e um lugar no Pólo de Guimarães.

## UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

### Faculdade de Ciências Médicas

**Despacho (extracto) n.º 24 987/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 4 de Novembro de 2005, proferido no uso de delegação de competências:

Doutor António José Murinello de Sousa Guerreiro, professor catedrático desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País nos períodos de 12 a 14 de Outubro e de 21 a 24 de Novembro de 2005.

7 de Novembro de 2005. — O Director, *António B. Rendas.*

**Despacho (extracto) n.º 24 988/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 25 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Licenciado Pedro Manuel Lino Soares de Oliveira — autorizada a rescisão do contrato de assistente convidado desta Faculdade a partir de 1 de Outubro de 2005.

Licenciada Maria Isabel Castelão Pereira Catela Mota — autorizada a rescisão do contrato de assistente convidada desta Faculdade a partir de 1 de Outubro de 2005.

Licenciado João Pedro Torres de Carvalho Teixeira de Vasconcelos — autorizada a rescisão do contrato de monitor desta Faculdade a partir de 25 de Setembro de 2005.

Licenciado Pedro Carlos Santos de Melo — autorizada a rescisão do contrato de monitor desta Faculdade a partir de 25 de Setembro de 2005.

(Não carece de anotação do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2005. — O Director, *António Manuel Bensabat Rendas.*

**Despacho (extracto) n.º 24 989/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 9 de Novembro de 2005, proferido no uso de delegação de competências:

Doutor José Eduardo Sousa Lobo Djalme de Azevedo, professor auxiliar convidado desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 11 a 17 de Novembro de 2005.

Doutora Ana Isabel Lopes Francisco Moura Santos, professora auxiliar desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 11 a 21 de Novembro de 2005.

16 de Novembro de 2005. — O Director, *António B. Rendas.*

**Despacho (extracto) n.º 24 990/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 9 de Novembro de 2005, proferido no uso de delegação de competências:

Doutor José Alberto de Sousa de Salis Amaral, professor catedrático desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro fora do País nos períodos de 18 a 20 de Novembro e de 13 a 18 de Dezembro de 2005.

16 de Novembro de 2005. — O Director, *António B. Rendas.*

**Despacho (extracto) n.º 24 991/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 3 de Novembro de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Susana Maria Garcia Correia da Silva, auxiliar técnica do quadro de nomeação definitiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa — reclassificada como assistente administrativa em comissão de serviço extraordinária da mesma Faculdade, com efeitos a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Novembro de 2005. — O Director, *António Manuel Bensabat Rendas.*

### Instituto de Higiene e Medicina Tropical

**Despacho (extracto) n.º 24 992/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 25 de Outubro de 2005 do director do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, proferido por delegação de competências, e anuência do presidente do conselho directivo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi autorizada a transferência, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal do Instituto de Higiene e Medicina Tropical do técnico superior principal João Carlos Mingachos de Oliveira, com efeitos a 12 de Dezembro de 2005.

15 de Novembro de 2005. — A Secretária Executiva, *Maria José de Freitas.*

**Despacho (extracto) n.º 24 993/2005 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 8 de Novembro de 2005, foi autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de professora auxiliar convidada, da disciplina de Bacteriologia, em regime de exclusividade, de Suzana Correia de Matos David, por um ano, renovável até ao máximo de três vezes, com efeitos a 9 de Novembro de 2005.

**Relatório do conselho científico do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, que fundamentou o convite da contratação de Suzana Correia de Matos David como professora auxiliar convidada.**

Em face dos relatórios emitidos pelas Doutoras Maria Amélia Afonso Grácio e Filomena da Luz Martins Pereira Pinto Exposto,

professoras catedrática e associada do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, respectivamente, e Doutor Jorge Luís Marques da Silva de Atouguia, professor auxiliar do mesmo Instituto, conclui-se que a Doutora Suzana Correia de Matos David tem competência na docência e investigação na área da bacteriologia, resultante sobretudo das suas actividades no Instituto de Higiene e Medicina Tropical, tendo orientado estagiários de licenciatura e estudantes de doutoramento e de mestrado e publicado artigos em revistas científicas nacionais e estrangeiras de elevada reputação.

Face ao exposto, a Doutora Suzana Correia de Matos David tem aptidões comprovadas para o cargo em que é proposta a sua contratação.

21 de Outubro de 2005. — A Presidente do Conselho Científico, *Maria Amália Afonso Grácio.*

18 de Novembro de 2005. — A Técnica de 1.ª Classe, *Maria Odete Serpa Antunes.*

### Instituto de Tecnologia Química e Biológica

**Despacho n.º 24 994/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 31 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Professor José Nuno Aguiar Canongia Lopes, professor auxiliar convidado — celebrado contrato administrativo de provimento a tempo integral (sem dedicação exclusiva) com o Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa, a 0 %, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

**Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.**

O Doutor José Nuno Aguiar Canongia Lopes é um especialista em termodinâmica molecular, tendo-se tornado recentemente num nome de referência internacional em simulações moleculares, nomeadamente na sua vertente de aplicação na área dos líquidos iónicos. A sua colaboração nesta área tem sido de grande importância para o Instituto de Tecnologia Química e Biológica.

22 de Novembro de 2005. — O Director, *Peter Frank Lindley.*

## UNIVERSIDADE DO PORTO

### Secretaria-Geral

**Aviso n.º 11 053/2005 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 17 de Novembro de 2005, sob proposta do conselho científico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, foi autorizada a alteração de 10 para 7 do número mínimo de alunos necessário para o funcionamento do curso integrado de estudos pós-graduados em Tradução Literária (Inglês-Português) da Faculdade de Letras desta Universidade para o ano lectivo de 2005-2006, publicado, pelo aviso n.º 5549/2005 (2.ª série), no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 105, de 1 de Junho de 2005.

18 de Novembro de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

## UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

### Instituto Superior de Economia e Gestão

**Despacho n.º 24 995/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 6 de Setembro de 2004, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 25 de Março de 2004:

Jorge Manuel da Silva e Sousa — reconduzido por um quinquénio no exercício das funções de professor auxiliar convidado, a tempo parcial (50 %), além do quadro, com efeitos a partir de 3 de Outubro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

**Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.**

1 — Actividade docente — no período em referência, o professor Silva e Sousa foi responsável pela disciplina de Introdução ao Direito nas licenciaturas de Gestão e Finanças (nos anos lectivos de 1999-2000 a 2003-2004, ininterruptamente).

Ao nível da pós-graduação, leccionou as disciplinas de Direito do Ambiente e Energia (em todo o período compreendido pelo relatório, à excepção do ano lectivo de 2000-2001), Direito Comunitário (1999-2000 e 2000-2001) e Direito Financeiro Orçamental (2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004).

O Professor Silva e Sousa foi, ainda, responsável pela orientação de dissertação de mestrado em Economia e Política da Energia do Ambiente.

2 — Investigação — o professor Silva e Sousa prosseguiu o seu trabalho de elaboração da tese de doutoramento em Direito, tendo feito entrega da respectiva dissertação, intitulada «Inquérito parlamentar e separação de poderes», na Universidade Católica Portuguesa. Nestes termos, entrou na fase final de doutoramento, aguardando pela decisão do júri sobre aceitação da tese e consequente fixação de provas públicas de defesa da dissertação (conforme cartas juntas, da autoria dos professores Rui Medeiros e Jorge Miranda).

O professor Silva e Sousa elaborou, ainda, diversos trabalhos de investigação que se encontram a aguardar publicação.

3 — Considerando a intensa e vasta actividade docente desenvolvida pelo Professor Silva e Sousa no período em análise, o trabalho de investigação realizado, que culminou com a entrega da dissertação de doutoramento, bem como as necessidades de assegurar o serviço docente atribuído à Secção de Direito, a nível da licenciatura e do ensino pós-graduado, somos de parecer que deverá ser renovado o contrato do professor Jorge Manuel da Silva e Sousa, em idênticos termos aos do contrato cessante.

Os Relatores: *João Carlos Carvalho das Neves — João Luís Correia Duque.*

26 de Outubro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Vítor da Conceição Gonçalves.*

**Despacho n.º 24 996/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 3 de Setembro de 2004, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 25 de Março de 2004:

Manuel Henrique de Freitas Pereira — reconduzido por um quinquénio no exercício das funções de professor associado convidado, a tempo parcial (0 %), além do quadro, com efeitos a partir de 9 de Julho de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

**Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.**

1 — Durante o período a que se refere o relatório em análise (1999-2004), o mestre Manuel Henrique de Freitas Pereira, professor associado convidado, desempenhou no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), em especial, as seguintes actividades docentes:

*a*) Leccionação e responsável pelas disciplinas de Fiscalidade e de Gestão Fiscal da licenciatura em Gestão;
*b*) Elaboração de oito textos de apoio bibliográfico para uso pelos alunos da disciplina, o que constitui um verdadeiro manual de fiscalidade, que será publicado, em princípio, ainda durante 2004;
*c*) Leccionação e responsável da disciplina Gestão Fiscal no mestrado em Gestão/MBA;
*d*) Leccionação e responsável de disciplinas de Fiscalidade nas seguintes pós-graduações: Gestão de Bancos e Seguradoras, Análise Financeira e Gestão e Avaliação Imobiliária;
*e*) Docência na Academia Militar ao abrigo do protocolo com o ISEG de 1999 a 2002;
*f*) Membro de júri em provas de mestrado no Instituto Superior de Economia e Gestão e na Universidade Aberta;
*g*) Colaborou, através de diversas comunicações, em duas conferências internacionais em 2000 e 2004 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tem participado com lições na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no curso de pós-graduação de Direito Fiscal, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto na pós-graduação em Direito e Gestão do Ambiente e na Universidade Autónoma de Lisboa, também sobre o mesmo tema.

Neste período tem um conjunto de artigos publicados em diversas revistas nacionais e internacionais, nomeadamente na *Revista Jurídica do Urbanismo e Ambiente,* nos *Cadernos de Economia,* no *European Taxation e* nos *Cahiers de Droit Fiscal International.* O seu trabalho é referenciado em diversos livros e manuais de direito fiscal, assim como em inúmeras teses de mestrado, assim como em termos de jurisprudência, pelo Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal Administrativo e Tribunal Central Administrativos em muitos dos seus acórdãos.

Colabora ainda como membro do *editorial board* do *Portuguese Journal of Management Studies,* do ISEG, membro da comissão de redacção da revista *Fiscalidade,* do ISEG, e colaborador permanente de *Revisores e Empresas,* da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

É também presidente da mesa da assembleia geral da AMBA ISEG, Associação dos Antigos Alunos do MBA do ISEG.

Participou como orador em diversas conferências, incluindo o seminário sobre política fiscal organizado no Palácio de Belém pelo Presidente da República.

É juiz conselheiro do Tribunal de Contas desde 22 de Janeiro de 1998.

Nas funções acima indicadas e noutras ligadas ao ISEG, é de assinalar o seu desempenho e a sua competência e dedicação.

Considerando todos os elementos curriculares que foram fornecidos e o conhecimento que temos do seu trabalho, somos de parecer que o mestre Manuel Henrique de Freitas Pereira reúne todas as condições para que se justifique a sua recondução.

Os Relatores: *João Carlos Carvalho das Neves — João Luís Correia Duque.*

26 de Outubro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Vítor da Conceição Gonçalves.*

**Despacho n.º 24 997/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 6 de Setembro de 2004, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 25 de Março de 2004:

Manuel São Pedro Ramalhete — reconduzido por um quinquénio no exercício das funções de professor auxiliar convidado, a tempo parcial (20 %), além do quadro, com efeitos a partir de 3 de Outubro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

**Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.**

O Prof. Doutor Manuel Ramalhete, no período de 1999-2004, leccionou três disciplinas da licenciatura em Gestão. Enquanto responsável de duas destas disciplinas, devo relevar a sua competência profissional e participação activa no trabalho das equipas docentes. Foi, ainda, responsável e docente único de uma disciplina da licenciatura em MAEG no ano em que ocorreu alteração do plano de estudos da qual resultou novo programa e bibliografia. O professor Ramalhete desenvolveu as actividades que lhe competiam com dedicação e rigor, segundo me foi dado observar como membro da comissão criada no Departamento de Matemática para acompanhar a remodelação da licenciatura MAEG.

Para além de uma vasta experiência de docência, o professor Ramalhete é co-autor de um livro referência para o ensino da Investigação Operacional. Assim, ao longo de muitos anos de trabalho no Instituto Superior de Economia e Gestão, tem demonstrado muito boas qualidades técnico-científicas, pedagógicas e de relacionamento com os alunos.

De notar que, no período em causa, o professor Ramalhete esteve durante um ano destacado no Ministério da Economia.

Em face do exposto, sou de parecer favorável à recondução do Prof. Doutor Manuel Ramalhete como professor auxiliar convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão.

A Relatora, *Margarida Maria Gonçalves Vaz Pato.*

**Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.**

No período a que se refere este parecer, o Prof. Doutor Manuel Ramalhete desenvolveu intensa actividade de leccionação de disciplinas da área da investigação operacional, com elevada competência, sendo de destacar a responsabilidade de duas disciplinas. Atendendo ao trabalho realizado, sou de parecer que o Prof. Doutor Manuel Ramalhete deve ser reconduzido na categoria de professor auxiliar convidado.

O Relator, *Carlos Alberto da Silva Ribeiro.*

26 de Outubro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Vítor da Conceição Gonçalves.*

**Despacho n.º 24 998/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa de 3 de Setembro de 2004, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 25 de Março de 2004:

Vítor Duarte Corado Simões — reconduzido por um quinquénio no exercício das funções de professor auxiliar convidado além do quadro, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

**Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.**

1 — Durante o período a que se refere o relatório em análise, o licenciado Vítor Duarte Corado Simões, professor auxiliar convidado, desempenhou no Instituto Superior de Economia e Gestão, em especial, as seguintes actividades docentes, no período que decorre entre Junho de 1999 e Maio de 2004:

*a*) Responsável pelas disciplinas de Gestão Internacional e de Inovação e Tecnologia, no mestrado em Gestão/MBA, e de Estratégias de Internacionalização da Empresa, no mestrado em Gestão e Estratégia Industrial;
*b*) Orientação de quatro dissertações de mestrado discutidas com sucesso e cinco teses concluídas que aguardam discussão;
*c*) Participação em cinco júris de mestrado;
*d*) Apoio a dois doutorandos, ainda que de forma informal;
*e*) Participação em diversos projectos de investigação colaborando com colegas de outras universidades nacionais e internacionais;
*f*) Apresentou diversos *papers* em conferências internacionais sujeitas a *blind refeering;*
*g*) Publicou artigos em revistas nacionais como a *Comportamento Organizacional e Gestão* e tem um artigo em revisão para publicação no Journal of International Entrepreneuship;
*h*) Tem diversos capítulos de livros publicados em língua portuguesa e inglesa. É membro do conselho editorial da Management International Review e dos Cuadernos de Economia y Dirección de la Empresa;
*i*) Tem colaborado como *referee* em diversas revistas, nomeadamente na *Estudos de Gestão,* e nas conferências da European International Business Academy e Academy of International Business;
*j*) É membro do conselho directivo da European International Business Academy.

Colaborou, através de diversas comunicações, em duas conferências internacionais em 2000 e 2004 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tem participado com lições na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no curso de pós-graduação de Direito Fiscal, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto na pós-graduação em Direito e Gestão do Ambiente e na Universidade Autónoma de Lisboa, também sobre o mesmo tema.

Nas funções acima indicadas e noutras ligadas ao Instituto Superior de Economia e Gestão, é de assinalar o seu desempenho e a sua competência e dedicação.

Considerando todos os elementos curriculares que foram fornecidos e o conhecimento que temos do seu trabalhos, somos de parecer que o Dr. Vítor Duarte Corado Simões reúne todas as condições para que se justifique a sua recondução.

Os Relatores: *João Carlos Carvalho das Neves — Carlos Manuel Pereira da Silva.*

26 de Outubro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Vítor da Conceição Gonçalves.*

## UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

### Reitoria

**Despacho (extracto) n.º 24 999/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 9 de Novembro de 2005 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foram designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de mestrado em Biologia e Geologia para o Ensino requeridas pelo licenciado em Ensino de Biologia e Geologia Nuno Manuel Leite e Silva Torrinhas Amaro:

Presidente — Doutora Ana Maria Pires Alencoão, professora associada da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Vogais:

Doutora Maria Alice de Sousa Macedo Fontes da Costa, professora associada com agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Doutor José Alberto Gomes Precioso, professor auxiliar do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

11 de Novembro de 2005. — Pelo Reitor, *(Assinatura ilegível.)*

**Despacho (extracto) n.º 25 000/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 9 de Novembro de 2005 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de mestrado em Biologia e Geologia para o Ensino requeridas pela licenciada em Biologia/Geologia (ensino de) Laura Isabel Fonseca Cordeiro:

Presidente — Doutor Dario Joaquim Simões Loureiro dos Santos, professor auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Vogais:

Doutora Maria da Conceição Medeiros Martins Duarte, professora associada com agregação do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
Doutora Maria Alice de Sousa Macedo Fontes da Costa, professora associada com agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Doutor António Augusto Fontaínhas Fernandes, professor associado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

11 de Novembro de 2005. — Pelo Reitor, *(Assinatura ilegível.)*

**Despacho (extracto) n.º 25 001/2005 (2.ª série).** — Por despacho reitoral de 31 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foram designados os seguintes professores para fazerem parte do júri do concurso documental para professor catedrático na área de Educação — Filosofia da Educação, conforme edital publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 51, de 14 de Março de 2005:

Presidente — Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Vogais:

Doutor João José dos Santos Matos Boavida, professor catedrático da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
Doutor António Manuel Seixas Sampaio da Nóvoa, professor catedrático da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
Doutor Adalberto Artur Vieira Dias Carvalho, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Doutor Manuel Ferreira Patrício, professor catedrático da Universidade de Évora.
Doutor Carlos da Costa Assunção, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Doutor José Nunes Esteves Rei, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

15 de Novembro de 2005. — Pelo Reitor, *(Assinatura ilegível.)*

### Serviços de Acção Social

**Aviso n.º 11 054/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se o mapa de subsídios atribuídos pelo conselho administrativo dos Serviços de Acção Social da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro no 1.º semestre de 2005:

| Data do despacho | Entidades | Importância (em euros) |
|---|---|---|
| 31-1-2005 | Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AAUTAD) ..... | 7 916,67 |
| 31-3-2005 | Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AAUTAD) ..... | 18 200,78 |
| 15-4-2005 | Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AAUTAD) ..... | 256,60 |
| 12-5-2005 | Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AAUTAD) ..... | 20 634,91 |
| 29-6-2005 | Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AAUTAD) ..... | 13 860,16 |
| 18-5-2005 | Rádio Universidade Marão ..... | 2 000 |
| 29-6-2005 | Rádio Universidade Marão ..... | 2 988,60 |

30 de Setembro de 2005. — O Administrador, *Francisco Miguel Rodrigues.*

## INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

**Despacho n.º 25 002/2005 (2.ª série).** — 1 — Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e nos artigos 17.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, delego nos titulares dos cargos a seguir assinalados o exercício da competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e execução de empreitadas de obras públicas, cujo valor global não ultrapasse € 4987,98.

2 — São abrangidos pelo presente despacho os seguintes cargos:

Coordenador do projecto «Estudos de avaliação e acompanhamento da implementação da reforma do ensino superior», Luís Capucha;
Coordenador do projecto «Modelização das políticas e das práticas de inclusão social das pessoas com deficiência em Portugal», Luís Capucha;
Coordenador do projecto «Caixa mágica/Linus 2005», Paulo Trezentos;
Coordenador do projecto «Julgados de paz», Eduarda Gonçalves.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto proferidos pelos mencionados titulares no âmbito dos poderes agora delegados.

27 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Luís Antero Reto.*

**Despacho n.º 25 003/2005 (2.ª série).** — 1 — Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e dos artigos 17.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, delego nos titulares dos cargos a seguir assinalados o exercício da competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e execução de empreitadas de obras públicas, cujo valor global não ultrapasse € 4987,98.

2 — São abrangidos pelo presente despacho os seguintes cargos:

Coordenador do mestrado em Administração e Políticas Públicas (ISLAL — Leiria) — Juan Mozzicaffredo;
Coordenador do mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais — Alan Stoleroff;
Coordenador do mestrado em Família e Sociedade — Anália Torres e Maria das Dores Guerreiro;

Coordenador do mestrado em Riscos, Traumas e Sociedade — António Pedro Dores e Manuel João Santos Bessa;
Coordenador do mestrado em Antropologia — Multiculturalismo e Identidades — Miguel Vale de Almeida;
Coordenadores do mestrado em Museologia: Conteúdos Expositivos — Jorge de Freitas Branco e Luísa Tiago de Oliveira;
Coordenador do mestrado em Reabilitação Urbana e Arquitectónica — Manuel Teixeira;
Coordenador do mestrado e pós-graduação em Economia Social e Solidária — Rogério Roque Amaro;
Coordenador do mestrado em Economia e Políticas Públicas — José Maria Castro Caldas;
Coordenadora do mestrado em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos — Fátima Suleman;
Coordenador do mestrado em Engenharia Informática e das Telecomunicações — Américo Correia;
Coordenador do mestrado em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais — Pedro Faria Lopes;
Coordenador do mestrado em Gestão de Sistemas de Informação — Pedro Nogueira Ramos;
Coordenador do mestrado em História das Relações Internacionais — Luís Nuno Rodrigues;
Coordenador da pós-graduação em Jornalismo — José Rebelo;
Coordenadora da pós-graduação e curso de especialização em Gestão da Diversidade e Comunidades de Prática — Ângela Barreto Xavier;
Coordenadora do curso de especialização em Protecção de Menores — Manuela Calheiros;
Coordenador do curso de mestrado em Contabilidade — Isabel Lourenço;
Coordenador do curso de mestrado em Planeamento a Avaliação de Processos de Desenvolvimento — Isabel Guerra;
Coordenador do curso de mestrado de Finanças — Clara Costa Raposo;
Coordenador do curso de mestrado de Gestão de Empresas (Lisboa) — Nélson dos Santos António;
Coordenador do curso de mestrado de Gestão de Empresas (Viseu) — Reinaldo Gomes Proença;
Coordenador do curso de mestrado de Gestão Global (Maputo) — João Ferreira Dias;
Coordenador do curso de mestrado de Gestão Global (Cabo Verde) — João Ferreira Dias;
Coordenador do curso de mestrado de Gestão de Recursos Humanos — Luís Antero Reto;
Coordenadores do curso de mestrado de Gestão de Serviços de Saúde — Luís Antero Reto e José Fragata;
Coordenador do curso de mestrado de Marketing — Pedro Dionísio;
Coordenadores do mestrado de Matemática Financeira — João Figueira e Isabel Simão (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa).

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto proferidos pelos mencionados titulares, no âmbito dos poderes agora delegados.

8 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Luís Antero Reto.*

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

**Aviso n.º 11 055/2005 (2.ª série).** — Considerando que o parecer jurídico que foi solicitado sobre os editais n.os 451/2004 e 453/2004 invoca razões susceptíveis de conduzir à anulação do concurso e consequentemente de todos os actos materiais subsequentes e praticados no decorrer do respectivo processo de concurso, revogo, nos termos do artigo 138.º do Código do Procedimento Administrativo, o meu despacho de autorização de abertura desse concurso.

18 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Dionísio Afonso Gonçalves.*

**Despacho n.º 25 004/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 3 de Outubro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciada Rute do Carmo Araújo Gaspar — celebrado contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de equiparada a assistente do 1.º triénio, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança, em regime de exclusividade, a partir de 4 de Outubro de 2005, vigorando até 31 de Julho de 2006, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

18 de Novembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros.*

**Despacho n.º 25 005/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 16 de Novembro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Mestre Telma Maria Gonçalves Queirós — celebrado contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de assistente do 2.º triénio, da Escola Superior de Educação de Bragança, em regime de exclusividade, a partir de 18 de Novembro de 2005 e com a duração de três anos, conforme o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

18 de Novembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros.*

**Despacho n.º 25 006/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 11 de Outubro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciada Cândida Elisa Pereira da Silva — autorizada a rescisão do contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de equiparada a assistente do 1.º triénio, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança, com efeitos a partir do dia 8 de Outubro de 2005.

18 de Novembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros.*

**Rectificação n.º 1981/2005.** — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 215, de 9 de Novembro de 2005, o despacho n.º 23 139/2005, rectifica-se que onde se lê «Mestre José Paulo Macedo Matias [. . .] com efeitos a partir do dia 17 de Outubro de 2005» deve ler-se «Mestre José Paulo Macedo Matias [. . .] com efeitos a partir do dia 16 de Outubro de 2005».

18 de Novembro de 2005. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros.*

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

**Aviso n.º 11 056/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra de 16 de Novembro de 2005:

Paula Luísa Lopes Quaresma Amaral, da Escola Superior de Educação — aceite a rescisão do contrato anterior e autorizada a contratação em regime de contrato administrativo de provimento na categoria de assistente administrativo especialista, área académica.

21 de Novembro de 2005. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado.*

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

**Despacho (extracto) n.º 25 007/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 15 de Novembro de 2005 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria, proferido por delegação:

Celina Leitão da Silva Santos, técnica profissional de 1.ª classe da Escola Superior de Artes e Design do grupo de pessoal não docente do Instituto Politécnico de Leiria — autorizada a rescisão do respectivo contrato administrativo de provimento com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005.

16 de Novembro de 2005. — O Vice-Presidente, *João Paulo dos Santos Marques.*

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

**Despacho n.º 25 008/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 17 de Novembro de 2005, foram autorizados, precedidos de concurso, como assistentes administrativos principais, os contratos administrativos de provimento de Paula Alexandra Ferreira Besteiro Dias, Maria Gabriela Santos Aguilar Gama, Maria Augusta Oliveira Ferreira, Ana Maria Oliveira

Ferreira, Amália Salgueiro Matos, Mafalda Sofia Marques Oliveira Gonçalves Castro, Carlos Manuel Fernandes Oliveira, Maria de Fátima Oliveira Antunes Sousa, Maria Helena Silva Morgado Lourenço, Maria Alexandra Pereira Azevedo Santos, Cristina Maria Martins Frutuoso Silva, Isabel Maria Carvalho Gonçalves Borges, Alexandra Maria Antunes Teixeira Barros, Adelino Joaquim Henriques Lima, Susana Silva Castro, Inês Robert Paula Nogueira e Carla Marisa Santos Teixeira Rocha, pelo período de um ano, renovável nos termos da lei, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República,* e nas nomeações em comissão de serviço extraordinária de Ana Cristina Silva Ferreira Rodrigues Carvalho, Maria Belarmina Santos Nabais Mendes e Vítor Manuel Magalhães Sousa, com efeitos a partir da data da aceitação, auferindo a remuneração mensal ilíquida de acordo com o sistema remuneratório em vigor. (Não carece de fiscalização prévia.)

17 de Novembro de 2005. — O Administrador, *António José Carvalho Marques.*

## Escola Superior de Comunicação Social

**Despacho n.º 25 009/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

José Reinaldo Rato Machado — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 195 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 010/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Eduardo Jorge Madeira Correia — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 225 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 011/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Maria de Fátima Caleiro Dias Valente — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professor-adjunto, em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 210 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 012/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Ricardo Pedro Mimoso Flores dos Santos — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 140 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 013/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Carla Maria dos Reis Almeida Rebelo — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio em regime de tempo integral para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 140 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 014/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Ana Maria do Rosário Rei Silva Horta — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professor-adjunto em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 015/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Pedro Bruno Merca Ramalho de Lima — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio em regime de tempo integral para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 8 de Novembro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2006, correspondente ao índice 140 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 016/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Sónia Sofia de Sousa Alves Ferreira — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro e termo em 31 de Dezembro de 2005, correspondente ao índice 100 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 017/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Maria Inácia Rezola y Palácios Clemente — autorizado contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 018/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Zélia de Jesus Calvário Raposo dos Santos — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professor-adjunto em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 019/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Paulo Alexandre Rosa Amorim Barbosa — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 195 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 020/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

José Manuel Cavaleiro Rodrigues — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 195 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 021/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Maria Alexandra Ganilho Lopes de Magalhães de Avillez Pereira — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professor-adjunto em regime de tempo parcial, 40 %, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do Ensino Superior Politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 022/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Rui Alberto dos Santos Gomes — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto em regime de tempo parcial, 50 %, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 023/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Margarida Ribeiro Ferreira de Carvalho — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professor-adjunto em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 024/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Marta Rodrigues Vilar Rosales — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professor-adjunto em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 025/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Maria do Rosário Raposo Correia da Gama Higgs — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professor-adjunto em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 026/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Maria Teresa Silva Guerreiro Mendes Flores — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 135 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 027/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Ana Cristina Coelho Antunes — autorizado contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 028/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Cristina Sofia Dias Marques — autorizado contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Setembro de 2005 e termo em 28 de Fevereiro de 2006, correspondente ao índice 100 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 029/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Maria Margarida Jara Lopes Schiappa — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 10 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Abril de 2006, correspondente ao índice 225 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 030/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

João Manuel Alves Duarte — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio em regime de tempo parcial, 60 %, para a Escola Superior de Comu-

nicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2006, correspondente ao índice 135 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 031/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

António Manuel Monteiro Cardoso — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto em regime de tempo parcial, 20 %, para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 032/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Nuno Miguel Coutinho Silva Estanqueiro — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 140 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 033/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Alexandra Fontes Mira Silva Machás — autorizado contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta em regime de tempo integral para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 034/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Sílvia Cristina Pena Alexandre Cardoso — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a professor-adjunto em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2007, correspondente ao índice 185 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

**Despacho n.º 25 035/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Carla Cristina Medeiros Dias Vieira — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio em regime de tempo integral com dedicação exclusiva para a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 28 de Fevereiro de 2006, correspondente ao índice 140 fixado pelo estatuto remuneratório dos docentes do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Novembro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *António da Cruz Belo.*

### Instituto Superior de Engenharia

**Despacho n.º 25 036/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 2005:

Mestre Pedro Miguel Abreu Silva — autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento para exercer as funções de equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral, pelo período de dois anos, com início em 1 de Setembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Novembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista.*

**Despacho n.º 25 037/2005 (2.ª série).** — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 17 de Novembro de 2005:

Mestre Maria da Graça Vieira de Brito Almeida — autorizada a nomeação provisória como professora-adjunta do quadro do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, considerando-se rescindido o contrato em vigor como equiparada a assistente do 2.º triénio deste Instituto, a partir da data do início de funções. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista.*

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

**Despacho (extracto) n.º 25 038/2005 (2.ª série).** — Por despachos de 9 de Junho de 2005 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Paula Luísa Carvalho Goulão Capelo Silva, equiparada a professora-adjunta, em regime de exclusividade da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 12 de Junho de 2005.

Maria do Rosário da Silva Prates, encarregada de trabalhos da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 11 de Junho de 2005.

15 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

**Despacho (extracto) n.º 25 039/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 2 de Junho de 2005 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Nuno Ricardo Pais Costa, equiparado a professor-adjunto, em regime de exclusividade, da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 3 de Junho de 2005.

15 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

**Despacho (extracto) n.º 25 040/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 14 de Junho de 2005 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Ricardo Manuel Nunes Salgado, equiparado a assistente da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 17 de Junho de 2005.

15 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

**Despacho (extracto) n.º 25 041/2005 (2.ª série).** — Por despachos de 17 de Novembro de 2005 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Luísa Gabriela Castro Pereira, assistente administrativa de nomeação definitiva do quadro provisório de pessoal não docente da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal — autorizada a nomeação definitiva como assistente administrativa principal, com efeitos a partir da data da aceitação do lugar, considerando-se exonerada do cargo anterior a partir da mesma data.

Maria Cristina Vieira Pereira — autorizada a nomeação definitiva para assistente administrativa principal do quadro do pessoal não docente da Escola Superior de Tecnologia deste Instituto, com efeitos a partir da data da posse do lugar.

21 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

## AVISO

1 — Abaixo se indicam os preços das assinaturas do *Diário da República* para o ano 2005 em suporte de papel, CD-ROM e Internet.
2 — Não serão aceites pedidos de anulação de contratos de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.
3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de contrato de assinatura que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.
4 — A efectivação dos pedidos de contratos de assinaturas, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas livrarias.
5 — Toda a correspondência sobre contratos de assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa (fax: 213945750; e-mail: assinaturas@incm.pt).

**Preços para 2005**

**(Em euros)**

| PAPEL (IVA 5%) | |
|---|---|
| 1.ª série | 154 |
| 2.ª série | 154 |
| 3.ª série | 154 |
| 1.ª e 2.ª séries | 288 |
| 1.ª e 3.ª séries | 288 |
| 2.ª e 3.ª séries | 288 |
| 1.ª, 2.ª e 3.ª séries | 407 |
| *Compilação dos Sumários* | 52 |
| Apêndices (acórdãos) | 100 |

| BUSCAS/MENSAGENS (IVA 21%) [1] | |
|---|---|
| E-mail 50 | 15,76 |
| E-mail 250 | 47,28 |
| E-mail 500 | 76,26 |
| E-mail 1000 | 142,35 |
| E-mail+50 | 26,44 |
| E-mail+250 | 93,55 |
| E-mail+500 | 147,44 |
| E-mail+1000 | 264,37 |

| ACTOS SOCIETÁRIOS (IVA 21%) | |
|---|---|
| 100 acessos | 35,59 |
| 250 acessos | 71,18 |
| 500 acessos | 122,02 |
| N.º de acessos ilimitados até 31-12 | 559,24 |

| CD-ROM 1.ª série (IVA 21%) | Assinante papel [2] | Não assinante papel |
|---|---|---|
| Assinatura CD mensal | 188,11 | 233,87 |

| INTERNET DIÁRIO DO DIA (IVA 21%) | |
|---|---|
| 1.ª série | 122,02 |
| 2.ª série | 122,02 |
| 3.ª série | 122,02 |

| INTERNET (IVA 21%) | Assinante papel [2] | Não assinante papel |
|---|---|---|
| Preços por série [3] | | |
| 100 acessos | 97,61 | 122,02 |
| 250 acessos | 219,63 | 274,54 |
| Ilimitado individual [4] | 406,72 | 508,40 |

[1] Ver condições em http://www.incm.pt/servlets/buscas.
[2] Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.
[3] 3.ª série só concursos públicos.
[4] Para assinaturas colectivas (acessos simultâneos) contacte-nos através dos endereços do *Diário da República* electrónico abaixo indicados.


# DIÁRIO DA REPÚBLICA

*Depósito legal n.º 8815/85*
ISSN 0870-9963


## AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

**PREÇO DESTE NÚMERO** (IVA INCLUÍDO 5%)

**€ 6,40**


*Diário da República Electrónico:* Endereço Internet: http://www.dre.pt
Correio electrónico: dre @ incm.pt•Linha azul: 808 200 110•Fax: 21 394 57 50

INCM

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.**

**LIVRARIAS**

- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro
  Forca Vouga
  Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
  Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
  Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 58 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
  Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
  Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
  Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
  Telefs. 21 324 04 07/8 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
  Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Avenida de Roma, 1 — 1000-260 Lisboa
  Telef. 21 840 10 24 Fax 21 840 09 61
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
  Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
  Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29